TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO

O objeto do presente termo de referência é a abertura de Licitação pelo sistema de registro de preços para futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UM EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO – RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO A SER ADQUIRIDO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR TOTAL
1	Raio x 500 Ma FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior; Potência do gerador de 50kW ou maior; Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros; Potência focal de 35/55kW ou maior; TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior;Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou superior; Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior; olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior; Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm; Travas eletromagnéticas para todos os movimentos; Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem; Gravador e leitor de CD-R/DVD-R; Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saída ethernet; Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF; Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware; Teclado ou labels totalmente em português. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacientes com 170Kg ou superior; Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2; Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente; Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior; Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior; Deslocamento	1	R$ 238.000,00

	lateral de 24 cm; Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 150 cm; Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior; grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior; Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV; Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior; Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção; Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior; Capacidade de armazenamento de no mínimo 200 combinações de técnicas radiológicas para órgãos; Deslocamento longitudinal da estativa de 230 cm ou maior; Deslocamento vertical com altura do ponto focal ao piso de no mínimo 40 cm até 180 cm ou superior; Rotação do tubo de raios-X de ±180 graus para realizar exames em bucky mural e rotação da coluna ou braço porta tubo de ± 90 graus para realizar exames fora da mesa; Aquisição da imagem em máximo 5s DETECTOR devem possuir: Painel detector para uso no bucky da mesa e bucky mural; Detector de no mínimo 35x43cm com ou sem fio; Matriz mínima de 2500x3000 pixels; Tamanho máximo do pixelésio (CsI); Conversor A/D de 14bits; Peso máximo do detector de 4 kg com bateria; Grau de proteção contra líquidos IPX4 ou melhor; Capacidade de carga de até 150 kg sobre a superfície total do detector; ESTAÇÃO DE TRABALHO devem possuir: Estação de controle e aquisição com monitor de LED/LCD de no mínimo 21" ou maior de tela sensível ao toque (touchscreen); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA / F BACKUP DE ENERGIA: Alimentação trifásica 220 V ou 380 V, frequência 60 Hz; Nobreak de tecnologia de senoidal online e dupla conversão, compatível com a potência e consumo para estação de trabalho e seus periféricos, e com autonomia mínima de 30 min. ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO: Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos / acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local. GARANTIA: 2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo		

00.000002

	manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE). NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES: Registro na ANVISA; NBR 14136 e IEC 60320 C13 -cabo de força tripolar; NBR IEC 60601-1 - Equipamentos eletromédicos; Certificados de calibração de: Segurança Elétrica. MANUAIS E TREINAMENTO (sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; Treinamento peracional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento. INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO: Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná. ACESSÓRIOS: Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Video e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento. AVALIAÇÃO DO EQUIPAMENTO PROPOSTO A avaliação técnica do equipamento ofertado será realizada com base no manual disponibilizado no portal da ANVISA		

DO DEPARTAMENTO REQUISITANTE

A presente aquisição será destinada a atender as necessidades apresentadas pelo Departamento Municipal de Saúde, para equipar as UBS do município de Mandaguaçu.

DA METODOLOGIA

O registro de preços não obriga esta Administração a firmar contratações nas demandas estimadas, ou contratar os itens registrados, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência no fornecimento, em igualdade de condições.

A forma e critério de julgamento a ser utilizado no presente certame será o menor preço por ITEM.

DOS RECURSOS

A aquisição do equipamento será com recurso proveniente do Termo de Adesão ao incentivo financeiro de investimentos para as Unidades de Atenção Primária do Programa de Qualificação da Atenção Primária, na modalidade fundo a fundo, nos termos da Resolução SESA 647/2020. Recebimento recursos em 08/06/2020 – conta 29-0 – Caixa Econômica Federal – Valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

O presente Termo de referência foi elaborado a fim de subsidiar o processo de abertura de Licitação, pelo sistema de registro de preços, que visa CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UM EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME Termo de Adesão – resolução 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE Mandaguaçu e Secretaria da Saúde/ Governo do Estado do Paraná.

Conforme especificado na Resolução SESA 647/2020 os recursos são destinados à aquisição de equipamentos para Unidades de Atenção Primária. O município de Mandaguaçu, foi contemplado com recurso para aquisição do objeto justificando assim o Processo Licitatório. A Administração Pública Municipal preocupada em manter a boa qualidade dos serviços ofertados a população buscou recursos junto ao Governo do Estado do Paraná/SESA para aquisição de um aparelho de RAIO-X para atender a demanda da população. O Departamento Municipal de Saúde irá substituir o equipamento de Raio-X, o qual encontra-se antigo, defeituoso e realizando várias manutenções. Não é vantajoso para o município continuar investido na manutenção do mesmo, pois a frequência que este aparelho estraga está gerando prejuízos para o atendimento diário da população e custos altos para a instituição. Mandaguaçu possui 22.819 habitantes, com a seguinte estrutura: O Departamento Municipal de Saúde de Mandaguaçu é composto de cinco Unidades Básicas de Saúde: Centro de Saúde, ESF da Vila Guadiana, UBS de Pulinópolis, UBS do Parque Ouro Verde (IBC) e ESF São Pedro. A cobertura populacional pela equipe Atenção Básica é de 100%, se considerada somente eSF (Equipe Saúde da Família) tem uma cobertura de 46,70%. Quanto à Saúde Bucal (SB), possui 01 equipes de Saúde Bucal (eSB) na modalidade I, com cobertura populacional da Atenção Básica de Saúde Bucal é de 40,0%, se considerada somente eSB tem uma cobertura de 15,57%.

O Município de Mandaguaçu possui a Gestão Plena da Atenção Básica. O mesmo, solicitou em setembro de 2019 credenciamento de 07 ESF e 02 gerentes de UBS (Central e Vila Guadiana), através da resolução 08/2019 do Conselho Municipal de Saúde. Assim, faz-se necessária à aquisição do equipamento de diagnóstico por imagem para modernização dos serviços de diagnóstico complementar, elevando a segurança para o paciente e colaboradores. Com foco contínuo na melhoria da qualidade, produção e ampliação dos procedimentos/exames oferecidos, possibilitando

uma redução no tempo e proporcionando melhor qualidade na recuperação dos pacientes atendidos. A aquisição do equipamento acima, possibilitará uma redução significativa nos custos de manutenção com o equipamento antigo/obsoleto e tecnologicamente ultrapassado, cujo custo para conserto não é compensador.

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E SUA VIGÊNCIA

Do prazo de entrega: O prazo máximo para a entrega dos materiais será de 30 (trinta) dias, a partir da ordem de compra ou nota de empenho. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

As condições de entrega dos equipamentos devem obedecer ao disposto no Edital de Licitação, na Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007 c/c Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993. A entrega, o transporte e a instalação do equipamento serão de total responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

À CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder, no prazo de 10 (dez) dias, a inspeção de qualidade no equipamento e/ou serviços e rejeita-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado. Os funcionários da CONTRATADA deverão utilizar EPI´S e EPC´S que se fizerem necessários durante os trabalhos realizados de fixação e instalação do equipamento

Local de entrega: O local de entrega deverá ser agendado pelo fone (44) 3245-1310, nos dias de expediente, de segunda-feira à sexta-feira, nos horários entre 8h:30min e 10h:00 e das 13h:30min as 16h:00, sob as orientações dos servidores públicos, João Sales de Abreu Filho e/ou Juliano Zubiolo Pereira.

O local de entrega é na Unidade de Atenção Primária à Saúde – Unidade Básica Central – UBS Central, situada na Rua Juventino Baraldi, 175 – Centro – Mandaguaçu - PR – CEP 87.160.000,, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, mediante prévio contato pelo telefone (44) 3245-1310 com João

- O recebimento não exclui a responsabilidade civil e ética pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- Correrá por conta da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do objeto.
- Se for constatada divergência nos itens entregues, poderão ser rejeitados no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da lei 8.666/93.

00.000005

- A prefeitura Municipal de Mandaguaçu ser reserva no direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO:

Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnico tanto para instalação do equipamento quanto da estação de trabalho com software que deverão ser entregues prontos para uso.

GARANTIA:

2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE).

MANUAIS E TREINAMENTO

(sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; Treinamento operacional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento.

INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO:

Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná

ACESSÓRIOS:

Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento.

CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

Adotar práticas de anticorrupção, devendo:

a) - Observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema Municipal de Saúde, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução dos recursos do incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas;

b) - Impor sanções sobre a empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SESA. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:

c) - Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;

d) - Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;

e) - Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

f) - Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

g) - Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

a) O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

b) A verificação do fornecimento dos produtos deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

c) O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

d) A conformidade do objeto fornecido deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade, quantidade e forma de uso.

e) O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

f) O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

g) Fica designado o servidor público, Técnico de RX: o **Sr. João Sales de Abreu Filho**, com RG nº 3.529.706-6 e CPF/MF nº 463.852.239-49 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93.

h) Fica designado, como fiscal substituto o servidor público, Técnico em RX: o **Sr. Juliano Zubiolo Pereira**, portador do CI/RG nº 7.748.901-0 e CPF/MF nº 039.168.279-28 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93.

i) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

DO VALOR DOS PRODUTOS

O valor estimado foi estipulado de acordo com pesquisa de preços com fornecedores especializados em Aparelhos de Raio-X, levando em consideração os preços praticados no mercado, sendo que a servidora responsável foi a Sra. Jênifer Juliana Lopes Ribeiro.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento, decorrente da aquisição dos materiais, objeto desta Licitação, será efetuado, mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento dos produtos, em cada ordem de pedido, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

Entrega da Nota Fiscal: Na Nota Fiscal deverá constar "PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, número do Processo, da Nota de Empenho e o número do Banco e da conta corrente da empresa", para a efetivação do pagamento.

A empresa ganhadora do processo licitatório é responsável por zelar pela boa qualidade do objeto a ser fornecido, caso ocorra alguma avaria no uso desse, deve a Licitante ressarcir o Município de todo o prejuízo que este sofrer em decorrência do material adquirido.

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável.

DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaramos estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado, em 13/07/2020.

Jênifer Juliana Lopes Ribeiro
Agente Administrativo

Aprovado, em 13/07/2020.

Cristiane Amaral Nogueira
Diretora da Secretaria da Saúde

Colab. Na elaboração, em 13/07/2020.

Rosangela Maria Roman
Auxiliar de Enfermagem

DA AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO DA LICITAÇÃO

Considerando a assunção de responsabilidade por todas as informações prestadas pela equipe acima identificada, tendo o declarante assinado e com fundamento no artigo 38 da Lei 8.666/93 AUTORIZO o procedimento desta abertura de licitação: para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UM EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO – RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, desde que observadas as formalidades legais de instrução processual para a consecução do objeto. Por oportuno, ressalto que os documentos para a instrução deverão ser anexados nos autos oportunamente, conforme dispõe as legislações vigentes e aplicáveis ao caso.

Autorizado, em 17/07/2020

MAURICIO APARECIDO DA SILVA
Prefeito do município de Mandaguaçu.

De:	Para:
Departamento de Saúde	Departamento de Contabilidade

Através do presente, solicito a indicação da rubrica orçamentária para a abertura da Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UM EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO – RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, requerido através da Secretaria de Saúde Pública, do município de Mandaguaçu – PR.

Conforme especificação estabelecida no termo de referência e anexos.

Mandaguaçu – PR, 13 de julho de 2020.

Cristiane Amaral Nogueira

Diretora do Departamento de Saúde

De:	Para:
Departamento de Saúde	Divisão de Licitação

Através do presente, solicito a abertura de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UM EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO – RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, requerida pela Secretaria de Saúde do município de Mandaguaçu – PR.

Conforme especificação estabelecida no termo de referência e anexos.

Mandaguaçu – PR, 13 de julho de 2020.

Cristiane Amaral Nogueira

Diretora do Departamento de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 04/2020 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDAGUAÇU – PARANÁ.

SÚMULA: Aprovar Termos de Adesão ao incentivo Financeiro de Investimento para aquisição de equipamentos mobiliários e aparelho de Raio-X para unidade Básica de Saúde Central.

O conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu – Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11º, inciso V da Lei Municipal nº 1844/2019, de 13 de novembro de 2019, e artigo 10º de seu regimento interno, reunido virtualmente no dia 09 e 10 de março de 2020.

RESOLVE:

1 – Aprovar o Termo de Adesão ao incentivo Financeiro de Investimento, para aquisição de equipamento para Unidade Básica de Saúde Central, - kit mobiliário - no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme resolução 631/2020.Sendo o kit composto por: 03 [illegible] Fisioterapia Semi Automático – DEA: 02 Consultórios Odontológicos completos equipados refletor, unidade auxiliar acoplada à cadeira) 20 impressoras, 03 Caixa térmica de poliuretano de capacidade mínima para 15 litros, com termômetro digital: 07 caixas térmicas com capacidade para 45 litros e 01 Eletrocardiógrafo Digital

2 – Aprovar o Termo de Adesão ao incentivo Financeiro de Investimento, para aquisição de equipamento de Raio-X para Unidade Básica de Saúde Central no valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), conforme portaria nº 647/2020.

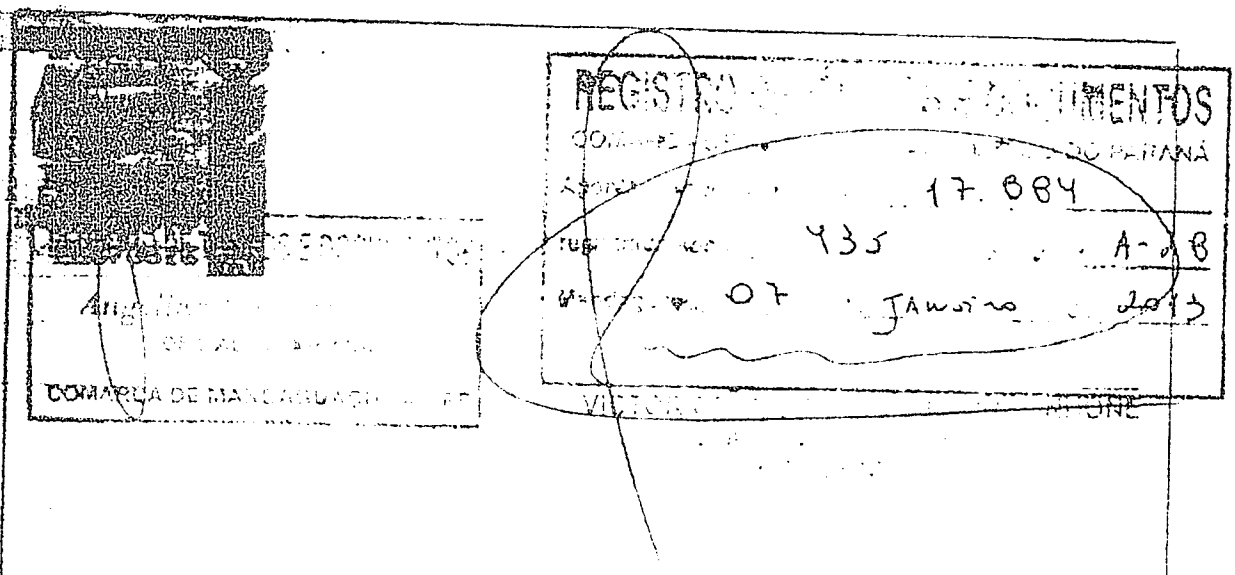
3 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 11 de maio de 2020.

Antonio Paz dos Santos
Vice - Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

00000013



Termo de posse do Prefeito e Vice Prefeito do município de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

Às onze horas do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete, nesta cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná, nas dependências do Plenário Vereador Marcílio Peruzzo, na Câmara Municipal de Mandaguaçu, compareceram os senhores Mauricio Aparecido da Silva e Gilmar Codomuro, respectivamente Prefeito e Vice Prefeito eleitos no pleito de dois de outubro de dois mil e dezesseis e diplomados pelo meritíssimo Juiz da Comarca de Mandaguaçu, Estado do Paraná, Doutor Jaime Souza Pinto, para prestarem compromisso e tomarem posse. Cumpridas as demais formalidades, sob a presidência do vereador Gustavo Henrique Sales os eleitos prestaram o requinte compromisso: "Prometo defender e cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado do Paraná e a Lei Orgânica do município, observar as leis, promover o bem geral de Mandaguaçu e exercer com lealdade e patriotismo as funções de meu cargo". Ainda a

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Angelina Oliveira Derci
OFICIAL RESPONSÁVEL
COMARCA DE MANDAGUAÇU - PR

manifestação individual o Prefeito Senhor Mauricio Aparecido da Silva e Vice Prefeito Senhor Gilmar Cordeiro foram declarados empossados no cargo para o período entre primeiro de janeiro de dois mil e dezessete a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Do que, para que surta todos os efeitos, lavrou-se o presente termo, que vai assinado pelos ~~empossados~~ e pelo Presidente da Câmara.

Cartório do Registro de Imóveis, Registro Civil e Títulos e Documentos
PROTOCOLO Nº 0020200
REGISTRADO Nº 0000435
Livro A/042
Mandaguaçu-PR, 23 de janeiro de 2017

Edson Augusto Pinelli Escrevente do Ofício
Selo Digital nº qePOs.azuq.Uf0DO, Controle: h6wHg-YhxS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Angelina Silveira Derci
OFICIAL DESIGNADA
COMARCA DE MANDAGUAÇU – PR

GOVERNO DO ESTADO

ANEXO II

TERMO DE ADESÃO Nº _____ 2019

DECLARAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A ATIVIDADE DE FISCAL DO TERMO DE ADESÃO PELO MUNICÍPIO

Declaramos, que fica DESIGNADO o (a) servidor (a) ROSANGELA MARIA ROMAN, portador (a) do RG nº 5.427.477-5, e inscrit[illegible] 718.128.709-[illegible], lotado (a) no Município de MANDAGUAÇU, tendo como endereço eletrônico mandaespidemio@yahoo.com.br e telefone para contato (_44__) 3245-2997, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Adesão.

Local Mandaguaçu, 14, de maio de 2020.

Mauricio Aparecido da Silva

Prefeito

Cristiane Amaral

Secretário Municipal de Saúde do Município

Ciente:

Rosangela Maria Roman

Fiscal do Município

DECLARAÇÃO DO GESTOR

O Proponente município de MANDAGUAÇU, declara junto ao Governo do Estado do Parana – Secretaria de Saúde SESA que necessita de investimentos para a aquisição de equipamentos (Aparelho de Raio X) para a Unidade de Atenção Primária - UBS Central, sito à Rua Juventino Baraldi, 175 –Centro – CNES 2774143, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, nos termos da Resolução SESA 647/2020, por meio do recurso no valor de R$ 230.000,00 (Duzentos e Trinta mil reais) ao município visando melhoria da qualidade, produção e ampliação dos procedimentos/exames oferecidos, possibilitando uma redução no tempo e proporcionando melhor qualidade na recuperação dos pacientes atendidos, assim fortalecendo e melhoria das condições de atendimento para a população residente em seu território.

Mandaguaçu (PR), 14 de maio de 2020.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito do Município

Cristiano Amaral
Secretário Municipal de Saúde do Município

00600027

ANEXO III

RESOLUÇÃO SESA Nº 647/2020

TERMO DE ADESÃO ____/_____.

Dispõe sobre a adesão de Municípios ao incentivo financeiro de investimento para a aquisição de equipamentos para as Unidades de Atenção Primária, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, nos termos da Resolução SESA 647/2020.

O Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde desenvolve-se como uma Política do Governo Estadual, instituindo uma nova lógica para a organização da Atenção Primária à Saúde (APS), com estreitamento das relações entre o Estado e os Municípios e fortalecimento das capacidades de assistência e de gestão [illegible] Saúde (SESA).

Com base nos objetivos de fortalecer a Atenção Primária à Saúde em seu papel de ordenadora dos demais níveis de atenção do sistema; qualificar o acesso e a capacidade resolutiva dos sistemas municipais de saúde; articular e consolidar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de dar respostas às expectativas e necessidades [illegible] saúde, estruturam-se os componentes do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde: 1. Qualificação das Equipes da atenção primaria e estratégia Saúde da Família; 2. Investimentos em custeio para as equipes da APS; e, 3. Investimentos em infraestrutura de serviços por meio do repasse de recursos aos municípios, e, distribuição de equipamentos, que ampliem acesso e resolutividade da atenção à saúde.

O repasse de recursos para aquisição de equipamentos, de que trata o Incentivo de Investimento do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, esta regulamentado pela Resolução da SESA nº 647/2020, para fazer ao jus a esse recurso as partes devem assinar o presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ADESÃO

O Município de MANDAGUAÇU, por meio do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ/MF nº: 08.703.785/0001-70, ADERE ao Incentivo Financeiro de investimento para aquisição de equipamentos

para Unidades de Atenção Primária do Município do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade [illegible].

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO DE ADESÃO o repasse de R$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil) reais para a aquisição de equipamentos, conforme descrito no Anexo I deste Termo de Adesão, e/e Anexo I da Resolução SESA nº 64[illegible]2010, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, que serão instalados no endereço: UBS Central - Rua Juventino Baraldi, nº 175, Bairro Centro , na cidade de Mandaguaçu-PR .

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO:

1. adotar todas as medidas necessárias dentro da legalidade para execução dos recursos conforme os critérios e normas estabelecidas na presente Resolução;
2. manter adesão a Rede Mãe Paranaense; organizando as ações de pré-natal e puerpério, e o acompanhamento das crianças;
3. implantar e implementar a estratificação de risco, conforme protocolo estabelecido pela SESA, para as gestantes e [illegible];
4. vincular as gestantes ao hospital, conforme estratificação de risco;
5. adotar medidas para a melhoria do acesso da população as Unidades de Atenção Primaria de Saúde, mantendo equipes e as condições de ambiência para a realização das ações;
6. manter atualizados os dados em Atenção Primaria da Saúde no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos [illegible];
7. investigar todos os óbitos infantis e maternos;
8. ter Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde instituído e em funcionamento;
9. ter Plano Municipal de Saúde vigente e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde;
10. realizar a instalação dos equipamentos e ou disponibilizar a utilização dos materiais no prazo de 90 (noventa) dias após a [illegible];
11. realizar a avaliação das equipes de saúde, por meio do instrumento de Avaliação da Melhoria do Acesso e Qualidade – AMAQ e do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ do Ministério da Saúde;

12. Implantar e implementar o sistema de Município de informação E-SUS (Ministério da Saúde) com preenchimento [illegible] informações previstas pelo sistema;
13. implantar e manter atualizado os dados atualizados no E-SUS;
14. manter as condições de funcionamento normais dos equipamentos adquiridos, custear sua manutenção e utiliza-los exclusivamente para os usuários do SUS;
15. incluir as Cláusulas Anticorrupção e Anti-corrupção conforme Anexo da Resolução SESA nº 329/2015, ou ato que a venha substituir, em todos os editais de processos licitatórios e nos contratos referentes a aquisição dos bens de que trata o Incentivo Financeiro de Investimento para Aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência.
16. Adotar práticas de anticorrupção devendo:
    a) Observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema Municipal de Saúde, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução dos recursos do incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas;
    b) Impor sanções sobre a empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão [illegible] em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SESA. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:
        c) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de [illegible];
        d) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;
        e) Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais [illegible], com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão [illegible] estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
        f) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

g) Prestar declarações falsas, adulterar, substituir, alterar ou ocultar provas em inspeções ou auditorias, prestar informações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

17. Concordar e autorizar a avaliação das despesas efetuadas, mantendo a disposição dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos, contas e registros comprobatórios das despesas efetuadas.

DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA:

Repassar para o MUNICÍPIO o recurso financeiro em parcela única para a consecução do constante no objeto do Ofício da Secretaria, da presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

O município fará jus ao montante de R$ 230.000,00 reais (Duzentos e trinta mil reais) reais, para aquisição de equipamentos conforme Anexo I deste Termo de Adesão, e o Anexo I da Resolução SESA nº 647/2020, e se responsabiliza, sob qualquer hipotese, em complementar o recurso financeiro, caso os recursos repassados por esta Resolução não sejam suficientes para aquisição dos equipamentos descritos no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

VIGÊNCIA

Este Termo de Adesão tem seu prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos da Resolução 647/2020.

EXECUÇÃO

Este Termo de Adesão tem seu prazo de execução de 24 (vinte e quatro) meses, após o recebimento da parcela única do recurso, podendo, caso necessário, ser solicitada à SESA, por meio de Ofício justificado, a prorrogação do prazo de execução, nos termos da Resolução647/2020.

INSTALAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

Este Termo de Adesão determina que o **prazo de instalação** dos equipamentos e/ou disponibilização para a utilização dos mesmos para utilização será de 90 (noventa) dias, após a aquisição.

CLÁUSULA SEXTA - DO SALDO REMANESCENTE

Ao final do processo de aquisição dos equipamentos, objeto deste Termo de Adesão, constatado que o valor total da aquisição foi inferior ao recurso financeiro aprovado pela Resolução da SESA, o Gestor Municipal poderá pedir para utilizar o saldo remanescente do Termo de Adesão.

A utilização do saldo remanescente só será aprovada se for solicitada a utilização na aquisição dos equipamentos descritos no Anexo I da Resolução647/2020, não podendo ser alterado o objeto deste Termo de Adesão.

Caso exista saldo da aplicação financeira do recurso repassado, o Município poderá solicitar a utilização nos mesmos termos da Resolução 647/2020.

Os pedidos para utilização do saldo remanescente e do saldo de aplicação financeira deverão ser encaminhados a SESA, com justificativa, acompanhado do novo Termo de Referência, para análise e aprovação ou não da SESA.

Uma vez aprovada a utilização do saldo remanescente, o Gestor Municipal terá o **prazo de execução** de 12 (doze) meses para aquisição dos equipamentos e realizar a prestação de contas, além do prazo estipulado para o término do Termo de Adesão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A Regional de Saúde fara o monitoramento da execução financeira objeto desta Resolução, verificando *in loco* os equipamentos e, encaminhará para a SESA, relatório com fotos e lista patrimoniada dos equipamentos adquiridos com indicação das Unidades da Atenção Primária a Saúde onde foram locados, informando endereço completo e o CNES de cada.

I. O Controle Interno da SESA/FUNSAÚDE e o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE, gestor dos recursos financeiros destinados a ações e serviços públicos de saúde poderá a qualquer momento fazer a verificação in loco, da aplicação do incentivo;

II. Caso haja comprovado quaisquer irregularidades, estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429 de 1992 - Agentes Públicos Improbidade Administrativa e Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

III. O Município fazer constar do relatório anual de gestão a aplicação dos recursos decorrente do presente Termo de Adesão;

IV. Os equipamentos adquiridos com o recurso desta Resolução deverão ter o fim a que se destinam, conforme Termo de Adesão e seus anexos;

V. Cabe a Regional de Saúde, por ser fiscal do Termo de Adesão, realizar inspeção *in loco* quanto à data em que os equipamentos foram colocados em funcionamento, assim como, se as demais condições do Termo de Adesão e desta Resolução estão sendo cumpridas pelo Gestor Municipal;

VI. Os gestores responsáveis ficarão sujeitos às penalidades previstas nas Leis específicas;

VII. Os documentos comprobatórios das despesas efetuadas, bem como os outros documentos que deste ato [illegible] deverão ficar arquivados e ser mantidos à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data das respectivas prestações de contas;

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Termo de Adesão poderá ser rescindido, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

I. não for executado o objeto previsto na Cláusula Segunda;

II. do não cumprimento de qualquer cláusula deste Termo de Adesão.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Adesão [illegible] de vigência e execução determinados na Cláusula Quinta e poderão ser alterados prorrogados, nos termos do Art. 7º e seus parágrafos, da Resolução SESA nº 647/2020, e a alteração solicitada, deverá ser aprovada pelo Secretário de Estado da Saúde, com sua assinatura no Termo de Referência, sendo vedada a mudança do objeto do Termo de Adesão.

No caso de nova licitação contrato e quando houver qualquer tipo de alteração quanto a aquisição dos equipamentos, é obrigação do Município solicitar autorização da SESA, encaminhando, via Regional de

Saúde, o pedido com o Termo de Referência alterado, assim como toda a documentação relativa as alterações pretendidas pra avaliação e aprovação ou não da SESA.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Questões omissas a este documento deverão ser resolvidas no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite – CIB do Paraná.

A este Termo de Adesão aplica-se na íntegra o previsto na Resolução da SESA 647/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, da Justiça Estadual do Paraná para dirimir qualquer litígio que porventura possa surgir da execução deste Termo de Adesão, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para efeitos jurídicos e legais e/ou assinam as partes por meio de assinatura digital.

Local, Mandaguaçu (PR), 07 de maio de 2020

Carlos Alberto Gebrin Preto (Beto Preto)
Secretário do Estado da Saúde

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito do Município

Cristiane Amaral
Secretário Municipal de Saúde do Município

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO Nº _____/2019

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

Equipamentos Unidades de Atenção Primária

ÓRGÃO: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANDAGUAÇU
CNPJ: 08.703.785/0001-70

Justificativa para aquisição dos equipamentos:

O objeto deste Termo de Referência é a aquisição de material permanente – **Aparelho de Raio X** para atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saúde de Mandaguaçu.

Mandaguaçu possui 22.819 habitantes, com a seguinte estrutura: O Departamento Municipal de Saúde de Mandaguaçu é composto de cinco Unidades Básicas de Saúde: Centro de Saúde, ESF de Vila de Vila Guadiana, UBS de Putinopolis, UBS do Parque Ouro Verde (IBC) e ESF São Pedro.

A cobertura populacional pela equipe Atenção Básica é de 100%, se considerada somente eSF tem uma cobertura de 46,70%. Quanto à Saúde Bucal (SB) possui 01 equipes de Saúde Bucal (eSB) na modalidade I com cobertura populacional de Atenção Básica de Saúde Bucal é de 40,0%, se considerada somente eSB tem uma cobertura de 16,67%. Vale ressaltar ainda que 02 equipes eSF não apresentam nenhuma equipe de SB. O Município de Mandaguaçu possui a Gestão Plena da Atenção Básica. O município de Mandaguaçu, solicitou em setembro de 2019 credenciamento de 07 ESF e 02 gerentes de UBS (Central de Vila Guadiana), através da resolução 09/2019 do Conselho Municipal de Saúde.

O Departamento Municipal de Saúde irá substituir o equipamento de Raio-X , o qual encontra-se antigo, defeituoso e realizando várias manutenções. Não é vantajoso para o município continuar investido na manutenção do mesmo, pois a frequência que este aparelho estraga está gerando prejuízos para o atendimento diário da população e custos altos para a instituição.

Assim, faz-se necessária a aquisição do equipamento de diagnóstico por imagem para modernização dos serviços de diagnóstico [illegible] oferecendo segurança para o paciente e colaboradores. Com foco contínuo na melhoria da qualidade, produção e ampliação dos procedimentos/exames oferecidos, possibilitando uma redução no tempo e proporcionando melhor qualidade na recuperação dos pacientes atendidos. A aquisição do equipamento acima possibilitará uma redução significativa nos custos de manutenção com o equipamento [illegible] totalmente ultrapassado, cujo custo para conserto não é compensatório.

Dotação Orçamentária:

A aquisição dos equipamentos será com recurso proveniente do Termo de Adesão ao incentivo financeiro do Programa de Qualificação da Atenção Primária, na modalidade fundo a fundo.

Local da Entrega: Rua Juventino Baraldi, 175 – Centro – Mandaguaçu-PR

Nome da Unidade de Atenção Primária à Saúde:

Unidade Basica Central – UBS Central

CNES: 2774143

Endereço Completo da Unidade de Atenção Primária à Saúde, onde será instalado o equipamento:

Rua Juventino Baraldi, [illegible] – Mandaguaçu-PR

Prazo de Entrega dos Equipamentos:

Obs.: O prazo da entrega deverá ser limitado ao prazo estipulado no Termo de Adesão para a execução do objeto.

Condições da Entrega dos Equipamentos:

Obs.: As condições de entrega dos equipamentos devem obedecer ao disposto no Edital de Licitação, na Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007 e Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

Especificação Técnica dos Equipamentos de acordo com a Resolução SESA nº 647/2020

Item	Tipo	Quant.	Equipamento	Descrição	Exigência	Valor
01	equip	01	Raio X 500 Ma	Raio x 500 Ma NA(S) AQUI(S) para realização de exames, aquisições de radiografias tipo – DR em pacientes adultos ambulatoriais ou internos, neonatal, em casos de emergência e entre outras HARDWARE devem possuir Gerador de alta tensão e alta frequência de 50KHz ou maior; Potência do gerador de 50kW ou maior; Painel / console com Display digital para [illegible] kV [illegible] dose de radiação e [illegible] Ponto focal de 1,0/2,0 [illegible] Detector DR Plano [illegible] devem possuir Anodo [illegible] 50% [illegible] Capacidade térmica [illegible] de 150 kHU ou superior. Capacidade térmica do anodo de 150 kHU ou superior. Dimmer manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior. Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de [illegible] mínimo de 80 cm. Travas	Registro Anvisa	R$ 230.000,00

eletromagneticas para todos os movimentos; Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem; Gravador e leitor de CD-R/DVD-R. Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist via saidaethernet; Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF; Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição de hardware; Teclado ou labels totalmente em português CARACTERÍSTICAS FÍSICAS Capacidade mínima de suportar no mínimo 170Kg ou superior; Tubo de Raios-X com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm e foco grosso de no mínimo 1,2; Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente; Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior; Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior; Deslocamento lateral de 24 cm; Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 150 cm; Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm [illegible] grade antidifusora removível. PARÂMETROS E EXPOSIÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior; Ajuste de tensão de 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV; Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior; Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção; Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até [illegible] de armazenamento de no [illegible] exposições radiográficas para [illegible]. Deslocamento longitudinal da estativa de 230 cm ou maior; Deslocamento vertical com altura do ponto focal ao piso de no mínimo 40 cm até 180 cm ou superior; Rotação do tubo de raios-X de ±180 graus para realizar exames em bucky mural e rotação da coluna ou braço porta tubo de ± 90 graus para realizar exames fora da mesa. Aquisição da imagem em [illegible]s DETECTOR devem possuir: Painel [illegible] da mesa e bucky mural; Detector de no mínimo 35x43cm com ou sem fio; Matriz mínima de 2500x3000 pixels, Tamanho máximo do pixel/elétrio (CsI); Conversor A/D de 14bits, Peso máximo do detector de 4 kg com bateria; Grau de proteção contra líquidos IPX4 ou melhor; Capacidade de carga de até 150 kg sobre a superfície total do detector ESTAÇÃO DE TRABALHO devem possuir: Estação de controle e aquisição com monitor de [illegible] de no mínimo 21 ou maior de tela sensível ao toque touchscreen sem; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA / E BACKUP DE ENERGIA: Alimentação trifásica 220 V ou 380 V, frequência 60 Hz. Nobreak de tecnologia de senoidal online e dupla conversão, compatível com a potência e consumo para estação de trabalho e seus periféricos e com autonomia mínima de 30 min. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUPORTE TÉCNICO: Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, tendo que todos os custos de deslocamento, [illegible] diárias, outros e de equipamentos acessórios e de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacitação e infraestrutura de acordo com as

condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital. Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Tecnica devem possuir formação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados por órgão competente local.

GARANTIA: 2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação, 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva da ordem de fábrica, seja a substituição por desgaste, termo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES: Registro na ANVISA; NBR IEC 60320 C19 -Cabo de força tripolar; NBR IEC 60601-1 -Equipamentos eletromedicos; Certificados de calibração de: Segurança Elétrica MANUAIS E TREINAMENTO (sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemáticos elétricos do sistema eletroeletrônico, [illegible] Procedimentos de calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva, lista de logs e mensagens de erros; Treinamento operacional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais Operacional e Técnico obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO: Toda instalação e configuração dos equipamentos periféricos, e todos acessorios deste edital serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municipios do Estado do Paraná. ACESSÓRIOS: Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessorios para Comunicação, Monitor de Video e Impressora e demais [illegible] Acessórios citados neste descritivo deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento.AVALIAÇÃO DO EQUIPAMENTO PROPOSTO: A avaliação técnica do equipamento ofertado será realizada com base no manual [illegible] da ANVISA.

De acordo:

Mauricio Aparecido da Silva

Prefeito do Município

Cristiane Amaral

Secretário Municipal de Saúde do Município

Aprovado:

Carlos Alberto Gebrin Preto (Beto Preto)

Secretário do Estado da Saúde

TERMO DE COMPROMISSO

O proponente município de Mandaguaçu - Pr, assume junto ao Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Saúde SESA, o compromisso de manter as condições e utilizar o incentivo financeiro de investimento para aquisição de equipamentos para a UBS Central (Raio X) sito à Rua Juventino Baraldi 175 , Centro – Mandaguaçu - CNES: 2774143, recebidos através do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, nos termos da Resolução SESA 647/2020, exclusivamente para os usuários do SUS.

Firmo o presente.

Mandaguaçu (PR), 14 de maio de 2020.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito do Município

Cristiane Amaral
Secretário Municipal de Saúde do Município

20.00000030

Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 13 de julho de 2020.

INFORMATIVO

Eu, Jênifer Juliana Lopes Ribeiro, ocupante do cargo de Agente Administrativo, tenho a informar que realizei a coleta dos orçamentos para abertura do processo de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UM EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO – RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ .**

Empresa	Contato	Orçamento
LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	(41) 3074-2100 fabio@lotusindustria.com.br	R$ 238.000,00
SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA	(11) 2134-1688 vendas.medica@shimadzu.com.br / info@shimadzu.com.br	R$ 258.000,00
DAAN Serviços	(41) 3092-8999 servicos@daanservicos.com.br	Raio-x Phillips USD 100.867,00
Prefeitura de Cristalina		R$ 461.000,00
Painel de Preços		R$ 376.710,00
Tecno Design	(11) 4021-9472 vendas@tecnodesign.ind.br	Não enviado até o momento
ICRx Solutions	(11) 4612-1040/ 94204-3720 caue.machado@icrx.com.br	Não trabalha.
Nei	(11) 4130-4477/ 3522-5002 contato@nei.com.br	Não atende órgãos publicos.
Biotecmed	(11) 3933-3670/ (11) 93492-8241 contato@biotecmed.com.br	Não vende para órgãos publicos
Ama Medical	(11) 4384-2494 licitacoes@amamedical.com.br	Não enviado até o momento
CDK	(11) 4066-6188 vendas1@cdk.com.br	Não enviado até o momento
CANON MEDICAL SYSTEMS DO BRASIL LTDA	(11) 4134000 marketing.cmb@br.medical.canon	Não enviado até o momento
Raio X Curitiba	(41) 9 9716-9398/ (41) 3308-9478 raioxemcuritiba@gmail.com	Não enviado até o momento

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Rua Benicio Moreira Niza, 114 – Vila Knoll -CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-2990

sms@mandaguacu.pr.gov.br

00.000031

MedTec	(34) 3212-1415 medtec@medtecnet.com.br	Não enviado até o momento
Bio Brasil	(11) 2347-3313 contato@biobrasil.com.br	Não enviado até o momento
Tecnical Solution	(11) 3881-2471 contato@tecnicalsolutions.com.br / diego@tecnicalsolution.com.br	Não enviado até o momento
Akatech produtos para saúde	(16) 98159-7421 akatech@akatech.com.br	Não enviado até o momento
IBF (Industria Brasilseira de Filmes)	(41) 2103-4900 cfpibf@ibest.com.br	Não enviado até o momento
Imex Medical Group	contato@imexmedicalgroup.com.br	Não enviado até o momento

Jênifer J. L. Ribeiro

Jênifer Juliana Lopes Ribeiro
Agente Administrativo

00.000032

DETALHES

Orgão	
Ano (Exercício)	2020
Número	4
Processo	8546
Modalidade	Pregão Presencial
Valor Estimado	R$ 461.000,00
Dt.Abertura	10/05/2018
Dt.Emissão	11/02/2020
Dt.Publicação	11/02/2020
Dt.Realização	21/02/2020
Dt.Julgamento	21/02/2020
Natureza do Objeto	
Objeto	Contratação De Empresa Para Fornecimento E Instalação De 01 Aparelho De Raio X Fixo Digital - 01 Impressora Dry De Filmes Radiológicos - Oriundos Do Processo Nº 25000.041375/2018-98, De Repasse Do Ministério Da Saúde, Visto Que Originalmente Esse Recurso Estava Vinculado á Proposta Junto Ao Fundo Nacional De Saúde Nº 11290.797000/1170-03.
Situação	Publicada
Tipo	Menor Preço - Por Item
Natureza	Normal
Regime de execução	Empreitada Por Preço Unitário

DOCUMENTOS

Descrição do Documento	Data da Publicação
Ata Da Sessão	04/03/2020
Publicação	11/02/2020
Recurso Lotus	11/03/2020
Recurso Vmi	11/03/2020
Retificação De Edital	13/02/2020
Impugnação Konica	18/02/2020
Impugnação Lotus	18/02/2020
Impugnação Philips	18/02/2020
Impugnação Vega	18/02/2020
Resposta Dos Recursos Lotus Konica E Vmi	18/03/2020
Resposta Impugnação Konica	19/02/2020
Resposta Impugnação Lotus	19/02/2020
Resposta Impugnação Philips	19/02/2020
Resposta Impugnação Vega	19/02/2020

PARTICIPANTES

Razão Social / Nome da Pessoa	CPF/CNPJ	Data da Habilitação
[illegible]ctormed Equipamentos E Produtos Hospitalares Eireli	13.169.056/0001-16	21/02/2020
Konica Minolta Healthcare Do Brasil Comercio De Equipamentos Medicos Ltda	20.918.002/0001-71	21/02/2020
Lotus Industria E Comercio Ltda	02.799.882/0001-22	21/02/2020
R & C Produtos Para A Saude Ltda - Epp	23.401.205/0001-84	21/02/2020
Vmi Tecnologias Ltda	02.659.246/0001-03	21/02/2020

HOMOLOGACAO

Razão Social / Nome da Pessoa	CPF/CNPJ	Valor	Dt.Homologação	Dt.Ajudicação

00.00000 83

LOTUS
healthcare

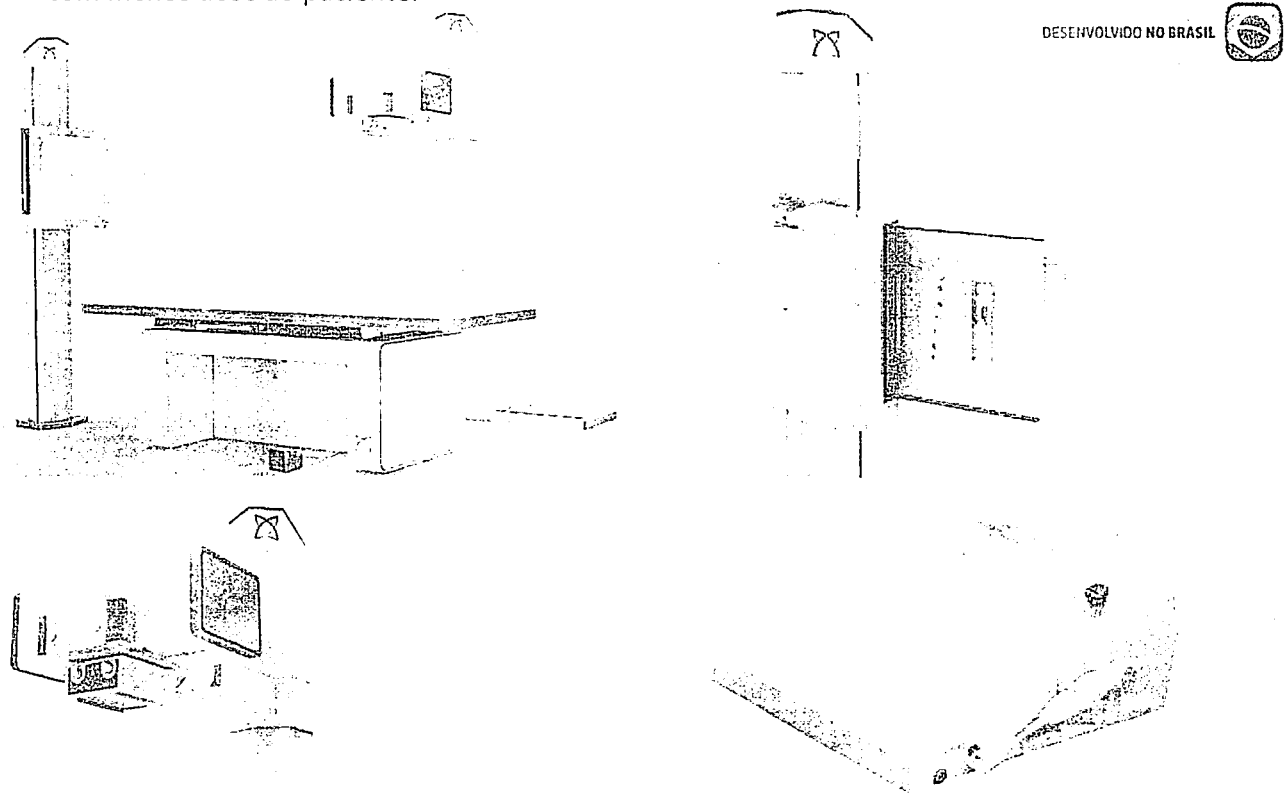
PROPOSTA COMERCIAL

Proposta n°:	001012020		
Produto:	CONJ RADIOLOGICO DIGITAL HF630M		
Solicitante:	Prefeitura de Mandaguaçu		
Cnpj:	76.285.329/0001-08		
Aos Cuidados de:	Jênifer		
Telefone		E-mail:	jjcomprassaude@outlook.com

Este documento é confidencial e destina-se exclusivamente a pessoa endereçada acima. Caso você não seja o destinatário, solicitamos o encaminhamento ao solicitante ou nos devolva informando o recebimento equivocado. Obrigado.

1. APRESENTAÇÃO

O HF630M da LOTUS X, é um conjunto radiológico com gerador de alta frequência de 150KV/630 mA, desenvolvido com tecnologia brasileira, aliando conceito, inovação e confiabilidade. Utilizando-se da tecnologia com dois transformadores, o HF630M produz um raios - x de qualidade, com uma emissão de baixo *ripple* (oscilação de alta tensão) aplicada ao tubo e com garantia dos parâmetros ajustados em seu painel. O resultado é uma imagem de melhor qualidade com menos dose ao paciente.



- Imagem ilustrativa

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

00.000031

LOTUS
healthcare

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO CONJUNTO RADIOLÓGICO DIGITAL HF630M

GERADOR	
Tipo (tecnologia)	MULTIPULSO - ALTA FREQUENCIA
Tensão de Alimentação	TRIFÁSICO- 220Vac ou 380Vac / 60Hz - configurável
Potência Máxima de Entrada	87 KVA
Faixa de KV	40 a 150 KV
Passo de ajuste de KV	1 KV (c/opção de 0,5 KV)
Faixa de mA	50 a 630 mA
Escalas de mA	50, 80, 100, 125, 160, 200, 250, 320, 400, 500, 630 mA
Faixa de Tempo de Exposição	(2ms) 0,002 a 6,30 s
Faixa de mAs	0,25 a 576 mAs
Potência Nominal	50 KW
Frequência de operação	112 KHz
Memória de armazenamento de Eventos (logs internos)	Mínimo de 5.000 registros
Memória de Tecnica Pre-programadas (TTP)	591 (87 cadastradas de fabrica + 504 livres)

PAINEL DE COMANDO	
Indicações de Parâmetros de raios x	KV/ mAs / mA
Tipo de mostrador	Digital (display de leds)
Possibilidade de ajuste de tempo de exposição	Sim
Indicação de foco	Sim
Tipo de painel	Membrana
Tipo de teclas	Tipo micro switch /luminosa opcional
Seleção do Padrão de densidade (espessura)	Sim
Acesso ao Menu de configurações	Display de cristal líquido
Botão de emergência	sim

TUBO DE RAIOS X	
Foco grosso	1.2
Foco fino	0.6
Velocidade de giro do anodo	3.200 RPM
Máxima capacidade de acumulação térmica do anodo	230 KHU

COLIMADOR	
Rotação	+/- 90° (180)
Lâmpada / luminosidade	Halogênea ou led / < 160 lux
Acionamento de palhetas	Manual
Abertura das palhetas a 1 m (SID)	De 0 x 0 cm a 43 x 43 cm
Temporizador de lâmpada	30 s
Acionamento de lâmpada	Manual - Botão frontal
Rotação	+/- 90° (180)

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

00...0000035

LOTUS
healthcare

ESTATIVA PORTA TUBO	
Tipo	Chão - chão / Contrabalanceada
Deslocamento Longitudinal	296,1 cm
Deslocamento Vertical	158,6 cm
Altura máxima	244 cm
Rotação da Coluna Estativa	+/- 180 ° (360 ° total)
Destravamento do giro da coluna	Manual / por pedal
Giro do Tubo de Raios x no próprio eixo	+/- 180°
Trava de posicionamento pré determinada do tubo	-90°, -45°, 0°,+45°, 90°
Indicador de Angulo	Luminoso, por gravidade com esfera de +/- 150°
Tipo de freio de movimentos	Eletromagnético
Protetor do tubo de raios x	sim

MESA	
Tipo	Fixa, com tampo flutuante
Dimensões do Tampo	91 x 240 cm
Deslocamento longitudinal do tampo	+/- 68 cm (total 136 cm)
Deslocamento transversal do tampo	+/- 23,6 cm (total de 47,2 cm)
Freio dos movimentos da mesa	Sim - tipo eletromagnético
Destravamento dos freios da mesa	Através de pedal
Tamanho Max de chassis de filme	43 x 43 cm
Dispositivo centralizador do tampo/chassi	Sim
Trava bucky na posição fechado	Sim - tipo magnético
Deslocamento (longitudinal) do bucky porta chassis	53,4 cm
Peso Max. suportado pela mesa	300 Kg
Tipos de grades FIXA	215 Linhas

ESTATIVA BUCKY MURAL	
Altura maxima	243 cm
Deslocamento Vertical	159,5 cm
Altura Max do centro do bucky até o chão	195 cm
Altura Min do centro do bucky até o chão	36 cm
Freio de trava de movimento	Tipo eletromagnético
Dispositivo centralizador de chassi	Sim
Tamanho Maximo de chassi	43 x 43 cm
Tipo de grades FIXA	215 Linhas

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

3. OUTRAS CARACTERÍSTICAS

✓ FIDELIDADE DOS PARÂMETROS APLICADOS (kV e mAs)

Gerenciamento microcontrolado em tempo real dos parâmetros selecionados para o exame, garantindo a aplicação precisa dos valores ao tubo de raio-x. Segurança e confiabilidade para quem está examinando e sendo examinado.

✓ FACILIDADE DE SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO E MANUTENÇÃO

Procedimentos de calibração automatizados. Um sistema de auto-teste verifica todos os circuitos e fornece um diagnóstico preciso do sistema. Isso facilita o procedimento de manutenção, antecipando a identificação de situações adversas no equipamento, o que pode ser inclusive realizado remotamente.

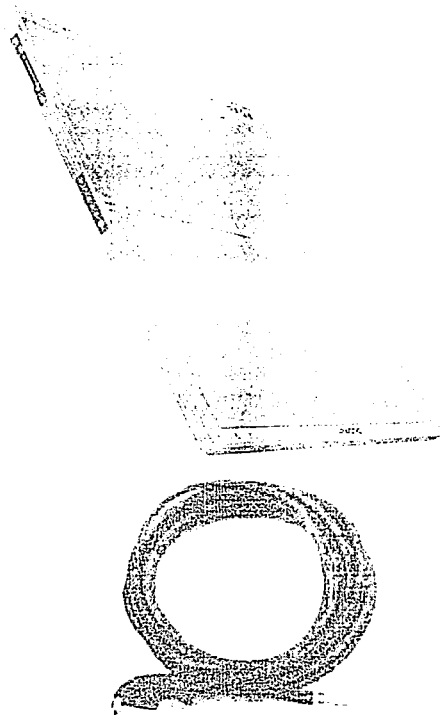
✓ ROBUSTEZ E CONFIABILIDADE

O equipamento foi desenvolvido com diversos circuitos redundantes de diagnóstico e bloqueios em situações de falha, o que evita riscos de danos ao equipamento ou ao operador e ao usuário.

✓ RELATÓRIO DE LOG DE EVENTOS

O HF630M gera um relatório de todos os eventos ocorridos no gerador, tais como valores de técnicas aplicadas , código de falhas , entre outros, armazenado os últimos 5.000 eventos, acessado somente através de assistência autorizada.

4. CONJUNTO DETECTOR DIGITAL - TIPO DR – COM FIO



- ✓ Tipo : Detector DR Flat Panel
- ✓ Com Cintilador tipo : **cSi (Iodeto de césio)**
- ✓ Distancia entre pixel (Pixel pith): 0,14mm (140µm)
- ✓ Matriz de imagem: 3072 x 3072 pixels
- ✓ Área ativa: 430mm x 430mm
- ✓ Área do Flat panel : 430mm x 430mm (17" x 17")
- ✓ Resolução de imagem digital (A/D): 16 BIT
- ✓ Tempo de Aquisição de imagem : 1,5 s
- ✓ Transmissão via cabo dedicado
- ✓ Dimensões (H × W × D)aproximadas:460× 460X 15mm
- ✓ Cabo com 7m

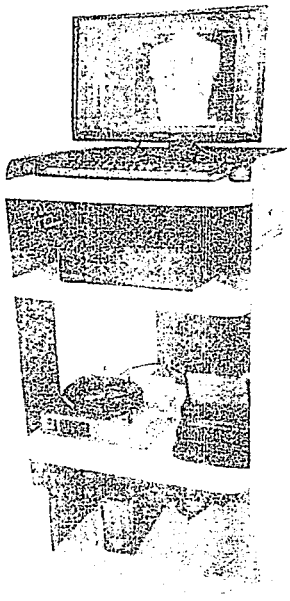
*imagens ilustrativas

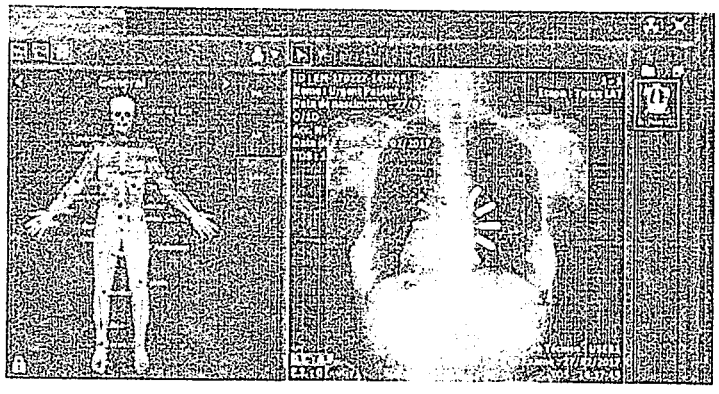
Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

90:00000 27

5. ESTAÇÃO DE TRABALHO COM SOFTWARE DE CAPTURA DE IMAGENS

Acompanha um computador de alta desempenho compatível com a aplicação,monitor LCD 21" com resoluçao HD de 1080 x 1920 com um software licenciado para a captura, visualização e manipulação das imagens adquiridas.





* Rack exclusivo para acondicionar os equipamentos

*imagens ilustrativas

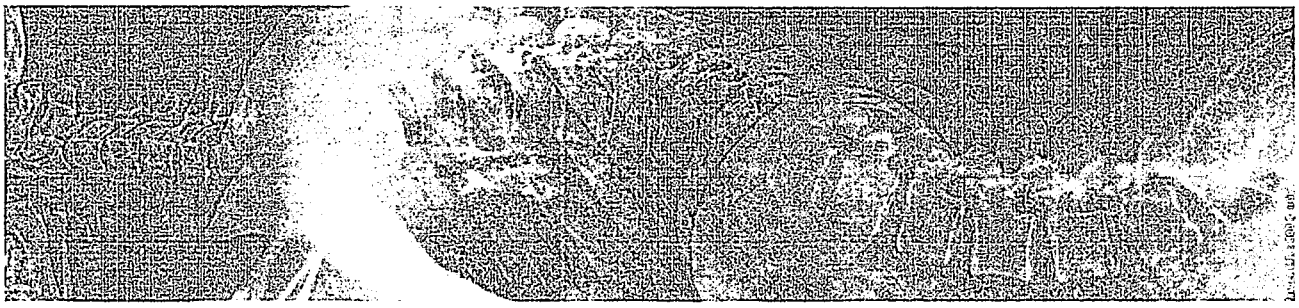
O software **VXvue** é um dos softwares mais completos do mercado , especialmente desenvolvido para esta aplicação. Possui as mais completas ferramentas para o perfeito ajuste das imagens adquiridas , possibilitanto a melhor condição de diagnóstico. Possi acesso diferenciado para usuário, administrador e serviço, podendo indicar na imagem na qual usuário realizou o exame.
As imagens são geradas no formato médico universal DICOM , podendo ser salvas e convertidas em JPG , BMP e TIF, para gravação em mídia externa.

Entre varias funções , destacamos:
Ferramentas de imagem
Lupa,zoom, espelho , rotação, recorte , brilho , contraste , marcações (D/E) e anotações sobre a imagem, harmonização de imagens, entre outras.

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

00000001

Função Costura (Schitch)
Permite a emenda de duas imagens para a criação de uma nova imagem panoramica , tal como colunas.



Total Compatibilidade DICOM 3.0
DICON SEND - Envia as imagens a um servidor de armazenamento
DICON PRINT - Impressão das imagens em impressora dicom - tipo Dry
WORKLIST - Recebe o cadastro de pacientes de servidor PACS.

6. INFRA ESTRUTURA

Este equipamento é especialmente desenvolvido para ser utilizado em salas de raios x . As salas devem ser construidas com projeto de proteçao radilógico desenvolvido e aprovado por profissionais competentes da áreas, e conforme legislação vigente.

A infraestrutura correta é de responsabilidade do cliente.

Deverá ter tubulações conforme indicação da fábrica para a passagem dos cabos.

Deverá ter fornecimento de energia elétrica conforme necessidade do equipamento.

Deverão ser previstos cabos de pontos de rede lógica, para a ligação do computador de aquisição de imagens.

O CLIENTE É RESPONSÁVEL PELA PRESERVAÇÃO DAS IMAGENS GERADAS. DEVERÃO SER TOMADAS PROVIDENCIAS RELACIONADA A SISTEMAS DE BACK UP DAS IMAGENS DIGITAIS.

7. AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

As informações contidas neste documento de proposta são confidenciais e servem unicamente ao propósito de fins de avaliação para o cliente neste documento. Em consideração ao recebimento deste documento, o destinatário concorda em manter tais informações em sigilo e não reproduzir ou divulgar a qualquer pessoa fora do grupo diretamente responsável pela avaliação do conteúdo, salvo com expressa autorização da LOTUS.

Este documento contém informações sobre produtos, valores e condições comerciais da LOTUS que podem ser melhoradas ou descontinuadas a critério exclusivo da empresa, sendo que a mesma não se obriga ao cumprimento da proposta após a finalização de seu prazo de validade. As

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

informações ora contidas neste documento refletem somente os critérios de negociação ofertados ao neste documento e a quem a proposta é direcionada, sendo que a LOTUS e seus representantes não se responsabilizam pelo cumprimento das mesmas condições para terceiros ou por quaisquer atos realizados pelo receptor ou seus representantes ou quaisquer obrigações a que o receptor ou seus representantes possam se obrigar com base no uso destas informações. Findo o prazo de validade, e com relação a terceiros, apenas a assinatura de um contrato ou acordo definitivo de aceitação da proposta, por representantes devidamente autorizados, obrigam a LOTUS ao cumprimento de seus termos.

8. TERMO DE GARANTIA

Os equipamentos e acessórios fornecidos pela LOTUS HEALTH CARE são garantidos por um período de **12 (doze) meses** da data de instalação, limitado aos defeitos de fabricação. Qualquer componente trocado no período de garantia, será garantido somente até o prazo de vigência da garantia original. A garantia é extensiva somente ao Cliente original não podendo ser transferida a não ser com autorização por escrito da LOTUS. Durante o período de Garantia, as peças defeituosas serão substituídas ou reparadas, a critério da LOTUS e sem ônus para o Cliente. A LOTUS solicitará ao Cliente a devolução das peças defeituosas substituídas sob Garantia.

Exclusões a garantia

A cobertura da garantia não inclui qualquer defeito ou deficiência que sejam decorrentes totalmente ou em parte de uso inadequado do equipamento ou danos resultantes de negligência com as precauções e métodos de operação contidos no manual de operação do equipamento.

Excetuando-se da garantia os defeitos ou danos resultantes de: Instalação, recolocação, reforma, manutenção ou reparos feitos por pessoas não autorizadas pela LOTUS Ltda.

Utilização do equipamento fora das condições ambientais estabelecidas como adequadas para o produto, tais como, suprimento de energia, temperatura, umidade e limpeza do ambiente.

Utilização de produtos e ou acessórios de outros fabricantes, que não a LOTUS

Reforma, manutenção ou reparos que utilizem partes e peças diferentes das especificadas pela LOTUS.

Acidentes ou fenômenos naturais tais como: inundações, raios, terremotos, incêndios, etc.

Acidentes da rede elétrica, distúrbios de tensão elétrica, descargas elétricas pelo aterramento.

Danos de software causados por vírus.

Mau uso do equipamento e suas partes

Os detectores de imagem possuem sensor interno de impacto que registram, em relatórios que podem extraídos via software, quedas e impactos ou quais não são cobertos pela garantia. Marcas, riscos , amassados e outras situações semelhantes que possam evidenciar um mau uso do equipamento também não são cobertos pela garantia.

Lotus Indústria e Comércio Ltda CNPJ 02.799.882/0001-22
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45 Fraron - Pato Branco - PR
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste CEP 85.503-380
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br vendas@lotusindustria .com.br

00.000040

LOTUS
healthcare

9. VALORES

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	01 CONJ.	CONJ. RADIOLÓGICO HF630M DIGITAL c/ 01 DETECTOR COM CABO, conforme composição .	R$ 238.000,00 (Duzentos e trinta e oito mil reais)	R$ 238.000,00 (Duzentos e trinta e oito mil reais)

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

- ✓ Pagamento: A VISTA.
  Este equipamento possui dispositivo programável para bloqueio automático. Em caso de inadimplência no pagamento dentro das condições acordadas nesta proposta, o equipamento estará sujeito à bloqueios imediatos até a quitação e a parte inadimplente será responsável pelos custeios das despesas para desbloqueio.

- ✓ Garantia: 24 (vinte e quatro) meses sendo 3 meses de garantia legal e 9 meses de garantia concedida pela empresa, contra defeitos de fabricação. O prazo de garantia começa a vigorar a partir da data da emissão da Nota Fiscal. A garantia só terá validade se o equipamento for instalado por um técnico credenciado da LOTUS. No caso do equipamento ser comprado sem a Instalaçao inclusa, o cliente deverá se dirigir a uma das assistências autorizadas.
- ✓ Instalação: INCLUSA
  ATENÇÃO: Este equipamento requer instalação técnica por pessoas qualificadas e treinadas pela fábrica e somente será instalado se a infraestrutura do local de instalação atender as exigências mínimas necessárias e contidas no manual do equipamento registrado na ANVISA.)
- ✓ **Prazo de Entrega:** até 30 dias.
- ✓ **Local de Entrega:** a combinar
- ✓ **Frete:** incluso
- ✓ **Procedência:** Indústria Brasileira, fabricada por Lotus Indústria e Comércio Ltda.
- ✓ Equipamento registrado na **ANVISA,** Ministério da Saúde sob nº **80123860005**
- ✓ Empresa com certificação **BPF (Boas Práticas de Fabricação).**
- ✓ **Treinamento:** treinamento técnico para a equipe de operação do equipamento.
- ✓ **Validade desta proposta:** 30 dias.

Pato Branco/PR, 03 de julho de 2020

Fábio J. Kanzler
Comercial
Lotus Indústria e Comércio Ltda

Lotus Indústria e Comércio Ltda — CNPJ 02.799.882/0001-22
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45 — Fraron - Pato Branco - PR
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste — CEP 85.503-380
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br vendas@lotusindustria .com.br

00000041

PHILIPS

PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA
Sediada no Município de Barueri/SP, à Av. Tambore, nº 1.400/1.440, BOX: 31 a 33, Tamboré, CEP: 06460-000, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 58.295.213/0001-78, nos Municípios de Varginha/MG, à Av. Otto Salgado, 250/252, Distrito Industrial Cláudio Galvão Nogueira, CEP: 37066-440, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 58.295.213/0021-11

DXR_3115362_2020
quinta-feira, 2 de julho de 2020

CLIENTE: MUNICIPIO DE MANDAGUACU
CNPJ: 76.285.329/0001-08
ENDEREÇO: R BERNARDINO BOGO, 175. CENTRO
MANDAGUACU/ PR
CEP: 87.160-000
*Endereço para Faturamento

ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA FUTURO PREGÃO

Prezados Senhores,

Temos o prazer de encaminhar estimativa de preço para futuro pregão do(s) equipamento(s):

F30 DR – STANDARD – 1 UNIDADE
VALOR TOTAL DA VENDA : USD 100.867,00 (CEM MIL E OITOCENTOS E SESSENTA E SETE DÓLARES AMERICANOS)

A presente cotação não possui natureza vinculante e tem caráter meramente informativo.

Em nenhuma hipótese esta cotação será considerada válida para efeito de contratação/venda, sendo sua finalidade unicamente orçamentária.

Atenciosamente,

UNICA
REPRESENTANTE AUTORIZADO

"As informações presentes neste documento são confidenciais e não devem ser compartilhadas"

00.000042

PHILIPS

RESPONSABILIDADES ENTRE COMPRADORA E VENDEDORA

O preço referido LOCAL, inclui as despesas, taxas, e demais impostos devidos na importação e no faturamento, bem como, a despesa de frete e seguro relativo ao transporte interno do equipamento da VENDEDORA, até o cliente final.O comprador deve fornecer a energia elétrica e os dispositivos necessários para a proteção do sistema e de suas diversas partes, no que diz respeito ao suprimento de energia, de acordo com as características técnicas do equipamento indicadas pela VENDEDORA.

PRAZO DE ENTREGA

Philips se compromete a disponibilizar o(s) equipamento(s) no prazo 170 (cento e sententa) dias após a assinatura do contrato.

Em razão da afetação das cadeias globais de suprimentos pelo COVID-19, a VENDEDORA se compromete a envidar todos esforços para cumprir o prazo de entrega, entretanto, tal prazo se trata de uma estimativa, podendo sofrer alterações em seu cronograma, as quais serão devidamente justificadas pela VENDEDORA mediante comunicação prévia à COMPRADORA. Assim, as Partes acordam que caso a VENDEDORA não consiga despachar o(s) Equipamento(s) para seu destino na data agendada, devido a razões fora do seu controle razoável, a mesma não será responsabilizada nem incorrerá em multa).Em razão da afetação das cadeias globais de suprimentos pelo COVID-19, a VENDEDORA se compromete a envidar todos esforços para cumprir o prazo de entrega, entretanto, tal prazo se trata de uma estimativa, podendo sofrer alterações em seu cronograma, as quais serão devidamente justificadas pela VENDEDORA mediante comunicação prévia à COMPRADORA. Assim, as Partes acordam que caso a VENDEDORA não consiga despachar o(s) Equipamento(s) para seu destino na data agendada, devido a razões fora do seu controle razoável, a mesma não será responsabilizada nem incorrerá em multa).

GARANTIA

A Philips garante o funcionamento para o equipamento fornecido, sob condições normais de utilização, durante o período de 13 (treze) meses após a data do conhecimento de embarque para venda indent ou 12 (doze) meses após a data de instalação do equipamento para venda local. Essa garantia, cobrirá eventuais substituições de peças e mão de obra, necessárias para solucionar defeitos de fabricação.

NOTA

Não estão inclusos nenhum tipo de mobiliários fora os expressamente descritos na proposta.

VALIDADE DA PROPOSTA

30 dias.

00000043

PHILIPS

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO

DURADIAGNOST F30 DR DuraDiagnost F30 DR	
NRDT129	1 unidade

Sistema de radiografia direta DuraDiagnost F30

O DuraDiagnost F30 da Philips é um sistema de fixação no piso que oferece uma oportunidade econômica de entrada no mundo da radiografia digital (DR). Projetado para ajudá-lo a ganhar vantagem competitiva e a aumentar sua capacidade clínica, o sistema se tornará rapidamente o seu sistema de formação de imagens "sempre pronto".

O DuraDiagnost F30 oferece a oportunidade de retorno rápido sobre os investimentos graças ao seu preço acessível, enquanto continua sendo um sistema de radiografia digital confiável de uma marca premium com mais de 120 anos no mercado de raios X. Graças ao seu detector portátil sem fio, ele acomoda uma variedade de exames em pacientes em uma única sala de radiografia.

A consideração orçamentária pode variar, mas a necessidade por qualidade nunca varia. O DuraDiagnost F30 oferece funcionalidades de diagnóstico necessárias essenciais para exames radiográficos gerais. Ele une qualidade e confiabilidade com facilidade de uso e rápido retorno do investimento.

Alta confiabilidade com a comprovada tecnologia DR da Philips - um dos maiores inovadores em sistemas DR. Com as opções adicionais, o sistema DuraDiagnost F30 suporta tanto a conexão com as redes hospitalares (RIS) quanto com estações de trabalho, arquivos e impressoras compatíveis com DICOM.

Aplicações: O DuraDiagnost F30 ajusta-se a todas as aplicações gerais nos departamentos de radiologia. A flexibilidade total dos procedimentos é obtida pela operação manual do sistema.

As seguintes técnicas de exposição estão disponíveis para o usuário:

- Exposições do detector com um feixe de radiação vertical, horizontal e/ou oblíquo
- Técnica de exposição livre com CR e cassetes de filmes

Principais recursos:

- Maior eficácia de rotatividade de pacientes devido ao design de operação com menos cassete
- Processamento de imagens automatizado
- Com o detector portátil sem fio Varian de 14 pol x 17 pol (34.4 cm x 42.7 cm), com área de pixel ativo de 2476 x 3072
- Colimação manual
- Operação manual de Grade geométrica, trocada pelo usuário

Itens incluídos:

- Suporte do tubo
- Um detector plano digital
- Geometria de Bucky montado no solo para uso geral
- Estação de operação com interface harmonizada do usuário
- Câmara AMPLIMAT

Suporte do tubo

- Percurso longitudinal: 151 cm
- Movimento vertical: 45,7 cm a 171,2 cm
- Rotação do tubo em torno do eixo vertical: -90° a +180°
- SID: 110 - 261 cm
- Rotação do tubo de raios X: +120° a -120°
- Um detector plano digital com tamanho de campo de 35 cm x 43 cm (14 pol x 17 pol)
- Resolução de 2476 x 3072 pixels
- Distância entre pixels 0,139 mm

08.000041

- Profundidade de pixel de 16 bits
- Geometria de Bucky montado no solo para uso geral
- Todos os movimentos da coluna e do Bucky são operados manualmente.
- O DuraDiagnost apresenta um design de mesa montada no piso com tubo de raios X que pode ser centralizado em relação ao detector, obtendo um posicionamento mais rápido, preciso e conveniente do paciente. De acordo com as preferências do usuário, o sistema está disponível com a SID fixa ou variável. O DuraDiagnost F30 foi criado com base na experiência dos clientes e no fluxo de trabalho. Isso significa que o cliente tem sempre a conveniência e flexibilidade de posicionamento do paciente

Mesa do paciente:

- Altura da mesa: 61,7 cm
- Peso máximo do paciente: 200 kg, mesa
- Tamanho do tampo: 229 cm × 75,5 cm
- Percurso longitudinal do tampo da mesa: ± 43 cm
- Transversal: ± 11,1 cm
- Grade removível e 3 câmaras de medição AEC
- Transparência de absorção da radiação <0,7 mm Al equivalente
- Distância de 78 mm do objeto até o detector
- Grades de 520 mm (centro para esquerda e direita 520 mm)
- Grade de parede Bucky: 43 linhas/cm, R:12:1, fo: 1050 mm
- Grade da mesa: 44 linhas/cm, 12:1, F: 110 cm (94 cm - 131 cm)

Suporte de parede bucky com bucky

- Posicione as exposições em pé com a operação simples do suporte de parede
- Cubra uma ampla variedade de pacientes, desde pediátricos até adultos altos
- O suporte de parede foi projetado para abranger diferentes tipos de pacientes em pé
- O movimento vertical do Bucky com suporte de parede vai de 45,7 cm a 180,7 cm (centro do detector)
- A distância objeto-imagem é de 78 mm e as forças necessárias à movimentação mecânica são inferiores a 50 N em estado desbloqueado e superiores a 100 N em estado bloqueado. Isso ajuda os usuários finais a posicionar rapidamente o Bucky com suporte de parede na posição correta
- O suporte de parede suporta instalação de versão à esquerda (em relação à frente da mesa)
- Isto é, se o operador está voltado ao suporte de parede, é o lado esquerdo ou direito dele que é usado como referência
- A bandeja do detector/Bucky é removível somente pela frente
- Todas essas funcionalidades proporcionam maior flexibilidade ao usuário final e ao paciente, e também facilitam o uso
- Estação de operação com interface de usuário harmonizada.
- A estação de trabalho de operação, Eleva Workspot, completa o sistema com uma interface de usuário clara, otimizada para o trabalho do técnico
- Itens incluídos: PC, teclado e mouse
- Preparado para o recurso "DICOM Media"
- Aplicativo principal para agendamento de pacientes, exibição de imagens, revisão, edição de imagens e exames
- Interface do usuário clara e otimizada relativamente ao fluxo de trabalho

- Verificação de imagens totalmente processadas UNIQUE

- O melhor da categoria em processamento de imagens em várias resoluções
- Formação de imagens de alto padrão, ideais para visualização em formato eletrônico e impressão de filmes.
- Cadeia completa de imagens com profundidade de pixel de 12 bits (aquisição, processamento, armazenamento e exportação)
- Oferece a melhor qualidade de imagem em todas as etapas.
- Função de Exibição Padrão em Escala de Cinza DICOM, que garante a apresentação consistente das imagens desde a tela até o PACS ou o filme.
- Proteção da senha do usuário (log-on, log-off), para segurança e privacidade dos dados.
- Monitor LCD TFT colorido de tela plana e 19 pol.
- Vantagens: Tira total proveito da interface avançada do usuário e da facilidade de uso do sistema DuraDiagnost F30
- Otimiza o fluxo de trabalho e a eficiência
- Tela antirreflexo com clareza superior de imagem, resolução, transmissão de luz e ciclo duradouro de qualidade superior
- Superfície durável, resistente a arranhões

0000001 45

Itens incluídos:

- Monitor de matriz ativa TFT de cristal líquido, com parte frontal anti-reflexo sensível ao toque e revestimento duro na camada superior
- Matriz de exibição: 1280 x 1024 paisagem
- Tamanho amplo da tela visível: 19" (48,2 cm) diagonal
- Tempo de resposta rápido: 14 ms típico
- Distância fina entre pixeis: 0,293 mm
- Alto brilho: 250 candela/m2
- Alta taxa de contraste: 1000:1
- Ângulos de visualização amplos na horizontal: +/- 89°, vertical: +/- 89°
- Modo de exibição SXGA (1.280 x 1.024)
- Modo de exibição XGA (1.024 x 768)

Processamento de imagens avançado DuraDiagnost F30 UNIQUE

- O processamento avançado de imagens de várias resoluções UNIQUE permite uma excelente "Harmonização de contraste"
- Os detalhes são aprimorados enquanto a impressão geral permanece natural
- Se utilizado com a opção PCR UNIQUE, a impressão de imagens será igual nas duas modalidades

Câmara AMPLIMAT

- Câmara AMPLIMAT com 3 campos de medição
- Pacote DICOM:
- Pacote que inclui impressão, exportação de imagens, WLM, MPPS, mídia.

Este pacote inclui todos os recursos de comunicação DICOM disponíveis com a plataforma Eleva:

- DICOM Worklist Management
- DICOM MPPS
- Exportação de imagens DICOM (incluindo Compromisso de armazenamento)
- Impressora DICOM
- Mídia DICOM

Para obter mais detalhes, consulte a declaração de conformidade com DICOM.

Ao adquirir esta opção uma vez para o sistema, a função ficará disponível em todos os pontos de trabalho comprados para este sistema.

DICOM Worklist Management: Interface com Sistema de Informações Radiológicas (RIS). Manuseio da lista de trabalho por meio de DICOM Basic Worklist Management (BWLM).

A conexão DICOM permite ao ponto de trabalho do Eleva carregar automaticamente a lista de trabalho de captura da modalidade a partir de um servidor de RIS. A consulta da lista de trabalho pode ser efetuada de modo amplo (genérico) ou específico (orientado para o paciente), e tanto interativamente (por solicitação do operador) como automaticamente (em segundo plano).

DICOM MPPS: Etapa do procedimento executado pela modalidade (MPPS) DICOM

Serviço DICOM para notificação do servidor RIS sobre o início e o fim das etapas de procedimento executadas. As mensagens contêm referências aos itens da lista de trabalho de origem (dados do paciente e procedimento), uma lista de imagens DICOM exportadas e dados pós-exposição.

O MPPS exige que o recurso DICOM Worklist Management esteja ativado. Nota: nos sistemas Essenta DR, Essenta DR Compact e PCR Eleva, os dados do gerador não serão reportados automaticamente.

Exportação de imagens DICOM: DICOM Storage e DICOM Storage Commitment. O recurso de exportação de imagens DICOM oferece o serviço de armazenamento DICOM para envio de imagens a PACS, arquivo ou qualquer outro destino DICOM em formato DICOM.

O ponto de trabalho Eleva aceita o padrão de exibição em escala de cinza DICOM. A calibragem do ponto de trabalho Eleva e o nó receptor DICOM proporcionarão a mesma qualidade de imagem uniformemente alta. A Exportação de Imagens DICOM também inclui o serviço de Compromisso de Armazenamento DICOM, que permite ao ponto de trabalho Eleva ser informado pelo destino de armazenamento se as

imagens foram armazenadas com segurança. Esse gatilho é utilizado pelo ponto de trabalho Eleva para permitir que imagens relacionadas sejam excluídas localmente.

Impressora DICOM: Interface de impressão DICOM para impressão manual e automática.

A interface de impressão DICOM permite a impressão manual e automática diretamente do ponto de trabalho Eleva. Possibilita que o usuário transfira imagens para uma impressora DICOM ligada em rede escolhendo diferentes modos de impressão:

- Autoprint: Impressão automática de imagens em layouts de filmes predefinidos, de acordo com o exame
- Impressão manual: Posicionamento manual de imagens em layouts de filmes predefinidos ou posicionamento de imagens em uma composição de layout livre

Vale ressaltar que apenas a impressão via protocolo DICOM é possível.

Mídia DICOM

Mídia de gravação em formato DICOM.

Esta funcionalidade permite gravar todas as imagens, estudos e imagens únicas do paciente em CDs ou DVDs diretamente no ponto de trabalho Eleva.O ponto de trabalho Eleva grava CDs ou DVDs que estão em conformidade com o formato de intercâmbio de mídia DICOM. Todos os CDs ou DVDs incluem um visualizador DICOM independente da Philips.
A visualização do conteúdo do CD ou DVD será possível em:

- Qualquer estação de trabalho compatível com o formato DICOM Media Interchange
- Qualquer PC padrão com a ajuda do visualizador DICOM da Philips no CD ou DVD

Observe que não será possível visualizar as imagens diretamente do CD ou DVD no ponto de trabalho Eleva.
Itens incluídos:

- Licença para o software DICOM Worklist Management
- Licença do software DICOM MPPS
- Licença do software DICOM Image Export
- Licença do software DICOM Print
- Licença do software DICOM Media

GEN. 50KW, TUBE 0.6/1.2 125KV Gerador de 50 kW (125 kV), tubo de raios X (0,6/1,2) 125 kV	
NRDT131	1 unidade

Gerador e tubo (Gerador de 50 kW e tubo de raios X E7252X).

Gerador com arquitetura moderna baseada em um design modular utilizando componentes de alto desempenho para possibilitar uma solução específica do cliente.

Resumo dos principais benefícios

- Arquitetura moderna baseada em um design modular utilizando componentes de alto desempenho
- Proteção contra sobrecarga do tubo
- Compensação automática da tensão da rede elétrica
- Controle automático de exposição (AEC)
- Tamanho compacto para caber em uma sala RAD compacta

A proteção contra sobrecarga do tubo monitora as condições de temperatura para proteger o tubo e os componentes de sua caixa contra danos ou destruição por causa do excesso de tensão. O controle automático de exposição define o tempo de exposição de acordo com sua tensão e as características do objeto para obter automaticamente a exposição certa.

Especificações

- Gerador de conversor de raios X controlado por computador

20.00006.17

- O gerador de alta frequência gera alta voltagem equivalente à tensão CC
- Alimentação: 50 kW
- Trifásico, 380 a 415 VAC, 50/60 Hz
- Controle de rotor de baixa ou de dupla velocidade, de acordo com o tubo
- Tensão máxima: 125 kV
- Corrente máxima: 630 mA a 70 kV; 500 mA a 100kV
- produto mAs: 0,4 a 500 mAs
- Tempo de exposição: 5 ms a 4 s
- Resistência máxima da rede elétrica a 400V: 0,3 Ohm
- Corrente máxima da rede elétrica a 400V: 125 A

Tubo de raios X E7252X: Este tubo de raios X de ânodo giratório e duplo foco pode ser usado para todas as aplicações de radiografia geral. O ângulo alvo do ânodo proporciona um campo de raios X de 43 x 43 cm (17 x 17") à distância fonte-imagem mínima de 110 cm (43,3").

Resumo dos principais benefícios

- Todas as aplicações radiográficas com pontos focais duplos
- Excelente desempenho durante toda a vida útil
- Ânodo com funcionamento em velocidade padrão (até 9.700 revoluções por minuto)
- Carcaça com resfriamento por convecção forçada do ar

Especificações

- Dois pontos focais: 0,6 mm e 1,2 mm
- Potência máxima: 27 kW com ponto focal de 0,6 mm, 75 kW com ponto focal de 1,2 mm
- Ângulo do ânodo: 12°
- Tensão máxima do tubo: 150 kV
- Capacidade de armazenamento térmico do ânodo: 210 kJ (300 kHU)
- Capacidade térmica da unidade: 900 kJ (1.250 kHU)
- Velocidade mínima do anodo: entre 2.700 e 9.700 revoluções por minuto
- Filtragem permanente: 0,9 mm Al/75 kV
- Peso total do tubo: 18 kg

VACUTEC DAP PACKAGE Pacote Vacutec DAP	
NRDT135	1 unidade

Pacote Vacutec DAP para medição do produto dose-área.

Equipamento de medição do produto dose-área independente do sistema de raios X para uma câmara de medição.
Itens incluídos:

- Cabo de DAP
- Placa de interface de DAP
- Câmara de medição de DAP
- Espaçador para trilhos de acessórios

*Os códigos descritos poderão sofrer alterações, todavia, não comprometerá a funcionalidade do equipamento adquirido".

SHIMADZU
Excellence in Science

PROPOSTA SBL

Barueri, 03 de julho de 2.020

À
PREFEITURA DE MANDAGUAÇU
CNPJ: 76.285.329/0001-08
Rua: Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernardino – Caixa Postal 81 – Cep: 87160-000
Fone: (44) 3245 2990 / (44) 9 9950 8922
Mandaguaçu – PR
A/C Janifer.

Prezado(s) Cliente(s),

Temos a honra de apresentar, para análise e apreciação, nossa proposta comercial para fornecimento do Aparelho de Raios X Fixo, modelo **TD500HF-CFB/40**, com Sistema Digital (DR) e FPD.

O fornecimento do equipamento ora ofertado inclui a instalação pela **SHIMADZU DO BRASIL**, bem como a Garantia e Assistência Técnica.

A **SHIMADZU** atua no mercado brasileiro há mais de 32 anos, com sede em Barueri-SP e filiais estabelecidas nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, e Rio Grande do Sul. Sua matriz e fábrica estão localizadas no Japão, e demais subsidiárias localizadas em vários países da Europa, América do Norte, Oriente Médio, África, Ásia e Oceania. Sendo assim a marca SHIMADZU reconhecida mundialmente por mais de 148 anos.

A **SHIMADZU** prima pela excelência no atendimento e total satisfação de nossos clientes, dessa forma esperamos que a presente proposta atenda suas expectativas.

Esta proposta possui validade de 15 (quinze) dias, ficando após este período, sujeita a revisão.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

José Orlando Daros
Supervisor de Vendas

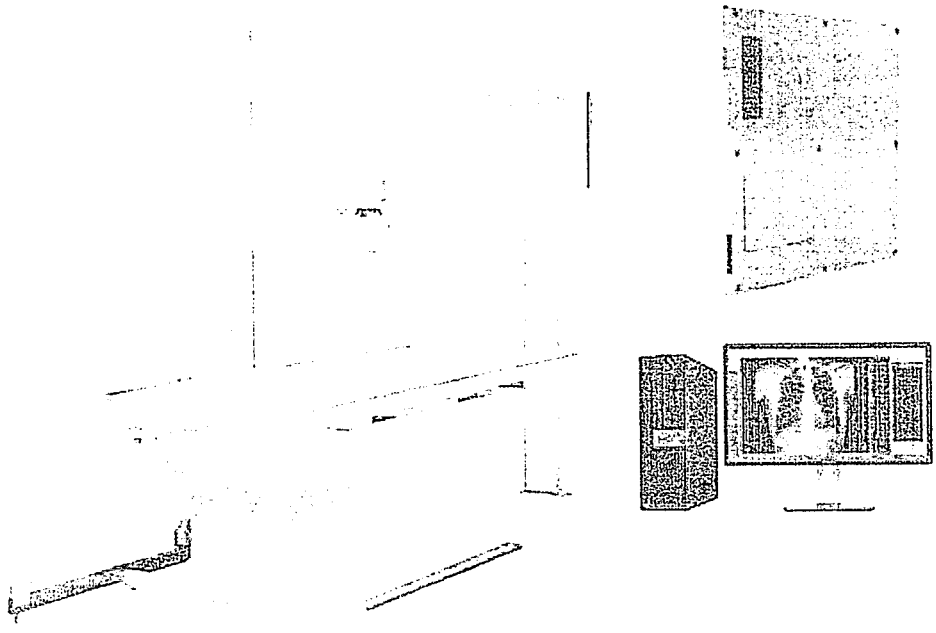
Constantino Luiz DiPIPI
Gerente Geral Divisão Médica

00.000019

SHIMADZU
Excellence in Science

PROPOSTA SBL

APARELHO DE RAIOSX FIXO COM SISTEMA DIGITAL (DR)



DR-Tech EVS 3643 Wireless

Shimadzu do Brasil Comércio Ltda. Avenida Tamboré, 576 | Tamboré | Barueri-SP | Brasil | CEP 06.460-000
Tel.: + 55 11 2424-1700 | FAX +55 11 3611-2209
www.shimadzu.com.br

20.000.015

SHIMADZU
Excellence in Science

PROPOSTA SBL

1- CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA

CONFIGURAÇÃO BÁSICA

- **Sistema DIGITAL (DR)**
  - Modelo: Exprimer EVS 3643 Wireless
  - Estação de aquisição (PC)
  - Monitor LCD de 24" touch screen
  - Teclado e mouse
- **Gerador de alta tensão de 630mA**
  - Modelo: TD500HF
  - Tipo: Inversor de alta frequência
  - Alimentação 220/380 Volts Trifásica, 60 KVA
- **Mesa de diagnóstico e estativa porta tubo com coluna fixa (CFB)**
  - Tipo: sistema integrado
  - Modelo: TDTF01
- **Tubo de raios-x 140kHU - Toshiba**
- **Colimador**
  - Modelo: Leadmec- LMD 206
  - Lâmpada de 100W
  - Tipo: Retangular e ajuste manual
- **Bucky mural**
  - Modelo: TDBM01
- **Acessórios**
  - Par de cabos de alta tensão
  - Manuais

2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS

O Aparelho de Raios X Fixo, **modelo TD500HF-CFB/40**, com Sistema Digital (DR), foi desenvolvido com a mais avançada tecnologia para adquirir Radiografias Digitais de pacientes em emergências, macas e cadeira de rodas.

O sistema de digitalização de radiografias (DR) portátil com área útil de 35x43cm permite a aquisição de radiografias de todo o corpo do paciente em formato de retrato ou paisagem, inclusive com o paciente em macas ou cadeira de rodas.

Gerador de alta frequência, integrado a mesa e estativa possibilita a obtenção de imagens de alta qualidade e definição, graças ao "ripple" mínimo da forma de onda do KV e precisão do controle de tempo de exposição. O gerador de alta frequência, além de eliminar os raios-x de baixa energia, reduz a dose de raios-X do paciente e aumenta a qualidade da imagem radiográfica. Isso faz com que ele seja melhor e mais seguro que os geradores convencionais.

Posicionamento rápido e fácil do tubo de raios X. O suporte do tubo de raios-X é totalmente contrabalanceado, o que facilita os movimentos para o posicionamento do tubo.

A **Mesa de Exames**, com tampo flutuante, facilita o posicionamento do paciente, pois possui grande alcance nos movimentos laterais e longitudinais. O "bucky" da mesa possui um suporte para um FPD que pode ser inserido na posição vertical ou horizontal. A mesa incorpora, também, grade anti-difusora, freios eletromagnéticos e distância reduzida entre o tampo flutuante e o bucky, o que possibilita a obtenção de imagens radiográficas com maior definição.

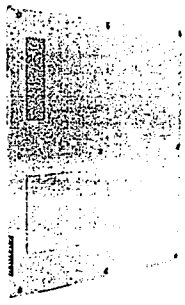
0[illegible]0051

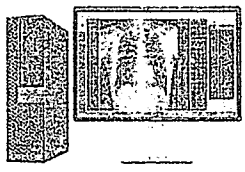
Espaço reduzido para instalação. O TD500HF-C de 630mA foi desenvolvido para ocupar o menor espaço possível na sala. O compacto gerador embutido embaixo da mesa e o suporte para tubo de raios X, permite uma grande flexibilidade na criação de "Layouts" aumentando a área livre da sala.

O Bucky Mural possui um suporte para FPD que pode ser inserido no sentido vertical ou horizontal. O Bucky possui uma grade de alta resolução para eliminar raios-X secundários.

3 – CARACTERÍSTICAS DOS COMPONENTES

Sistema DIGITAL (DR) com FPD Wireless





Imagens ilustrativas

Sistema de digitalização de radiografias (DR) de alto desempenho por meio de Detector de Painel Plano (FPD).

Modelo: Exprimer EVS 3643 Wireless (sem fio)

Fabricante: DR Tech

Detector de Painel Plano (FPD) sem fio:

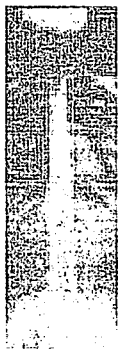
- Área útil do FPD: 358x430mm (14x17 polegadas);
- Tamanho do pixel: 140µm;
- Resolução: 2560x3072 pixels (7.86MP);
- Método de conversão: Silício amorfo (a-Si);
- Cintilador: CsI;
- Conversor (A/D): 14 bits;
- Peso do FPD: 2,98kg;
- Carregador de baterias;
- Duas baterias recarregáveis;
- Resistente a líquidos IPX4, resistindo a urina, sangue, agua etc.
- SMART AT (AED): Detecção Automática de Exposição.
- Dimensões externas: 386 x 460 x 14,5 mm

Estação de aquisição:

- Monitor de visualização: LCD de 24" (polegadas);
- Monitor tipo LED/TFT de alta definição;
- Processador: Intel Core i5 de 2.8GHz ou melhor;
- Memória RAM: 8GB;
- Disco rígido (HD): 1TB SATAIII;
- Porta USB: 4 portas;
- Sistema operacional: Windows 10 Pro 64 bits ou superior;
- Placa de rede: Dual Gigabit Ethernet 10/100/1000;
- Teclado e mouse.

Software de gerenciamento e processamento:

- Agenda de pacientes;
- Inserção de dados do paciente (manual ou via DICOM Worklist);
- Ampliação da imagem (zoom);



- Ajuste de brilho e contraste;
- Anotações sobre a imagem;
- Ajuste de densidade (Dinamic Range);
- Ajuste da região de interesse (ROI);
- Filtros de imagem pré-programados;
- Inversão da imagem;
- Medidas de distância e ângulo;
- **Software para "Stitching": imagem panorâmica de coluna e extremidades automático, sem necessidade de acessórios adicionais.**
- **Protocolos DICOM 3.0:** Print (impressão), Storage (armazenamento) e Worklist (lista de trabalho).

Gerador de Raios-X 630mA (40kW)

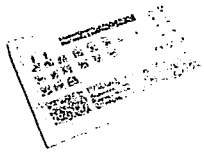


Imagem meramente ilustrativa

Gerador de alta tensão com controle microprocessado e inversores de alta frequência. Tamanho compacto e embutido sob a mesa de exames.

- **Tipo:** Inversor de alta frequência
- **Ajustes independentes:** de kVp, mA, tempo
- **Painel indicador:** kVp, mA, segundos e erros
- **Programas anatômicos (APR):** Método avançado de programação anatômica.
- **Potência:** 40kW
- **Controle:** Microprocessado
- **Botão de disparo:** duplo estágio (preparo/disparo)
- **Função de autodiagnostico:** em caso de falha de alguma função, um código de erro é exibido no display.

Parâmetros radiográficos:

- **Faixa de tensão:** 40 ~ 125KV
- **Faixa de corrente:** 50 ~ 630mA
- **Faixa de tempo:** 0.002 ~ 5 segundos em 31 passos

Mesa de Diagnóstico e estativa porta tubo fixa integrados

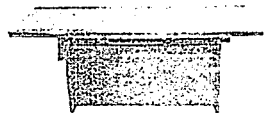


Imagem meramente ilustrativa

Mesa para exames radiológicos com tampo flutuante (multidirecional) de alta resistência e durabilidade.

- **Tipo:** Tampo flutuante, com a distância reduzida entre o tampo e o bucky;
- **Tamanho do tampo:** 2180x900mm;
- **Deslocamento longitudinal:** 1500mm (ou ±750mm);
- **Deslocamento lateral:** 240mm (ou ±120mm);
- **Freios:** eletromagnéticos;
- **Peso máximo suportado:** 200kg (distribuição uniforme);

Bucky da mesa com suporte para FPD de 35x43cm:

- **Deslocamento do Bucky da mesa:** 60cm longitudinal;

- **Grade antidifusora:** razão 10:1 e 103linhas/pol.

Estativa porta tubo com grande amplitude de movimentos.

- **Deslocamento longitudinal:** 2500mm;
- **Deslocamento vertical:** 1400mm;
- **Rotação do tubo** (Oblíquo): +-160°
- **Freios:** travas eletromagnéticas acionadas por botão para deslocamento e movimentação do braço e tubo;
- **Indicadores:** Ângulo de projeção oblíqua, distância longitudinal e distância vertical.

Tubo de raios-x de 140kHU (Toshiba)

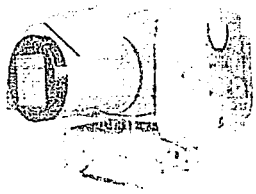


Imagem meramente ilustrativa

Tubo de raios-x de alta capacidade térmica e alta durabilidade.

- **Capacidade calórica do conjunto:** 1250kHU (900kJ);
- **Capacidade calórica do ânodo:** 140kHU;
- **Tipo:** Ânodo giratório (3400RPM);
- **Material do Ânodo:** Tungstênio (W);
- **Focos:** Fino 1,0 mm (22,5kW), Grosso 2,0 mm (47kW);
- **Filtração inerente:** ≥2,5mmAl/75kV ≥1,5mmAl + (2x0,5)mmAl/75kV
- **Tensão máxima suportada:** 125kV;
- **Circuito de segurança:** interrompe o disparo dos raios-x em caso de falha no filamento, temperatura excessiva, rotação do ânodo, sobrecarga e técnicas inadequadas.

Colimador

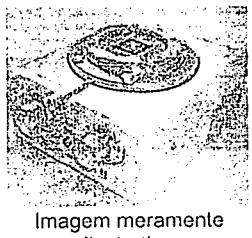


Imagem meramente ilustrativa

Colimador do feixe de raios-x, com placas de chumbo e iluminação de campo.

- **Modelo:** LMD 206;
- **Tipo:** Manual com quatro lâminas de chumbo;
- **Luz de campo:** luz indicadora da área de interesse (FOV) com temporizador para desligamento automático após 20 a 60 segundos. Com timer e luz de centralização de 100W.
- **Indicador do tamanho de campo:** DFF (100cm);
- **Rotação do colimador:** até 270°;
- **Filtração Inerente:** Equivalente a 1.03 mm Al.

Bucky Mural

Estativa bucky mural para uso em radiografia DIGITAL com suporte para FPD de 35x43cm.

- **Modelo:** TDBM01;
- **Movimento vertical do Bucky:** 138cm;
- **Distância foco filme:** 1,20 m a 1,80m
- **Bucky digital:** suporte para detector de painel plano (FPD) de 35x43cm;



Imagem meramente ilustrativa

- **Grade antidifusora:** razão 10:1 e 103 linhas/pol.
- **Ajustes e comandos:** Manuais;
- **Freio:** Travas manuais

4 - ACESSÓRIOS STANDARD

- Par de cabos de alta tensão 150KV
- Manuais técnicos.
- Manuais de operação.

5 - DIMENSÕES

Mesa de Exames - Tampo Flutuante	
Comprimento	2180mm
Largura	900mm
Altura	820mm
Peso da mesa	150kg

Suporte do tubo de raios-X	
Tipo	Integrado a mesa
Comprimento do trilho	2700mm
Altura da coluna	2350mm
Comprimento do braço	725mm
Peso bruto	150kg

Bucky mural	
Altura	2100mm
Largura	585mm
Profundidade	305mm
Peso	60kg

Gabinete do gerador	
Peso	50 kg
Painel de comando do gerador	
Peso	2,7kg

6 - REQUISITOS ELÉTRICOS

Requisitos elétricos		
Gerador de alta tensão	Entrada	220V ou 380V trifásico
	Tolerância	±10%

	Frequência	50/60Hz
Mesa de exames	Entrada	Monofásica 110V/220V Alimentado pelo gerador.
	Frequência	60Hz
Estativa integrada a mesa	Entrada	Monofásica 110V/220v Alimentado pelo gerador.
	Frequência	60Hz
Bucky mural	Entrada	Monofásica 110V/220V Alimentado pelo gerador.
	Frequência	50/60hZ

7 - PREÇO

PREÇO da Unidade.....R$ 258.000,00

- (Duzentos e cinquenta e oito mil Reais)

Notas:
- O valor acima inclui as despesas para importação e nacionalização.
- O valor acima é do aparelho entregue em Mandaguaçu -PR.
- O valor acima inclui a instalação e treinamento.

8 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pagamento à Vista, contra entrega.

9 - PRAZO DE ENTREGA

Entrega em 60 (Sessenta) dias após **Confirmação do Pagamento.**

10 - INSTALAÇÃO

A Instalação será efetuada pela SHIMADZU DO BRASIL, ou pela representante especializada e indicada pela SHIMADZU.

11 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A SHIMADZU DO BRASIL mantém serviço de Assistência Técnica com Engenheiros e Técnicos próprios e de seus Representantes, treinados e especializados pela SHIMADZU. A SHIMADZU DO BRASIL oferece também Contrato de Manutenção preventiva e Corretiva para garantir o bom funcionamento do equipamento.

12 - GARANTIA

O valor acima inclui 24 meses de garantia após a instalação ou 25 meses após a data do faturamento, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

13 - VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta é válida por 15 (quinze) dias após a data de emissão da mesma, após este período, deverá ser revisada pela SHIMADZU DO BRASIL.

SHIMADZU
Excellence in Science

PROPOSTA SBL

Atenciosamente,

José Orlando Daros
Supervisor de Vendas

Constantino Luiz DiPIPI
Gerente Geral Divisão Médica

De Acordo
Nome completo
Assinatura ____/____/2020

Shimadzu do Brasil Comércio Ltda. Avenida Tamboré, 576 | Tamboré | Barueri-SP | Brasil | CEP 06.460-000
Tel.: + 55 11 2424-1700 | FAX +55 11 3611-2209
www.shimadzu.com.br

00000057

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SOMA	MEDIA	MENOR
R$ 376.710,00	R$ 282.750,00	R$ 194.800

APARELHO RAIOS X\, APLICAÇÃO:FIXO\, TIPO:DIGITAL\, ADICIONAL:FORMATO DICOM\, CORRENTE:MÁXIMO DE 800 MA\, TENSÃO:MÁXIMO DE 125 KV\, COMPONENTE:MESA DE COMANDO\, ESTATIVA DE CHÃO\, OUTROS COMPONENTES:COLIMADOR\, BUCKY E MESA\, CAPACIDADE 1:MÍNIMO DE 130 KG — APARELHO RAIOS X

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
[illegible]	00001	[illegible]	450494	[illegible]	APARELHO [illegible] APLICAÇÃO [illegible] TIPO DIGITAL, ADICIONAL [illegible] FORMATO DICOM, CORRENTE [illegible] De 800 MA, TENSÃO [illegible] E 125 KV, COMPONENTE [illegible] MESA DE COMANDO, [illegible] ESTATIVA DE CHÃO, OUTROS COMPONENTES COLIMADOR, [illegible] KY E MESA, CAPACIDADE [illegible] MÍNIMO DE 130 KG	[illegible]	2	R$194.800,00	[illegible] [illegible] [illegible] LTDA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	154359 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	07/01/2019
00105/2019	00002	Pregão	450494	APARELHO RAIOS X	APARELHO RAIOS X, APLICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, ADICIONAL FORMATO DICOM, CORRENTE MÁXIMO DE 800 MA, TENSÃO MÁXIMO DE 125 KV, COMPONENTE MESA DE COMANDO, ESTATIVA DE CHÃO, OUTROS COMPONENTES COLIMADOR, BUCKY E MESA, CAPACIDADE 1 MINIMO DE 130 KG	UNIDADE	1	R$214.500,00	LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	ESTADO DE RORAIMA	980301 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	27/09/2019

Relatório gerado dia: 26/06/2020 às 16:18
Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

00092/20[illegible]	00001	Pregão	450494	APARELHO RAIOS X	APARELHO RAIOS X, APLICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, ADICIONAL FORMATO DICOM, CORRENTE MÁXIMO DE 800 MA, TENSÃO MÁXIMO DE 125 KV, COMPONENTE MESA DE COMANDO, ESTATIVA DE CHÃO, OUTROS COMPONENTES [illegible] LIMADOR, [illegible]KY E MESA, CAPACIDADE [illegible]NIMO DE 130 KG	UNIDADE	1	R$282.750,00	IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE [illegible] S/A	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155008 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DO PIAUÍ	13/11/2019
00[illegible]	[illegible]01	Pregão	[illegible]494	APARELHO RAIOS X	APARELHO RAIOS X, [illegible]LICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, [illegible]CIONAL FORMATO DICOM, [illegible]RRENTE MÁXIMO DE 800 MA, [illegible]NSÃO MÁXIMO DE 125 KV, [illegible]MPONENTE MESA DE [illegible]MANDO, ESTATIVA DE CHÃO, [illegible]UTROS COMPONENTES [illegible]LIMADOR, [illegible]KY E MESA, [illegible]APACIDADE MÍNIMO DE 130 KG	UNIDADE	1	[illegible]80.000,00	[illegible]	ESTADO DE MINAS GERAIS	[illegible]658 - HOSPITAL [illegible]TROPOLITANO [illegible]HILON BEHM	[illegible]/2019
00[illegible]	[illegible]01	Pregão	[illegible]494	APARELHO RAIOS X	APARELHO RAIOS X, [illegible]LICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, [illegible]CIONAL FORMATO DICOM, [illegible]RRENTE MÁXIMO DE 800 MA, [illegible]NSÃO MÁXIMO DE 125 KV, [illegible]MPONENTE MESA DE COMANDO, ESTATIVA DE CHÃO, OUTROS COMPONENTES [illegible]LIMADOR, [illegible]KY E MESA, CAPACIDADE [illegible]NIMO DE 130 KG	UNIDADE	2	[illegible]00,00	[illegible] LTDA.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO [illegible]	153047 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO MORAIS/UFES	[illegible]/12/2019

ORÇAMENTO - APARELHO DE RAIO - X

JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>

Ter, 23/06/2020 10:13

Para: caue.machado@icrx.com.br <caue.machado@icrx.com.br>
Cco: contato@biobrasil.com.br <contato@biobrasil.com.br>

1 anexos (2 MB)
ORÇAMENTO_RAIOX.docx;

Bom dia.

Por gentileza solicito orçamento conforme anexo, para abertura de licitação para aquisição de um Aparelho de RAIO-X para o municipio de mandaguaçu-PR.
Favor acusar recebimento.

Att.

Jênifer Ribeiro
Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu
(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922

ORÇAMENTO - APARELHO DE RAIO - X

JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>

Ter, 23/06/2020 [illegible]

Para: contato@biotecmed.com.br <contato@biotecmed.com.br>
Cco: contato@tecnicalsolutions.com.br <contato@tecnicalsolutions.com.br>

1 anexos (2 MB)
ORÇAMENTO_RAIOX.docx;

Bom dia.

Por gentileza solicito orçamento conforme anexo, para abertura de licitação para compra de Aparelho de Raio-X para o Municipio de Mandaguaçu-PR.
Favor acusar recebimento.

Att.

Jênifer Ribeiro
Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu
(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922

ORÇAMENTO_EQUIPAMENTO DE RAIO X

JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>

Seg, 22/06/2020 15:05

Para: vendas1@cdk.com.br <vendas1@cdk.com.br>
Cco: licitacoes@amamedical.com.br <licitacoes@amamedical.com.br>; vendas@amamedical.com.br <vendas@amamedical.com.br>; service@daanservicos.com.br <service@daanservicos.com.br>; fabio@lotusindustria.com.br <fabio@lotusindustria.com.br>; vendas@lotusindustria.com.br <vendas@lotusindustria.com.br>; info@shimadzu.com.br <info@shimadzu.com.br>; comercial@vmimedica.com.br <comercial@vmimedica.com.br>; raioxemcuritiba@gmail.com <raioxemcuritiba@gmail.com>; contato@nei.com.br <contato@nei.com.br>; vendas@tecnodesign.in.br <vendas@tecnodesign.in.br>

1 anexos (2 MB)
ORÇAMENTO_RAIOX.docx;

Boa tarde.

Por gentileza solicito orçamento conforme anexo para abertura de licitação para aquisição de aparelho de Raio-X. Favor acusar recebimento.

Att.

Jênifer Ribeiro
Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu
(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922

ORÇAMENTO - APARELHO DE RAIO-X

JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>

Ter, 23/06/2020 10:03

Para: medtec@medtecnet.com.br <medtec@medtecnet.com.br>

1 anexos (2 MB)

ORÇAMENTO_RAIOX.docx;

Bom dia.

Por gentileza solicito orçamento conforme anexo, para abertura de licitação para compra de um Aparelho de Raio-X para o Municipio de Mandaguaçu-PR. Favor acusar recebimento

Att.

Jênifer Ribeiro
Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu
(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922

00000083

ORÇAMENTO - APARELHO DE RAIO - X

JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>
Ter, 23/06/2020 10:48
Para: caue.machado@icrx.com.br <caue.machado@icrx.com.br>
Cco: contato@biobrasil.com.br <contato@biobrasil.com.br>

1 anexos (2 MB)
ORÇAMENTO_RAIOX.docx;

Bom dia.

Por gentileza solicito orçamento conforme anexo, para abertura de licitação para aquisição de um Aparelho de RAIO-X para o municipio de mandaguaçu-PR.
Favor acusar recebimento.

Att.

Jênifer Ribeiro
Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu
(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922

ORÇAMENTO - APARELHO DE RAIO - X

JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>

Ter, 23/06/2020 12:37

Para: diego@tecnicalsolution.com.br <diego@tecnicalsolution.com.br>

1 anexos (2 MB)

ORÇAMENTO_RAIOX.docx;

Boa tarde.

Por gentileza solicito orçamento conforme anexo, para aquisição de um aparelho de Raio - X para o Municipio de Mandaguaçu - PR.
Favor acusar recebimento.

Att.

Jênifer Ribeiro
Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu
(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922

ORÇAMENTO - APARELHO DE RAIO - X

JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>

Sex, 26/06/2020 09:17

Para: Cleber IBF <cfpibf@ibest.com.br>

1 anexos (2 MB)

ORÇAMENTO_RAIOX.docx;

Bom dia.

Por gentileza solicitamos orçamento conforme anexo, para abertura de licitação para compra de aparelho de Raio-X para o Municipio de Mandaguaçu-PR. Favor acusar recebimento.

Att.

Jênifer Ribeiro
Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu
(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922

ORÇAMENTO - APARELHO DE RAIO - X

JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>
Sex, 26/06/2020 09:36
Para: contato@imexmedicalgroup.com.br <contato@imexmedicalgroup.com.br>

1 anexos (2 MB)
ORÇAMENTO_RAIOX.docx;

Bom dia.

Por gentileza solicito orçamento conforme anexo, para abertura de licitação para compra de Aparelho de Raio-X. Favor acusar recebimento.

Att.

Jênifer Ribeiro
Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu
(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922

RES: ORÇAMENTO_ APARELHO DE RAIO -X

Caue Machado - iCRx <caue.machado@icrx.com.br>
Qua, 24/06/2020 10:45
Para: 'JENIFER RIBEIRO' <jjcomprassaude@outlook.com>

Bom dia,

Jenifer,

Infelizmente nosso eqto não atende ao descritivo.

Obrigado,

Cauê Machado
Consultor de Vendas

Tel.: (11) 4612-1040 Ramal 202
Email: caue.machado@icrx.com.br
Celular: (11) 93367-9058
www.icrx.com.br

De: JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>
Enviada em: terça-feira, 23 de junho de 2020 09:08
Para: caue@icrx.com.br
Assunto: ORÇAMENTO_ APARELHO DE RAIO -X

Bom dia Caue.

Por gentileza solicito orçamento conforme anexo, para abertura de licitação para compra de aparelho de Raio-X para o municipio de Mandaguaçu-PR.

Att.

Jênifer Ribeiro
Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu
(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922

Re: ORÇAMENTO - APARELHO DE RAIO - X

Contato Biotecmed <contato@biotecmed.com.br>
Ter, 23/06/2020 15:23
Para: JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>

Boa tarde,

Infelizmente não trabalhamos com órgãos públicos.

Obrigada pelo seu contato.

"Faço parte de uma empresa cuja missão é salvar vidas e manter a integridade física das pessoas"

Em ter., 23 de jun. de 2020 às 12:01, JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com> escreveu:

Bom dia.

Por gentileza solicito orçamento conforme anexo, para abertura de licitação para compra de Aparelho de Raio-X para o Municipio de Mandaguaçu-PR.
Favor acusar recebimento.

Att.

Jênifer Ribeiro
Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu
(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922

Re: ORÇAMENTO_EQUIPAMENTO DE RAIO X

Mayara Sanches <mayara.sanches@nei.com.br>
Seg, 22/06/2020 [illegible]
Para: JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com>

Boa tarde Jenifer

Agradecemos a oportunidade de participação, mas infelizmente nós não atendemos órgãos públicos ou licitações.

Em seg., 22 de jun. de 2020 às 14:33, JENIFER RIBEIRO <jjcomprassaude@outlook.com> escreveu:

> Boa tarde.
>
> Por gentileza solicito orçamento conforme anexo para abertura de licitação para aquisição de aparelho de Raio-X. Favor acusar recebimento.
>
> Att.
>
> **Jênifer Ribeiro**
> **Setor administrativo Departamento de Saúde de Mandaguaçu**
> **(44) 3245-2990 / (44) 99950-8922**

--
Atenciosamente,

Mayara Sanches
Analista de Cotação

Telefone: +55 (11) 94122-7282
Email: [illegible]
Skype: mayara.sanches.nei

[illegible]

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - FONE/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

Ilmo. Sr. Prefeito Municipal

Em atendimento à sua solicitação, informamos que para a realização da despesa relativa a:
Contratação de empresa especializada no fornecimento de um equipamento de raio-x fixo com tecnologia digital para uso em exames em diversas partes do corpo e com finalidades diagnósticas diferentes conforme termo de adesão – resolução 647/2020, firmados entre o município de Mandaguaçu e secretaria da saúde/ governo do estado do paraná, o nosso plano de contas para o Exercício 2020 contempla até o momento as seguintes dotações orçamentárias, sob as rubricas:

DESPESA	ELEMENTO	FONTE	DESPESA	ELEMENTO	FONTE
858	4.4.90.52	0.323			
547	4.4.90.52	0.303			
520	4.4.90.52	1.494			
546	4.4.90.52	0.001			

Mandaguaçu-PR, 20/07/2020

Dpto. Contábil
Ederson Fabio P. da Silva

20..00[illegible]

Assinado por 1 pessoa: EDERSON FABIO PEREIRA DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 28CE-C2F5-856B-35BE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 28CE-C2F5-856B-35BE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ EDERSON FABIO PEREIRA DA SILVA (CPF 884.862.579-72) em 20/07/2020 09:24:11 (GMT-03:00)
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/28CE-C2F5-856B-35BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUACU

'Relação dos Itens do Processo Administrativo'

(Período de 01/07/2020 a 21/07/2020)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
Processo Adm./ Ano:	**166/2020**					
1	46-01-1806	Raio X 500 Ma	UN	1,000	238.000,0000	238.000,00
				TOTAL DO PROCESSO ADM. ----------->		**238.000,00**
					TOTAL ----------->	**238.000,00**

Pe 511
Proc 163

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2020
(Processo Administrativo n° 163/2020)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICIPIO DE MANDAGUAÇU, por meio do setor de licitações, sediado na Rua Bernardino Bogo 175, centro, na cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Às 08:00 do dia 03/07/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09:00 horas do dia 17/07/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:15 horas do dia 17/07/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

1.2. *A licitação será realizada em um item, conforme tabela constante do Termo de Referência.*

1.3. O *critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1.As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.
3.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.
3.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.
3.5 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
3.6 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO 04)

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO 04) e

c) Especificações dos produtos objetos da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. "A empresa participante do certame não deve ser identificada". Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º.

O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de

tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, anexo 04

3.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 09 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
c) abrir as propostas de preços;
d) analisar a aceitabilidade das propostas;
e) desclassificar propostas indicando os motivos;
f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
h) declarar o vencedor;
i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
j) elaborar a ata da sessão;
k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

4.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

4.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

4.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
4.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
PARTICIPAÇÃO:
4.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.
4.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.**11 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.**

4.12 **A empresas para a participação neste pregão é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

4.13 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.14 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.14.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.14.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.14.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.14.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.14.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.14.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.15 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição dos objetos ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *Valor unitário;*

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.1.5. ***No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECICIFICAÇÔES e MARCAS dos produtos ofertados, a não inserção de especificações e Marcas dos produtos nestes campos, implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para desclassificação da proposta.***

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BLL, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado por item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,05 (cinco centavos).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O Critério de julgamento adotado será o ***MENOR PREÇO POR ITEM***, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.22 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.23.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5 O Pregoeiro **poderá** convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1 - Da Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial (no caso de empresa individual); Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (em se tratando de sociedades comerciais), e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (no caso de sociedades por ações); Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício (no caso de sociedades civis); decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País).

a.1) Entende-se por estatuto/contrato social em vigor, o documento de constituição da pessoa jurídica e suas alterações, ou ainda sua última alteração consolidada, acompanhada de todas as suas eventuais alterações posteriores.

9.1.2 - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

b) Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais/previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c) Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

d) Certidões pertinentes aos Tributos Municipais, expedidas pela Fazenda Municipal da localidade ou sede da licitante, na forma da lei;

e) Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FGTS, na forma da Lei n. 8.036/90;

f) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n. 5452 de 1º de maio de 1943.

g) Alvara/e ou Cicad da sede da licitante, participante do certame.

9.1.3 - Das Declarações:

a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a proponente não foi declarada
inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo;

b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14
(quatorze) anos;

c) Para atendimento as exigências previstas no item 9.1.3 alíneas "a" e "b"é facultado o uso do modelo constante do **Anexo IV**.

d) Declaração de não parentesco, conforme modelo constante no **Anexo V**;

e) Deverá ser apresentada, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, declarando que detêm tal condição, para que possam gozar dos benefícios outorgados pela Lei Complementar n. 123/06, podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo III**.

- A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de falsidade ideológica, de que trata o art. 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista no item 19.5. deste Edital.
- A apresentação da declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é **condição para as licitantes usufruírem dos benefícios** da Lei Complementar n. 123/2006.

9.2 - As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para realização da sessão pública do Pregão.

9.3 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo;

b) Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5 - Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente ou por servidor do Departamento de Licitações, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

9.6 - Serão aceitas somente cópias legíveis;

9.7 - Aplicar-se-ão às microempresas e empresas de pequeno porte o previsto nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.7.1 - Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de formalização do ajuste.

9.7.2 - Em conformidade com a LC 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, consoante o item imediatamente anterior, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.4 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no item imediatamente anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.9 Qualificação Econômico-Financeira.

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 – DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DOS LICITANTES

11.1 – Caberá ao Pregoeiro (a) inabilitar a licitante que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade, excetuado o disposto no **item 21.2** deste Edital.

11.2 - Poderá ser habilitada a licitante que tenha apresentado documentos com erros formais, desde que, justificadamente, tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração.

11.3 - Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o (a) Pregoeiro (a) analisará a documentação de habilitação das proponentes remanescentes respeitando a ordem de classificação.

12 - DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E QUALIFICAÇÃO DA LICITANTE

12.1 - Depois de avaliada a aceitabilidade da(s) proposta(s) e a qualificação da(s) licitante(s) titular(es) da(s) menor(es) oferta(s), constatado o atendimento dos

requisitos, o (a) Pregoeiro (a) comunicará as licitantes da decisão sobre a aceitabilidade ou não das propostas e da habilitação e proclamará o resultado da licitação.
12.2 - Declarada a vencedora da licitação e não havendo interposição de recurso ou solicitação de amostras, o (a) Pregoeiro (a) fará a adjudicação do objeto à vencedora, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
13.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
13.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
13.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
13.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
13.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
13.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14 - DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Decididos os recursos eventualmente formulados, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará o processo da licitação à autoridade competente, para adjudicação e homologação do resultado e convocação da licitante vencedora para a assinatura do contrato, o qual poderá, motivadamente, revogar a licitação, por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade ou inobservância dos termos do Edital e ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
14.2 - A invalidação do procedimento licitatório induz à do contrato.

14.3 - A convocação para assinatura do contrato será formalizada mediante notificação encaminhada ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta de preços ou envelope) ou qualquer outro meio a critério do Município
14.4 - A adjudicatária deverá assinar o contrato (modelo constante do **Anexo VI** deste Edital), dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação enviada pelo Departamento de Licitações, na forma definida por esta Administração em conformidade com o **item 14.3.**
a) O prazo concedido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 - Manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições; **15.2** - Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e do contrato.
15.3 - Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;
15.4 - Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;
15.5 - Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;
15.6 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;
15.7 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

16 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;
16.2 - Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;
16.3 - Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto desta licitação;
16.4 - Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;
16.5 - Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;
16.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

17 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 – O prazo máximo para a entrega dos materiais será de **30 (trinta) dias**, a partir da ordem de compra ou nota de empenho. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

As condições de entrega dos equipamentos devem obedecer ao disposto no Edital de Licitação, na Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007 c/c Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993. A entrega, o transporte e a instalação do equipamento serão de total responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

À CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder, no prazo de 10 (dez) dias, a inspeção de qualidade no equipamento e/ou serviços e rejeita-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado. Os funcionários da CONTRATADA deverão utilizar EPI´S e EPC´S que se fizerem necessários durante os trabalhos realizados de fixação e instalação do equipamento

17.2. Local de entrega: O local de entrega deverá ser agendado pelo fone (44) 3245-1310, nos dias de expediente, de segunda-feira à sexta-feira, nos horários entre 8h:30min e 10h:00 e das 13h:30min as 16h:00, sob as orientações dos servidores públicos, **João Sales de Abreu Filho** e/ou **Juliano Zubiolo Pereira**.

O local de entrega é na Unidade de Atenção Primária à Saúde – Unidade Básica Central – UBS Central, situada na Rua Juventino Baraldi, 175 – Centro – Mandaguaçu - PR – CEP 87.160.000,, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, mediante prévio contato pelo telefone (44) 3245-1310 com João

- O recebimento não exclui a responsabilidade civil e ética pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- Correrá por conta da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do objeto.
- Se for constatada divergência nos itens entregues, poderão ser rejeitados no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da lei 8.666/93.
- A prefeitura Municipal de Mandaguaçu ser reserva no direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.

17.3.ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO:

Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência

Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnico tanto para instalação do equipamento quanto da estação de trabalho com software que deverão ser entregues prontos para uso.

17.4.GARANTIA:

2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE).

17.5.MANUAIS E TREINAMENTO

(sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; **Treinamento operacional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem**, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento.

17.6.INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO:

Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná

17.7.ACESSÓRIOS:

Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento.

18 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 - O pagamento, decorrente da aquisição do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até **30 (trinta)**

dias, contados do recebimento dos produtos em cada ordem de fornecimento, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei n° 8.666/93 e alterações.
a) A contratada deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a CND federal conjunta, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em plena validade e a cópia da respectiva nota de empenho.
18.2 - Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será sustado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
18.3 - Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
18.4 - Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.
18.5 - O Município de Mandaguaçu, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
18.6 - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

19 - DAS PENALIDADES
19.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a defesa prévia, a Administração poderá aplicar à Contratada, além das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/1993, no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 8º da Instrução Normativa 37/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as seguintes sanções:

a) Advertência escrita;
b) Multa;
c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o
Município de Mandaguaçu-PR;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
e) Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do municipal.

19.2 - A **advertência escrita** será aplicada ao contratado quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não

caiba a aplicação de sanção mais grave; **19.3** - Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

19.3.1. No caso de **atraso injustificado** na execução do objeto, será aplicada multa sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, nas seguintes proporções:

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) – até o 10º (décimo) dia de atraso;
b) 1,0% (um por cento) – a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso, a partir de quando será considerada inexecução parcial ou total do objeto.

19.3.2. No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso, a partir de quando será considerada inexecução parcial ou total do objeto.

19.3.3. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso injustificado na entrega do(s) produto(s), ficará configurada a inexecução total ou parcial do contrato e a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos produtos não entregues, sem prejuízo das demais sanções previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.

19.3.4. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto na hipótese de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal do contrato;

19.3.5. Será configurada a **inexecução total** na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal;

19.3.6. No caso de reincidência ou quando a inexecução parcial também caracterizar abandono da execução do contrato, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parte inadimplida.

19.3.7. No caso de **inexecução total**, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

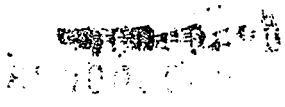
19.3.8. Pelo **descumprimento injustificado de outras obrigações** que não configurem inexecução total ou parcial do contrato ou mora no adimplemento, será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato.

19.3.8.1. As obrigações às quais se refere o item 19.3.8. são aquelas que não comprometem diretamente o objeto principal do contrato, mas que ferem critérios e condições nele explicitamente previstos.

19.3.8.2. Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

19.3.9. A fixação da multa compensatória referida nos itens 19.3.1 a 19.3.3, 19.3.6 a 19.3.8 e 19.3.11, não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da **CONTRATANTE**, sendo o dano superior ao percentual referido.

19.3.10. Quando a proponente não mantiver a sua proposta; apresentar declaração falsa; deixar de apresentar documento na fase de saneamento; ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa compensatória e cláusula penal de 10% (dez por



cento) sobre o valor total dos produtos cotados pela proponente, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.

19.3.11. Caberá multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município de Mandaguaçu-PR, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

19.3.12. Caberá multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

19.3.13. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.

19.3.14. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade, em até 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial do Município, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

19.3.15. Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa", para cobrança judicial.

19.4 - Será aplicada a **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Mandaguaçu-Pr,** pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, ao licitante quando:

a) Quando restar configurada a inexecução parcial ou total das obrigações assumidas no contrato.

19.5 - A **declaração de inidoneidade** será aplicada ao licitante que:

a) Fizer declaração falsa em qualquer fase da licitação;

b) Apresentar documento falso;

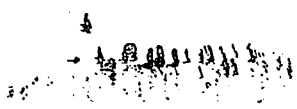
c) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

d) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

19.6 - Ficará **impedido de licitar e contratar com o Município e descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores municipal**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das outras multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato,
b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,
c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
d) Não mantiver a proposta,

00.010104



e) Falhar ou fraudar na execução do contrato,
f) Comportar-se de modo inidôneo ou
g) Cometer fraude fiscal,

19.7 - As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das proponentes.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância com os termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, não se podendo alegar, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

20.1.1 - As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório, sem direito a ressarcimento.

20.2 - O (a) Pregoeiro (a), em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a lisura da licitação, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento, e não contrariem a legislação vigente, poderá sanar e/ou relevar omissões ou erros observados na documentação e na proposta, sendo possível, caso julgue necessário, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

20.3 - No caso de decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização da licitação na data fixada neste Edital, fica a mesma prorrogada para o próximo dia útil, prevalecendo o horário estabelecido.

20.4 - O órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar os negócios já realizados, no todo ou em parte, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância dos termos deste Edital ou de seus anexos, se for o caso.

20.5 - O certame poderá ser suspenso a qualquer momento, com a devida justificativa do pregoeiro, não ensejando quaisquer indenizações ou direitos aos licitantes interessados em participar da licitação;

20.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.

20.7 - Nas aquisições advindas do presente processo licitatório, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

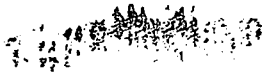
20.8 - As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguaçu-Pr, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.9 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser enviado no sistema eletrônico: www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para o julgamento das propostas.
20.10 - O tratamento favorecido e diferenciado aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, se aplica igualmente ao agricultor familiar, produtor rural pessoa física e sociedades cooperativas de consumo, nos termos da Lei Complementar 123/2006.
20.11 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
20.12 - Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

Mandaguaçu, 21 de julho de 2020.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

00.000.096



ANEXO 01

TERMO DE REFERENCIA

OBJETO:

O presente Pregão tem por objeto: Aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

PREGÃO ELETRONICO Nº 35/2020

DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO A SER ADQUIRIDO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR TOTAL
1	**Raio x 500 Ma** FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior; Potência do gerador de 50kW ou maior; Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros; Potência focal de 35/55kW ou maior;	1		**R$ 238.000,00**

	TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior;Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou superior; Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior; olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior; Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm; Travas eletromagnéticas para todos os movimentos; Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem; Gravador e leitor de CD-R/DVD-R; Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saídaethernet; Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF; Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware; Teclado ou labels totalmente em português. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacientes com 170Kg ou superior; Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2; Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente; Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior;			

	Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior; Deslocamento lateral de 24 cm; Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 150 cm; Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior; grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior; Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV; Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior; Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção; Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior; Capacidade de armazenamento de no mínimo 200 combinações de técnicas radiológicas para órgãos; Deslocamento longitudinal da estativa de 230 cm ou maior; Deslocamento vertical com altura do ponto focal ao piso de no mínimo 40 cm até 180 cm ou superior; Rotação do tubo de raios-X de ±180 graus para realizar exames em bucky mural e rotação da coluna ou braço porta tubo de ± 90 graus para realizar exames fora da mesa; Aquisição da imagem em máximo 5s DETECTOR devem possuir: Painel detector para uso no bucky da mesa e bucky mural; Detector de no mínimo 35x43cm com ou sem fio; Matriz mínima de 2500x3000 pixels; Tamanho máximo do pixelésio (CsI); Conversor A/D de 14bits; Peso			

00.000/01 99

	máximo do detector de 4 kg com bateria; Grau de proteção contra líquidos IPX4 ou melhor; Capacidade de carga de até 150 kg sobre a superfície total do detector; ESTAÇÃO DE TRABALHO devem possuir: Estação de controle e aquisição com monitor de LED/LCD de no mínimo 21" ou maior de tela sensível ao toque (touchscreen); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA / E BACKUP DE ENERGIA: Alimentação trifásica 220 V ou 380 V, frequência 60 Hz; Nobreak de tecnologia de senoidal online e dupla conversão, compatível com a potência e consumo para estação detrabalho e seus periféricos, e com autonomia mínima de 30 min. ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO: Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e			

	certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local. GARANTIA: 2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE). NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES: Registro na ANVISA; NBR 14136 e IEC 60320 C13 -cabo de força tripolar; NBR IEC 60601-1 -Equipamentos eletromédicos; Certificados de calibração de: Segurança Elétrica. MANUAIS E TREINAMENTO (sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema			

	eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; Treinamento peracional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento. INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO: Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná. ACESSÓRIOS: Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento. AVALIAÇÃO DO EQUIPAMENTO PROPOSTO A avaliação técnica do equipamento ofertado será realizada com base no manual disponibilizado no portal da ANVISA			

DO DEPARTAMENTO REQUISITANTE

A presente aquisição será destinada a atender as necessidades apresentadas pelo **Departamento Municipal de Saúde**, para equipar as UBS do município de Mandaguaçu.

DA METODOLOGIA

O registro de preços não obriga esta Administração a firmar contratações nas demandas estimadas, ou contratar os itens registrados, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência no fornecimento, em igualdade de condições.

A forma e critério de julgamento a ser utilizado no presente certame será o **menor preço por ITEM.**

DOS RECURSOS

A aquisição do equipamento será com recurso proveniente do Termo de Adesão ao incentivo financeiro de investimentos para as Unidades de Atenção Primária do Programa de Qualificação da Atenção Primária, na modalidade fundo a fundo, nos termos da Resolução SESA 647/2020. Recebimento recursos em 08/06/2020 – conta 29-0 – Caixa Econômica Federal – Valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

O presente Termo de referência foi elaborado a fim de subsidiar o processo de abertura de Licitação, pelo sistema de registro de preços, que visa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UM EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES** CONFORME Termo de Adesão – resolução 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE Mandaguaçu e Secretaria da Saúde/ Governo do Estado do Paraná.

Conforme especificado na Resolução SESA 647/2020 os recursos são destinados à aquisição de equipamentos para Unidades de Atenção Primária. O município de Mandaguaçu, foi contemplado com recurso para aquisição do objeto justificando assim o Processo Licitatório. A Administração Pública Municipal preocupada em manter a boa qualidade dos serviços ofertados a população buscou recursos junto ao Governo do Estado do Paraná/SESA para aquisição de um aparelho de RAIO-X para atender a demanda da população. O Departamento Municipal de Saúde irá substituir o equipamento de Raio-X, o qual encontra-se

antigo, defeituoso e realizando várias manutenções. Não é vantajoso para o município continuar investido na manutenção do mesmo, pois a frequência que este aparelho estraga está gerando prejuízos para o atendimento diário da população e custos altos para a instituição. Mandaguaçu possui 22.819 habitantes, com a seguinte estrutura: O Departamento Municipal de Saúde de Mandaguaçu é composto de cinco Unidades Básicas de Saúde: Centro de Saúde, ESF da Vila Guadiana, UBS de Pulinópolis, UBS do Parque Ouro Verde (IBC) e ESF São Pedro. A cobertura populacional pela equipe Atenção Básica é de 100%, se considerada somente eSF (Equipe Saúde da Família) tem uma cobertura de 46,70%. Quanto à Saúde Bucal (SB), possui 01 equipes de Saúde Bucal (eSB) na modalidade I, com cobertura populacional da Atenção Básica de Saúde Bucal é de 40,0%, se considerada somente eSB tem uma cobertura de15,57%.

O Município de Mandaguaçu possui a Gestão Plena da Atenção Básica. O mesmo, solicitou em setembro de 2019 credenciamento de 07 ESF e 02 gerentes de UBS (Central e Vila Guadiana), através da resolução 08/2019 do Conselho Municipal de Saúde. Assim, faz-se necessária à aquisição do equipamento de diagnóstico por imagem para modernização dos serviços de diagnóstico complementar, elevando a segurança para o paciente e colaboradores. Com foco contínuo na melhoria da qualidade, produção e ampliação dos procedimentos/exames oferecidos, possibilitando uma redução no tempo e proporcionando melhor qualidade na recuperação dos pacientes atendidos. A aquisição do equipamento acima, possibilitará uma redução significativa nos custos de manutenção com o equipamento antigo/obsoleto e tecnologicamente ultrapassado, cujo custo para conserto não é compensador.

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E SUA VIGÊNCIA

Do prazo de entrega: O prazo máximo para a entrega dos materiais será de **30 (trinta) dias**, a partir da ordem de compra ou nota de empenho. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

As condições de entrega dos equipamentos devem obedecer ao disposto no Edital de Licitação, na Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007 c/c Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993. A entrega, o transporte e a instalação do equipamento serão de total responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

À CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder, no prazo de 10 (dez) dias, a inspeção de qualidade no equipamento e/ou serviços e rejeita-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado. Os funcionários da CONTRATADA deverão utilizar EPI´S e EPC´S que se fizerem necessários durante os trabalhos realizados de fixação e instalação do equipamento

Local de entrega: O local de entrega deverá ser agendado pelo fone (44) 3245-1310, nos dias de expediente, de segunda-feira à sexta-feira, nos horários entre 8h:30min e 10h:00 e das 13h:30min as 16h:00, sob as orientações dos servidores públicos, **João Sales de Abreu Filho** e/ou **Juliano Zubiolo Pereira**.

O local de entrega é na Unidade de Atenção Primária à Saúde – Unidade Básica Central – UBS Central, situada na Rua Juventino Baraldi, 175 – Centro – Mandaguaçu - PR – CEP 87.160.000,, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, mediante prévio contato pelo telefone (44) 3245-1310 com João

- O recebimento não exclui a responsabilidade civil e ética pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- Correrá por conta da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do objeto.
- Se for constatada divergência nos itens entregues, poderão ser rejeitados no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da lei 8.666/93.
- A prefeitura Municipal de Mandaguaçu ser reserva no direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO:
Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnico tanto para instalação do equipamento quanto da estação de trabalho com software que deverão ser entregues prontos para uso.

GARANTIA:
2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE).

MANUAIS E TREINAMENTO

(sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; **Treinamento operacional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem**, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento.

INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO:

Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná

ACESSÓRIOS:

Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento.

CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

Adotar práticas de anticorrupção, devendo:

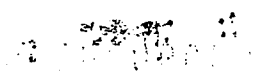
a) - Observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema Municipal de Saúde, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução dos recursos do incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas;

b) - Impor sanções sobre a empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SESA. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:

c) - Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;

d) - Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;

e) - Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;



f) - Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
g) - Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

a) O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b) A verificação do fornecimento dos produtos deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c) O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
d) A conformidade do objeto fornecido deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade, quantidade e forma de uso.
e) O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f) O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g) Fica designado o servidor público, Técnico de RX: o **Sr. João Sales de Abreu Filho**, com RG nº 3.529.706-6 e CPF/MF nº 463.852.239-49 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93.
h) Fica designado, como fiscal substituto o servidor público, Técnico em RX: **o Sr. Juliano Zubiolo Pereira**, portador do CI/RG nº 7.748.901-0 e CPF/MF nº 039.168.279-28 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93.
i) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta,

não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

DO VALOR DOS PRODUTOS

O valor estimado foi estipulado de acordo com pesquisa de preços com fornecedores especializados em Aparelhos de Raio-X, levando em consideração os preços praticados no mercado, sendo que a servidora responsável foi a Sra. Jênifer Juliana Lopes Ribeiro.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento, decorrente da aquisição dos materiais, objeto desta Licitação, será efetuado, mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até **30 (trinta) dias úteis,** contados do recebimento dos produtos, em cada ordem de pedido, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

Entrega da Nota Fiscal: Na Nota Fiscal deverá constar "PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, número do Processo, da Nota de Empenho e o número do Banco e da conta corrente da empresa", para a efetivação do pagamento.

A empresa ganhadora do processo licitatório é responsável por zelar pela boa qualidade do objeto a ser fornecido, caso ocorra alguma avaria no uso desse, deve a Licitante ressarcir o Município de todo o prejuízo que este sofrer em decorrência do material adquirido.

O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses,** podendo ser prorrogável.

DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaramos estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado, em 13/07/2020. **Aprovado, em 13/07/2020.**

Jênifer Juliana Lopes Ribeiro
Agente Administrativo

Cristiane Amaral Nogueira
Diretora da Secretaria da Saúde

ANEXO 02

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 35/2020

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico n.
35/2020 Razão Social da
proponente:
CNPJ da proponente:
Endereço da proponente:

OBJETO: Aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **nas quantidades, forma e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR TOTAL
1	**Raio x 500 Ma** FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior; Potência do gerador de 50kW ou maior; Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros; Potência focal de 35/55kW ou maior; TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior;Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou	1		**R$ 238.000,00**

	superior; Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior; olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior; Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm; Travas eletromagnéticas para todos os movimentos; Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem; Gravador e leitor de CD-R/DVD-R; Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saídaethernet; Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF; Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware; Teclado ou labels totalmente em português. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacientes com 170Kg ou superior; Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2; Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente; Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior; Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior; Deslocamento lateral de 24 cm; Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de			

	150 cm; Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior; grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior; Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV; Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior; Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção; Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior; Capacidade de armazenamento de no mínimo 200 combinações de técnicas radiológicas para órgãos; Deslocamento longitudinal da estativa de 230 cm ou maior; Deslocamento vertical com altura do ponto focal ao piso de no mínimo 40 cm até 180 cm ou superior; Rotação do tubo de raios-X de ±180 graus para realizar exames em bucky mural e rotação da coluna ou braço porta tubo de ± 90 graus para realizar exames fora da mesa; Aquisição da imagem em máximo 5s DETECTOR devem possuir: Painel detector para uso no bucky da mesa e bucky mural; Detector de no mínimo 35x43cm com ou sem fio; Matriz mínima de 2500x3000 pixels; Tamanho máximo do pixelésio (CsI); Conversor A/D de 14bits; Peso máximo do detector de 4 kg com bateria; Grau de proteção contra líquidos IPX4 ou melhor; Capacidade de carga de até 150			

	kg sobre a superfície total do detector; ESTAÇÃO DE TRABALHO devem possuir: Estação de controle e aquisição com monitor de LED/LCD de no mínimo 21" ou maior de tela sensível ao toque (touchscreen); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA / E BACKUP DE ENERGIA: Alimentação trifásica 220 V ou 380 V, frequência 60 Hz; Nobreak de tecnologia de senoidal online e dupla conversão, compatível com a potência e consumo para estação detrabalho e seus periféricos, e com autonomia mínima de 30 min. ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO: Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local.			

	GARANTIA: 2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE). NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES: Registro na ANVISA; NBR 14136 e IEC 60320 C13 -cabo de força tripolar; NBR IEC 60601-1 -Equipamentos eletromédicos; Certificados de calibração de: Segurança Elétrica. MANUAIS E TREINAMENTO (sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de			

	software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; Treinamento peracional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento. INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO: Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná. ACESSÓRIOS: Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento. AVALIAÇÃO DO EQUIPAMENTO PROPOSTO A avaliação técnica do equipamento ofertado será realizada com base no manual disponibilizado no portal da ANVISA			

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: conforme edital.
Local de entrega: conforme edital.

Declaro, sob as penas da lei, que o produto ofertado atende todas as especificações exigidas no Edital e seus anexos.
Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pela proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, despesas administrativas, seguro, frete, descarga e lucro.
Local, data.
NOME
Cargo

PREFERENCIALMETE BANCO
OFICIAL CONTA CORRENTE:
AGÊNCIA:

- **Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante**

ANEXO 03

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaramos, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, para os devidos fins e especialmente no que se referir ao Pregão Eletrônico n. **35/2020**, que a proponente _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Srs(as).____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, é **[microempreendedor individual/microempresa/empresa de pequeno porte]** nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do artigo 3.º da Lei Complementar n. 123/2006.

LOCAL, data.

NOME

Cargo

- **Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante;**

ANEXO 04

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: ( ) SIM ( ) Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:

i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. **O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.**

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.
O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data:

_____

_____

_____ **(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)**

OBSERVAÇÃO: *OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).*

ANEXO 4.1

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;

iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de

Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Credito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data:

_____

_

_____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO 05

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

– SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data:

_____

_____

_____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: *OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).*

ANEXO 06

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,
sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 35/2020, instaurada pela Prefeitura Municipal de Mandaguaçu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 07

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,

sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 08

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,

sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO 09

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão 35/2020, da Prefeitura Municipal de Mandaguaçu, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:

ANEXO 10

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020

DECLARAÇÃO

(Razão Social) _____

CNPJ/MF Nº _____

Sediada_____

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletronico nº 35/2020, instaurado pelo Municipio de Mandaguaçu, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data _____

Local_____

Nome do declarante _____

RG_____

CPF_____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 11

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.____/____ PREGÃO ELETRÔNICO N. _____/____ PROCESSO N. _____/____

Aos _____ dias do mês de _____ de xxxx, na sede do Município de _____, situada a _____, o **MUNICÍPIO DE _____,** inscrita no CNPJ nº _____, situada na _____ nº ____, CEP: _____, na cidade de _____, Estado do Paraná, representada neste ato pelo Prefeito (a) Municipal, o (a) Senhor (a) _____, estado civil, nacionalidade, portador (a) da cédula de identidade n. _____, e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. _____, residente e domiciliado na cidade de ____ – __ e do outro lado a proponente _____ inscrita no CNPJ sob n. _____ com sede na Rua _____, n. ____, Bairro _____, na cidade de _____, representada neste ato pelo representante legal **NOME**, brasileiro, estado civil, portador da cédula de identidade n. _____, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. _____, residente e domiciliado no endereço _____, na cidade de cidade – UF, nos termos da Lei Federal n. 10.520/2002, Lei complementar n. 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem formalizar o presente contrato, conforme decisão exarada no processo administrativo supracitado devidamente **HOMOLOGADA**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Contrato é a Aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no Edital em epígrafe e seus Anexos, com o objetivo da aquisição dos produtos adiante arrolados no presente termo contratual.

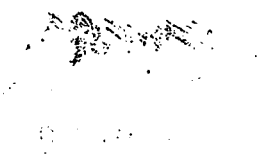
CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 - O contrato resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração em conformidade com o artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - O presente instrumento ficará disponível até 30 (trinta) dias no departamento de Licitações do Município de Mandaguaçu - Pr após a data de sua assinatura para que a contratada retire sua via assinada. Findo o referido prazo o mesmo será descartado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DO CONTRATO

3.1 - O contrato será utilizado pelas Secretarias Municipais.



3.2 - Caberá ao usuário do contrato deste Município a responsabilidade, após a assinatura, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 – O prazo máximo para a entrega dos materiais será de **30 (trinta) dias**, a partir da ordem de compra ou nota de empenho. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

As condições de entrega dos equipamentos devem obedecer ao disposto no Edital de Licitação, na Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007 c/c Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993. A entrega, o transporte e a instalação do equipamento serão de total responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

À CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder, no prazo de 10 (dez) dias, a inspeção de qualidade no equipamento e/ou serviços e rejeita-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado. Os funcionários da CONTRATADA deverão utilizar EPI´S e EPC´S que se fizerem necessários durante os trabalhos realizados de fixação e instalação do equipamento

Local de entrega: O local de entrega deverá ser agendado pelo fone (44) 3245-1310, nos dias de expediente, de segunda-feira à sexta-feira, nos horários entre 8h:30min e 10h:00 e das 13h:30min as 16h:00, sob as orientações dos servidores públicos, **João Sales de Abreu Filho** e/ou **Juliano Zubiolo Pereira**.

O local de entrega é na Unidade de Atenção Primária à Saúde – Unidade Básica Central – UBS Central, situada na Rua Juventino Baraldi, 175 – Centro – Mandaguaçu - PR – CEP 87.160.000,, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, mediante prévio contato pelo telefone (44) 3245-1310 com João

- O recebimento não exclui a responsabilidade civil e ética pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- Correrá por conta da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do objeto.
- Se for constatada divergência nos itens entregues, poderão ser rejeitados no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da lei 8.666/93.
- A prefeitura Municipal de Mandaguaçu ser reserva no direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO:

Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnico tanto para instalação do equipamento quanto da estação de trabalho com software que deverão ser entregues prontos para uso.

GARANTIA:

2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE).

MANUAIS E TREINAMENTO

(sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; **Treinamento operacional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem**, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento.

INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO:

Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná

ACESSÓRIOS:

Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

5.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes neste contrato serão firmadas com a Prefeitura Municipal, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei n. 8.666/1993.

5.2 - A adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação enviada pelo Departamento de Licitações, na forma definida por esta Administração em conformidade com o item 14.3 do edital.

5.3 - O prazo concedido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

5.4 - A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições; 6.2 - Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e contrato.

6.3 - Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto no Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;

6.4 - Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;

6.5 - Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;

6.6 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

6.7 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;

7.2 - Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;

7.3 - Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto deste contrato;

7.4 - Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido neste contrato;

7.5 - Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;

7.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E REVISÃO

8.1 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual.

8.2 - Extraordinariamente, a contratada, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado e a remuneração por parte deste Município, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Secretaria interessada, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas e componentes, ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado. 8.3 - Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento dos produtos, quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente e pelo preço contratado em vigor.

8.4 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

8.5 - Independentemente da solicitação de que trata o sub item 8.2, o contratante poderá a qualquer momento reduzir os preços contratados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.

8.6 - Na ocorrência do preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Órgão Gerenciador do contrato notificará a fornecedora com o menor preço ofertado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará a sua contratualização, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

A verificação do fornecimento dos produtos deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

A conformidade do objeto fornecido deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade, quantidade e forma de uso.
O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
Fica designado o servidor público, Técnico de RX: o **Sr. João Sales de Abreu Filho**, com RG nº 3.529.706-6 e CPF/MF nº 463.852.239-49 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93.
Fica designado, como fiscal substituto o servidor público, Técnico em RX: **o Sr. Juliano Zubiolo Pereira**, portador do CI/RG nº 7.748.901-0 e CPF/MF nº 039.168.279-28 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93.
A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento, decorrente da aquisição do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até **30 (trinta) dias,** contados do recebimento dos produtos em cada ordem de fornecimento, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei n° 8.666/93 e alterações.
a) A proponente deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a CND federal conjunta, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em plena validade e a cópia da respectiva nota de empenho.
10.2 - Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será sustado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
10.3 - Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

10.4 - Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.
10.5 - O Município de Mandaguaçu-PR, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
10.6 - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

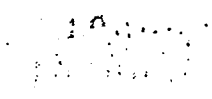
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES
11.1 – Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a defesa prévia, a Administração poderá aplicar à Contratada, além das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/1993, no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 8º da Instrução Normativa 37/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as seguintes sanções:

a) Advertência escrita;
b) Multa;
c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Mandaguaçu-PR;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
e) Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do municipal.

11.2 – A **advertência escrita** será aplicada ao contratado quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave; 11.3 - Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
11.3.1 – No caso de **atraso injustificado** na execução do objeto, será aplicada multa sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, nas seguintes proporções:

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) – até o 10º (décimo) dia de atraso;
b) 1,0% (um por cento) – a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso, a partir de quando será considerada inexecução parcial ou total do objeto.

11.3.2 – No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso, a partir de quando será considerada inexecução parcial ou total do objeto.
11.3.3 – A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso injustificado na entrega do(s) produto(s), ficará configurada a inexecução total ou parcial do contrato e a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada multa de



20% (vinte por cento) sobre o valor total dos produtos não entregues, sem prejuízo das demais sanções previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.
11.3.4 – Será configurada a **inexecução parcial** do objeto na hipótese de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal do contrato;
11.3.5 – Será configurada a **inexecução total** na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal;
11.3.6 – No caso de reincidência ou quando a inexecução parcial também caracterizar abandono da execução do contrato, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parte inadimplida.
11.3.7 – No caso de **inexecução total**, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
11.3.8 - Pelo **descumprimento injustificado de outras obrigações** que não configurem inexecução total ou parcial do contrato ou mora no adimplemento, será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato.
11.3.8.1. As obrigações às quais se refere o item 19.3.8. são aquelas que não comprometem diretamente o objeto principal do contrato, mas que ferem critérios e condições nele explicitamente previstos.
11.3.8.2. Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
11.3.9 - A fixação da multa compensatória referida nos itens 11.3.1 a 11.3.3, 11.3.6 a 11.3.8 e 11.3.11, não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da **CONTRATANTE**, sendo o dano superior ao percentual referido.
11.3.10 - Quando a proponente não mantiver a sua proposta; apresentar declaração falsa; deixar de apresentar documento na fase de saneamento; ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa compensatória e cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos produtos cotados pela proponente, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.
11.3.11 – Caberá multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município de Mandaguaçu-PR, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantida a ampla defesa.
11.3.12 – Caberá multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;
11.3.13 – A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.
11.3.14 – Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade, em até 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no

Órgão Oficial do Município, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

11.3.15 - Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa", para cobrança judicial.

11.4 - Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Mandaguaçu-Pr, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, ao licitante quando:

a) Quando restar configurada a inexecução parcial ou total das obrigações assumidas no contrato.

11.5 - A **declaração de inidoneidade** será aplicada ao licitante que:

a) Fizer declaração falsa em qualquer fase da licitação;
b) Apresentar documento falso;
c) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
d) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

11. 6 - Ficará **impedido de licitar e contratar com o Município e descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores municipal**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das outras multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato,
b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,
c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
d) Não mantiver a proposta,
e) Falhar ou fraudar na execução do contrato,
f) Comportar-se de modo inidôneo ou
g) Cometer fraude fiscal,

11.7 - As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das proponentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO CONTRATADO

12.1 - O contrato será cancelado, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores contratados e, por iniciativa dos Usuários do contrato deste Município quando:

a) Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

b) Os preços contratados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na
negociação;

c) Por razão de interesse público, devidamente motivado.

12.2 - Cancelado o contrato induzirá na convocação do fornecedor com classificação imediatamente subsequente.

12.3 – Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da contratação da presente licitação, correrão a cargo do Usuário do contrato, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações, descritas igualmente e seguir: 546/547/520/858/4.4.90.52.00.00.00.00.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PREÇO CONTRATADO

14.1 - Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, HOMOLOGADO a classificação da proponente conforme abaixo especificado, objeto de publicação no Órgão de Imprensa Oficial deste município, ficam assim firmados:

ITEM/QTDE/ UNID./DESCRIÇÃO DO OBJETO/ VALOR UNIT./ VALOR GLOBAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO.

15.1 – O extrato do presente contrato será publicado no Órgão Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mandaguaçu, Estado do Paraná, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – **CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

Adotar práticas de anticorrupção, devendo:

a) - Observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema Municipal de Saúde, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução dos recursos do incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas;

b) - Impor sanções sobre a empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o

envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SESA. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:

c) - Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;

d) - Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;

e) - Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

f) - Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

g) - Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

CONTRATANTE	CONTRATADA
PREFEITO MUNICIPAL	NOME/CARGO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
RG: _____

Nome: _____
RG: _____

ANEXO 12

DECLARAÇÃO ANTIFRAUDE E DA CORRUPÇÃO

(EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o no _____, e inscrição estadual no _____, com sede à (ENDEREÇO), neste ato representada por (NOME), profissão, portador do RG no _____, do CPF no _____, vem em atenção ao edital do Pregão n. ___/2019, declarar, sob as penalidades cabíveis que tem ciência do seguinte:

|- Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes o prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoasou sua propriedade, visando influenciar sua participação em outro processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "prática obstrutiva":

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

|| - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outrora de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas,

fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cidade e Estado:_____,_____
Data:_____/_____/_____

_____
RESPONSÁVEL LEGAL RG e/ou CPF

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 35/2020– (RP)
PROCESSO Nº. 163/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM
Objeto: Aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, (conforme descrito no edital e anexo);
Valor Maximo: R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais).
Data e Horário de recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 17/07/2020;
Data e Horário da sessão de disputa de preços, às 09:15 horas do dia 17/07/2020;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguaçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 21 de julho de 2020

Maurício Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08

PARECER JURÍDICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 163/2020
PREGÃO ELETRÔNICO

Keetby Midauar
OAB/PR 73086

EMENTA: AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. FORMA ELETRÔNICA. EQUIPAMENTO DE RAIO-X. LEI FEDERAL N.º 10.520/2002. DECRETO MUNICIPAL N.º 6551/2017. DECRETO MUNICIPAL N. 6769/2018. DECRETO FEDERAL N. 10024/2019. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N.º 147/2014. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 123/2006 C/C LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

1 Recebeu esta Procuradoria em 21/07/2020, o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo menor preço, encaminhado pela Comissão Permanente de Licitações, solicitando análise da minuta do Instrumento Convocatório elaborado em 21/07/2020, que visa a contratação/aquisição de "empresa especializada no fornecimento de um equipamento de raio-x [...] conforme termo de adesão – Resolução 647/2020, firmados entre o município de Mandaguaçu e Secretaria de Saúde", conforme requisitado no **lídimo** Termo de Referência, do qual deve embasar a elaboração do Edital que instrui o processo, e estabelece as condições, quantidades, fundamentos, exigências, condições de recebimento e outros pontos relacionados a contratação almejada, elaborada e aprovada por Jênifer Juliana Lopes Ribeiro, Rosangela Maria Roman, e, Cristiane Amaral Nogueira – Diretora do Departamento de Saúde, 13/07/2020.

1.1 Integra o pedido de abertura, entre outros: Resolução n. 04/2020 do Conselho Municipal de Saúde; Termo de Posse do Prefeito e Vice; Declaração de designação de servidor para exercer a atividade de fiscal do termo de adesão pelo município; Declaração do Gestor; Resolução SESA n. 647/2020; Termo de Referência da adesão; Termo de Compromisso, etc.

2 A Administração Pública possui verdadeiro juízo de oportunidade e conveniência para proceder seus atos. O que deve sempre observar é o cumprimento da Lei e o interesse público.

3 Nos termos do Edital, o valor máximo global é R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais), do qual: "os valores estimados foi estipulado de acordo com pesquisa de preços com fornecedores especializados em Aparelhos de Raio-X, levando em consideração os preços praticados no mercado, sendo que a servidora responsável foi a Sra. Jênifer Juliana Lopes Ribeiro" transcrição fiel do tópico "Do valor dos produtos" do Termo de Referência. Na sequência, consta anexo **louvável** informativo subscrito pela própria Jênifer Juliana Lopes Ribeiro, datado 13 de julho de 2020, atestando a responsabilidade pelos orçamentos, além de listar as empresas pesquisadas, contato, valores ofertados individualmente, entre outros, acompanhado dos documentos comprobatórios.

4 Os Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93 dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e claro, ou seja, o objeto deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público, com todas as características indispensáveis, afastando-se, evidentemente, as características irrelevantes e desnecessárias, que têm o condão de restringir a competição.

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08

5 A Lei Federal n. 10.520/2002, do qual instituiu a licitação denominada Pregão, dispõe:

> Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte: I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento; II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. *(Grifo Nosso!!!*

6 Quanto ao Decreto Municipal 6551/2017 que regulamenta no âmbito do Município a licitação denominada Pregão:

Keetby Miquar
OAB/PR 73086

> Art. 8 – A fase preparatória do pregão observará as seguintes etapas: I – Elaboração de termo de referencia pelo órgão requisitante, com indicação: a) Do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especiações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização; b) Da justificativa da necessidade da contratação; c) Das condições de prestação dos serviços ou de entrega de bens e produtos; d) Da estimativa do valor máximo para a contratação; e) Outros elementos como os prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração. II – Aprovação do termo de referencia pela autoridade competente; **III – Indicação das dotações orçamentarias correspondentes e, quando for o caso, o bloqueio do saldo necessário;** IV – Designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio; V – Elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas, exigências de habilitação e as obrigações das partes no futuro contrato/ata de registro de preços e as sanções aplicáveis; VI – Aprovação da minuta do Edital pela Procuradoria Jurídica do Município; *(Grifo Nosso!!!)*

7 Nos termos do artigo 40 da Lei Federal n.º 8.666/93, o edital deve conter no seu preâmbulo o número de ordem, nome da interessada, modalidade, regime de execução e o tipo da licitação, menção de que Lei a regerá, local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como, o objeto da licitação, prazo e condições para assinatura da ata, sanções para o caso de inadimplemento, condições para participação na licitação, critério para julgamento, critério de reajuste, instruções e normas para recursos, condições de recebimento do objeto da licitação, especificações do objeto, contrato...

8 Transcrevemos em resumo algumas orientações e apontamentos expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ao município de Mandaguaçu, a serem observados, no que couber:

> **Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Entidade: Prefeitura Municipal de Mandaguaçu-PR. Ref. Pregão Presencial - Edital n. 030/2018.** 10.4 b) Ref. pedido de informações: "De acordo com o subitem 3.1 do edital, o protocolo de pedido de esclarecimento ou impugnações só pode ser feito fisicamente, mediante protocolo junto à Prefeitura Municipal. (...) Todavia, a exigência de que qualquer pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital sejam protocoladas apenas na sede da Prefeitura do Município gera desconformidade com o que

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08

dispõem o art. 3º, paragrafo 1º e o artigo 40, VIII, da Lei 8.666/93..." c) Ref. exigência de apresentação de amostra: "No entanto, quando o poder público opta por fazer tal exigência, é indispensável que indique no ato convocatório, um prazo plausível para a apresentação de amostras, bem como critério de aceitabilidade e os métodos que utilizará para o seu exame..." 10.6 Ref. possível direcionamento de marca: "isso fere o disposto no art. 3º, paragrafo 1º inciso I da Lei Ordinária Federal n. 8.666/93 (...) Assim, sugere-se ao Município que reveja os padrões exigidos para os itens, de forma a não restringir a competitividade do certame..." 10.7 e) Ref. designação do responsável pelo recebimento dos itens: "Todavia, quando analisado o edital do Município, observaram-se desconformidades com as determinações legais, bem como a normativa federal mencionada, por não ocorrer a devida designação do responsável pelos recebimentos dos gêneros alimentícios nem dos procedimentos que nortearão o recebimento. Dessa forma, orienta-se que o Município adicione ao edital, cláusula designando os responsáveis ou os cargos que deterão as atribuições inerentes a todos os estágios de execução do contrato que deterão as atribuições inerentes a todos os estágios da execução do contrato de merenda escolar, além de, eventualmente, elaborar Manual próprio estabelecendo os procedimentos a serem seguidos por aqueles ocupantes destas funções. (...) A referência aos artigos 22 e 26 da Instrução Normativa n. 01/2017 DNA/FUNDEPAR são tambem necessárias neste aspecto..." Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em 29 de Maio de 2018. *Transcrição Fiel, Grifo Nosso!!!*

8.1 Quanto a qualificação técnica:

Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão - ENTIDADE: MANDAGUAÇU. (...) A respeito deste assunto, cabe a decisão do relator Ministro José Jorge, que afirmou no Acórdao no TCU n. 1982/2010-Plenário, TC-027.116/2008-0 de 11/08/2010. (...) **A Lei de Licitações n. 8.666/93 já limita a documentação de qualificação técnica no Art. 30, com o objetivo de que não sejam impostas exigencias descabidas e difíceis de serem cumpridas pelos interessados.** (...) Conclusão Desta forma, encaminha-se o seguinte Apontamento Preliminar de Acompanhamento – APA, para que o município de Mandaguaçu tenha ciência do teor deste Apontamento, assim como avaliem as providencias pertinentes com vistas a que possíveis irregularidades venham ocorrer. (...) A manutenção das impropriedades, nos termos em que foi identificada, poderá ensejar a abertura de Comissão de Irregularidade com a aplicação de multas administrativas previstas no art. 87 da Lei Complementar n. 113/2005. CAGE, 24 de maio de 2018." *Transcrição Fiel, Grifo Nosso!!!*

Keethy Minauar
OAB/PR 73086

9 Considerando que o procedimento licitatório, caracteriza ato administrativo formal, cf. Parágrafo Único do Art. 4 da Lei 8.666/93 e ss, fazemos, em resumo, os seguintes apontamentos e sugestões:

9.1 Necessário assinatura manuscrita e data, em algumas peças do processo, cf. art. 38...

9.2 Despacho do Excelentíssimo Sr. Prefeito requisitando a expedição de análise e expedição de pareceres técnicos, cf. Parágrafo Único, incisos VI, XII do Art. 38 e ss...

9.3 Em obediência ao Art. 8º inciso IV do Decreto Municipal n.º 6551/2017, torna-se necessário anexar, Decreto Municipal do qual designa o Pregoeiro e Equipe de Apoio.

9.4 Sugerimos citar no edital, o Decreto Municipal n. 6769/2018, do qual dispõe sobre a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica.

10 Vale advertir que caso autorizado a licitação, o prazo para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não poderá ser inferior a 8 (oito) dias úteis, conforme art. 4º, V, da Lei n.º 10.520/2002.

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08

11 Seguindo as orientações elencadas e resguardando o poder discricionário do gestor público, o presente terá condições de ser encaminhado para aprovação.

12 Ressalte-se, no entanto, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica que excede as funções desta parecerista, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, pois o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais.

13 Propõe, por fim, que seja dada ampla publicidade ao certame, caso haja decisão pela continuidade da licitação, na forma da legislação e com respeito ao princípio da publicidade (art. 37, caput, da CF/88).

14 É o parecer, salvo entendimento diverso.

Mandaguaçu-PR, 23 de julho de 2020.

Keetby Therese Midauar Seghesi
Procuradora-Geral

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020
(Processo Administrativo n° 163/2020)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICIPIO DE MANDAGUAÇU, por meio do setor de licitações, sediado na Rua Bernardino Bogo 175, centro, na cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Às 08:00 do dia 25/07/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09:00 horas do dia 17/08/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:15 horas do dia 17/08/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

1.2. *A licitação será realizada em um item, conforme tabela constante do Termo de Referência.*

1.3. *O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1.As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.
3.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.
3.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.
3.5 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
3.6 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO 04)

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO 04) e

c) Especificações dos produtos objetos da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. "A empresa participante do certame não deve ser identificada". Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º.

O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de

tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, anexo 04

3.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 09 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
c) abrir as propostas de preços;
d) analisar a aceitabilidade das propostas;
e) desclassificar propostas indicando os motivos;
f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
h) declarar o vencedor;
i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
j) elaborar a ata da sessão;
k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

4.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

4.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

4.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
4.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
PARTICIPAÇÃO:
4.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.
4.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.11 **Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.**

4.12 **A empresas para a participação neste pregão é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

4.13 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.14 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.14.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.14.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.14.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.14.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.14.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.14.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.15 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição dos objetos ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *Valor unitário;*

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.1.5. ***No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECICIFICAÇÔES e MARCAS dos produtos ofertados, a não inserção de especificações e Marcas dos produtos nestes campos, implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para desclassificação da proposta.***

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BLL, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado por item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,05 (cinco centavos).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

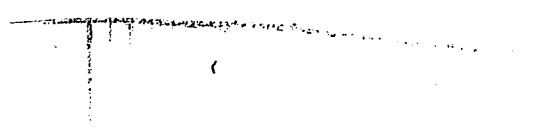
7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O Critério de julgamento adotado será o ***MENOR PREÇO POR ITEM***, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.22 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.23.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5 O Pregoeiro **poderá** convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1 - Da Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial (no caso de empresa individual); Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (em se tratando de sociedades comerciais), e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (no caso de sociedades por ações); Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício (no caso de sociedades civis); decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País).

a.1) Entende-se por estatuto/contrato social em vigor, o documento de constituição da pessoa jurídica e suas alterações, ou ainda sua última alteração consolidada, acompanhada de todas as suas eventuais alterações posteriores.

9.1.2 - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

b) Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais/previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c) Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

d) Certidões pertinentes aos Tributos Municipais, expedidas pela Fazenda Municipal da localidade ou sede da licitante, na forma da lei;

e) Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FGTS, na forma da Lei n. 8.036/90;

f) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n. 5452 de 1º de maio de 1943.

g) Alvara/e ou Cicad da sede da licitante, participante do certame.

9.1.3 - Das Declarações:

a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a proponente não foi declarada
inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo;

b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14
(quatorze) anos;

c) Para atendimento as exigências previstas no item 9.1.3 alíneas "a" e "b"é facultado o uso do modelo constante do **Anexo IV**.

d) Declaração de não parentesco, conforme modelo constante no **Anexo V**;

e) Deverá ser apresentada, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, declarando que detêm tal condição, para que possam gozar dos benefícios outorgados pela Lei Complementar n. 123/06, podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo III**.

- A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de falsidade ideológica, de que trata o art. 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista no item 19.5. deste Edital.
- A apresentação da declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é **condição para as licitantes usufruírem dos benefícios** da Lei Complementar n. 123/2006.

9.2 - As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para realização da sessão pública do Pregão.

9.3 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo;

b) Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5 - Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente ou por servidor do Departamento de Licitações, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

9.6 - Serão aceitas somente cópias legíveis;

9.7 - Aplicar-se-ão às microempresas e empresas de pequeno porte o previsto nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.7.1 - Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de formalização do ajuste.

9.7.2 - Em conformidade com a LC 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, consoante o item imediatamente anterior, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.4 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no item imediatamente anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.9 Qualificação Econômico-Financeira.

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 – DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DOS LICITANTES

11.1 – Caberá ao Pregoeiro (a) inabilitar a licitante que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade, excetuado o disposto no **item 21.2** deste Edital.

11.2 - Poderá ser habilitada a licitante que tenha apresentado documentos com erros formais, desde que, justificadamente, tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração.

11.3 - Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o (a) Pregoeiro (a) analisará a documentação de habilitação das proponentes remanescentes respeitando a ordem de classificação.

12 - DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E QUALIFICAÇÃO DA LICITANTE

12.1 - Depois de avaliada a aceitabilidade da(s) proposta(s) e a qualificação da(s) licitante(s) titular(es) da(s) menor(es) oferta(s), constatado o atendimento dos

requisitos, o (a) Pregoeiro (a) comunicará as licitantes da decisão sobre a aceitabilidade ou não das propostas e da habilitação e proclamará o resultado da licitação.
12.2 - Declarada a vencedora da licitação e não havendo interposição de recurso ou solicitação de amostras, o (a) Pregoeiro (a) fará a adjudicação do objeto à vencedora, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
13.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
13.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
13.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
13.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
13.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
13.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14 - DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Decididos os recursos eventualmente formulados, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará o processo da licitação à autoridade competente, para adjudicação e homologação do resultado e convocação da licitante vencedora para a assinatura do contrato, o qual poderá, motivadamente, revogar a licitação, por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade ou inobservância dos termos do Edital e ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
14.2 - A invalidação do procedimento licitatório induz à do contrato.

14.3 - A convocação para assinatura do contrato será formalizada mediante notificação encaminhada ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta de preços ou envelope) ou qualquer outro meio a critério do Município
14.4 - A adjudicatária deverá assinar o contrato (modelo constante do **Anexo VI** deste Edital), dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação enviada pelo Departamento de Licitações, na forma definida por esta Administração em conformidade com o **item 14.3.**
a) O prazo concedido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 - Manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições; **15.2** - Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e do contrato.
15.3 - Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;
15.4 - Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;
15.5 - Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;
15.6 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;
15.7 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

16 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;
16.2 - Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;
16.3 - Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto desta licitação;
16.4 - Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;
16.5 - Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;
16.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

17 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 – O prazo máximo para a entrega dos materiais será de **30 (trinta) dias**, a partir da ordem de compra ou nota de empenho. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

As condições de entrega dos equipamentos devem obedecer ao disposto no Edital de Licitação, na Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007 c/c Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993. A entrega, o transporte e a instalação do equipamento serão de total responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

À CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder, no prazo de 10 (dez) dias, a inspeção de qualidade no equipamento e/ou serviços e rejeita-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado. Os funcionários da CONTRATADA deverão utilizar EPI´S e EPC´S que se fizerem necessários durante os trabalhos realizados de fixação e instalação do equipamento

17.2. Local de entrega: O local de entrega deverá ser agendado pelo fone (44) 3245-1310, nos dias de expediente, de segunda-feira à sexta-feira, nos horários entre 8h:30min e 10h:00 e das 13h:30min as 16h:00, sob as orientações dos servidores públicos, **João Sales de Abreu Filho** e/ou **Juliano Zubiolo Pereira.**

O local de entrega é na Unidade de Atenção Primária à Saúde – Unidade Básica Central – UBS Central, situada na Rua Juventino Baraldi, 175 – Centro – Mandaguaçu - PR – CEP 87.160.000,, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, mediante prévio contato pelo telefone (44) 3245-1310 com João

- O recebimento não exclui a responsabilidade civil e ética pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- Correrá por conta da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do objeto.
- Se for constatada divergência nos itens entregues, poderão ser rejeitados no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da lei 8.666/93.
- A prefeitura Municipal de Mandaguaçu ser reserva no direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.

17.3.ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO:

Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência

Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnico tanto para instalação do equipamento quanto da estação de trabalho com software que deverão ser entregues prontos para uso.

17.4.GARANTIA:

2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE).

17.5.MANUAIS E TREINAMENTO

(sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; **Treinamento operacional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem**, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento.

17.6.INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO:

Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná

17.7.ACESSÓRIOS:

Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento.

18 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 - O pagamento, decorrente da aquisição do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até **30 (trinta)**

dias, contados do recebimento dos produtos em cada ordem de fornecimento, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei n° 8.666/93 e alterações.
a) A contratada deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a CND federal conjunta, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em plena validade e a cópia da respectiva nota de empenho.
18.2 - Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será sustado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
18.3 - Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
18.4 - Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.
18.5 - O Município de Mandaguaçu, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
18.6 - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

19 - DAS PENALIDADES

19.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a defesa prévia, a Administração poderá aplicar à Contratada, além das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/1993, no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 8º da Instrução Normativa 37/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as seguintes sanções:

a) Advertência escrita;
b) Multa;
c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o
Município de Mandaguaçu-PR;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
e) Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do municipal.

19.2 - A **advertência escrita** será aplicada ao contratado quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não

caiba a aplicação de sanção mais grave; **19.3** - Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

19.3.1. No caso de **atraso injustificado** na execução do objeto, será aplicada multa sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, nas seguintes proporções:

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) – até o 10º (décimo) dia de atraso;
b) 1,0% (um por cento) – a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso, a partir de quando será considerada inexecução parcial ou total do objeto.

19.3.2. No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso, a partir de quando será considerada inexecução parcial ou total do objeto.

19.3.3. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso injustificado na entrega do(s) produto(s), ficará configurada a inexecução total ou parcial do contrato e a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos produtos não entregues, sem prejuízo das demais sanções previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.

19.3.4. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto na hipótese de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal do contrato;

19.3.5. Será configurada a **inexecução total** na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal;

19.3.6. No caso de reincidência ou quando a inexecução parcial também caracterizar abandono da execução do contrato, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parte inadimplida.

19.3.7. No caso de **inexecução total**, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

19.3.8. Pelo **descumprimento injustificado de outras obrigações** que não configurem inexecução total ou parcial do contrato ou mora no adimplemento, será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato.

19.3.8.1. As obrigações às quais se refere o item 19.3.8. são aquelas que não comprometem diretamente o objeto principal do contrato, mas que ferem critérios e condições nele explicitamente previstos.

19.3.8.2. Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

19.3.9. A fixação da multa compensatória referida nos itens 19.3.1 a 19.3.3, 19.3.6 a 19.3.8 e 19.3.11, não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da **CONTRATANTE**, sendo o dano superior ao percentual referido.

19.3.10. Quando a proponente não mantiver a sua proposta; apresentar declaração falsa; deixar de apresentar documento na fase de saneamento; ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa compensatória e cláusula penal de 10% (dez por

cento) sobre o valor total dos produtos cotados pela proponente, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.

19.3.11. Caberá multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município de Mandaguaçu-PR, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

19.3.12. Caberá multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

19.3.13. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.

19.3.14. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade, em até 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial do Município, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

19.3.15. Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa", para cobrança judicial.

19.4 - Será aplicada a **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Mandaguaçu-Pr,** pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, ao licitante quando:

a) Quando restar configurada a inexecução parcial ou total das obrigações assumidas no contrato.

19.5 - A **declaração de inidoneidade** será aplicada ao licitante que:

a) Fizer declaração falsa em qualquer fase da licitação;

b) Apresentar documento falso;

c) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

d) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

19.6 - Ficará **impedido de licitar e contratar com o Município e descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores municipal,** pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das outras multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato,
b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,
c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
d) Não mantiver a proposta,

e) Falhar ou fraudar na execução do contrato,
f) Comportar-se de modo inidôneo ou
g) Cometer fraude fiscal,

19.7 - As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das proponentes.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância com os termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, não se podendo alegar, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

20.1.1 - As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório, sem direito a ressarcimento.

20.2 - O (a) Pregoeiro (a), em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a lisura da licitação, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento, e não contrariem a legislação vigente, poderá sanar e/ou relevar omissões ou erros observados na documentação e na proposta, sendo possível, caso julgue necessário, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

20.3 - No caso de decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização da licitação na data fixada neste Edital, fica a mesma prorrogada para o próximo dia útil, prevalecendo o horário estabelecido.

20.4 - O órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar os negócios já realizados, no todo ou em parte, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância dos termos deste Edital ou de seus anexos, se for o caso.

20.5 - O certame poderá ser suspenso a qualquer momento, com a devida justificativa do pregoeiro, não ensejando quaisquer indenizações ou direitos aos licitantes interessados em participar da licitação;

20.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.

20.7 - Nas aquisições advindas do presente processo licitatório, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

20.8 - As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguaçu-Pr, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.9 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser enviado no sistema eletrônico: www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para o julgamento das propostas.
20.10 - O tratamento favorecido e diferenciado aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, se aplica igualmente ao agricultor familiar, produtor rural pessoa física e sociedades cooperativas de consumo, nos termos da Lei Complementar 123/2006.
20.11 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
20.12 - Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

Mandaguaçu, 21 de julho de 2020.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

ANEXO 01

TERMO DE REFERENCIA

OBJETO:

O presente Pregão tem por objeto: Aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

PREGÃO ELETRONICO Nº 55/2020

DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO A SER ADQUIRIDO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR TOTAL
1	**Raio x 500 Ma** FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior; Potência do gerador de 50kW ou maior; Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros; Potência focal de 35/55kW ou maior;	1		**R$ 238.000,00**

	TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior;Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou superior; Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior; olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior; Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm; Travas eletromagnéticas para todos os movimentos; Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem; Gravador e leitor de CD-R/DVD-R; Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saídaethernet; Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF; Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware; Teclado ou labels totalmente em português. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacientes com 170Kg ou superior; Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2; Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente; Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior;			

	Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior; Deslocamento lateral de 24 cm; Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 150 cm; Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior; grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior; Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV; Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior; Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção; Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior; Capacidade de armazenamento de no mínimo 200 combinações de técnicas radiológicas para órgãos; Deslocamento longitudinal da estativa de 230 cm ou maior; Deslocamento vertical com altura do ponto focal ao piso de no mínimo 40 cm até 180 cm ou superior; Rotação do tubo de raios-X de ±180 graus para realizar exames em bucky mural e rotação da coluna ou braço porta tubo de ± 90 graus para realizar exames fora da mesa; Aquisição da imagem em máximo 5s DETECTOR devem possuir: Painel detector para uso no bucky da mesa e bucky mural; Detector de no mínimo 35x43cm com ou sem fio; Matriz mínima de 2500x3000 pixels; Tamanho máximo do pixelésio (CsI); Conversor A/D de 14bits; Peso			

	máximo do detector de 4 kg com bateria; Grau de proteção contra líquidos IPX4 ou melhor; Capacidade de carga de até 150 kg sobre a superfície total do detector; ESTAÇÃO DE TRABALHO devem possuir: Estação de controle e aquisição com monitor de LED/LCD de no mínimo 21" ou maior de tela sensível ao toque (touchscreen); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA / E BACKUP DE ENERGIA: Alimentação trifásica 220 V ou 380 V, frequência 60 Hz; Nobreak de tecnologia de senoidal online e dupla conversão, compatível com a potência e consumo para estação detrabalho e seus periféricos, e com autonomia mínima de 30 min. ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO: Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e			

	certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local. GARANTIA: 2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE). NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES: Registro na ANVISA; NBR 14136 e IEC 60320 C13 -cabo de força tripolar; NBR IEC 60601-1 -Equipamentos eletromédicos; Certificados de calibração de: Segurança Elétrica. MANUAIS E TREINAMENTO (sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema			

	eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; Treinamento peracional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento. INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO: Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná. ACESSÓRIOS: Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento. AVALIAÇÃO DO EQUIPAMENTO PROPOSTO A avaliação técnica do equipamento ofertado será realizada com base no manual disponibilizado no portal da ANVISA			

DO DEPARTAMENTO REQUISITANTE

A presente aquisição será destinada a atender as necessidades apresentadas pelo **Departamento Municipal de Saúde**, para equipar as UBS do município de Mandaguaçu.

DA METODOLOGIA

O registro de preços não obriga esta Administração a firmar contratações nas demandas estimadas, ou contratar os itens registrados, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência no fornecimento, em igualdade de condições.

A forma e critério de julgamento a ser utilizado no presente certame será o **menor preço por ITEM.**

DOS RECURSOS

A aquisição do equipamento será com recurso proveniente do Termo de Adesão ao incentivo financeiro de investimentos para as Unidades de Atenção Primária do Programa de Qualificação da Atenção Primária, na modalidade fundo a fundo, nos termos da Resolução SESA 647/2020. Recebimento recursos em 08/06/2020 – conta 29-0 – Caixa Econômica Federal – Valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

O presente Termo de referência foi elaborado a fim de subsidiar o processo de abertura de Licitação, pelo sistema de registro de preços, que visa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UM EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES** CONFORME Termo de Adesão – resolução 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE Mandaguaçu e Secretaria da Saúde/ Governo do Estado do Paraná.

Conforme especificado na Resolução SESA 647/2020 os recursos são destinados à aquisição de equipamentos para Unidades de Atenção Primária. O município de Mandaguaçu, foi contemplado com recurso para aquisição do objeto justificando assim o Processo Licitatório. A Administração Pública Municipal preocupada em manter a boa qualidade dos serviços ofertados a população buscou recursos junto ao Governo do Estado do Paraná/SESA para aquisição de um aparelho de RAIO-X para atender a demanda da população. O Departamento Municipal de Saúde irá substituir o equipamento de Raio-X, o qual encontra-se

antigo, defeituoso e realizando várias manutenções. Não é vantajoso para o município continuar investido na manutenção do mesmo, pois a frequência que este aparelho estraga está gerando prejuízos para o atendimento diário da população e custos altos para a instituição. Mandaguaçu possui 22.819 habitantes, com a seguinte estrutura: O Departamento Municipal de Saúde de Mandaguaçu é composto de cinco Unidades Básicas de Saúde: Centro de Saúde, ESF da Vila Guadiana, UBS de Pulinópolis, UBS do Parque Ouro Verde (IBC) e ESF São Pedro. A cobertura populacional pela equipe Atenção Básica é de 100%, se considerada somente eSF (Equipe Saúde da Família) tem uma cobertura de 46,70%. Quanto à Saúde Bucal (SB), possui 01 equipes de Saúde Bucal (eSB) na modalidade I, com cobertura populacional da Atenção Básica de Saúde Bucal é de 40,0%, se considerada somente eSB tem uma cobertura de15,57%.

O Município de Mandaguaçu possui a Gestão Plena da Atenção Básica. O mesmo, solicitou em setembro de 2019 credenciamento de 07 ESF e 02 gerentes de UBS (Central e Vila Guadiana), através da resolução 08/2019 do Conselho Municipal de Saúde. Assim, faz-se necessária à aquisição do equipamento de diagnóstico por imagem para modernização dos serviços de diagnóstico complementar, elevando a segurança para o paciente e colaboradores. Com foco contínuo na melhoria da qualidade, produção e ampliação dos procedimentos/exames oferecidos, possibilitando uma redução no tempo e proporcionando melhor qualidade na recuperação dos pacientes atendidos. A aquisição do equipamento acima, possibilitará uma redução significativa nos custos de manutenção com o equipamento antigo/obsoleto e tecnologicamente ultrapassado, cujo custo para conserto não é compensador.

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E SUA VIGÊNCIA

Do prazo de entrega: O prazo máximo para a entrega dos materiais será de **30 (trinta) dias**, a partir da ordem de compra ou nota de empenho. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

As condições de entrega dos equipamentos devem obedecer ao disposto no Edital de Licitação, na Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007 c/c Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993. A entrega, o transporte e a instalação do equipamento serão de total responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

À CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder, no prazo de 10 (dez) dias, a inspeção de qualidade no equipamento e/ou serviços e rejeita-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado. Os funcionários da CONTRATADA deverão utilizar EPI´S e EPC´S que se fizerem necessários durante os trabalhos realizados de fixação e instalação do equipamento

Local de entrega: O local de entrega deverá ser agendado pelo fone (44) 3245-1310, nos dias de expediente, de segunda-feira à sexta-feira, nos horários entre 8h:30min e 10h:00 e das 13h:30min as 16h:00, sob as orientações dos servidores públicos, **João Sales de Abreu Filho** e/ou **Juliano Zubiolo Pereira**.

O local de entrega é na Unidade de Atenção Primária à Saúde – Unidade Básica Central – UBS Central, situada na Rua Juventino Baraldi, 175 – Centro – Mandaguaçu - PR – CEP 87.160.000,, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, mediante prévio contato pelo telefone (44) 3245-1310 com João

- O recebimento não exclui a responsabilidade civil e ética pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- Correrá por conta da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do objeto.
- Se for constatada divergência nos itens entregues, poderão ser rejeitados no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da lei 8.666/93.
- A prefeitura Municipal de Mandaguaçu ser reserva no direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO:
Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnico tanto para instalação do equipamento quanto da estação de trabalho com software que deverão ser entregues prontos para uso.

GARANTIA:
2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE).

MANUAIS E TREINAMENTO

(sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; **Treinamento operacional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem**, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento.

INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO:

Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná

ACESSÓRIOS:

Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento.

CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

Adotar práticas de anticorrupção, devendo:

a) - Observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema Municipal de Saúde, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução dos recursos do incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas;

b) - Impor sanções sobre a empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SESA. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:

c) - Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;

d) - Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;

e) - Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

f) - Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
g) - Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

a) O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b) A verificação do fornecimento dos produtos deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c) O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
d) A conformidade do objeto fornecido deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade, quantidade e forma de uso.
e) O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f) O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g) Fica designado o servidor público, Técnico de RX: o **Sr. João Sales de Abreu Filho**, com RG nº 3.529.706-6 e CPF/MF nº 463.852.239-49 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93.
h) Fica designado, como fiscal substituto o servidor público, Técnico em RX: **o Sr. Juliano Zubiolo Pereira**, portador do CI/RG nº 7.748.901-0 e CPF/MF nº 039.168.279-28 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93.
i) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta,

não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

DO VALOR DOS PRODUTOS

O valor estimado foi estipulado de acordo com pesquisa de preços com fornecedores especializados em Aparelhos de Raio-X, levando em consideração os preços praticados no mercado, sendo que a servidora responsável foi a Sra. Jênifer Juliana Lopes Ribeiro.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento, decorrente da aquisição dos materiais, objeto desta Licitação, será efetuado, mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até **30 (trinta) dias úteis,** contados do recebimento dos produtos, em cada ordem de pedido, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

Entrega da Nota Fiscal: Na Nota Fiscal deverá constar "PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, número do Processo, da Nota de Empenho e o número do Banco e da conta corrente da empresa", para a efetivação do pagamento.

A empresa ganhadora do processo licitatório é responsável por zelar pela boa qualidade do objeto a ser fornecido, caso ocorra alguma avaria no uso desse, deve a Licitante ressarcir o Município de todo o prejuízo que este sofrer em decorrência do material adquirido.

O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses,** podendo ser prorrogável.

DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaramos estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado, em 13/07/2020.

Jênifer Juliana Lopes Ribeiro
Agente Administrativo

Aprovado, em 13/07/2020.

Cristiane Amaral Nogueira
Diretora da Secretaria da Saúde

ANEXO 02

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 55/2020

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico n.
55/2020 Razão Social da
proponente:
CNPJ da proponente:
Endereço da proponente:

OBJETO: Aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **nas quantidades, forma e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR TOTAL
1	**Raio x 500 Ma** FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior; Potência do gerador de 50kW ou maior; Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros; Potência focal de 35/55kW ou maior; TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior;Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou	1		**R$ 238.000,00**

	superior; Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior; olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior; Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm; Travas eletromagnéticas para todos os movimentos; Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem; Gravador e leitor de CD-R/DVD-R; Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saídaethernet; Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF; Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware; Teclado ou labels totalmente em português. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacientes com 170Kg ou superior; Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2; Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente; Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior; Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior; Deslocamento lateral de 24 cm; Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de			

	150 cm; Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior; grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior; Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV; Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior; Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção; Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior; Capacidade de armazenamento de no mínimo 200 combinações de técnicas radiológicas para órgãos; Deslocamento longitudinal da estativa de 230 cm ou maior; Deslocamento vertical com altura do ponto focal ao piso de no mínimo 40 cm até 180 cm ou superior; Rotação do tubo de raios-X de ±180 graus para realizar exames em bucky mural e rotação da coluna ou braço porta tubo de ± 90 graus para realizar exames fora da mesa; Aquisição da imagem em máximo 5s DETECTOR devem possuir: Painel detector para uso no bucky da mesa e bucky mural; Detector de no mínimo 35x43cm com ou sem fio; Matriz mínima de 2500x3000 pixels; Tamanho máximo do pixelésio (CsI); Conversor A/D de 14bits; Peso máximo do detector de 4 kg com bateria; Grau de proteção contra líquidos IPX4 ou melhor; Capacidade de carga de até 150			

	kg sobre a superfície total do detector; ESTAÇÃO DE TRABALHO devem possuir: Estação de controle e aquisição com monitor de LED/LCD de no mínimo 21" ou maior de tela sensível ao toque (touchscreen); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA / E BACKUP DE ENERGIA: Alimentação trifásica 220 V ou 380 V, frequência 60 Hz; Nobreak de tecnologia de senoidal online e dupla conversão, compatível com a potência e consumo para estação detrabalho e seus periféricos, e com autonomia mínima de 30 min. ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO: Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local.			

	GARANTIA: 2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE). NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES: Registro na ANVISA; NBR 14136 e IEC 60320 C13 -cabo de força tripolar; NBR IEC 60601-1 -Equipamentos eletromédicos; Certificados de calibração de: Segurança Elétrica. MANUAIS E TREINAMENTO (sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de			

	software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; Treinamento peracional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento. INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO: Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná. ACESSÓRIOS: Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento. AVALIAÇÃO DO EQUIPAMENTO PROPOSTO A avaliação técnica do equipamento ofertado será realizada com base no manual disponibilizado no portal da ANVISA			

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: conforme edital.
Local de entrega: conforme edital.

Declaro, sob as penas da lei, que o produto ofertado atende todas as especificações exigidas no Edital e seus anexos.
Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pela proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, despesas administrativas, seguro, frete, descarga e lucro.
Local, data.
NOME
Cargo

PREFERENCIALMETE BANCO
OFICIAL CONTA CORRENTE:
AGÊNCIA:

- **Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante**

ANEXO 03

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaramos, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, para os devidos fins e especialmente no que se referir ao Pregão Eletrônico n. **55/2020**, que a proponente _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Srs(as).____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, é **[microempreendedor individual/microempresa/empresa de pequeno porte]** nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do artigo 3.º da Lei Complementar n. 123/2006.

LOCAL, data.

NOME

Cargo

- **Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante;**

ANEXO 04

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: ( ) SIM ( ) Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:

i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. **O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.**

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.
O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data:

_____

_____

_____ **(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)**

OBSERVAÇÃO: ***OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).***

ANEXO 4.1

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;

iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de

Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Credito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data:

_____

_

_____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO 05

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

– SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data:

_____

_____

_____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: *OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).*

ANEXO 06

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,
sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 55/2020, instaurada pela Prefeitura Municipal de Mandaguaçu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 07

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,
sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 08

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,

sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO 09

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão 55/2020, da Prefeitura Municipal de Mandaguaçu, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:

ANEXO 10

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020

DECLARAÇÃO

(Razão Social) _____

CNPJ/MF Nº _____

Sediada_____

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletronico nº 55/2020, instaurado pelo Municipio de Mandaguaçu, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data _____

Local_____

Nome do declarante _____

RG_____

CPF_____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 11

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.____/____ PREGÃO ELETRÔNICO N. _____/____ PROCESSO N. _____/____

Aos _____ dias do mês de _____ de xxxx, na sede do Município de _____, situada a _____, o **MUNICÍPIO DE _____,** inscrita no CNPJ nº _____, situada na _____ nº ____, CEP: _____, na cidade de _____, Estado do Paraná, representada neste ato pelo Prefeito (a) Municipal, o (a) Senhor (a) _____, estado civil, nacionalidade, portador (a) da cédula de identidade n. _____, e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. _____, residente e domiciliado na cidade de ____ – __ e do outro lado a proponente _____ inscrita no CNPJ sob n. _____ com sede na Rua _____, n. ____, Bairro _____, na cidade de _____, representada neste ato pelo representante legal **NOME**, brasileiro, estado civil, portador da cédula de identidade n. _____, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. _____, residente e domiciliado no endereço _____, na cidade de cidade – UF, nos termos da Lei Federal n. 10.520/2002, Lei complementar n. 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem formalizar o presente contrato, conforme decisão exarada no processo administrativo supracitado devidamente **HOMOLOGADA**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Contrato é a Aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no Edital em epígrafe e seus Anexos, com o objetivo da aquisição dos produtos adiante arrolados no presente termo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 - O contrato resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração em conformidade com o artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - O presente instrumento ficará disponível até 30 (trinta) dias no departamento de Licitações do Município de Mandaguaçu - Pr após a data de sua assinatura para que a contratada retire sua via assinada. Findo o referido prazo o mesmo será descartado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DO CONTRATO

3.1 - O contrato será utilizado pelas Secretarias Municipais.

3.2 - Caberá ao usuário do contrato deste Município a responsabilidade, após a assinatura, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 – O prazo máximo para a entrega dos materiais será de **30 (trinta) dias**, a partir da ordem de compra ou nota de empenho. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

As condições de entrega dos equipamentos devem obedecer ao disposto no Edital de Licitação, na Lei Estadual 15.608, de 16 de agosto de 2007 c/c Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993. A entrega, o transporte e a instalação do equipamento serão de total responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

À CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder, no prazo de 10 (dez) dias, a inspeção de qualidade no equipamento e/ou serviços e rejeita-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado. Os funcionários da CONTRATADA deverão utilizar EPI´S e EPC´S que se fizerem necessários durante os trabalhos realizados de fixação e instalação do equipamento

Local de entrega: O local de entrega deverá ser agendado pelo fone (44) 3245-1310, nos dias de expediente, de segunda-feira à sexta-feira, nos horários entre 8h:30min e 10h:00 e das 13h:30min as 16h:00, sob as orientações dos servidores públicos, **João Sales de Abreu Filho** e/ou **Juliano Zubiolo Pereira**.

O local de entrega é na Unidade de Atenção Primária à Saúde – Unidade Básica Central – UBS Central, situada na Rua Juventino Baraldi, 175 – Centro – Mandaguaçu - PR – CEP 87.160.000,, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, mediante prévio contato pelo telefone (44) 3245-1310 com João

- O recebimento não exclui a responsabilidade civil e ética pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- Correrá por conta da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do objeto.
- Se for constatada divergência nos itens entregues, poderão ser rejeitados no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da lei 8.666/93.
- A prefeitura Municipal de Mandaguaçu ser reserva no direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO:

Deve possuir Assistência Técnica autorizada no estado do Paraná, sendo que todos os custos de deslocamento (frete, diárias, outros...) de equipamentos /acessórios é de responsabilidade da contratada, durante o período de vigência da garantia. A SESA se reserva o direito de inspecionar / averiguar se Assistência Técnica e a equipe técnica possui capacidade e infraestrutura de acordo com as condições mínimas atribuídas acima para realizar as manutenções corretivas e preventivas de equipamentos descritos neste edital; Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnico tanto para instalação do equipamento quanto da estação de trabalho com software que deverão ser entregues prontos para uso.

GARANTIA:

2 anos de garantia plena do equipamento a contar a partir da data de instalação; 1 ano de garantia plena para acessórios contra defeito fabricação, a contar da data certificação da Nota fiscal; Durante a vigência da garantia do equipamento deve incluir qualquer peça, kit de preventiva, bateria, etc., que seja necessário a sua substituição conforme manual do fabricante ou procedimento de manutenção preventiva ou calibração de fábrica, seja a substituição por desgaste, tempo de uso ou por segurança previsto no manual do fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE); Realização de Manutenções Preventivas pela Assistência técnica autorizada, durante a vigência da garantia do equipamento, com periodicidade não superior ao previsto pelo manual do Fabricante (sem ônus ao CONTRATANTE).

MANUAIS E TREINAMENTO

(sem ônus para o CONTRATANTE): Manual de usuário impresso e em português; Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros; **Treinamento operacional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem**, para todos turnos de trabalho do Hospital; Os Manuais (Operacional e Técnico) obrigatoriamente deverem ser entregues no ato da entrega do equipamento.

INSTALAÇÃO e CALIBRAÇÃO:

Toda Instalação e calibração dos equipamentos, periféricos, e todos acessórios deste edital, serão responsabilidades do CONTRATADO, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE. A instalação dos equipamentos poderá ocorrer em qualquer dos 399 municípios do Estado do Paraná

ACESSÓRIOS:

Todos Softwares para aplicações supracitadas, incluindo software do Sistema Operacional; Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

5.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes neste contrato serão firmadas com a Prefeitura Municipal, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei n. 8.666/1993.

5.2 - A adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação enviada pelo Departamento de Licitações, na forma definida por esta Administração em conformidade com o item 14.3 do edital.

5.3 - O prazo concedido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

5.4 - A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições; 6.2 - Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e contrato.

6.3 - Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto no Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;

6.4 - Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;

6.5 - Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;

6.6 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

6.7 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;

7.2 - Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;

7.3 - Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto deste contrato;

7.4 - Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido neste contrato;

7.5 - Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;

7.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E REVISÃO

8.1 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual.

8.2 - Extraordinariamente, a contratada, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado e a remuneração por parte deste Município, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Secretaria interessada, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas e componentes, ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado. 8.3 - Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento dos produtos, quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente e pelo preço contratado em vigor.

8.4 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

8.5 - Independentemente da solicitação de que trata o sub item 8.2, o contratante poderá a qualquer momento reduzir os preços contratados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.

8.6 - Na ocorrência do preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Órgão Gerenciador do contrato notificará a fornecedora com o menor preço ofertado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará a sua contratualização, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

A verificação do fornecimento dos produtos deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

A conformidade do objeto fornecido deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade, quantidade e forma de uso.
O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
Fica designado o servidor público, Técnico de RX: o **Sr. João Sales de Abreu Filho**, com RG nº 3.529.706-6 e CPF/MF nº 463.852.239-49 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93.
Fica designado, como fiscal substituto o servidor público, Técnico em RX: **o Sr. Juliano Zubiolo Pereira**, portador do CI/RG nº 7.748.901-0 e CPF/MF nº 039.168.279-28 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93.
A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento, decorrente da aquisição do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até **30 (trinta) dias,** contados do recebimento dos produtos em cada ordem de fornecimento, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei n° 8.666/93 e alterações.
a) A proponente deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a CND federal conjunta, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em plena validade e a cópia da respectiva nota de empenho.
10.2 - Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será sustado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
10.3 - Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

10.4 - Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.
10.5 - O Município de Mandaguaçu-PR, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
10.6 - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES
11.1 – Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a defesa prévia, a Administração poderá aplicar à Contratada, além das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/1993, no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 8º da Instrução Normativa 37/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as seguintes sanções:

a) Advertência escrita;
b) Multa;
c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Mandaguaçu-PR;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
e) Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do municipal.

11.2 – A **advertência escrita** será aplicada ao contratado quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave; 11.3 - Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
11.3.1 – No caso de **atraso injustificado** na execução do objeto, será aplicada multa sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, nas seguintes proporções:

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) – até o 10º (décimo) dia de atraso;
b) 1,0% (um por cento) – a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso, a partir de quando será considerada inexecução parcial ou total do objeto.

11.3.2 – No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso, a partir de quando será considerada inexecução parcial ou total do objeto.
11.3.3 – A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso injustificado na entrega do(s) produto(s), ficará configurada a inexecução total ou parcial do contrato e a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada multa de

20% (vinte por cento) sobre o valor total dos produtos não entregues, sem prejuízo das demais sanções previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.
11.3.4 – Será configurada a **inexecução parcial** do objeto na hipótese de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal do contrato;
11.3.5 – Será configurada a **inexecução total** na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal;
11.3.6 – No caso de reincidência ou quando a inexecução parcial também caracterizar abandono da execução do contrato, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parte inadimplida.
11.3.7 – No caso de **inexecução total**, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
11.3.8 - Pelo **descumprimento injustificado de outras obrigações** que não configurem inexecução total ou parcial do contrato ou mora no adimplemento, será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato.
11.3.8.1. As obrigações às quais se refere o item 19.3.8. são aquelas que não comprometem diretamente o objeto principal do contrato, mas que ferem critérios e condições nele explicitamente previstos.
11.3.8.2. Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
11.3.9 - A fixação da multa compensatória referida nos itens 11.3.1 a 11.3.3, 11.3.6 a 11.3.8 e 11.3.11, não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da **CONTRATANTE**, sendo o dano superior ao percentual referido.
11.3.10 - Quando a proponente não mantiver a sua proposta; apresentar declaração falsa; deixar de apresentar documento na fase de saneamento; ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa compensatória e cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos produtos cotados pela proponente, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.
11.3.11 – Caberá multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município de Mandaguaçu-PR, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantida a ampla defesa.
11.3.12 – Caberá multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;
11.3.13 – A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.
11.3.14 – Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade, em até 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no

Órgão Oficial do Município, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

11.3.15 - Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa", para cobrança judicial.

11.4 - Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Mandaguaçu-Pr, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, ao licitante quando:

a) Quando restar configurada a inexecução parcial ou total das obrigações assumidas no contrato.

11.5 - A **declaração de inidoneidade** será aplicada ao licitante que:

a) Fizer declaração falsa em qualquer fase da licitação;
b) Apresentar documento falso;
c) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o

procedimento;

d) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou

oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

11. 6 - Ficará **impedido de licitar e contratar com o Município e descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores municipal**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das outras multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato,
b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,
c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
d) Não mantiver a proposta,
e) Falhar ou fraudar na execução do contrato,
f) Comportar-se de modo inidôneo ou
g) Cometer fraude fiscal,

11.7 - As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das proponentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO CONTRATADO

12.1 - O contrato será cancelado, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores contratados e, por iniciativa dos Usuários do contrato deste Município quando:

a) Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

b) Os preços contratados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na
negociação;

c) Por razão de interesse público, devidamente motivado.

12.2 - Cancelado o contrato induzirá na convocação do fornecedor com classificação imediatamente subsequente.

12.3 – Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da contratação da presente licitação, correrão a cargo do Usuário do contrato, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações, descritas igualmente e seguir: 546/547/520/858/4.4.90.52.00.00.00.00.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PREÇO CONTRATADO

14.1 - Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, HOMOLOGADO a classificação da proponente conforme abaixo especificado, objeto de publicação no Órgão de Imprensa Oficial deste município, ficam assim firmados:

ITEM/QTDE/ UNID./DESCRIÇÃO DO OBJETO/ VALOR UNIT./ VALOR GLOBAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO.

15.1 – O extrato do presente contrato será publicado no Órgão Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mandaguaçu, Estado do Paraná, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – **CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

Adotar práticas de anticorrupção, devendo:

a) - Observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema Municipal de Saúde, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução dos recursos do incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas;

b) - Impor sanções sobre a empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o

envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SESA. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:

c) - Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;

d) - Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;

e) - Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

f) - Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

g) - Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

CONTRATANTE	CONTRATADA
PREFEITO MUNICIPAL	NOME/CARGO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
RG: _____

Nome: _____
RG: _____

ANEXO 12

DECLARAÇÃO ANTIFRAUDE E DA CORRUPÇÃO

(EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o no _____, e inscrição estadual no _____, com sede à (ENDEREÇO), neste ato representada por (NOME), profissão, portador do RG no _____, do CPF no _____, vem em atenção ao edital do Pregão n. ___/2019, declarar, sob as penalidades cabíveis que tem ciência do seguinte:

|- Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes o prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoasou sua propriedade, visando influenciar sua participação em outro processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "prática obstrutiva":

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

|| - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outrora de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas,

fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
||| - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cidade e Estado:_____,_____
Data:_____/_____/_____

_____
RESPONSÁVEL LEGAL RG e/ou CPF

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 55/2020– (RP)
PROCESSO Nº. 163/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM
Objeto: Aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, (conforme descrito no edital e anexo);
Valor Maximo: R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais).
Data e Horário de recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 17/08/2020;
Data e Horário da sessão de disputa de preços, às 09:15 horas do dia 17/08/2020;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguaçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 21 de julho de 2020

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Dona Vitória, 1.018 - Fone: (44) 3276-1192 - Fax: (44) 3276-1316 Cep: 87.190-000
Ourizona - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2020
DISPENSA 37/2020- PMO

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR
Contratada: MOD ART MÓVEIS EIRELI – ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL 2 MÓDULOS PARA LAZER E RECREAÇÃO A SER INSTALADO NA PRAÇA HAROLDO LEON PERES DO MUNICÍPIO DE OURIZONA
Duração: 31/12/2020
Valor: R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais)
Data da Assinatura: 24 de julho de 2020

Ourizona-PR, 24 de julho de 2020
MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
CNPJ/MF 76.282.672/0001-07
Rua Dona Vitória, 1.018
CEP: 87.190-000 - Ourizona - PR

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº: 37/2020 - DL
Processo Administrativo: 53/2020
Processo de Licitação: 53/2020
Data do Processo: 24/07/2020
Folha nº

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Eu, Prefeito, EMANOEL RODRIGO AMADO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, e após ter parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR o presente Licitação nos seus termos.

a) Processo Nº: 53/2020
b) Licitação Nº: 37/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 24/07/2020
e) Data da Adjudicação: 24/07/2020 Sequencial: 0
f) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL 2 MÓDULOS PARA LAZER E RECREAÇÃO A SER INSTALADO NA PRAÇA HAROLDO LEON PERES DO MUNICÍPIO DE OURIZONA

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Item	Descrição	Qtde	Preço Máx.	Preço Adj.	Vlr. Total
1	PARQUE INFANTIL 2 MÓDULOS	1	17.000,00	17.000,00	17.000,00

- SOCITY - MOD ART MOVEIS EIRELI - ME

02 - Autorizo a emissão das nota(s) de empenho correspondente(s).

Ourizona/Pr, 24 de julho de 2020.

EMANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – CEP 87.620-000
CNPJ/MF 76.282.649/0001-01
São Jorge do Ivaí – Estado do Paraná

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 291/2019
ADITIVO DE PRAZO E VIGÊNCIA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CONTRATADO: SOLOGEOTÉCNICA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA - ME
OBJETO: 2º Termo Aditivo - Aditivo de prazo ao contrato por mais 180 dias até a data de 29 de novembro de 2020. Aditivo de vigência ao contrato por mais 180 dias até a data de 24 de Dezembro de 2020.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, II e III e 2º da Lei nº 8.666/93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
13.01.26.122.0003.2.022 Manutenção da Secretaria de Obras, Transito e Urbanismo - SEOTURB
REFERÊNCIA: Dispensa de Licitação nº 26/2019. Processo Licitatório nº 42/2019
DATA: 02 de outubro de 2020

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, com endereço na Praça Santa Cruz, nº 249 - Centro, em São Jorge do Ivaí – Paraná, comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 14/2020 no Departamento de Licitação, situado à Praça Santa Cruz, nº 249 - Centro, 1º andar, Edifício Anexo, para Aquisição e Instalação de reservatório metálico do tipo taça coluna cheia, confeccionado em aço carbono, específico para água potável, com capacidade mínima total de 20 mil litros e reservatório em aço carbono, modelo taça coluna seca e tubular fundo cônico, específico para água potável, com capacidade mínima de 10 mil litros e demais especificações constantes no presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência. O Edital de Pregão Presencial nº 14/2020 completo encontra-se à disposição dos interessados no site do município www.saojorge.pr.gov.br que dispõe a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98, e Lei Federal nº 10.520/02 de 17 de julho de 2002 e alterações subsequentes. Horário da entrega dos documentos de habilitação e da proposta comercial: até as 08h30min do 07 de agosto de 2020. Horário da abertura dos envelopes: às 09:00 horas do mesmo dia.

São Jorge do Ivaí/PR, 24 de julho de 2020.

Francisco Carlos Navarro
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, inscrito no CNPJ sob nº 76.282.649/0001-01, localizado à Praça Santa Cruz, nº 249, Bairro Centro, São Jorge do Ivaí-PR, neste ato representado por seu Excelentíssimo Senhor Prefeito ANDRÉ LUIS BOVO, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se às partes as normas constantes na Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO: A presente ata tem por objeto a formação de REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais contratações de empresa especializada no fornecimento e instalação de tubos em aço, parafusado em pole embutido, fornecimento de todo e qualquer tipo de chapas galvanizadas para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificações e quantidades constantes no Edital, inclusive seus Anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

2 DOS FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS:

2.1. O preço registrado unitário e total, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

2.1.1 Consoante o procedimento licitatório que deu origem a presente ata, ficou qualificada a seguinte empresa:

FORNECEDOR: C.LAMBRAZIM - ME, pessoa jurídica no direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.403.272/0001-72, com endereço na Av. General Andrade Neves, bairro São Jorge, nº 650, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, CEP 87.710-043, neste ato representado pelo Sr. Cleber Lazarine Lambrazim, portador da cédula de identidade RG 7.209.793-9 SSP e inscrito no CPF nº 010.354.219-32

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	PARAFUSO EM PRATEADO NATURAL 5/8 MM, ROSCA DE 150 FIOS ABAIXADOS EM TUBOS METÁLICOS DE 1 1/2 POLEGADAS FIXAÇÃO DE PEÇA CONTRA EM TUBOS DE 1 1/2 POLEGADA, PINTURA PROFISSIONAL SINTÉTICA AUTOMOTIVA DE ALTA RESISTÊNCIA, ACABAMENTO EM PINTURA DE ALUMÍNIO INCLUSO EM MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO	PARANÁ MAPEAMENTO	UN	250	197,00	47.250,00
2	TUBO METÁLICO EM AÇO, DE 1 1/2 POLEGADAS, ESPESSURA DE 2 MM, 1,50 POLEGADAS COM PÉS DIRETOS PARA SUSTENTAÇÃO E PINTURA SINTÉTICA AUTOMOTIVA DE ALTA DURABILIDADE E ACABAMENTO EM ALUMÍNIO, INCLUSO MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO	PARANÁ MAPEAMENTO	UN	200	93,00	18.600,00
3	CONTINUA DE FORO AUTOMÁTICA EM CHAPA VMB, 26 E CHAPA 12 MM, INCLUSO MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO	PARANÁ MAPEAMENTO	UN	100	89,50	8.950,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 74.800,00 (Setenta e Quatro mil e oitocentos e Trinta reais).

FORNECEDOR: GEOVA PEREIRA DA SILVA 64311329893, pessoa jurídica no direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.368.399/0001-09, com endereço na Rua Raposo Tavares, nº 1137, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, CEP 87.600-000, neste ato representado pelo Sr. Geova Pereira da Silva, portador da cédula de identidade RG 6.455.787-1 SESP e inscrito no CPF nº 643.132.409-91

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
3	CALHA EM CHAPA GALVANIZADA 10, 150 DE DESENVOLVIMENTO E 15 CM DE LARGURA, INCLUSO EM FORNECIMENTO, INCLUSO MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO	GALVANIZAÇÃO	UN	500	54,00	27.000,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 27.000,00 (Vinte mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir da publicação deste extrato.
FONTE: Contrato de Mandaguaçu – Estado do Paraná
DATA: 23 de julho de 2020

ANDRÉ LUIS BOVO
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Manoel Antônio Filho, 42 - Fone: (44) 3254-1092 - CEP 87630-000 - Atalaia - PR

PORTARIA Nº. 08/2020

"Dispõe sobre o Recesso do feriado do Aniversario do Município de Atalaia-Pr , e dá outras providências."

O SENHOR EDUARDO SIROTE BORGES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

RESOLVE:

Art. 1º. - Em virtude do feriado do aniversário do Município de Atalaia-Pr , no dia 28 de julho de 2020, fica determinado recesso na Câmara Municipal de Atalaia-Pr., no dia 27 de julho do corrente ano, voltando as atividades normais no dia 29 de julho.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, renovando as disposições em contrário

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Atalaia, Estado do Paraná, em 23 de julho de 2020.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Eduardo Sirote Borges
Presidente da Câmara

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Watta"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguacu.pr.gov.br

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 45/2020– (RP)
PROCESSO Nº. 138/2020

Tipo: MENOR PREÇO
Objeto: Prestação de serviços gerais de parte elétrica através de mão de obra especializada, para a manutenção de todos os veículos da frota municipal, (conforme descrito no edital e anexo).
Data e Horário de recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 18/08/2020;
Data e Horário da sessão de disputa de preços, às 09:15 horas do dia 18/08/2020;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguaçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 24 de julho de 2020.
Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 52/2020– (RP)
PROCESSO Nº. 158/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM
Objeto: Aquisição de Medicamentos para atender os usuários do SUS através da Farmácia Municipal, através da Secretaria Pública de Saúde do município de Mandaguaçu – PR. (conforme descrito no edital e anexo);
Valor Máximo: R$ 296.018,95 (duzentos e noventa e seis mil, dezoito reais e noventa e cinco centavos)
Data e Horário de recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 12/07/2020;
Data e Horario da sessão de disputa de preços, às 09:15 horas do dia 12/07/2020;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguaçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 15 de julho de 2020.
Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 53/2020– (RP)
PROCESSO Nº. 137/2020

Tipo: MENOR PREÇO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINARIA DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS DE ISOLAMENTO, INTERNAMENTO E TRATAMENTO DE ANIMAIS SUSPEITOS DE ZOONOSES, (conforme descrito no edital e anexo);
Data e Horário de recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 13/08/2020;
Data e Horário da sessão de disputa de preços, às 09:15 horas do dia 13/08/2020;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguaçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 30 de junho de 2020.
Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 54/2020– (RP)
PROCESSO Nº. 162/2020

Tipo: MENOR PREÇO
Objeto: Registro de Preço para futura contratação de pessoa jurídica para serviços de escavação, limpeza e esgotamento de fossas sépticas para os departamentos municipais, (conforme descrito no edital e anexo);
Data e Horário de recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 14/08/2020;
Data e Horário da sessão de disputa de preços, às 09:15 horas do dia 14/08/2020;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguaçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 21 de julho de 2020.
Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 55/2020– (RP)
PROCESSO Nº. 163/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM
Objeto: Aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO - RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, (conforme descrito no edital e anexo);
Valor Maximo: R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais).
Data e Horário de recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 17/08/2020;
Data e Horario da sessão de disputa de preços, às 09:15 horas do dia 17/08/2020;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguaçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 21 de julho de 2020.
Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
CNPJ 75.253.525/0116
Rua Bernardino Bogo, 175
CEP: 87160-000 - Mandaguaçu - PR

PREGÃO ELETRÔNICO
Nº: 36/2020 - PE
Processo Administrativo: 141/2020
Processo de Licitação: 141/2020
Data do Processo: 22/07/2020

Objeto: Registro de Preço para futura contratação de Fossa e Poços sanitários dos próprios da Prefeitura Municipal

NOTA DE AVALIAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº: 141/2020

Vistos: Nada mais foi verificado em relação ao assunto

Mandaguaçu 23 de Julho de 2020

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Watta"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
CNPJ 75.253.525/0116

DECRETO Nº 7343/2020

Estabelece a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício de 2020, e dá outras providências.

O Sr. Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguaçu-PR, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município e suplementação prevista na Lei Municipal nº 2183/19 de 06 de novembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Mandaguaçu-PR, no corrente exercício no valor total de R$ 11.781,10 (onze mil setecentos e oitenta e um reais e dez centavos), destinado a suplementar as seguintes dotações:

Programa Trabalho / Elemento	Código Fonte	Descrição	Fonte	Valor
07.01.04.122.0104.1.004	33.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30	535	Material de consumo	8.710	5.031,50
4.4.90.52	536	Equipamento e material permanente	8.710	6.749,60
		Total da Suplementação		11.781,10

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o presente decreto, serão utilizados os recursos previstos no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, a saber:

II - Anulação

Programa Trabalho / Elemento	Código Fonte	Descrição	Fonte	Valor
07.01.04.122.0104.1.004	33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
3.3.90.39	457	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.710	11.781,10
		Total da Suplementação		11.781,10

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Mandaguaçu-PR, 23 de julho de 2020

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
ESTADO DO PARANÁ
RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.730-000
CNPJ: 75.372.435/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1292

DECRETO Nº 3.503, DE 22 DE JULHO DE 2020

Nomeia membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb) do Município de Flórida para o Biênio 2020/2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 2º da Lei nº 192, de 27 de fevereiro de 2007, alterado e consolidado pela Lei Municipal nº 273, de 26/11/2009, e Portaria nº 481, de 11/10/2013-FNDE,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb) do Município de Flórida, para o Biênio 2020/2022, representando os setores seguintes:

I – Representantes do Executivo Municipal e Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Executivo Municipal:
Titular: João Corrêa de Souza Filho - CPF nº 564.342.009-00
Suplente: Wilson de Melo Alexandre - CPF nº 929.464.459-68

Educação:
Titular: Soeli Viana Barbosa Sousa - CPF nº 639.328.659-87
Suplente: Adriana Aparecida Favarim Mamoneiro - CPF nº 792.757.909-04

II – Representantes dos professores da educação básica
Titular: Maria Solange Hortencia Vicentin - CPF nº 704.782.009-53
Suplente: Celene Aparecida Castellani Gonçalez - CPF nº 839.335.009-15

III - Representantes dos diretores das escolas públicas
Titular: Janeti Aparecida Dias Corrêa de Souza - CPF nº 782.338.799-91
Suplente: Maria Andrea Vicentin Cesna - CPF nº 900.333.709-82

IV – Representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas
Titular: Lucilene Aparecida Mateus de Oliveira - CPF nº 057.623.309-00
Suplente: Maria Rosa Esperança Marques - CPF nº 472.464.009-04

V – Representantes dos pais de alunos da educação básica pública
Titulares:
Solange Cristina Gonvella - CPF nº 668.370.539-53
Gessica Cristina dos Santos - CPF nº 081.233.879-05
Suplentes:
Natalia Provesan Grigorio - CPF nº 054.267.489-66
Arina Belina Cardoso Pereira - CPF nº 078.160.499-24

VI – Representantes do Conselho Tutelar
Titular: Clevonice Aparecida Bernuzzi - CPF nº 984.876.559-04
Suplente: Simone Andrea Lavagnoli Marina - CPF nº 025.360.339-43

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Flórida-PR, 22 de julho de 2020

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.282.656/0001-02

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2020
Processo nº 65/2020

Credenciamento para Contratação de Profissionais de Enfermagem

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR, ESTADO DO PARANÁ - por meio da Comissão Permanente de Licitação, TORNA PÚBLICA a realização de Credenciamento para contratação de 01 Enfermeiro Padrão e 01 Técnico de enfermagem para realizarem atendimento exclusivo no enfrentamento a pandemia causada pelo COVID-19 no Município de Uniflor, Estado do Paraná.

Os interessados poderão inscrever-se para o Credenciamento, a partir do dia 27 de julho de 2020, diretamente na Prefeitura Municipal, junto ao setor de Licitação, no horário das 8:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, na Av. das Flores, 118, fone (44) 3270-1150.

Prazo para entrega dos envelopes: até dia 14 de agosto de 2020 até 09:00 horas.
A sessão de abertura dos envelopes de documentação será no dia 14 de agosto de 2020 as 09:30 horas.

Esclarecimentos relativos à seleção pública e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, tendo sido devidamente encaminhados ao Departamento Municipal de Saúde.

O Edital está disponível no site www.uniflor.pr.gov.br na aba portal da transparência - processos licitatórios.

Uniflor, 23 de julho de 2020

Cleiton Fernandes de Souza
Presidente da Comissão de Licitações

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AUMENTO DA QUANTIDADE DE ITENS E VALOR DO CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 121/2019 – PMU
REF.: Pregão Presencial nº 44/2019

PARTES: Município de Uniflor e a empresa BELMED CLINICA MEDICA, Portadora do CNPJ nº 81.459.398/0001-20

OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PERICIAS MÉDICAS AOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE UNIFLOR, ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO:
Fundamenta-se, o presente aditivo, no art. 65 Inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, justificando-se o aditivo, em necessidades da Administração, para aditamento da quantidade do objeto do pregão presencial que encontram-se em saldo ocorrendo um acréscimo a Cláusula Terceira do contrato original, no valor de R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais)

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 22/07/2020

Ângelo Roberto Petenazzi
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
ESTADO DO PARANÁ
RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.730-000
CNPJ: 75.372.435/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1292

PORTARIA Nº 1.596, DE 23 DE JULHO DE 2020.

Prorroga licença para tratamento de saúde à servidora Celia Mara Sette

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 123 da Lei Municipal nº 003/2001

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a licença para tratamento de saúde, à servidora Celia Mara Sette, matrícula 2-01137, a partir de 17 de julho de 2020 e término em 13 de agosto de 2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de julho de 2020

Flórida, 23 de julho de 2020

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

00-0960234

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRONICO N. 55/2020

EMENTA: IMPUGNAÇÃO. VMI TECNOLOGIA. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RAIO-X. REVISÃO DO VALOR ESTIMADO. PARECER OPINATIVO DESFAVORÁVEL. LEI FEDERAL N. 8.666/93 E CORRELATOS.

1 Após conclusões expedidas pelo Departamento de Saúde, remeteu-se para análise jurídica, a impugnação interposta pela empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA, do qual em síntese requer que seja revisto os valores estimados no Pregão Eletrônico n. 55/2020, tendo como objeto a aquisição de equipamento de raio-x e correlatos, nos termos do Edital.

1.2 O Departamento de Saúde, instaurador do processo licitatório, emitiu as seguintes conclusões quanto a impugnação, anexando a pesquisa de preço realizada, que fundamenta os valores estabelecidos:

Keetby Midauar
OAB/PR 73086

> "O descritivo do pregão em questão solicita que a finalidade do aparelho de raio-x a ser adquirido seja: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior; Potência do gerador de 50kW ou maior; Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros; Potência focal de 35/55kW ou maior;
> Os orçamentos encaminhados pelas empresas apresentaram aparelhos de raio-x com sistema digital DR (CONJUNTO DETECTOR DIGITAL - TIPO DR) bem como a inclusão de estação DE TRABALHO COM SOFTWARE DE CAPTURA DE IMAGENS que Acompanham um computador de alta desempenho compatível com a aplicação e com um software licenciado para a captura, visualização e manipulação das imagens adquiridas.
> Ainda, em pesquisa realizada junto ao painel de preços que apresenta compra de diversos órgãos públicos, com busca pelo item APARELHO RAIOS X, APLICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, existe inclusive a compra do aparelho digital com preço abaixo do preço indicado no edital em questão".
>
> **Transcrição fiel do Despacho 1: 6.433/2020 – 12/08/2020 – Proferido pela Servidora Jenifer Juliana Lopes Ribeiro.*

2 A Administração Pública possui verdadeiro juízo de oportunidade e conveniência para proceder a seus atos. O que deve sempre observar é o cumprimento da Lei e a tutela do interesse público.

00.000215

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08

3 Primeiramente oportuno se faz enfatizar consoante às normas vigentes acerca das licitações, é certo que a Administração Pública busca a contratação da proposta mais vantajosas possível, com a garantia da observância do próprio constitucional da isonomia, associada a garantias mínimas de que o objeto será cumprido de maneira satisfatória, e que as licitações serão sempre realizadas visando o interesse público, mediante a escolha, sem, entretanto, ferir os princípios basilares que as norteiam e os demais que regem toda a Administração Pública.

4 Desta forma, considerando as conclusões emitidas pelo Departamento de Saúde, através da Servidora responsável pela elaboração do processo, orçamentos coletados e demais documentos que integram o processo, entendemos que houve a estrita observância as normas legais, não havendo motivos suficientes para a revisão dos valores, tornando-se o impugnado por ora, improcedente.

5 É o parecer opinativo, do qual remetemos a comissão de licitação.

Mandaguaçu-PR, 12 de agosto de 2020

Keetby Therese Midauar Seghesi
Procuradora-Geral

00..000216

AO ILMO. SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.

Pregão Eletrônico Nº 55/2020

Processo Administrativo Nº 163/2020

VMI TECNOLOGIAS LTDA., com sede à Rua Prefeito Elizeu Alves da Silva nº 400, Distrito Industrial Genesco Aparecido, Lagoa Santa/MG, CEP 33.400-000, Inscrita no CNPJ/MF sob número 02.659.246/0001- 03, considerando seu interesse direto na participação do certame supra, nos autos do Pregão Eletrônico Nº 55/2020, do tipo menor preço por item, vem **IMPUGNAR** o ato convocatório da licitação, pelas razões abaixo.

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO:

Nos termos do art.41, caput, da Lei Nº 8.666/93, que regulamenta o presente certame, qualquer interessado poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, vejamos:

> "Art.41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".
>
> § 2º **Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão,** as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

II – DO APARELHO DE RAIO X FIXO - DO VALOR ESTIMADO – DA EFICIÊNCIA - DA ECONOMICIDADE E DA VANTAJOSIDADE:

O certame em epígrafe tem como objeto a Aquisição de um EQUIPAMENTO DE RAIO-X FIXO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA USO EM EXAMES EM DIVERSAS PARTES DO CORPO E COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS DIFERENTES CONFORME TERMO DE ADESÃO – RESOLUÇÃO 647/2020, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU E SECRETARIA DA SAÚDE/ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, para atender as necessidades do Município de Mandaguaçu, conforme consta no 01 do Termo de Referência, vejamos:

00[illegible]0027

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR TOTAL
1	**Raio x 500 Ma** FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior; Potência do gerador de 50kW ou maior; Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros; Potência focal de 35/55kW ou maior;	1		**R$ 238.000,00**

Demais especificações compõe o edital da Página 25 a Página 29.

Depreende-se do edital que o valor estimado para referido equipamento é de R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais).

Todavia, o valor de mercado, do referido equipamento médico-hospitalar é consideravelmente superior ao valor estabelecido no edital em questão.

É cediço que ao elaborar o preço de referência, a Administração realiza uma pesquisa abrangente, a fim de documentar o preço que vem sendo praticado no mercado para a aquisição de determinado bem ou prestação de determinado serviço.

Os participantes, cientes do valor de referência, elaboram suas propostas com preços unitários indicados sobre os quantitativos estabelecidos pela Administração, no entanto, como não poderiam ser diferentes, os valores não serão exatamente os mesmos apontados pela entidade pública.

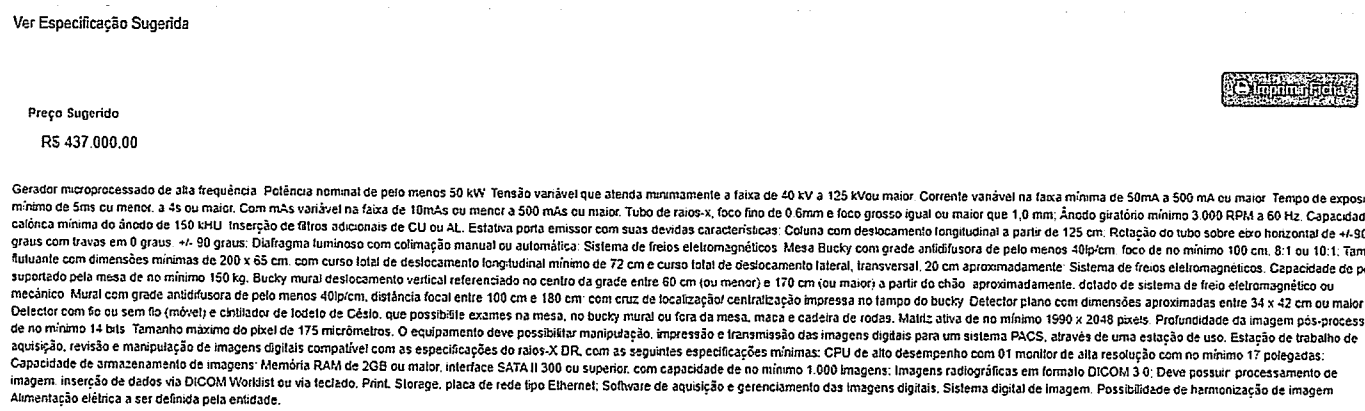
Usualmente, é estabelecida regra que determina que os valores propostos pelos licitantes sejam inferiores ao orçamento estabelecido. Isso apenas para o equipamento de raios-x digital.

Isso porque, a Administração deve sempre observar com fidelidade o princípio da economicidade, selecionando a proposta mais vantajosa, o que faz em comparativo com o valor de referência expresso no edital.

Ocorre que, apesar do amplo conhecimento da equipe técnica, responsável pela elaboração do termo de referência, esta não o analisou com a cautela que lhe é peculiar, vez que, o valor estimado para o equipamento de Raios-X está consideravelmente abaixo daquele utilizado no mercado quando solicita que o mesmo seja digital.

00..0003218

Preclaro Sr. Pregoeiro, ao realizar breve consulta perante o Fundo Nacional de Saúde[1], é possível verificar que o preço sugerido para um equipamento de raios-x digital, composto por um detector digital, é de R$ 437.000,00 (quatrocentos e trinta e sete mil reais), vejamos:



Ver Especificação Sugerida

Preço Sugerido

R$ 437.000,00

Gerador microprocessado de alta frequência Potência nominal de pelo menos 50 kW Tensão variável que atenda minimamente a faixa de 40 kV a 125 kVou maior Corrente variável na faixa mínima de 50mA a 500 mA ou maior Tempo de exposição mínimo de 5ms ou menor, a 4s ou maior. Com mAs variável na faixa de 10mAs ou menor a 500 mAs ou maior. Tubo de raios-x, foco fino de 0,6mm e foco grosso igual ou maior que 1,0 mm; Ânodo giratório mínimo 3.000 RPM a 60 Hz. Capacidade calórica mínima do ânodo de 150 kHU Inserção de filtros adicionais de CU ou AL. Estativa porta emissor com suas devidas características: Coluna com deslocamento longitudinal a partir de 125 cm. Rotação do tubo sobre eixo horizontal de +/-90 graus com travas em 0 graus +/- 90 graus; Diafragma luminoso com colimação manual ou automática: Sistema de freios eletromagnéticos Mesa Bucky com grade antidifusora de pelo menos 40lp/cm foco de no mínimo 100 cm, 8:1 ou 10:1; Tampo flutuante com dimensões mínimas de 200 x 65 cm, com curso total de deslocamento longitudinal mínimo de 72 cm e curso total de deslocamento lateral, transversal, 20 cm aproximadamente Sistema de freios eletromagnéticos. Capacidade de peso suportado pela mesa de no mínimo 150 kg. Bucky mural deslocamento vertical referenciado no centro da grade entre 60 cm (ou menor) e 170 cm (ou maior) a partir do chão aproximadamente. dotado de sistema de freio eletromagnético ou mecânico Mural com grade antidifusora de pelo menos 40lp/cm, distância focal entre 100 cm e 180 cm com cruz de localização/ centralização impressa no tampo do bucky Detector plano com dimensões aproximadas entre 34 x 42 cm ou maior Detector com fio ou sem fio (móvel) e cintilador de Iodeto de Césio, que possibilite exames na mesa, no bucky mural ou fora da mesa, maca e cadeira de rodas. Matriz ativa de no mínimo 1990 x 2048 pixels. Profundidade da imagem pós-processada de no mínimo 14 bits Tamanho máximo do pixel de 175 micrômetros. O equipamento deve possibilitar manipulação, impressão e transmissão das imagens digitais para um sistema PACS, através de uma estação de uso. Estação de trabalho de aquisição, revisão e manipulação de imagens digitais compatível com as especificações do raios-X DR, com as seguintes especificações mínimas: CPU de alto desempenho com 01 monitor de alta resolução com no mínimo 17 polegadas; Capacidade de armazenamento de imagens: Memória RAM de 2GB ou maior, interface SATA II 300 ou superior, com capacidade de no mínimo 1.000 imagens; Imagens radiográficas em formato DICOM 3.0; Deve possuir processamento de imagem, inserção de dados via DICOM Worklist ou via teclado, Print, Storege, placa de rede tipo Ethernet; Software de aquisição e gerenciamento das imagens digitais, Sistema digital de imagem. Possibilidade de harmonização de imagem Alimentação elétrica a ser definida pela entidade.

Preclaro Pregoeiro, diante de todo o exposto, dos preços do equipamento em questão, daquele sugerido pelo próprio Fundo Nacional de Saúde, torna-se temerária a aquisição por um preço consideravelmente abaixo do que o usual, visto que o estimado para essa contratação é pouco superior ao.

Certo é que a melhor forma de orçar a estimativa de preços é por intermédio da pesquisa de mercado que priorize a qualidade e a diversidade das fontes.

Dessa maneira, se a Administração insistir no valor estimado expresso no texto editalício, correrá o risco de ver frustrado o certame por não conseguir comprar equipamentos de qualidade pelo preço estimado de referência.

Além disso, corre-se o risco de não realizar uma contratação vantajosa e eficiente, vez que diante do valor estimado, a Administração poderá ser pega de surpresa durante a execução do contrato celebrado.

Ora, diante do valor determinado, a futura contratada não será capaz de atender a todas as especificações editalícias, podendo haver a necessidade de um reajuste econômico-financeiro ou, até mesmo a surpresa de que o equipamento adquirido não atende a todas as exigências nos termos do Anexo, ou ao próprio interesse público.

É importante esclarecer que a Constituição Federal de 1988, no capítulo que trata das regras e princípios aplicáveis à Administração Pública, exige que as compras sejam precedidas de licitação pública. É o que dispõe, expressamente, o art. 37, XXI. Vejamos:

> "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de

[1] Fonte: http://www.fns.saude.gov.br/visao/pesquisarEquipamentoDetalhe.jsf. Acesso em 11/08/2020.

00..000219

> legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte:

A Lei Federal nº 8.666/93 reitera os princípios constitucionais da obrigatoriedade da licitação, senão vejamos:

> "Art. 3. A licitação destina-se a garantir a observância **do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será** processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, ,da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos". (Lei n. º 8.666/93).

Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório.

A Administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

Desta feita, tendo em vista desse cenário, sendo diversos os fatores que se revelam imprescindíveis para a qualidade da pesquisa de preços, quais sejam, a análise da adequação dos valores considerados em razão da realidade de mercado e a ampliação e diversificação das fontes das informações coletadas com o objetivo de definir o valor estimado da contratação, vem respeitosamente perante V. Vsa., requerer que se digne a fazer nova tomada de preços em homenagem aos princípios da eficiência, economicidade, vantajosidade, bem como em atendimento ao relevante interesse público.

III – DOS PEDIDOS:

Face ao exposto, vem, respeitosamente à presença de V.Sa., requerer que se digne a conhecer da presente impugnação, dando lhe provimento para que, em homenagem aos princípios constitucionais entabulados no art. 37 da CR/88, bem como ao princípio da ampla competitividade, economicidade, vantajosidade, eficiência e relevante interesse público que, seja revisto o valor estimado para o bem pretendido.

R. deferimento

Lagoa Santa (MG), 11 de agosto de 2020.

Marcele Pereira Viegas
CPF: 101.100.426-70
Procuradora – VMI TECNOLOGIAS

02.659.246/0001-03
VMI TECNOLOGIAS LTDA
Rua Prefeito Eliseu Alves da Silva, 400
Distrito Industrial G. A. de Oliveira
CEP: 33.400-000
LAGOA SANTA - MG 0000220

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31205490757	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: VMI TECNOLOGIAS LTDA.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
J183347243641

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

LAGOA SANTA
Local

21 Dezembro 2018
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____
Data

_____ _____ _____
Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

00:00:0221

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7109317 em 26/12/2018 da Empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., Nire 31205490757 e protocolo 186364792 - 21/12/2018. Autenticação: 407D6738C1C1758445F3EF11CB9A4501D74FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 18/636.479-2 e o código de segurança wHH7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/12/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/636.479-2	J183347243641	21/12/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
264.994.446-34	SILVIA CARVALHO DE MORAES

0010060222

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7109317 em 26/12/2018 da Empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., Nire 31205490757 e protocolo 186364792 - 21/12/2018. Autenticação: 407D6738C1C1758445F3EF11CB9A4501D74FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 18/636.479-2 e o código de segurança wHH7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/12/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

VMI TECNOLOGIAS LTDA
DECIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ: 02.659.246/0001-03
NIRE: 3120549075-7 em 29.07.1998

OTAVIO VIEGAS, brasileiro, empresário, nascido em 20/11/1949, divorciado, com endereço Avenida Getúlio Vargas nº 2.212 bairro Joana D'arc Lagoa Santa/MG CEP: 33.400-000 portador da carteira de identidade nº M-434. 407 SSP/MG e do CPF nº 131.607.376-91 e

PRIME HOLDING E SERVIÇOS LTDA, estabelecida Avenida Getúlio Vargas nº 2.212 bairro Joana D'arc Lagoa Santa/MG CEP 33.400-000 registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3120824175-8 em 08/09/2008, inscrita no CNPJ sob o nº 10.328.635/0001-76, neste ato representado por seu sócia administradora **SÍLVIA CARVALHO DE MORAES**, brasileira, solteira, empresária, nascida aos 19/09/1957, com escritório na Avenida Getúlio Vargas , nº 2.212 bairro Joana D´arc, Lagoa Santa/MG, CEP: 33.400-000 , portadora da Carteira de Identidade nº M-753.323, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 264.994.446-34, devidamente qualifica.

Únicos sócios da sociedade empresaria limitada denominada **"VMI TECNOLOGIAS LTDA."**, com A sede da sociedade Rua Prefeito Elizeu Alves da Silva nº 400, Distrito Industrial Genesco Aparecido Lagoa Santa/MG CEP 33.400-000, Inscrita no CNPJ/MF sob numero 02.659.246/0001-03 e atos constitutivos arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais de registro numero 3120549075-7 em 29 de julho de 1998.

Resolvem promover a alteração contratual ao mencionado contrato social, mediante as estipulações discutidas, aceitas de forma unânime e a seguir outorgadas, sendo dispensada a realização de prévia reunião de quotistas em virtude de todos os sócios decidirem, por escrito sobre objeto de tal reunião, nos termos do dispostos no § 3° do artigo 1.072 da Lei 10.406/2002 código civil.

Primeira Alteração: O CAPITAL SOCIAL

Os sócios ambos devidamente já qualificados decidem, por unanimidade, aumentar o capital social da Sociedade que era $ 4.331.117,00 (quatro milhões trezentos e trinta um mil e setecentos e trinta e três reais), divido em 4.331.117 (quatro milhões trezentos e trinta um mil e setecentos e trinta e três) quotas no valor R$1,00 (Um real) cada, para R$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos reais), divido em 12.500.000 (doze milhões e quinhentos mil) quotas no valor R$1,00 (Um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do Pais.

O Capital Social da empresa passa a ter a seguinte destruição entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR TOTAL	%
OTAVIO VIEGAS	7.500.000	R$ 7.500.000,00	60,00%
PRIME HOLDING E SERVIÇOS LTDA	5.000.000	R$ 5.000.000,00	40,00%
TOTAL	**12.500.000**	**R$ 12.500.000,00**	**100,00%**

00..0060223

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7109317 em 26/12/2018 da Empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., Nire 31205490757 e protocolo 186364792 - 21/12/2018. Autenticação: 407D6738C1C1758445F3EF11CB9A4501D74FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 18/636.479-2 e o código de segurança wHH7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/12/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETARIA GERAL

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Diante das modificações tratadas neste instrumento, os sócios deliberam a consolidação dos atos constitutivos de conformidade com as disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMIRA DA DENOMINAÇÃO EMPRESÁRIA, SEDE E OBJETO SOCIAL

1 – A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com a denominação de **VMI Tecnologias Ltda** é regida por esta alteração contratual e pelo Código Civil de 2002, Lei 10.406 de janeiro de 2002;

2 – Com sede Rua Prefeito Elizeu Alves da Silva nº 400, Distrito Industrial Genesco Aparecido Lagoa Santa/MG CEP 33.400-000, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios, que detenham no mínimo (3/4) três quartos do capital social;

3 – A sociedade tem por objeto social:

1. Fabricacao, montagem, importacao, exportaco, armazenamento, transporte, distribuicao e comercializacao de produtos e equipamentos odonto-medicos hospitalares, veterinaria, eletrico, eletronico, mecanico, eletromecanicos, seus acessorios e componentes, aplicativos e sistemas, software de manutencao preventiva e corretiva, treinamento, reparos e reformas, assessoria tecnica, e , ainda, assessoria comercial e/ou administrativa, consultoria, informatizacao, operacao e assistencia tecnica.

2. Representacao tecnica e/ou comercial por conta de terceiros e locacao de bens e imoveis.

3. Prestacao de servico de instalacao, implantacao, montagem , manutencao, manutencao preventiva e corretiva, treinamento, reparos e reformas, assessoria tecnica, assessoria comercial, assessoria administrativa, consultoria, informatizacao, operacao e assistencia tecnica em aparelhos e equipamentos de diagnostico por imagem, odonto-medico hospitalares, laboratoriais, software, aplicativos, sistema e assemelhados, inclusive material eletronico, em aparelhos e equipamentos de raio-x de pequeno, medio e grande porte, tipo scanner, de detectotes de metais, de equipamentos para testes nao destrutivos.

4. Desenvolvimento de projetos para unidades de atendimento medico-hospitalar e servico de carater comunitario e social.

5. Industrializacao por encomenda e industrializacao por conta e ordem de terceiro

4 – A sociedade tem o prazo de duração indeterminado, iniciou suas atividades em 29/07/1998, encerrando seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA SEGUNDA DO CAPITAL SOCIAL E DAS COTAS SOCIAIS

1 – O capital social no valor de R$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos reais), divido em 12.500.000 (doze milhões e quinhentos mil) quotas no valor R$1,00 (Um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do País, ficando doravante distribuído da seguinte forma:

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7109317 em 26/12/2018 da Empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., Nire 31205490757 e protocolo 186364792 - 21/12/2018. Autenticação: 407D6738C1C1758445F3EF11CB9A4501D74FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 18/636.479-2 e o código de segurança wHH7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/12/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR TOTAL	%
OTAVIO VIEGAS	7.500.000	R$ 7.500.000,00	60,00%
PRIME HOLDING E SERVIÇOS LTDA	5.000.000	R$ 5.000.000,00	40,00%
TOTAL	**12.500.000**	**R$ 12.500.000,00**	**100,00%**

2 – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;

3 – As cotas sociais são indivisíveis em relação á sociedade;

4 – As cotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização dos sócios que detenham no mínimo (3/4) três quartos do capital social. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento estabelecido na Cláusula terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA DA CESSAO DE COTAS E DO DIREITO DE PREFERENCIA

Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas cotas no todo ou em parte, sem o consentimento do outro sócio, que terá preferencia absoluta para adquiri-las em comum ou indicação de terceiro cessionário.

1 – A oferta deverá ser feita pessoalmente ao outro sócio, por escrito, com menção clara do preço e demais condições, cabendo ao destinatário pronunciar-se a respeito no prazo de 30 (trinta) dias, findo os quais poderá o interessado livremente alienar suas cotas.

CLÁUSULA QUARTA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO

A administração da sociedade caberá ao sócio **OTAVIO VIEGAS** ou a **SÍLVIA CARVALHO DE MORAES**, com poderes e atribuições de representar a sociedade em juízo ou fora dele, obrigar a sociedade, firmar contratos, abrir contas bancárias, enfim tudo o que for necessário á gestão da mesma, assinando sempre da mesma forma que subscreve este instrumento.

1 – Embora autorizado o sócio, **OTÁVIO VIEGAS** ou a **SÍLVIA CARVALHO DE MORAES**, fazer uso do nome empresarial, fica vedado, entretanto, a sua utilização em atividades estranhas ao interesse social, quais sejam, fianças, avais, endossos e aceite de todo e qualquer título a favor, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer cotista, seja em favor de terceiros.

2 – Somente o sócio **OTÁVIO VIEGAS** prestará serviços à sociedade e receberá um pro labore mensal, fixado em reunião entre os sócios, levada a débito de despesas administrativas da Sociedade.

CLAUSULA QUINTA DAS REUNIÕES DE COTISTAS E SUAS DELIBERAÇÕES

1 – Ao término de cada exercício social em 31 dezembro os sócios procederão à elaboração do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

00.000225

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7109317 em 26/12/2018 da Empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., Nire 31205490757 e protocolo 186364792 - 21/12/2018. Autenticação: 407D6738C1C1758445F3EF11CB9A4501D74FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 18/636.479-2 e o código de segurança wHH7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/12/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

2 – Em reunião anual dos sócios, será decidido o destino dos lucros acumulados, a participação nos lucros dos sócios, a constituição de reservas dos lucros, bem como a sua reversão. Os lucros disponíveis após a constituição de reservas e participações serão partilhados entre os sócios na proporção de sua participação no capital.

3 – Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão quando prestarão contas justificadas da administração, podendo ou não as contas apresentadas serem aprovadas.

CLAUSULA SEXTA DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade não se dissolverá pela morte, interdição, falência ou insolvência de quaisquer de seus sócios, podendo, com a anuência do sócio remanescente, ser admitido na sociedade o sucessor detentor da titularidade das quotas patrimoniais.

1 – Em caso de discordância do sócio remanescente, no caso previsto no caput, ou no caso de utilizar a faculdade prevista no art. 1.029 da Lei 10.406 de 10/01/2002, a sociedade levantará balanço especial na data do evento, o qual deverá estar concluído no prazo de 90 (noventa) dias. Este balanço, ou do ultimo exercício se dentro do prazo retro, será procedido de uma avaliação técnica de todos os ativos da sociedade, devendo ser observadas na elaboração do mesmo, todas as provisões e reservas admitidas pela legislação fiscal e comercial.

2 – O herdeiro do sócio falecido deverá em 15 (quinze) dias da apresentação do balanço especial, manifestar a sua vontade de ser integrado ou não à sociedade, sucedendo-o nos direitos e obrigações. Caso não exerça esta faculdade no prazo estabelecido, ou não haja concordância dos sócios remanescentes, receberá todos os seus haveres apurados no balanço especial, a que se referiu o item 1 desta cláusula, em 24(vinte e quatro) prestações mensais, iguais e consecutivas, corrigidas monetariamente, vencendo a primeira delas em 120 (cento e vinte) dias da data do aludido balanço, acrescidas ainda de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

3 – Na hipótese de interdição de quaisquer sócios, persistirá ele no quadro social, cabendo ao curador nomeado substituí-lo em todos os atos, vedado o exercício de cargo de direção, sem aquiescência do outro sócio.

4 – Fica estabelecido que, caso seja apurado prejuízo no balanço especial, este será deduzido dos créditos existentes, proporcionalmente às cotas de cada sócio.

5 – No caso de restar apenas um dos sócios no quadro social, deverá a sociedade ter o ingresso de novo sócio no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de liquidação.

CLÁUSULA SÉTIMA DO DESIMPEDIMENTO

Os sócios subscritos das cotas do capital social declaram, sob as penas da lei, e em especial ao que dispõe o art 1.011 parágrafo 1º da Lei 10.406 de 10/01/2002, que não estão impedidos nos termos da lei, de exercer os atos empresários, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal, ou incapacidade superveniente, estando exercendo plenamente os seus direitos civis, inclusive de personalidade.

CLÁUSULA OITAVA DAS OMISSÕES

Nas omissões deste contrato e em casos não previstos na disciplina legal rege a sociedade limitadas, esta sociedade terá regência subsidiária pelo Capitulo I das Sociedades Simples do Novo Código Civil.

00000026

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7109317 em 26/12/2018 da Empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., Nire 31205490757 e protocolo 186364792 - 21/12/2018. Autenticação: 407D6738C1C1758445F3EF11CB9A4501D74FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 18/636.479-2 e o código de segurança wHH7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/12/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Lagoa Santa/MG para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, em detrimento de outro por mais privilegiado que seja.

Lagoa Santa, 10 de dezembro de 2018.

OTAVIO VIEGAS
CPF nº 131.607.376-9
Sócio Administrador

PRIME HOLDING E SERVIÇOS LTDA
CNPJ sob o nº 10.328.635/0001-76
SÍLVIA CARVALHO DE MORAES
CPF nº 264.994.446-34

00:000027

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7109317 em 26/12/2018 da Empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., Nire 31205490757 e protocolo 186364792 - 21/12/2018. Autenticação: 407D6738C1C1758445F3EF11CB9A4501D74FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 18/636.479-2 e o código de segurança wHH7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/12/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/636.479-2	J183347243641	21/12/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
131.607.376-91	OTAVIO VIEGAS
264.994.446-34	SILVIA CARVALHO DE MORAES

00:00002128

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7109317 em 26/12/2018 da Empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., Nire 31205490757 e protocolo 186364792 - 21/12/2018. Autenticação: 407D6738C1C1758445F3EF11CB9A4501D74FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 18/636.479-2 e o código de segurança wHH7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/12/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., de nire 3120549075-7 e protocolado sob o número 18/636.479-2 em 21/12/2018, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7109317, em 26/12/2018. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Raquel Vicente Coelho.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
264.994.446-34	SILVIA CARVALHO DE MORAES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
131.607.376-91	OTAVIO VIEGAS
264.994.446-34	SILVIA CARVALHO DE MORAES

Belo Horizonte. Quarta-feira, 26 de Dezembro de 2018

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

00:000029

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7109317 em 26/12/2018 da Empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., Nire 31205490757 e protocolo 186364792 - 21/12/2018. Autenticação: 407D6738C1C1758445F3EF11CB9A4501D74FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 18/636.479-2 e o código de segurança wHH7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/12/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
523.047.366-53	RAQUEL VICENTE COELHO
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Quarta-feira, 26 de Dezembro de 2018

00.000.0230

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7109317 em 26/12/2018 da Empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA., Nire 31205490757 e protocolo 186364792 - 21/12/2018. Autenticação: 407D6738C1C1758445F3EF11CB9A4501D74FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 18/636.479-2 e o código de segurança wHH7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/12/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

COMARCA DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

LIVRO:054 **1º TABELIONATO DE NOTAS DE LAGOA SANTA** FOLHA:128

Tabeliã: *Elaine Martins de Sousa Alves*
Rua Maria Junqueira, nº 185, bairro Brant, Lagoa Santa – MG – CEP 33.400-000
Tel.: (31) 3681-1450 / 3681-1938 / 3687-9632
E-mail: notas1lagoasanta@hotmail.com

INSTRUMENTO DE **CONTRATO DE MANDATO** (PROCURAÇÃO) QUE FAZ A SOCIEDADE EMPRESÁRIA **VMI TECNOLOGIAS LTDA.**, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) **30 (trinta) dias do mês de julho do ano de 2020 (dois mil e vinte)**, nesta Cidade e Comarca de Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do 1º Ofício de Notas, situado na rua Maria Junqueira, nº 185, bairro Brant, Minas Gerais, perante mim, 1ª Tabeliã de Notas, **Elaine Martins de Sousa Alves**, que esta subscrevo, compareceu como **Outorgante Mandante: VMI TECNOLOGIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, empresária, constituída sob o tipo societário limitada, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, CNPJ, sob o nº 02.659.246/0001-03; e, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, JUCEMG, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas, NIRE, nº 3120549075-7, com sede rua Prefeito Elizeu Alves da Silva, nº 400, bairro Distrito Industrial Genesco Aparecido, Lagoa Santa, Minas Gerais, CEP 33.400-000; tendo como sócios: OTÁVIO VIEGAS, brasileiro, natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, nascido aos 20/11/1949, filho de Santos Viegas e Conceição de Abreu Viegas, empresário, inscrito no Registro Geral sob o nº M-434.407, cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, SSP/MG; e, no Cadastro das Pessoas Físicas, CPF, sob o nº 131.607.376-91, divorciado, residente e domiciliado avenida Getúlio Vargas, nº 2.212, bairro Joana D'arc, Lagoa Santa, Minas Gerais, CEP 33.400-000; e, PRIME HOLDING E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, empresária, constituída sob o tipo societário limitada, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, CNPJ, sob o nº 10.328.635/0001-76; e, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, JUCEMG, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas, NIRE, nº 3120824175-8, com sede na avenida Getúlio Vargas, nº 2.212, bairro Joana D'arc, Lagoa Santa, Minas Gerais, CEP 33.400-000; neste ato representada pelo sócio OTÁVIO VIEGAS, acima qualificado; e pela administradora/não sócia SILVIA CARVALHO DE MORAES, brasileira, natural de Tombos, Minas Gerais, nascida aos 19/09/1957, filha de Raul Gonçalves de Moraes Sobrinho e Odete Sear de Moraes, solteira, empresária, inscrita no Registro Geral sob o nº Registro Geral sob o nº M-753.323, cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, SSP/MG; e, no Cadastro das Pessoas Físicas, CPF, sob o nº 264.994.446-34, divorciada, residente e domiciliada na avenida Getúlio Vargas, nº 2.212, bairro Joana D'arc, Lagoa Santa, Minas Gerais, CEP 33.400-000; nos termos da sua 12ª Alteração Contratual Consolidada, datada de 10/12/2018, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, JUCEMG, sob o nº 7109317, aos 26/12/2018; e, certidão simplificada expedida aos 06/07/2020, às 17:59hs. Presentes, pessoas juridicamente capazes e aptas à prática dos atos da vida civil, a pessoa jurídica representada nos termos de seu ato constitutivo e respectivas alterações, demonstrando, seus adminsitradores, plena capacidade de direito e de fato, reconhecida como própria por mim, 1ª Tabeliã, nos termos do artigo 215, parágrafo primeiro, inciso II, do Código Civil Brasileiro e artigo 156, inciso VI, do Provimento 260 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, pelos documentos apresentados, do que dou fé. Então, pela outorgante mandante me foi dito que nomeia, neste ato, como **Outorgada Mandatária: MARCELE PEREIRA VIEGAS**, brasileira, natural de Santa Luzia, Minas Gerais, nascida aos 18/10/1995, filha de Marcelo Viegas e Maristela de Jesus Pereira, auxiliar administrativa, inscrita no Registro Geral sob o nº MG-16.725.959, cédula de identidade expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, PCMG, aos 04/11/2013; e, no Cadastro das Pessoas Físicas, CPF, sob o nº 101.100.426-70, solteira, residente e domiciliada na rua das Camelias, nº 101, bairro Jardim Ipe, Lagoa Santa, Minas Gerais, CEP 33.400-000; **pessoa a quem outorga poderes, inclusive para constituir por meio de instrumento particular de procuração, em nome da outargante mandante, especificamente de** representação perante todos os Órgãos Públicos e Privados da esfera Federal, Estadual, Distrital e Municipal, podendo concordar, transigir, promover acordos,

AB 5478399

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

00..0060231

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 6º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/88413007204406299014

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 88413007204406299014-1
Data: 30/07/2020 15:26:34
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKG51409-X2I0;
CNJ: 06.870-9
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

solicitar certidões e demais documentos, que venham a ser precisos para o atendimento dos interesses da Outorgante, consultas de quaisquer informações de interesse da empresa, receber cartas, notificações, ofícios, **no âmbito de todo e qualquer processo de licitação**, em qualquer modalidade, incluindo as administradas pelas bolsas de valores e **processos relacionados ao Portal Siconv do Ministério da Saúde**, Pessoas Jurídicas de Direito Público, da administração pública direita ou indireta, bem como seus órgãos e qualquer outra entidade que realize licitações, inclusive para estatais, podendo, para tanto, cadastrar a Outorgante em sistemas e sítios eletrônicos destinados à realização de licitações, apresentar e assinar propostas, documentos e declarações, formular lances, interpor recursos, pedidos de reconsideração, intervir em cadastro de fornecedores (solicitar, assinar e retirar CRC), bem como todos os atos necessários à defesa dos interesses da Outorgante durante e após os procedimentos, inclusive assinar contrato, exceto receber valores e dar quitação, **VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. Procuração lavrada sob minuta apresentada pela outorgante mandante, que se responsabiliza por todas as informações aqui prestadas. CUSTO FINAL DO ATO JURÍDICO:** Quantidade: 15 - (Código: 8101-8 - Arquivamento) - Emolumentos: R$ 92,70 (noventa e dois reais e setenta centavos); Recompe: R$ 5,55 (cinco reais e cinquenta e cinco centavos); Taxa de Fiscalização Judiciária: R$ 30,75 (trinta reais e setenta e cinco centavos); ISS: R$ 4,65 (quatro reais e sessenta e cinco centavos) - Valor total: R$ 133,65 (cento e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos). Quantidade: 1 - (Código: 1458-9 - Procuração relativa a situação jurídica com conteúdo financeiro) - Emolumentos: R$ 100,50 (cem reais e cinquenta centavos); Recompe: R$ 6,03 (seis reais e três centavos); Taxa de Fiscalização Judiciária: R$ 33,48 (trinta e três reais e quarenta e oito centavos); ISS: R$ 5,03 (cinco reais e três centavos) - Valor total: R$ 145,04 (cento e quarenta e cinco reais e quatro centavos). Valor Total Final: R$ 278,69 (duzentos e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos). Assim o disse, do que dou fé e me pediu este instrumento, que lhe lavrei nesta Serventia de Notas, lendo-o à outorgante Mandante, que, achando nos termos em que solicitado, conforme sua vontade, a outorgou, aceitou e assinou, dispensada a presença de testemunhas, consoante Lei Federal nº 6.952, de 06 de novembro de 1981. Eu, ELAINE MARTINS DE SOUSA ALVES, TABELIÃ a fiz digitar. Eu, ELAINE MARTINS DE SOUSA ALVES, TABELIÃ a subscrevo e assino. (aa) OTÁVIO VIEGAS, SILVIA CARVALHO DE MORAES; TRASLADADA EM SEGUIDA.

Lagoa Santa, quinta-feira, 30 de julho de 2020

EM TESTo. _____ DA VERDADE.

_____
ELAINE MARTINS DE SOUSA ALVES, TABELIÃ

Hellen Godinho A. Guimarães
Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça
1º Tabelionato de Notas de Lagoa Santa de Lagoa Santa - MG

Selo de Fiscalização: **DVY15902**
Código de Segurança: **5627.9611.8000.4169**
Quantidade de Atos: 15

Ato(s) praticado(s) por: ELAINE MARTINS DE SOUSA ALVES - TABELIÃ
Emol.: R$ 204,78; Taxa de Fiscalização: R$ 64,23; Total: R$ 269,01; ISS: R$ 5,68
Consulte a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ..... Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/88413007204406299014

00.000232

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 88413007204406299014-2
Data: 30/07/2020 15:26:34
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKG51410-RSF2;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **30/07/2020 15:31:37 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **VMI TECNOLOGIAS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração.*

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 88413007204406299014-1 88413007204406299014-2
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b5cbd89891118e6a63f98e0274e5c2f843e69436bdd791a5c90ee97778fbb1a346e93caa7a21ac3def91a7cd291b7a2886e88ec1459f337d5bea6353f8bff8026

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

00.000233

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06 670-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 884124041814463301 52-1; Data: 24/04/2018 14:48:45
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGU82494-Q7JQ; Valor Total do Ato: R$ 4,23
Bel. Vólber de Miranda Cavalcanti Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **03/08/2020 08:20:49 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **VMI TECNOLOGIAS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração.*

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 88412404181446330152-1
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b620e2d99142b19d2a0189746c0ad8cd48024f66fda5ac576028b0496ea9786b44e35b0c231e6e3980a841fcb7c21161b6e88ec1459f337d5bea6353f8bff8026

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

00..0000235

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 05 670-0

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato, O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 88412404181446330077-1; Data: 24/04/2018 14:48:40

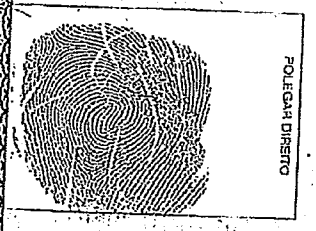
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGU82493-SSS2; Valor Total do Ato: R$ 4,23

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti Titular

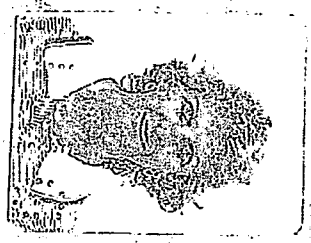
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Silvia Carvalho de Moraes
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-753.523 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/03/2016

NOME
SILVIA CARVALHO DE MORAES

FILIAÇÃO
RAUL GONCALVES DE M SOBRINHO
ODETE SAAR DE MORAES

NATURALIDADE
TOMBOS-MG

DATA DE NASCIMENTO
19/9/1957

DOC.ORIGEM NASC. LV-42 FL-197
TOMBOS-MG

CPF 264994446-34

PII-1281 LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ASSINATURA DO DIRETOR

2.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **03/08/2020 08:19:19 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **VMI TECNOLOGIAS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração.*

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 88412404181446330077-1
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b620e2d99142b19d2a0189746c0ad8cd41ef6868cb34bd8df85f779fa610ff2f2c46f2081db30b42ce9283951606e56796e88ec1459f337d5bea6353f8bff8026

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 05.870-0
Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 6.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O reconhecimento é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 884120081817340602 88-1; Data: 20/08/2018 17:36:49

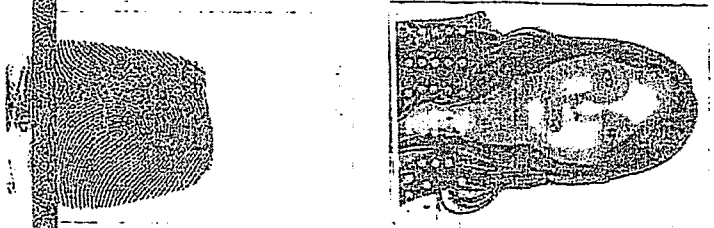
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHJ28011-80RO; Valor Total do Ato: R$ 4,23

Bel. Vilberto Miranda Cavalcanti
Titular

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO [illegible]



Marcele Pereira Viegas

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-16.725.959 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/11/2013

NOME
MARCELE PEREIRA VIEGAS

FILIAÇÃO
MARCELO VIEGAS
MARISTELA DE JESUS PEREIRA

NATURALIDADE
SANTA LUZIA-MG

DATA DE NASCIMENTO
18/10/1995

DOC. ORIGEM NASC. LV-14 FL-165
SANTA LUZIA-MG

CPF 101100426-70

PIC-1847

LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
ASSINATURA DO DIRETOR

2.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **03/08/2020 08:29:51 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **VMI TECNOLOGIAS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração.*

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 88412008181734060288-1
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b620e2d99142b19d2a0189746c0ad8cd4205fd61fc55c72d41961de14e446973bd7ce541836a6c75c30a515f3d252fc316e88ec1459f337d5bea6353f8bff8026

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
ICP Brasil

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 376.710,00	**R$ 282.750,00**	**R$ 194.800**

FILTROS APLICADOS

Descrição

APARELHO RAIOS X\, APLICAÇÃO:FIXO\, TIPO:DIGITAL\, ADICIONAL:FORMATO DICOM\, CORRENTE:MÁXIMO DE 800 MA\, TENSÃO:MÁXIMO DE 125 KV\, COMPONENTE:MESA DE COMANDO\, ESTATIVA DE CHÃO\, OUTROS COMPONENTES:COLIMADOR\, BUCKY E MESA\, CAPACIDADE 1:MÍNIMO DE 130 KG

Nome do Material (PDM)

APARELHO RAIOS X

Quantidade total de registros: 5

Registros apresentados: 1 a 5

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00073/2018	00001	Pregão	450494	APARELHO RAIOS X	APARELHO RAIOS X, APLICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, ADICIONAL FORMATO DICOM, CORRENTE MÁXIMO DE 800 MA, TENSÃO MÁXIMO DE 125 KV, COMPONENTE MESA DE COMANDO, ESTATIVA DE CHÃO, OUTROS COMPONENTES COLIMADOR, BUCKY E MESA, CAPACIDADE 1 MÍNIMO DE 130 KG	UNIDADE	2	R$194.800,00	IMEX MEDICAL COMERCIO E LOCACAO LTDA	FUNDAçãO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	154359 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	07/01/2019
00105/2019	00002	Pregão	450494	APARELHO RAIOS X	APARELHO RAIOS X, APLICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, ADICIONAL FORMATO DICOM, CORRENTE MÁXIMO DE 800 MA, TENSÃO MÁXIMO DE 125 KV, COMPONENTE MESA DE COMANDO, ESTATIVA DE CHÃO, OUTROS COMPONENTES COLIMADOR, BUCKY E MESA, CAPACIDADE 1 MÍNIMO DE 130 KG	UNIDADE	1	R$214.500,00	LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	ESTADO DE RORAIMA	980301 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	27/09/2019

00.00.0240

Relatório gerado dia: 26/06/2020 às 16:18
Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

00092/2019	00001	Pregão	450494	APARELHO RAIOS X	APARELHO RAIOS X, APLICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, ADICIONAL FORMATO DICOM, CORRENTE MÁXIMO DE 800 MA, TENSÃO MÁXIMO DE 125 KV, COMPONENTE MESA DE COMANDO, ESTATIVA DE CHÃO, OUTROS COMPONENTES COLIMADOR, BUCKY E MESA, CAPACIDADE 1 MÍNIMO DE 130 KG	UNIDADE	1	R$282.750,00	IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ	13/11/2019
00062/2019	00001	Pregão	450494	APARELHO RAIOS X	APARELHO RAIOS X, APLICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, ADICIONAL FORMATO DICOM, CORRENTE MÁXIMO DE 800 MA, TENSÃO MÁXIMO DE 125 KV, COMPONENTE MESA DE COMANDO, ESTATIVA DE CHÃO, OUTROS COMPONENTES COLIMADOR, BUCKY E MESA, CAPACIDADE 1 MÍNIMO DE 130 KG	UNIDADE	1	R$549.000,00	SHIMADZU DO BRASIL COMERCIO LTDA.	ESTADO DE MINAS GERAIS	926658 - HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	03/09/2019
00097/2019	00008	Pregão	450494	APARELHO RAIOS X	APARELHO RAIOS X, APLICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, ADICIONAL FORMATO DICOM, CORRENTE MÁXIMO DE 800 MA, TENSÃO MÁXIMO DE 125 KV, COMPONENTE MESA DE COMANDO, ESTATIVA DE CHÃO, OUTROS COMPONENTES COLIMADOR, BUCKY E MESA, CAPACIDADE 1 MÍNIMO DE 130 KG	UNIDADE	2	R$642.500,00	SHIMADZU DO BRASIL COMERCIO LTDA.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	153047 - HOSPITAL UNIVERSITARIO C. ANTONIO MORAIS/UFES	27/12/2019

00.000241

SHIMADZU
Excellence in Science

PROPOSTA SBL

Barueri, 03 de julho de 2.020

À
PREFEITURA DE MANDAGUAÇU
CNPJ: 76.285.329/0001-08
Rua: Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernardino – Caixa Postal 81 – Cep: 87160-000
Fone: (44) 3245 2990 / (44) 9 9950 8922
Mandaguaçu – PR
A/C Janifer.

Prezado(s) Cliente(s),

Temos a honra de apresentar, para análise e apreciação, nossa proposta comercial para fornecimento do Aparelho de Raios X Fixo, modelo **TD500HF-CFB/40**, com Sistema Digital (DR) e FPD.

O fornecimento do equipamento ora ofertado inclui a instalação pela **SHIMADZU DO BRASIL**, bem como a Garantia e Assistência Técnica.

A **SHIMADZU** atua no mercado brasileiro há mais de 32 anos, com sede em Barueri-SP e filiais estabelecidas nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, e Rio Grande do Sul. Sua matriz e fábrica estão localizadas no Japão, e demais subsidiárias localizadas em vários países da Europa, América do Norte, Oriente Médio, África, Ásia e Oceania. Sendo assim a marca SHIMADZU reconhecida mundialmente por mais de 148 anos.

A **SHIMADZU** prima pela excelência no atendimento e total satisfação de nossos clientes, dessa forma esperamos que a presente proposta atenda suas expectativas.

Esta proposta possui validade de 15 (quinze) dias, ficando após este período, sujeita a revisão.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

José Orlando Daros
Supervisor de Vendas

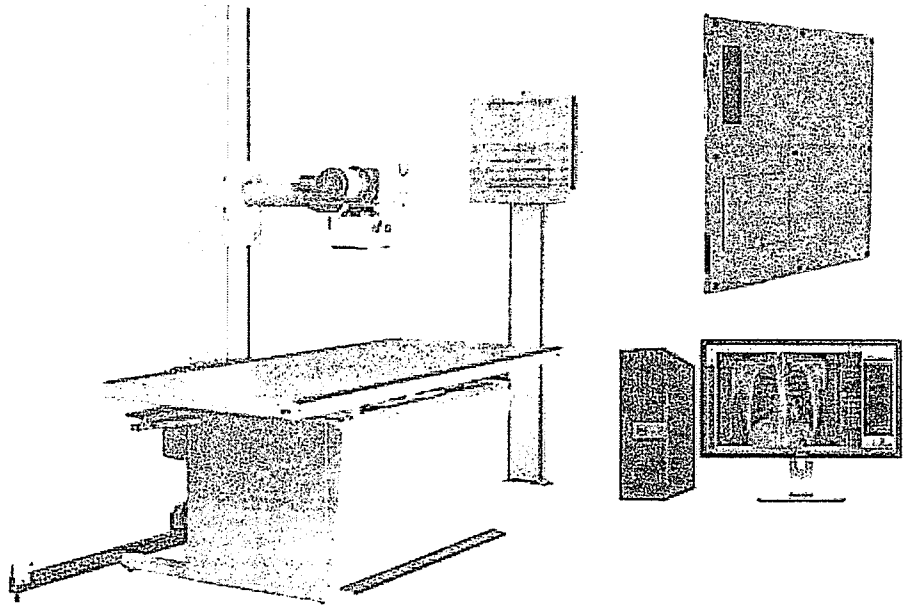
Constantino Luiz DiPIPI
Gerente Geral Divisão Médica

00..006:0243

SHIMADZU
Excellence in Science

PROPOSTA SBL

APARELHO DE RAIOSX FIXO COM SISTEMA DIGITAL (DR)



DR-Tech EVS 3643 Wireless

Shimadzu do Brasil Comércio Ltda. Avenida Tamboré, 576 | Tamboré | Barueri-SP | Brasil | CEP 06.460-000
Tel.: + 55 11 2424-1700 | FAX +55 11 3611-2209
www.shimadzu.com.br

SHIMADZU
Excellence in Science

PROPOSTA SBL

1- CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA

CONFIGURAÇÃO BÁSICA

- **Sistema DIGITAL (DR)**
  - Modelo: Exprimer EVS 3643 Wireless
  - Estação de aquisição (PC)
  - Monitor LCD de 24" touch screen
  - Teclado e mouse
- **Gerador de alta tensão de 630mA**
  - Modelo: TD500HF
  - Tipo: Inversor de alta frequência
  - Alimentação 220/380 Volts Trifásica, 60 KVA
- **Mesa de diagnóstico e estativa porta tubo com coluna fixa (CFB)**
  - Tipo: sistema integrado
  - Modelo: TDTF01
- **Tubo de raios-x 140kHU - Toshiba**
- **Colimador**
  - Modelo: Leadmec- LMD 206
  - Lâmpada de 100W
  - Tipo: Retangular e ajuste manual
- **Bucky mural**
  - Modelo: TDBM01
- **Acessórios**
  - Par de cabos de alta tensão
  - Manuais

2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS

O Aparelho de Raios X Fixo, **modelo TD500HF-CFB/40**, com Sistema Digital (DR), foi desenvolvido com a mais avançada tecnologia para adquirir Radiografias Digitais de pacientes em emergências, macas e cadeira de rodas.

O sistema de digitalização de radiografias (DR) portátil com área útil de 35x43cm permite a aquisição de radiografias de todo o corpo do paciente em formato de retrato ou paisagem, inclusive com o paciente em macas ou cadeira de rodas.

Gerador de alta frequência, integrado a mesa e estativa possibilita a obtenção de imagens de alta qualidade e definição, graças ao "ripple" mínimo da forma de onda do KV e precisão do controle de tempo de exposição. O gerador de alta frequência, além de eliminar os raios-x de baixa energia, reduz a dose de raios-X do paciente e aumenta a qualidade da imagem radiográfica. Isso faz com que ele seja melhor e mais seguro que os geradores convencionais.

Posicionamento rápido e fácil do tubo de raios X. O suporte do tubo de raios-X é totalmente contrabalanceado, o que facilita os movimentos para o posicionamento do tubo.

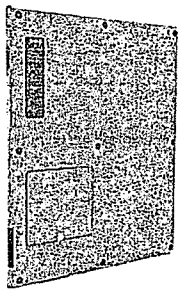
A **Mesa de Exames**, com tampo flutuante, facilita o posicionamento do paciente, pois possui grande alcance nos movimentos laterais e longitudinais. O "bucky" da mesa possui um suporte para um FPD que pode ser inserido na posição vertical ou horizontal. A mesa incorpora, também, grade anti-difusora, freios eletromagnéticos e distância reduzida entre o tampo flutuante e o bucky, o que possibilita a obtenção de imagens radiográficas com maior definição.

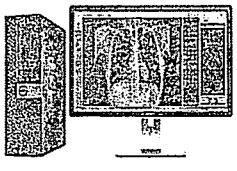
Espaço reduzido para instalação. O TD500HF-C de 630mA foi desenvolvido para ocupar o menor espaço possível na sala. O compacto gerador embutido embaixo da mesa e o suporte para tubo de raios X, permite uma grande flexibilidade na criação de "Layouts" aumentando a área livre da sala.

O Bucky Mural possui um suporte para FPD que pode ser inserido no sentido vertical ou horizontal. O Bucky possui uma grade de alta resolução para eliminar raios-X secundários.

3 – CARACTERÍSTICAS DOS COMPONENTES

Sistema DIGITAL (DR) com FPD Wireless





Imagens ilustrativas

Sistema de digitalização de radiografias (DR) de alto desempenho por meio de Detector de Painel Plano (FPD).

Modelo: Exprimer EVS 3643 Wireless (sem fio)

Fabricante: DR Tech

Detector de Painel Plano (FPD) sem fio:

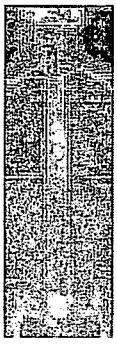
- Área útil do FPD: 358x430mm (14x17 polegadas);
- Tamanho do pixel: 140µm;
- Resolução: 2560x3072 pixels (7.86MP);
- Método de conversão: Silício amorfo (a-Si);
- Cintilador: CsI;
- Conversor (A/D): 14 bits;
- Peso do FPD: 2,98kg;
- Carregador de baterias;
- Duas baterias recarregáveis;
- Resistente a líquidos IPX4, resistindo a urina, sangue, agua etc.
- SMART AT (AED): Detecção Automática de Exposição.
- Dimensões externas: 386 x 460 x 14,5 mm

Estação de aquisição:

- Monitor de visualização: LCD de 24" (polegadas);
- Monitor tipo LED/TFT de alta definição;
- Processador: Intel Core i5 de 2.8GHz ou melhor;
- Memória RAM: 8GB;
- Disco rígido (HD): 1TB SATAIII;
- Porta USB: 4 portas;
- Sistema operacional: Windows 10 Pro 64 bits ou superior;
- Placa de rede: Dual Gigabit Ethernet 10/100/1000;
- Teclado e mouse.

Software de gerenciamento e processamento:

- Agenda de pacientes;
- Inserção de dados do paciente (manual ou via DICOM Worklist);
- Ampliação da imagem (zoom);



- Ajuste de brilho e contraste;
- Anotações sobre a imagem;
- Ajuste de densidade (Dinamic Range);
- Ajuste da região de interesse (ROI);
- Filtros de imagem pré-programados;
- Inversão da imagem;
- Medidas de distância e ângulo;
- **Software para "Stitching": imagem panorâmica de coluna e extremidades automático, sem necessidade de acessórios adicionais.**
- **Protocolos DICOM 3.0:** Print (impressão), Storage (armazenamento) e Worklist (lista de trabalho).

Gerador de Raios-X 630mA (40kW)



Imagem meramente ilustrativa

Gerador de alta tensão com controle microprocessado e inversores de alta frequência. Tamanho compacto e embutido sob a mesa de exames.

- **Tipo:** Inversor de alta frequência
- **Ajustes independentes:** de kVp, mA, tempo
- **Painel indicador:** kVp, mA, segundos e erros
- **Programas anatômicos (APR):** Método avançado de programação anatômica.
- **Potência:** 40kW
- **Controle:** Microprocessado
- **Botão de disparo:** duplo estágio (preparo/disparo)
- **Função de autodiagnostico:** em caso de falha de alguma função, um código de erro é exibido no display.

Parâmetros radiográficos:

- **Faixa de tensão:** 40 ~ 125KV
- **Faixa de corrente:** 50 ~ 630mA
- **Faixa de tempo:** 0.002 ~ 5 segundos em 31 passos

Mesa de Diagnóstico e estativa porta tubo fixa integrados

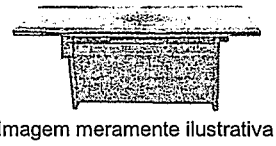


Imagem meramente ilustrativa

Mesa para exames radiológicos com tampo flutuante (multidirecional) de alta resistência e durabilidade.

- **Tipo:** Tampo flutuante, com a distância reduzida entre o tampo e o bucky;
- **Tamanho do tampo:** 2180x900mm;
- **Deslocamento longitudinal:** 1500mm (ou ±750mm);
- **Deslocamento lateral:** 240mm (ou ±120mm);
- **Freios:** eletromagnéticos;
- **Peso máximo suportado:** 200kg (distribuição uniforme);

Bucky da mesa com suporte para FPD de 35x43cm:

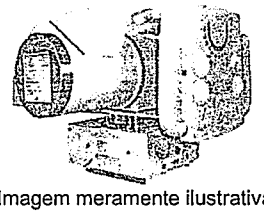
- **Deslocamento do Bucky da mesa**: 60cm longitudinal;

- **Grade antidifusora:** razão 10:1 e 103linhas/pol.

Estativa porta tubo com grande amplitude de movimentos.

- **Deslocamento longitudinal:** 2500mm;
- **Deslocamento vertical:** 1400mm;
- **Rotação do tubo** (Oblíquo)**:** +-160°
- **Freios**: travas eletromagnéticas acionadas por botão para deslocamento e movimentação do braço e tubo;
- **Indicadores:** Ângulo de projeção oblíqua, distância longitudinal e distância vertical.

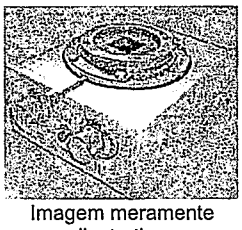
Tubo de raios-x de 140kHU (Toshiba)


Imagem meramente ilustrativa

Tubo de raios-x de alta capacidade térmica e alta durabilidade.

- **Capacidade calórica do conjunto:** 1250kHU (900kJ);
- **Capacidade calórica do ânodo:** 140kHU;
- **Tipo:** Ânodo giratório (3400RPM);
- **Material do Ânodo:** Tungstênio (W);
- **Focos:** Fino 1,0 mm (22,5kW), Grosso 2,0 mm (47kW);
- **Filtração inerente:** ≥2,5mmAl/75kV ≥1,5mmAl + (2x0,5)mmAl/75kV
- **Tensão máxima suportada:** 125kV;
- **Circuito de segurança:** interrompe o disparo dos raios-x em caso de falha no filamento, temperatura excessiva, rotação do ânodo, sobrecarga e técnicas inadequadas.

Colimador


Imagem meramente ilustrativa

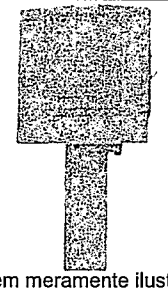
Colimador do feixe de raios-x, com placas de chumbo e iluminação de campo.

- **Modelo:** LMD 206;
- **Tipo:** Manual com quatro lâminas de chumbo;
- **Luz de campo:** luz indicadora da área de interesse (FOV) com temporizador para desligamento automático após 20 a 60 segundos. Com timer e luz de centralização de 100W.
- **Indicador do tamanho de campo:** DFF (100cm);
- **Rotação do colimador:** até 270°;
- **Filtração Inerente:** Equivalente a 1.03 mm Al.

Bucky Mural

Estativa bucky mural para uso em radiografia DIGITAL com suporte para FPD de 35x43cm.

- **Modelo:** TDBM01;
- **Movimento vertical do Bucky:** 138cm;
- **Distância foco filme:** 1,20 m a 1,80m
- **Bucky digital:** suporte para detector de painel plano (FPD) de 35x43cm;


Imagem meramente ilustrativa

- **Grade antidifusora:** razão 10:1 e 103 linhas/pol.
- **Ajustes e comandos:** Manuais;
- **Freio:** Travas manuais

4 - ACESSÓRIOS STANDARD

- Par de cabos de alta tensão 150KV
- Manuais técnicos.
- Manuais de operação.

5 - DIMENSÕES

Mesa de Exames - Tampo Flutuante	
Comprimento	2180mm
Largura	900mm
Altura	820mm
Peso da mesa	150kg

Suporte do tubo de raios-X	
Tipo	Integrado a mesa
Comprimento do trilho	2700mm
Altura da coluna	2350mm
Comprimento do braço	725mm
Peso bruto	150kg

Bucky mural	
Altura	2100mm
Largura	585mm
Profundidade	305mm
Peso	60kg

Gabinete do gerador	
Peso	50 kg
Painel de comando do gerador	
Peso	2,7kg

6 - REQUISITOS ELÉTRICOS

Requisitos elétricos		
Gerador de alta tensão	**Entrada**	220V ou 380V trifásico
	Tolerância	±10%

	Frequência	50/60Hz
Mesa de exames	**Entrada**	Monofásica 110V/220V Alimentado pelo gerador.
	Frequência	60Hz
Estativa integrada a mesa	**Entrada**	Monofásica 110V/220v Alimentado pelo gerador.
	Frequência	60Hz
Bucky mural	**Entrada**	Monofásica 110V/220V Alimentado pelo gerador.
	Frequência	50/60hZ

7 - PREÇO

PREÇO da Unidade.....R$ 258.000,00

- (Duzentos e cinquenta e oito mil Reais)

Notas:
- O valor acima inclui as despesas para importação e nacionalização.
- O valor acima é do aparelho entregue em Mandaguaçu -PR.
- O valor acima inclui a instalação e treinamento.

8 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pagamento **à Vista**, contra entrega.

9 - PRAZO DE ENTREGA

Entrega em 60 (Sessenta) dias após **Confirmação do Pagamento**.

10 - INSTALAÇÃO

A Instalação será efetuada pela SHIMADZU DO BRASIL, ou pela representante especializada e indicada pela SHIMADZU.

11 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A SHIMADZU DO BRASIL mantém serviço de Assistência Técnica com Engenheiros e Técnicos próprios e de seus Representantes, treinados e especializados pela SHIMADZU. A SHIMADZU DO BRASIL oferece também Contrato de Manutenção preventiva e Corretiva para garantir o bom funcionamento do equipamento.

12 - GARANTIA

O valor acima inclui **24** meses de garantia após a instalação ou **25** meses após a data do faturamento, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

13 - VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta é válida por 15 (quinze) dias após a data de emissão da mesma, após este período, deverá ser revisada pela SHIMADZU DO BRASIL.

SHIMADZU
Excellence in Science

PROPOSTA SBL

Atenciosamente,

José Orlando Daros
Supervisor de Vendas

Constantino Luiz DiPIPI
Gerente Geral Divisão Médica

De Acordo
Nome completo
Assinatura ____/____/2020

Shimadzu do Brasil Comércio Ltda. Avenida Tamboré, 576 | Tamboré | Barueri-SP | Brasil | CEP 06.460-000
Tel.: + 55 11 2424-1700 | FAX +55 11 3611-2209
www.shimadzu.com.br

00000250

LOTUS
healthcare

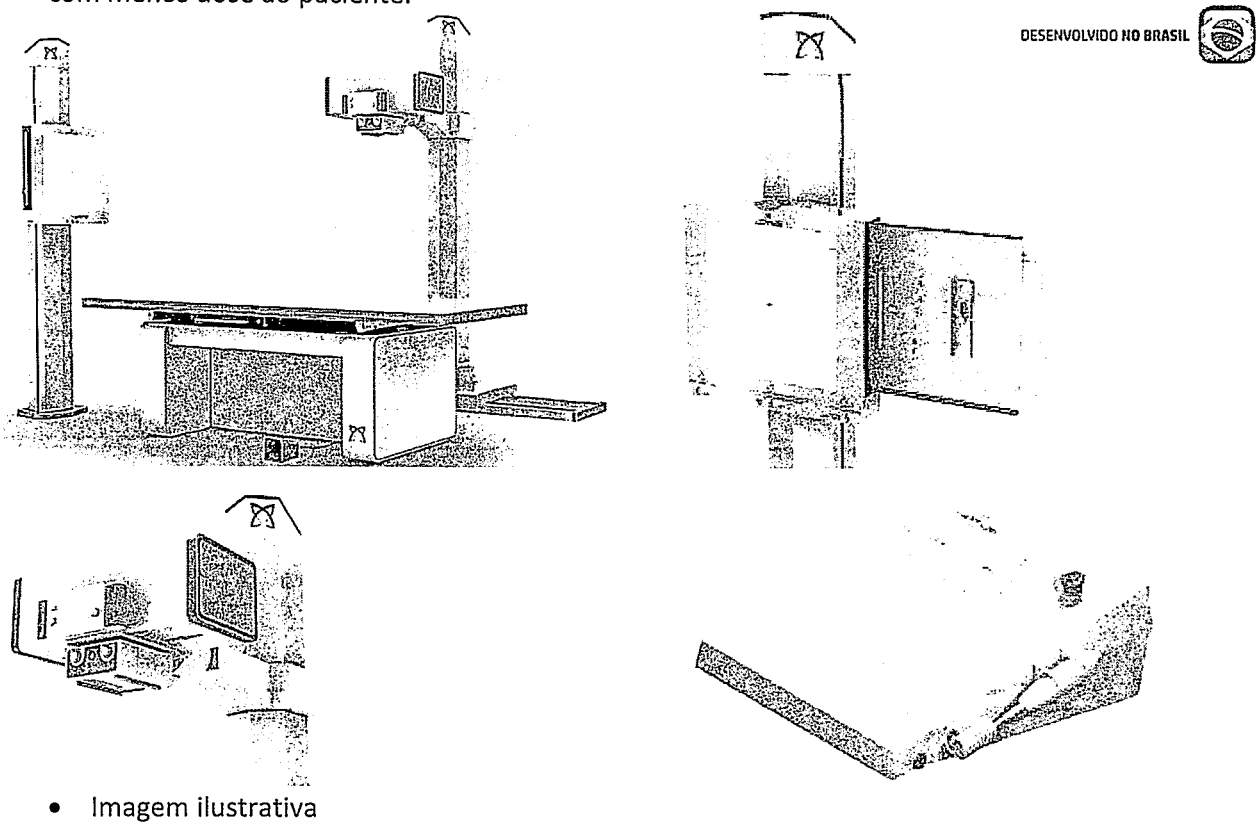
PROPOSTA COMERCIAL

Proposta n°:	001012020		
Produto:	CONJ RADIOLOGICO DIGITAL HF630M		
Solicitante:	Prefeitura de Mandaguaçu		
Cnpj:	76.285.329/0001-08		
Aos Cuidados de:	Jênifer		
Telefone		**E-mail:**	jjcomprassaude@outlook.com

Este documento é confidencial e destina-se exclusivamente a pessoa endereçada acima. Caso você não seja o destinatário, solicitamos o encaminhamento ao solicitante ou nos devolva informando o recebimento equivocado. Obrigado.

1. APRESENTAÇÃO

O HF630M da LOTUS X, é um conjunto radiológico com gerador de alta frequência de 150KV/630 mA, desenvolvido com tecnologia brasileira, aliando conceito, inovação e confiabilidade. Utilizando-se da tecnologia com dois transformadores, o HF630M produz um raios - x de qualidade, com uma emissão de baixo *ripple* (oscilação de alta tensão) aplicada ao tubo e com garantia dos parâmetros ajustados em seu painel. O resultado é uma imagem de melhor qualidade com menos dose ao paciente.



- Imagem ilustrativa

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

00..000251

LOTUS
healthcare

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO CONJUNTO RADIOLÓGICO DIGITAL HF630M

GERADOR	
Tipo (tecnologia)	MULTIPULSO - ALTA FREQUENCIA
Tensão de Alimentação	TRIFÁSICO- 220Vac ou 380Vac / 60Hz - configurável
Potência Máxima de Entrada	87 KVA
Faixa de KV	40 a 150 KV
Passo de ajuste de KV	1 KV (c/opção de 0,5 KV)
Faixa de mA	50 a 630 mA
Escalas de mA	50, 80, 100, 125, 160, 200, 250, 320, 400, 500, 630 mA
Faixa de Tempo de Exposição	(2ms) 0,002 a 6,30 s
Faixa de mAs	0,25 a 576 mAs
Potência Nominal	50 KW
Frequência de operação	112 KHz
Memória de armazenamento de Eventos (logs internos)	Mínimo de 5.000 registros
Memória de Tecnica Pre-programadas (TTP)	591 (87 cadastradas de fabrica + 504 livres)

PAINEL DE COMANDO	
Indicações de Parametros de raios x	KV/ mAs / mA
Tipo de mostrador	Digital (display de leds)
Possibilidade de ajuste de tempo de exposição	Sim
Indicação de foco	Sim
Tipo de painel	Membrana
Tipo de teclas	Tipo micro switch /luminosa opcional
Seleção do Padrão de densidade (espessura)	Sim
Acesso ao Menu de configurações	Display de cristal líquido
Botão de emergência	sim

TUBO DE RAIOS X	
Foco grosso	1.2
Foco fino	0.6
Velocidade de giro do anodo	3.200 RPM
Máxima capacidade de acumulação térmica do anodo	230 KHU

COLIMADOR	
Rotação	+/- 90° (180)
Lâmpada / luminosidade	Halogênea ou led / < 160 lux
Acionamento de palhetas	Manual
Abertura das palhetas a 1 m (SID)	De 0 x 0 cm a 43 x 43 cm
Temporizador de lâmpada	30 s
Acionamento de lâmpada	Manual - Botão frontal
Rotação	+/- 90° (180)

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br vendas@lotusindustria .com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380

0060000252

LOTUS
healthcare

ESTATIVA PORTA TUBO	
Tipo	Chão-chão / Contrabalanceada
Deslocamento Longitudinal	296,1 cm
Deslocamento Vertical	158,6 cm
Altura máxima	244 cm
Rotação da Coluna Estativa	+/- 180° (360° total)
Destravamento do giro da coluna	Manual / por pedal
Giro do Tubo de Raios x no próprio eixo	+/- 180°
Trava de posicionamento pré determinada do tubo	-90°, -45°, 0°,+45°, 90°
Indicador de Angulo	Luminoso, por gravidade com esfera de +/- 150°
Tipo de freio de movimentos	Eletromagnético
Protetor do tubo de raios x	sim

MESA	
Tipo	Fixa, com tampo flutuante
Dimensões do Tampo	91 x 240 cm
Deslocamento longitudinal do tampo	+/- 68 cm (total 136 cm)
Deslocamento transversal do tampo	+/- 23,6 cm (total de 47,2 cm)
Freio dos movimentos da mesa	Sim - tipo eletromagnético
Destravamento dos freios da mesa	Através de pedal
Tamanho Max de chassis de filme	43 x 43 cm
Dispositivo centralizador do tampo/chassi	Sim
Trava bucky na posição fechado	Sim - tipo magnético
Deslocamento (longitudinal) do bucky porta chassis	53,4 cm
Peso Max. suportado pela mesa	300 Kg
Tipos de grades FIXA	215 Linhas

ESTATIVA BUCKY MURAL	
Altura maxima	243 cm
Deslocamento Vertical	159,5 cm
Altura Max do centro do bucky até o chão	195 cm
Altura Min do centro do bucky até o chão	36 cm
Freio de trava de movimento	Tipo eletromagnético
Dispositivo centralizador de chassi	Sim
Tamanho Maximo de chassi	43 x 43 cm
Tipo de grades FIXA	215 Linhas

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

0000000253

3. OUTRAS CARACTERÍSTICAS

✓ FIDELIDADE DOS PARÂMETROS APLICADOS (kV e mAs)

Gerenciamento microcontrolado em tempo real dos parâmetros selecionados para o exame, garantindo a aplicação precisa dos valores ao tubo de raio-x. Segurança e confiabilidade para quem está examinando e sendo examinado.

✓ FACILIDADE DE SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO E MANUTENÇÃO

Procedimentos de calibração automatizados. Um sistema de auto-teste verifica todos os circuitos e fornece um diagnóstico preciso do sistema. Isso facilita o procedimento de manutenção, antecipando a identificação de situações adversas no equipamento, o que pode ser inclusive realizado remotamente.

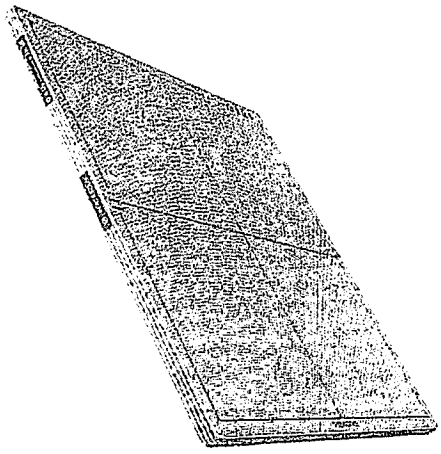
✓ ROBUSTEZ E CONFIABILIDADE

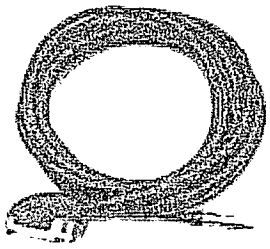
O equipamento foi desenvolvido com diversos circuitos redundantes de diagnóstico e bloqueios em situações de falha, o que evita riscos de danos ao equipamento ou ao operador e ao usuário.

✓ RELATÓRIO DE LOG DE EVENTOS

O HF630M gera um relatório de todos os eventos ocorridos no gerador, tais como valores de técnicas aplicadas , código de falhas , entre outros, armazenado os últimos 5.000 eventos, acessado somente através de assistência autorizada.

4. CONJUNTO DETECTOR DIGITAL - TIPO DR – COM FIO





- ✓ Tipo : Detector DR Flat Panel
- ✓ Com Cintilador tipo : **cSi (Iodeto de césio)**
- ✓ Distancia entre pixel (Pixel pith): 0,14mm (140µm)
- ✓ Matriz de imagem: 3072 x 3072 pixels
- ✓ Área ativa: 430mm x 430mm
- ✓ Área do Flat panel : 430mm x 430mm (17" x 17")
- ✓ Resolução de imagem digital (A/D): 16 BIT
- ✓ Tempo de Aquisição de imagem : 1,5 s
- ✓ Transmissão via cabo dedicado
- ✓ Dimensões (H × W × D)aproximadas:460× 460X 15mm
- ✓ Cabo com 7m

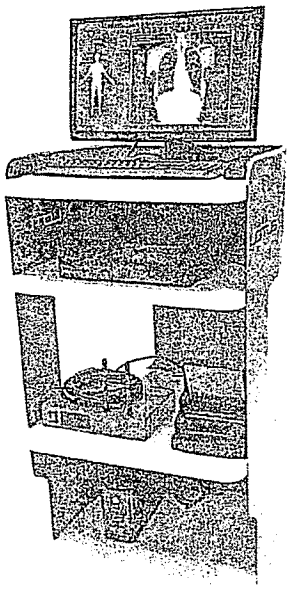
*imagens ilustrativas

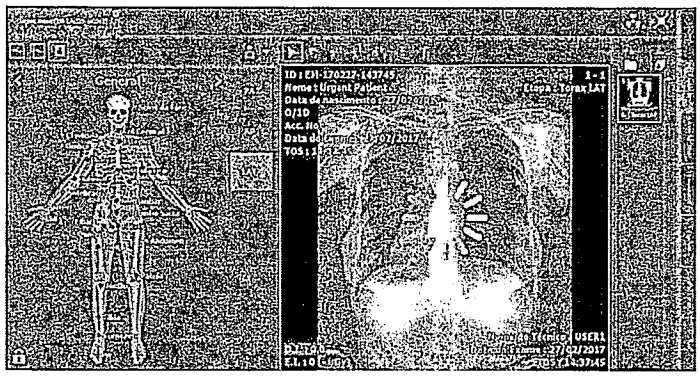
Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

0000000254

5. ESTAÇÃO DE TRABALHO COM SOFTWARE DE CAPTURA DE IMAGENS

Acompanha um computador de alta desempenho compatível com a aplicação,monitor LCD 21" com resoluçao HD de 1080 x 1920 com um software licenciado para a captura, visualização e manipulação das imagens adquiridas.





* Rack exclusivo para acondicionar os equipamentos

*imagens ilustrativas

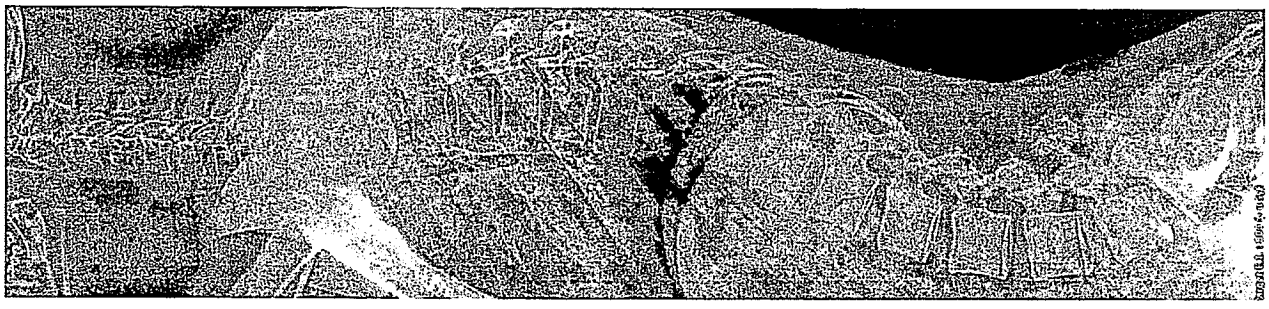
O software **VXvue** é um dos softwares mais completos do mercado , especialmente desenvolvido para esta aplicação. Possui as mais completas ferramentas para o perfeito ajuste das imagens adquiridas , possibilitanto a melhor condição de diagnóstico. Possi acesso diferenciado para usuário, administrador e serviço, podendo indicar na imagem na qual usuário realizou o exame.
As imagens são geradas no formato médico universal DICOM , podendo ser salvas e convertidas em JPG , BMP e TIF, para gravação em mídia externa.

Entre varias funções , destacamos:
Ferramentas de imagem
Lupa,zoom, espelho , rotação, recorte , brilho , contraste , marcações (D/E) e anotações sobre a imagem, harmonização de imagens, entre outras.

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 041-3074.2100** www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

00..0000255

Função Costura (Schitch)
Permite a emenda de duas imagens para a criação de uma nova imagem panoramica , tal como colunas.



Total Compatibilidade DICOM 3.0
DICON SEND - Envia as imagens a um servidor de armazenamento
DICON PRINT - Impressão das imagens em impressora dicom - tipo Dry
WORKLIST - Recebe o cadastro de pacientes de servidor PACS.

6. INFRA ESTRUTURA

Este equipamento é especialmente desenvolvido para ser utilizado em salas de raios x . As salas devem ser construidas com projeto de proteçao radilógico desenvolvido e aprovado por profissionais competentes da áreas, e conforme legislação vigente.

A infraestrutura correta é de responsabilidade do cliente.

Deverá ter tubulações conforme indicação da fábrica para a passagem dos cabos.

Deverá ter fornecimento de energia elétrica conforme necessidade do equipamento.

Deverão ser previstos cabos de pontos de rede lógica, para a ligação do computador de aquisição de imagens.

O CLIENTE É RESPONSÁVEL PELA PRESERVAÇÃO DAS IMAGENS GERADAS. DEVERÃO SER TOMADAS PROVIDENCIAS RELACIONADA A SISTEMAS DE BACK UP DAS IMAGENS DIGITAIS.

7. AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

As informações contidas neste documento de proposta são confidenciais e servem unicamente ao propósito de fins de avaliação para o cliente neste documento. Em consideração ao recebimento deste documento, o destinatário concorda em manter tais informações em sigilo e não reproduzir ou divulgar a qualquer pessoa fora do grupo diretamente responsável pela avaliação do conteúdo, salvo com expressa autorização da LOTUS.

Este documento contém informações sobre produtos, valores e condições comerciais da LOTUS que podem ser melhoradas ou descontinuadas a critério exclusivo da empresa, sendo que a mesma não se obriga ao cumprimento da proposta após a finalização de seu prazo de validade. As

Lotus Indústria e Comércio Ltda CNPJ 02.799.882/0001-22
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45 Fraron - Pato Branco - PR
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste CEP 85.503-380
Fone/Fax: 0**41-3074.2100 www.lotushealthcare.com.br vendas@lotusindustria .com.br

0010000256

informações ora contidas neste documento refletem somente os critérios de negociação ofertados ao neste documento e a quem a proposta é direcionada, sendo que a LOTUS e seus representantes não se responsabilizam pelo cumprimento das mesmas condições para terceiros ou por quaisquer atos realizados pelo receptor ou seus representantes ou quaisquer obrigações a que o receptor ou seus representantes possam se obrigar com base no uso destas informações. Findo o prazo de validade, e com relação a terceiros, apenas a assinatura de um contrato ou acordo definitivo de aceitação da proposta, por representantes devidamente autorizados, obrigam a LOTUS ao cumprimento de seus termos.

8. TERMO DE GARANTIA

Os equipamentos e acessórios fornecidos pela LOTUS HEALTH CARE são garantidos por um período de **12 (doze) meses** da data de instalação, limitado aos defeitos de fabricação. Qualquer componente trocado no período de garantia, será garantido somente até o prazo de vigência da garantia original. A garantia é extensiva somente ao Cliente original não podendo ser transferida a não ser com autorização por escrito da LOTUS. Durante o período de Garantia, as peças defeituosas serão substituídas ou reparadas, a critério da LOTUS e sem ônus para o Cliente. A LOTUS solicitará ao Cliente a devolução das peças defeituosas substituídas sob Garantia.

Exclusões a garantia

A cobertura da garantia não inclui qualquer defeito ou deficiência que sejam decorrentes totalmente ou em parte de uso inadequado do equipamento ou danos resultantes de negligência com as precauções e métodos de operação contidos no manual de operação do equipamento.

Excetuando-se da garantia os defeitos ou danos resultantes de: Instalação, recolocação, reforma, manutenção ou reparos feitos por pessoas não autorizadas pela LOTUS Ltda.

Utilização do equipamento fora das condições ambientais estabelecidas como adequadas para o produto, tais como, suprimento de energia, temperatura, umidade e limpeza do ambiente.

Utilização de produtos e ou acessórios de outros fabricantes, que não a LOTUS

Reforma, manutenção ou reparos que utilizem partes e peças diferentes das especificadas pela LOTUS.

Acidentes ou fenômenos naturais tais como: inundações, raios, terremotos, incêndios, etc.

Acidentes da rede elétrica, distúrbios de tensão elétrica, descargas elétricas pelo aterramento.

Danos de software causados por vírus.

Mau uso do equipamento e suas partes

Os detectores de imagem possuem sensor interno de impacto que registram, em relatórios que podem extraídos via software, quedas e impactos ou quais não são cobertos pela garantia. Marcas, riscos , amassados e outras situações semelhantes que possam evidenciar um mau uso do equipamento também não são cobertos pela garantia.

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 041-3074.2100** www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

00000257

LOTUS
healthcare

9. VALORES

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	01 CONJ.	CONJ. RADIOLÓGICO HF630M DIGITAL c/ 01 DETECTOR COM CABO, conforme composição .	R$ 238.000,00 (Duzentos e trinta e oito mil reais)	R$ 238.000,00 (Duzentos e trinta e oito mil reais)

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

- ✓ Pagamento: A VISTA.
  Este equipamento possui dispositivo programável para bloqueio automático. Em caso de inadimplência no pagamento dentro das condições acordadas nesta proposta, o equipamento estará sujeito à bloqueios imediatos até a quitação e a parte inadimplente será responsável pelos custeios das despesas para desbloqueio.

- ✓ Garantia: 24 (vinte e quatro) meses sendo 3 meses de garantia legal e 9 meses de garantia concedida pela empresa, contra defeitos de fabricação. O prazo de garantia começa a vigorar a partir da data da emissão da Nota Fiscal. A garantia só terá validade se o equipamento for instalado por um técnico credenciado da LOTUS. No caso do equipamento ser comprado sem a Instalaçao inclusa, o cliente deverá se dirigir a uma das assistências autorizadas.
- ✓ Instalação: INCLUSA
  ATENÇÃO: Este equipamento requer instalação técnica por pessoas qualificadas e treinadas pela fábrica e somente será instalado se a infraestrutura do local de instalação atender as exigências mínimas necessárias e contidas no manual do equipamento registrado na ANVISA.)
- ✓ **Prazo de Entrega:** até 30 dias.
- ✓ **Local de Entrega**: a combinar
- ✓ **Frete:** incluso
- ✓ **Procedência**: Indústria Brasileira, fabricada por Lotus Indústria e Comércio Ltda.
- ✓ Equipamento registrado na **ANVISA,** Ministério da Saúde sob nº **80123860005**
- ✓ Empresa com certificação **BPF (Boas Práticas de Fabricação)**.
- ✓ **Treinamento**: treinamento técnico para a equipe de operação do equipamento.
- ✓ **Validade desta proposta:** 30 dias.

Pato Branco/PR, 03 de julho de 2020

Fábio J. Kanzler
Comercial
Lotus Indústria e Comércio Ltda

Lotus Indústria e Comércio Ltda
Av. Elisa Rosa Colla Padoan nº 45
Centro Tecnológico da Indústria do Sudoeste
Fone/Fax: 041-3074.2100** www.lotushealthcare.com.br
CNPJ 02.799.882/0001-22
Fraron - Pato Branco - PR
CEP 85.503-380
vendas@lotusindustria .com.br

00:0000258

Memorando 6.433/2020

Responder apenas via 1Doc

PREFEITURA DE MANDAGUAÇU

Pedro J. ADP

12/08/2020 08:07

Para

SS - Secretaria ...

DM - Distribuição de Materiais, SS - Secretaria de Saúde

Impugnação Pregão 55/2020

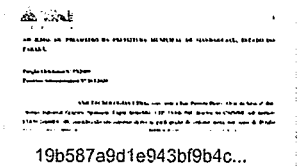
Bom dia.

Segue anexo impugnação referente ao pregão eletrônico 55/2020. Caso for, entrem em contato com o setor jurídico para averiguação de tal feito.

Favor analisar e nos encaminhar até a data de amanhã, tendo em vista o prazo para resposta.

Att,

Licitação.



19b587a9d1e943bf9b4c...

Quem já visualizou? 2 pessoas

Visto 6 vezes

12/08/2020 08:07:25 Pedro J. ADP **arquivou.**

12/08/2020 08:07:25 Pedro J. ADP parou de acompanhar.

Despacho 1: 6.433/2020

12/08/2020 10:19

(Respondido)

Jenifer R. DM

ADP - Assuntos A...

O descritivo do pregão em questão solicita que a finalidade do aparelho de raio-x a ser adquirido seja: para realização de exames / **aquisições de radiografias digitais (DR)** em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior; Potência do gerador de 50kW ou maior; Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros; Potência focal de 35/55kW ou maior;

Os orçamentos encaminhados pelas empresas apresentaram aparelhos de raio-x com sistema digital DR (CONJUNTO DETECTOR DIGITAL - TIPO DR) bem como a inclusão de estação DE TRABALHO COM SOFTWARE DE CAPTURA DE IMAGENS que Acompanham um computador de alta desempenho compatível com a aplicação e com um software licenciado para a captura, visualização e manipulação das imagens adquiridas.

00400000259

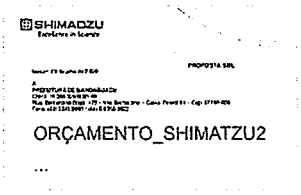
Ainda, em pesquisa realizada junto ao painel de preços que apresenta compra de diversos órgãos públicos, com busca pelo item APARELHO RAIOS X, APLICAÇÃO FIXO, TIPO DIGITAL, existe inclusive a compra do aparelho digital com preço abaixo do preço indicado no edital em questão.

Segue os orçamentos em anexo.

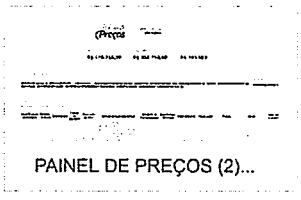
_
Jenifer Juliana Lopes Ribeiro



ORÇAMENTO_LOTUS (2)....



ORÇAMENTO_SHIMATZU2 ...



PAINEL DE PREÇOS (2)...

Quem já visualizou? 2 pessoas

00:0000260

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRONICO N. 55/2020

EMENTA: IMPUGNAÇÃO. KONICA MINOLTA. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RAIO-X. REVISÃO DO VALOR ESTIMADO. PARECER OPINATIVO DESFAVORÁVEL. LEI FEDERAL N. 8.666/93 E CORRELATOS.

1 Após conclusões expedidas pelo Departamento de Saúde, remeteu-se para análise jurídica, a impugnação interposta pela empresa Konica Minolta Healthcare do Brasil Indústria de Equipamentos Médicos, do qual em síntese requer a retificação do descritivo dos itens do Pregão Eletrônico n. 55/2020 (aparente e errôneo citado Pregão n. 37/20), tendo como objeto a aquisição de equipamento de raio-x e correlatos, nos termos do Edital.

1.2 O Departamento de Saúde, instaurador do processo licitatório, emitiu as seguintes conclusões quanto a impugnação, composto de anexos para dirimir quaisquer dúvidas:

Keetby Midauar
OAB/PR 73086

"A empresa em questão informa que o descritivo atende apenas ao aparelho da Lothus, no entanto recebemos o orçamento do aparelho de raio-x da empresa SHIMATZU DO BRASIL que também se enquadra no descritivo.
Referente a pontos citados pela empresa:
1 – Potência focal de 35/55kW ou maior (descritivo)
Segundo ele atenderia apenas a empresa lothus, orçamento do aparelho da SHIMATZU, Potência: 40kW
2 – Onde está escrito: colimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior
Segundo ele atenderia apenas a empresa lothus, orçamento do aparelho da SHIMATZU, Luz de campo: luz indicadora da área de interesse (FOV) com temporizador para desligamento automático após 20 a 60 segundos.
5 – Onde está escrito: Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF;
A empresa solicita alterar para: Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG. A extensão de PDF não é usada nesse tipo de processamento. Não fará diferença para a participação da mesma tendo em vista que o edital não pede exclusivamente PDF.
7 – Onde está escrito: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior;
A empresa Solicita alterar para: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 80 mA ou menor até 600mA ou maior;
A corrente de no minimo 15 até 600 ou maior é muito mais abrangente que se colocarmos no minimo 80, se a empresa em questão possui raio-x com corrente de no minimo 80 mA nada impediria sua participação.
9 – Onde está escrito: Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção;
A empresa solicita alterar para: Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 500mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção;
O descritivo em questão também é muito mais amplo se comparado a solicitação da empresa.

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08

11 – Onde está escrito: Matriz mínima de 2500x3000 pixels;
O aparelho shimatzu apresenta Resolução: 2560x3072 pixels, o que demonstra que não é apenas o aparelho lothus que possui essa matriz.
Estes são apenas alguns esclarecimentos, tendo em vista que qualquer questionamento referente ao descritivo não podem ser atendidos, visto que o descritivo em questão parte do termo de adesão realizado entre o municipio de Mandaguaçu e a Secretaria de Saúde do Estado, fato é que o mesmo é engessado e não existe a possibilidade do municipio fazer qualquer alteração no mesmo.
Bem como além do termo de adesão, o descritivo do aparelho em questão está presente na resolução RESOLUÇÃO SESA Nº 773/2019 item 80 conforme anexo.
Att.

–

Jenifer Juliana Lopes Ribeiro

**Transcrição fiel, grifo nosso, datado 14/08/2020!!!*

2 A Administração Pública possui verdadeiro juízo de oportunidade e conveniência para proceder a seus atos. O que deve sempre observar é o cumprimento da Lei e a tutela do interesse público.

3 Primeiramente oportuno se faz enfatizar consoante às normas vigentes acerca das licitações, é certo que a Administração Pública busca a contratação da proposta mais vantajosas possível, com a garantia da observância do próprio constitucional da isonomia, associada a garantias mínimas de que o objeto será cumprido de maneira satisfatória, e que as licitações serão sempre realizadas visando o interesse público, mediante a escolha, sem, entretanto, ferir os princípios basilares que as norteiam e os demais que regem toda a Administração Pública.

4 Desta forma, considerando as conclusões emitidas pelo Departamento de Saúde, através da Servidora responsável pela elaboração do processo e documentos anexos, entendemos que houve a estrita observância as normas legais, não havendo motivos suficientes para o acolhimento do pedido, tornando-se o impugnado por ora, improcedente.

5 É o parecer opinativo, do qual remetemos a comissão de licitação.

Mandaguaçu-PR, 14 de agosto de 2020

Keetby Therese Midauar Seghesi
Procuradora-Geral

KONICA MINOLTA

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE CURITIBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2020.

Konica Minolta Healthcare do Brasil Indústria de Equipamentos Médicos Ltda., pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Star, nº 420, Bairro Jardim Canadá, Município de Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34.007-666, inscrita no CNPJ sob o nº 71.256.283/0001-85, vem, respeitosamente, perante V. Sa., por seus procuradores signatários apresentar sua impugnação ao edital, com fulcro nos artigos 41 da Lei 8.666/93 e 12 da lei 3.555/2000, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

I – DA TEMPESTIVIDADE

A Lei n.º 8.666/93, que regulamenta as Licitações, prevê a possibilidade de impugnação por parte de licitante no prazo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para a abertura do certame.

> "Art.41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".
> § 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
> § 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
> § "4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes".

Da mesma forma, a Lei 3.555/2000 prevê que:

> Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
>
> § 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
>
> § 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

E por fim, o Edital em comento prevê que:

> "Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão até o 5º dia útil e por licitantes, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser protocolada por servidor responsável na sala dos prazos acima determinados. "

Sendo assim, enviada na presente data, a presente impugnação é tempestiva.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS:

O requerimento de alteração dos pontos abaixo especificados objetiva permitir a participação de um maior número possível de licitantes, trazendo para o processo licitatório economia e vantagem na aquisição de produtos de melhor qualidade, rendimento e robustez.

Nesse sentido, é de se observar que, se mantido como constante do termo de referência atual, o presente processo não assegurará o direito de isonomia entre os licitantes - conforme preconiza o Art. 3º da Lei 8.666/93 - frustrando totalmente o caráter competitivo do certame.

Conforme se verá, **os apontamentos e solicitações de alterações não comprometerão a funcionalidade, qualidade técnica do equipamento, qualidade de imagem e dos serviços radiológicos esperados.** Assim, não assiste razão para não acatarem as alterações conforme segue:

00000254

KONICA MINOLTA

O Edital necessita ser reformulado em relação às características técnicas constantes na especificação do termo de referência para os itens abaixo mencionados. Veja-se as razões para tanto:

ITEM 1

Primeiramente cabe informar que o referido descritivo está totalmente direcionado para uma marca específica (Lotus Healthcare) e caso a impugnação não seja aceita tomaremos as medidas cabíveis.

1 – Onde está escrito: Potência focal de 35/55kW ou maior;

Pag. 101 manual da Lotus Healthcare – Modelo IAE RTM782HS 0.6/1.2

POTENCIA NOMINAL DO ANODO	20/50 kW (Foco Fino e Grosso respectivamente para 3300 rpm) (IEC613, EN60613) e 38/78 kW (Foco Fino e Grosso respectivamente para 10000 rpm) (IEC613, EN60613)
CORRENTE DE ANODO (corrente da cúpula)	7,8 A

Solicitamos alterar para: Potência focal de 27 ou maior foco fino/55kW foco grosso ou maior;

Conforme imagem do manual, o descritivo está direcionado para a empresa Lotus Healthcare, por esse motivo somente a referida empresa consegue atender ao solicitado.

É fundamental existir uma tolerância entre as potências focais dos tubos de raios x, as empresas não certificam os mesmos tubos para venda e cada projeto respeita as curvas do tubo x gerador.

2 – Onde está escrito: colimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior

Pag. 101 manual da Lotus Healthcare

00:00000255

Para modelo MERPE, com lâmpada led, a princípio não há limite. No caso de aquecimento da lâmpada Led , a mesma irá piscar rapidamente por 3 vezes. Neste caso se recomenda aguardar um ciclo de resfriamento de 20 a 30 s.

218

Solicitamos alterar para: colimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior ou lâmpada halogena

Conforme imagem do manual, o descritivo está direcionado para a empresa Lotus Healthcare, por esse motivo somente a referida empresa consegue atender ao solicitado.

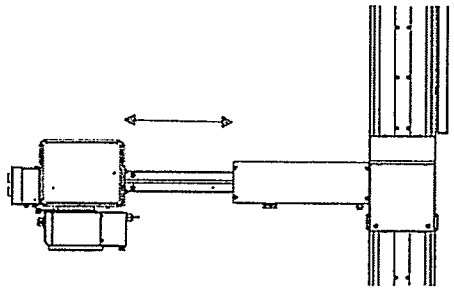
Os colimadores que utilizam lâmpada halógena ainda são os mais usados no mercado, portanto é necessário a flexibilidade para que mais empresas possam participar e não elevar o custo do raios x única e exclusivamente por causa de uma solicitação de iluminação que está direcionada para uma marca.

3 – Onde está escrito: Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm;

Pag. 217 manual da Lotus Healthcare

7.1.9. **Movimento telescópico**

Todas as Estativas mecânicas possuem a possibilidade (opcionalmente) do movimento telescópico, que se trata do deslocamento do conjunto emissor no sentido transversal até 30 cm, acionado por botão no painel da estativa.



Conforme imagem do manual, o descritivo está direcionado para a empresa Lotus Healthcare, por esse motivo somente a referida empresa consegue atender ao solicitado.

00600060266

Solicitamos excluir a solicitação, uma vez que o braço telescópico trata-se de tecnologia antiga de quando as mesas eram fixas. Hoje com as mesas de tampo flutuante não é mais necessário o uso de braço telescópico. Somente equipamentos de modelo muito antigo possui essa função.

4 – Onde está escrito: medidas de distância e ângulo,

Solicitamos alterar para: Software de manipulação de imagens com ferramentas gerais.

Todos os DRs de raios x possuem as principais ferramentas que permitem a manipulação das imagens e caso a SESA opte por colocar o PACS toda a manipulação será feita direto no monitor de laudos do médico. O fato do operador manipular as imagens direto no computador do operador pode atrapalhar o fluxo de exames do hospital e o investimento em um raios x digital para melhorar o fluxo será invalido.

5 – Onde está escrito: Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF;

Solicitamos alterar para: Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG.

A extensão de PDF não é usada nesse tipo de processamento.

6 – Onde está escrito: Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 150 cm;

Pag. 62 manual da Lotus Healthcare

5.5.3.2. Estativa Bucky Mural MP/LT

DESCRIÇÃO	Mecânica MP	Mecânica LT
Deslocamento vertical da estativa bucky mural	159,5 cm (opcional 149,5 cm)	130 cm
Altura máxima do centro do bucky até o chão	195 cm (opcional 185 cm)	175 cm
Altura mínima do centro do bucky até o chão	36 cm	50 cm
Freio desloc. Vertical bucky mural	Eletromagnético (Opcional Mecânico)	Eletromagnético (Opcional Mecânico)

Solicitamos alterar para: Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 130 cm ou maior;

00000267

KONICA MINOLTA

Conforme imagem do manual, o descritivo está direcionado para a empresa Lotus Healthcare, por esse motivo somente a referida empresa consegue atender ao solicitado.

7 – Onde está escrito: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior;

Pag. 67 manual da Lotus Healthcare, o modelo HF630 chega a 630 mA

Faixa de mA	10 A 630mA (10*, 15*, 20*, 50, 80, 100, 125, 160, 200, 250, 320, 400, 500, 630); * Escalas opcionais; Todos os valores dentro da faixa são pré-programáveis por software

Solicitamos alterar para: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 80 mA ou menor até 600mA ou maior;

Conforme imagem do manual, o descritivo está direcionado para a empresa Lotus Healthcare, por esse motivo somente a referida empresa consegue atender ao solicitado.

Não há necessidade de se ter correntes tão baixas, pois é possível utilizar técnicas baixas com alto desempenho do sistema equilibrando os valores de corrente e kV. Portanto, equipamentos com correntes a partir de 80 mA são totalmente eficientes para que o tempo de exposição seja suficiente atendendo perfeitamente às necessidades de aplicação para a realização de todos os exames. Além disso a alteração que estamos pedindo não excluir nenhum participante, pelo contrário, trás economia e amplia a participação das empresas.

8 – Onde está escrito: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior;

Pag. 67 manual da Lotus Healthcare, o modelo HF630 chega a 630 mA

Faixa de mA	10 A 630mA (10*, 15*, 20*, 50, 80, 100, 125, 160, 200, 250, 320, 400, 500, 630); * Escalas opcionais; Todos os valores dentro da faixa são pré-programáveis por software

00000268

Solicitamos alterar para: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 80 mA ou menor até 600mA ou maior;

Conforme imagem do manual, o descritivo está direcionado para a empresa Lotus Healthcare, por esse motivo somente a referida empresa consegue atender ao solicitado.

Não há necessidade de se ter correntes tão baixas, pois é possível utilizar técnicas baixas com alto desempenho do sistema equilibrando os valores de corrente e kV. Portanto, equipamentos com correntes a partir de 80 mA são totalmente eficientes para que o tempo de exposição seja suficiente atendendo perfeitamente às necessidades de aplicação para a realização de todos os exames. Além disso a alteração que estamos pedindo não excluir nenhum participante, pelo contrário, trás economia e amplia a participação das empresas.

9 – Onde está escrito: Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção;

Pag. 67 manual da Lotus Healthcare

Exatidão do mA	+/- (10% + 1 mA)
Faixa de mAs	0,250 A 630 mAs (800 mAs opcional) Passos configuráveis
Exatidão do mAs	+/- (5% + 0,1 mAs)

Solicitamos alterar para: Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 500mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção;

Conforme imagem do manual, o descritivo está direcionado para a empresa Lotus Healthcare, por esse motivo somente a referida empresa consegue atender ao solicitado.

Solicitamos a alteração do valor de mAs para até 500mAs visto que a aplicação de técnicas comuns de exames como coluna lombar ou abdômen total utilizam doses de até 200 mAs. Possíveis técnicas que utilizem 600 mAs não agregam valor ao exame diagnóstico já que para se chegar a 600mAs deverão ser utilizados tempos de disparo muito longos, o que pode acarretar em imagens de baixa qualidade por conta de movimentos involuntários dos pacientes que possuem dificuldade de segurar a respiração e que pode se agravar em pacientes idosos, crianças ou obesos.

A alteração, de toda forma, não influencia na solicitação inicial do órgão, uma vez que empresas que possuem mAs mais elevados poderão continuar participando

10 – Onde está escrito: Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior;

Pag. 67 manual da Lotus Healthcare

Tempo de exposição	0,002 A 6,30 s (opcional até 10s) O tempo de exposição max. pode ser limitado via software.

Solicitamos alterar para: Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s ou menor até 6 s ou superior;

Conforme imagem do manual, o descritivo está direcionado para a empresa Lotus Healthcare, por esse motivo somente a referida empresa consegue atender ao solicitado. O objetivo é ampliar a concorrência.

11 – Onde está escrito: Matriz mínima de 2500x3000 pixels;

Pag. 29 manual parte 2 - da Lotus Healthcare

2.9 Especificações Técnicas – Detector com fio

Item	Descrição	
Modelo	FXRD-1417SA(B)	FXRD-1717NA(B)
Utilização	Radiografia Geral	Radiografia Geral
Tamanho da matriz de imagem	2560 × 3072 pixels	3072× 3072 pixels
Distancia entre Pixel	0.14 mm (140 μm)	0.14 mm (140 μm)

Solicitamos alterar para: Matriz mínima de 1990x2400 pixels ou superior;

Conforme imagem do manual, o descritivo está direcionado para a empresa Lotus Healthcare, por esse motivo somente a referida empresa consegue atender ao solicitado.

0060060270

Matriz e distância de pixel estão diretamente ligadas, por esse motivo estamos solicitando alterações nas duas medidas. Com o objetivo de manter a isonomia do certame, solicitamos a alteração dos itens acima conforme sugerido. A alteração proposta não implicará em perda de detecção, qualidade da imagem ou outros fatores relacionados à detecção. É importante ressaltar que quando nos referimos à tecnologia DR, o material do cintilador, a disposição das estruturas, os resultados de DQE (Eficiência de Detecção Quântica) e MTF (Função de Transferência de Modulação) e a capacidade de pós-processamento da imagem são fatores muito mais consideráveis que a matriz e o tamanho do pixel em si.

A Konica Minolta tem hoje painéis instalados em centros de referência em todo Brasil. Estamos presentes nos principais grupos, inclusive com grandes projetos – 64 painéis instalados na rede da Secretaria de Saúde do DF, entre outros. Os painéis funcionam perfeitamente, sem nenhuma reclamação que desabone o produto, pelo contrário, a Konica Minolta é pioneira em tecnologia sendo uma das únicas empresas a fornecer DRs com capacitores ao invés de bateria de lítio

12 – Onde está escrito: Alimentação trifásica 220 V ou 380 V,

Solicitamos ao órgão informar qual será a tensão do local de instalação.

13 – Onde está escrito: Os Técnicos e Engenheiros da Assistência Técnica devem possuir capacitação técnica e estarem devidamente treinados e certificados pelo Fabricante a qual representa, e também habilitados pelo órgão competente local

Em quais órgãos deverão ser habilitados?

14 – Onde está escrito: Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo no mínimo: diagramas em blocos e esquemas elétricos do sistema eletroeletrônico, ajustes e configurações, Procedimentos de (calibrações, upgrade de software, manutenção corretiva e preventiva) lista de logs e mensagens de erros;

Solicitamos alterar para: Manual Técnico (serviço) completo e legível em português ou inglês, contendo as informações necessárias para o funcionamento do equipamento. Treinamento operacional para toda equipe de médicos, fisioterapeutas, enfermagem, para todos turnos de trabalho do Hospital;

00..000271

Os documentos de licitações são públicos e qualquer pessoa pode solicitar vistas do processo, pedimos alteração para que seja fornecido somente o manual técnico ao invés de todos os detalhes de diagrama, projeto, etc. para que exista uma proteção da marca e até mesmo para o órgão público que está adquirindo o equipamento.

15 – Onde está escrito: Todos Acessórios para Computador, Monitor de Vídeo e Impressora e demais periféricos; Além dos acessórios citados neste descritivo, deverá acompanhar todos outros que fazem parte do equipamento para o seu perfeito funcionamento.

Qual será a especificação da impressora?

Informamos que todos os DRs de raios x possuem as principais ferramentas que permitem a manipulação das imagens e caso a SESA opte por colocar o PACS toda a manipulação será feita direto no monitor de laudos do médico. O fato do operador manipular as imagens direto no computador do operador pode atrapalhar o fluxo de exames do hospital e o investimento em um raios x digital para melhorar o fluxo será invalido.

Importa frisar que a atual especificação técnica que consta no edital quanto aos pontos supramencionados caracteriza uma situação que impede a disputa igualitária entre as organizações, uma vez que concentra a possibilidade de oferta de equipamento para poucas empresas, infringindo a Lei 8666/90, que prevê o seguinte:

> ***"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da*** *isonomia* ***e*** *a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração* ***e será processada e julgada em estrita conformidade com os*** *princípios básicos da legalidade, da impessoalidade,* ***da moralidade,*** *da igualdade,* ***da publicidade, da probidade administrativa,*** *da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo* ***e dos que lhe são correlatos".***

Assim, com o intuito de evitar o direcionamento e ampliar a concorrência, permitindo a participação de um maior número de licitantes – sem alterar em nada a

funcionalidade e qualidade do equipamento - requer-se a alteração dos itens acima mencionados.

Citamos ainda que, para que o equipamento do item em questão possuímos diversas bases instaladas, abaixo segue alguns dos nossos clientes que possuem os nossos equipamentos:

Cliente	UF	Quantidade	Equipamento
LABORATORIO EMILIO RIBAS LTDA	SP	1	AltusDR
MUNICIPIO DE RONDONÓPOLIS	MT	1	AltusDR
MUNICIPIO DE DIADEMA	SP	3	AltusDR
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUACUI	ES	1	AltusDR

Importa aqui frisar que, está a Administração autorizada a compor seus editais de maneira que, de um lado, possa efetuar a melhor contratação possível e dentro do que há de melhor na tecnologia; de outro, e principalmente este, deve também propiciar igualdade de condições de participação a TODOS os interessados do ramo pertinente. Assim, **é forço concluir que especificações que limitem em demasia o caráter competitivo do torneio sem que haja um benefício proporcional para a Administração são inconciliáveis com a finalidade prática e a própria razão de existir do instituto da licitação.**

É bastante cediço entre aqueles que diuturnamente se envolvem com as contratações no setor público, principalmente os agentes públicos, que o sucesso de uma licitação depende basicamente de um edital bem elaborado. Entretanto, não pode a Administração, sob o argumento de cercar a melhor contratação possível, fixar regras que eliminem um grande número de possíveis interessados, posto que, em respeito ao princípio da Isonomia, a própria Constituição Federal determina que nas licitações somente sejam permitidas aquelas "... exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (art. 37, inciso XXI)"

Pelo exposto, resta claro que a exigência de requisitos desnecessários pela Administração em certames de licitação contraria o Princípio da Isonomia, pois impede injustificadamente a participação de alguns licitantes em detrimento de outros.

0060000273

Ademais, a exigência de requisitos desnecessários também contraria o Princípio da Impessoalidade, pois permite o direcionamento da licitação para determinados licitantes, o que pode comprometer a idoneidade do processo.

Por fim, a exigência de requisitos desnecessários pela Administração contraria o Princípio da Eficiência, pois não favorece a competitividade almejada nas licitações como fomento à obtenção do menor preço.

Por todo o exposto, requer que a I. pregoeira altere o edital para modificar os pontos mencionados e publique nova data para o certame.

II – CONCLUSÃO:

Diante de todo exposto, requer o acolhimento da presente impugnação ao edital publicado para promover a necessária retificação e posterior publicação.

Termos em que pede deferimento.

Nova Lima, 12 de agosto de 2020.

Konica Minolta Healthcare do Brasil
Indústria de Equipamentos Médicos Ltda.
Fumihiko Hayashida
Representante Legal
CPF: 243.300.188-96
Documento de identificação: F188442C

71.256.283/0001-85
KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL
INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA
Rua Star, 420
Jardim Canadá - 34.007-666
NOVA LIMA - MG

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31204159861	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGE2000180661

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		048	1	RE-RATIFICACAO

NOVA LIMA
Local

3 Março 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____
Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/091.518-5	MGE2000180661	21/02/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
243.300.188-96	FUMIHIKO HAYASHIDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL
30700102276

KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL
INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ/MF: 71.256.283/0001-85
NIRE 31204159861

RERRATIFICAÇÃO DA 26ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 854, 10º andar, sala 1003, Bairro Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.918.002/0001-71, devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 3522864519-0, em sessão de 26/08/2014, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. **FUMIHIKO HAYASHIDA**, japonês, casado sob regime de participação final de aquestos sob a lei civil japonesa, Bacharel em Engenharia, portador do Documento de Identificação nº F188442C, inscrito no CPF sob nº 243.300.188-96, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, 1848, Ap. 801, Lourdes, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30160-042;

FUMIHIKO HAYASHIDA, japonês, casado sob regime de participação final de aquestos sob a lei civil japonesa, Bacharel em Engenharia, portador do Documento de Identificação nº F188442C, inscrito no CPF sob nº 243.300.188-96, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, 1848, Ap. 801, Lourdes, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30160-042;

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada "**KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.**", e

NAOKI KOBAYASHI, japonês, casado sob regime de participação final de aquestos sob a lei civil japonesa, Bacharel em Ciências, portador do RNE nº G383895-F, inscrito no CPF sob nº 239.997.748-35, domiciliado na Rua Gonçalves Dias, nº 2.525, ap. 2104, Santo Agostinho, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30140-094;

resolvem, de comum acordo, promover a rerratificação da 26ª alteração contratual da empresa – registrada sob o nº 7729183 em 20/02/2020, e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

ALTERAÇÕES:

A) RETIFICAÇÃO DE DADOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

00000277

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – Neste ato, retifica-se os dados de qualificação do administrador, designado Diretor-Presidente na 26ª alteração contratual, Sr. **FUMIHIKO HAYASHIDA**, que na última alteração registrada (sob o nº 7729183 em 20/02/2020) constava da seguinte forma: "Bacharel em Ciências, portador do RNE n° G383895-F, inscrito no CPF sob n° 239.997.748-35", e que a partir deste ato de rerratificação da 26ª alteração contratual passa a constar como: "Bacharel em Engenharia, portador do Documento de Identificação n° F188442C, inscrito no CPF sob n° 243.300.188-96".

CLÁUSULA SEGUNDA – Diante das retificações acima, a Cláusula Oitava passa a ter a seguinte redação:

> *"**CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO***
>
> *A sociedade poderá ser administrada por dois administradores, **Diretor-Presidente** e **Diretor**, com amplos e irrestritos poderes, sócio quotista ou não, que poderão atuar isoladamente, independentemente da ordem de nomeação. O cargo de **Diretor-Presidente** é ocupado pelo Sr.* **FUMIHIKO HAYASHIDA**, *japonês, casado sob regime de participação final de aquestos sob a lei civil japonesa, Bacharel em Engenharia, portador do Documento de Identificação n° F188442C, inscrito no CPF sob n° 243.300.188-96, domiciliado na Rua Rio de Janeiro, 1848, Ap. 801, Lourdes, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30160-042, e o cargo de **Diretor** pelo Sr. **MASATO NINOMIYA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 26.565, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.118.309 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 806.096.277-91, residente na Rua Macapá, 104, bairro Pacaembu, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, CEP 01251-080 aos quais caberão a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, com autorização para o uso do nome empresarial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais."*

CLÁUSULA TERCEIRA - Todas as demais cláusulas e condições da 26ª alteração do Contrato Social – registrada sob o nº 7729183 em 20/02/2020, não expressamente retificadas pelo presente instrumento, são ratificadas, permanecendo em vigor e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA – Resolvem, finalmente, os sócios, tendo em vista a rerratificação ora levada a efeito, proceder à consolidação das cláusulas do Contrato Social, conforme abaixo:

00:000:0278

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o n° 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe n° do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL
INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ/MF: 71.256.283/0001-85
NIRE 31204159861

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RAZÃO SOCIAL, SEDE, FORO E ESTABELECIMENTO

A sociedade gira sob a denominação social de **"KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA."**, com sede, foro e estabelecimento à Rua Star, 420, Bairro Jardim Canadá, Nova Lima, MG, CEP: 34007-666, cujo uso caberá, exclusivamente, aos negócios da sociedade, sendo vedado o seu uso em avais, fianças e garantias alheias ao objeto da sociedade.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATIVIDADE

A sociedade tem como objetivo social:
- Indústria, comércio atacadista de equipamentos eletroeletrônicos como: hospitalar, telecomunicações, óticas, vídeo e industrial, importação, exportação, distribuição, representação, armazenagem, transporte dos produtos fabricados e comercializados; a locação de equipamentos médicos e hospitalares; e a prestação de serviços em equipamentos médicos, hospitalares, industriais, de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, e de licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS FILIAIS

A sociedade não possui filiais, podendo, no entanto, no interesse dos negócios, abri-las em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA QUARTA: DO CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente integralizado, mediante aporte de moeda corrente nacional é de R$ 5.547.738,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais), dividido em 5.547.738 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e oito) quotas, no valor de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, e distribuído entre os sócios na seguinte conformidade:

00:000:0279

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

1. **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.** com 5.547.737 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e sete) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada, perfazendo R$ R$ 5.547.737,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e sete Reais), totalmente integralizados;
2. **FUMIHIKO HAYASHIDA** com 1 (uma) quota, no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada, perfazendo R$ 1,00 (Um Real), totalmente integralizado.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil/2002.

CLÁUSULA SEXTA: DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento dos sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência aos sócios que queiram adquiri-las.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS LUCROS E PREJUÍZOS

Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO

A sociedade poderá ser administrada por dois administradores, **Diretor-Presidente** e **Diretor**, com amplos e irrestritos poderes, sócio quotista ou não, que poderão atuar isoladamente, independentemente da ordem de nomeação. O cargo de **Diretor-Presidente** é ocupado pelo Sr. **FUMIHIKO HAYASHIDA**, japonês, casado sob regime de participação final de aquestos sob a lei civil japonesa, Bacharel em Engenharia, portador do Documento de Identificação nº F188442C, inscrito no CPF sob nº 243.300.188-96, domiciliado na Rua Rio de Janeiro, 1848, Ap. 801, Lourdes, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30160-042, e o cargo de **Diretor** pelo Sr. **MASATO NINOMIYA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 26.565, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.118.309 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 806.096.277-91, residente na Rua Macapá, 104, bairro Pacaembu, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, CEP 01251-080 aos quais caberão a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou

00:00002280

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

fora dele, com autorização para o uso do nome empresarial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA NONA: DO FALECIMENTO

A sociedade não se dissolverá com o falecimento de qualquer dos sócios, mas prosseguirá com os remanescentes, passando a sociedade ou os sócios remanescentes, aos herdeiros do falecido, sua quota de capital e sua parte nos lucros líquidos apurados ate a data do falecimento, pela seguinte forma: 20% (vinte por cento) no prazo de três meses, 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinquenta por cento) no prazo de doze meses, tudo a contar da data do falecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil/2002, e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS IMPEDIMENTOS

Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração da sociedade mercantil em virtude de condenação criminal.

CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA: DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

A sociedade iniciou suas atividades em 18/07/1993 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO EXERCÍCIO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Primeiro: Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.
Parágrafo Segundo: A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios quotistas.

00000000281

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Parágrafo Terceiro: Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberação sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO DE QUOTAS

Os sócios não poderão ceder ou alienar por qualquer título sua respectiva quota a terceiro sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurada a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem, observando o seguinte;
I- os sócios deverão ser comunicados por escrito para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 60 (sessenta) dias;
II- findo o prazo para o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiro.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DIVERGÊNCIAS

O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada pela maioria, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse.
Parágrafo único: Caso os demais sócios decidam adquirir as quotas do sócio retirante, os haveres deste serão pagos, após o levantamento do balanço geral da sociedade, em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da retirada do sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS DELIBERAÇÕES E DAS REUNIÕES

As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores, aumento/redução do capital, designação/destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação serão definidas nas reuniões de sócios.
Parágrafo Primeiro: A reunião de sócios será realizada até o último dia do mês de abril do ano seguinte, ou em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócios, para tratar de assunto relevante para a sociedade.
Parágrafo Segundo: A convocação para a reunião deverá ser efetuada por escrito e com 10 (dez) dias de antecedência.
Parágrafo Terceiro: Os administradores deverão entregar aos demais sócios, 30 (trinta) dias antes da data da reunião, cópia das demonstrações contábeis bem como a prestação de contas dos administradores.
Parágrafo Quarto: As deliberações serão aprovadas por ¾ do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quórum.

00:000:0282

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETARIA GERAL

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 01 (uma) via que será assinada por todos os sócios, sendo arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG.

Nova Lima, MG, 3 de março de 2020.

KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
Sócia
FUMIHIKO HAYASHIDA – Diretor Presidente

FUMIHIKO HAYASHIDA
Sócio e Administrador

MASATO NINOMIYA
Administrador Não Sócio

NAOKI KOBAYASHI
Ex-Sócio e Ex-Administrador (vide 26ª alteração)

(Última página de rerratificação da 26ª Alteração e Consolidação de Contrato Social da KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA., datada de 3 de março de 2020).

SOC01695 - IN/ry

00000000283

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/091.518-5	MGE2000180661	21/02/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
243.300.188-96	FUMIHIKO HAYASHIDA
806.096.277-91	MASATO NINOMIYA
239.997.748-35	NAOKI KOBAYASHI

00:0000284

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, de NIRE 3120415986-1 e protocolado sob o número 20/091.518-5 em 02/03/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7754721, em 09/03/2020. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Ana Carolina Dias Mauler Bento.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
243.300.188-96	FUMIHIKO HAYASHIDA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
806.096.277-91	MASATO NINOMIYA
243.300.188-96	FUMIHIKO HAYASHIDA
239.997.748-35	NAOKI KOBAYASHI

Belo Horizonte. segunda-feira, 09 de março de 2020

00000000285

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
039.216.506-66	ANA CAROLINA DIAS MAULER BENTO
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. segunda-feira, 09 de março de 2020

00:000:0296

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7754721 em 09/03/2020 da Empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Nire 31204159861 e protocolo 200915185 - 02/03/2020. Autenticação: 96AB871316C9485F6EDEE5DA21C2E79FCFF37B2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 20/091.518-5 e o código de segurança fazg Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

KONICA MINOLTA

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 89892708191448380163-1; Data: 27/08/2019 14:55:47
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJA58034-QF7G;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

Carta de Esclarecimentos – Simples Alteração de Denominação Social

Sr.(a) Pregoeiro(a)

A licitante realizou em 09 de abril de 2018, sua 22ª alteração contratual, a qual foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 6574230, tendo por objeto, de forma exclusiva, a alteração de sua denominação social, a qual até então era **Sawae Tecnologia Ltda.** e passou a ser **Konica Minolta Healthcare do Brasil Indústria de Equipamentos Médicos Ltda.**

Neste contexto, cumpre salientar que, apesar da alteração da denominação social, não houve qualquer da personalidade jurídica bem como modificação em seu CNPJ, quadro societário, objeto e capital social, endereço, administradores, responsabilidades, ou qualquer outra que importasse em qualquer prejuízo a terceiros.

Assim, tratando-se da mesma empresa, com alteração exclusiva de seu nome, toda a documentação emitida sob a antiga denominação (Sawae Tecnologia Ltda.) deve ser devidamente aproveitada e aceita para os fins da presente concorrência/contratação.

Para fins de exclusão de qualquer dúvida, interessante trazer o posicionamento já consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU). Cite-se:

> "A razão social é o nome da empresa no ordenamento jurídico; **sua alteração não traz, a priori, implicação na sua capacidade de executar o contrato administrativo a que se propõe em um certame licitatório**. No caso em tela, **o CNPJ**, **o sócio proprietário** e o **endereço** da empresa **são os mesmos**; logo, trata-se da mesma empresa com nome diferente. Assim, as certidões emitidas em nome

Rua Star, nº 420, Bairro Jardim Canadá, Município de Nova Lima, Minas Gerais, CEP – 34.000-000

KONICA MINOLTA

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico o presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 898927081914483801 63-2; Data: 27/08/2019 14:55:47
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJA58033-Q29D;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

da empresa PPO Pavimentação e Obras Ltda. podem, em tese, ser aproveitadas para a empresa L. P. Engenharia EIRELI, pois se trata da mesma pessoa jurídica." (TCU. Ministro Benjamin Zymler. Acórdão 1158/2016) - Sem grifos no original.

Servindo a presente para fins de esclarecimentos, esta empresa pondera total disponibilidade para quaisquer outras dúvidas.

Nova Lima, MG, 11 de Abril de 2018.

Konica Minolta Healthcare do Brasil Indústria de Equipamentos Médicos Ltda.
CNPJ/MF nº 71.256.283/0001-85

Celso Arantes Brito Neto
Advogado
OAB.MG - 124.222

Reconheco por Semelhanca a (s) firma (s) abaixo:
NAOKI KOBAYASHI
Nova Lima, 12/04/2018 12:44:10 15684
Em testemunho _____ da verdade.
DENIS DOUGLAS DE SOUZA
Emol.:R$4,96 TFJ:R$1,00 Recompe:R$0,28 Total:R$6,24

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*[1] ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: ***Selo Digital: ABC12345-X1X2***) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **27/08/2019 17:01:01 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração.*

Código de Consulta desta Declaração: 1333974

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **27/08/2020 14:55:47 (hora local).**

[1]**Código de Autenticação Digital:** 89892708191448380163-1 a 89892708191448380163-2
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

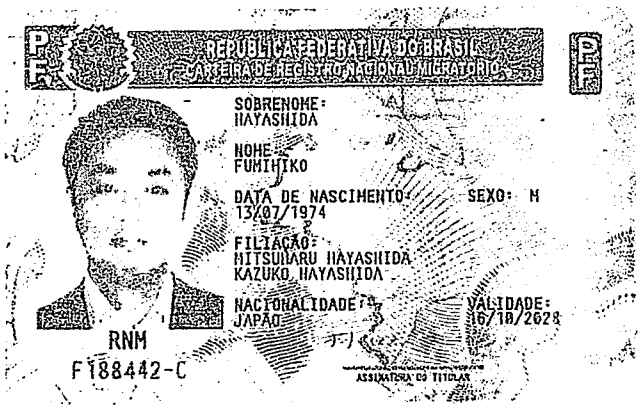
O referido é verdade, dou fé.

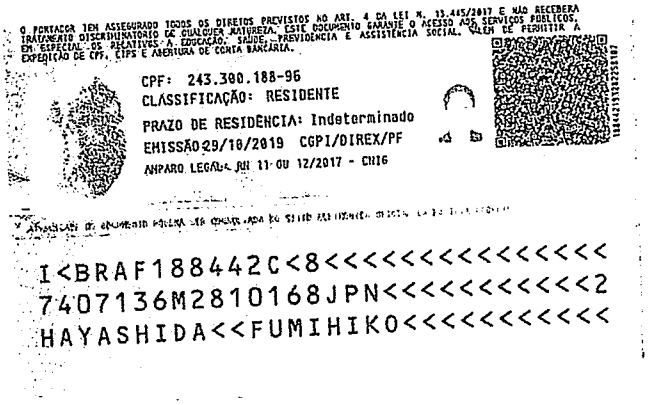
CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b4532b3a4ffd07bd6adccd98f8c2c7cba59e9ff74b859a4f6e9c9dcd6b80a38c1b66dc44cd9882859d84670604ae276e6e2d9ea11dfb2beb2c04dfc3858ee8cfd

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

00:0000289





CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V e 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 898921022008440502 44-1; Data: 21/02/2020 08:47:
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C; AJV35398-3AZU;
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Valther Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*[1] ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes[3].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: ***Selo Digital: ABC12345-X1X2***) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/02/2020 09:39:44 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1469411

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **21/02/2021 08:47:14 (hora local).**

[1]**Código de Autenticação Digital:** 89892102200844050244-1
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bdcdf243cc7d84d8e7155f5d38627dcabe9dc101cd435cf1878208c5e94a8e2d0b66dc44cd9882859d84670604a
e276e67096dad212cb1a902e178300864b29e8

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

FP356051

Assinatura do titular / Signature du titulaire
Bearer's signature / Firma del titular

Este passaporte deve ser assinado pelo titular, salvo em caso de incapacidade.

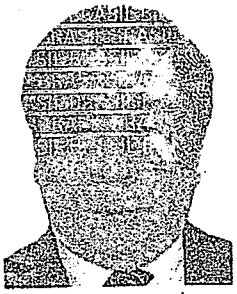
Ce passeport doit être signé par le titulaire, sauf en cas d'incapacité.

This passport must be signed, except where the bearer is unable to do so.

Este pasaporte debe ser firmado por el titular, salvo en caso de incapacidad.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PASSAPORTE
PASSPORT



TIPO / TYPE: P
PAÍS EMISSOR / ISSUING COUNTRY: BRA
PASSAPORTE Nº / PASSPORT No: FP356051

SOBRENOME / SURNAME
NINOMIYA

NOME / GIVEN NAMES
MASATO

NACIONALIDADE / NATIONALITY
BRASILEIRO(A)

DATA DO NASCIMENTO / DATE OF BIRTH
17 NOV/NOV 1948

IDENTIDADE Nº / PERSONAL No

SEXO / SEX: M
NATURALIDADE / PLACE OF BIRTH: UEDA/JPN

FILIAÇÃO / FILIATION
KISABURO NINOMIYA

MATSU NINOMIYA

DATA DE EXPEDIÇÃO / DATE OF ISSUE
02 MAR/MAR 2016

AUTORIDADE / AUTHORITY
SR/DPF/SP

VÁLIDO ATÉ / DATE OF EXPIRY
01 MAR/MAR 2026

P<BRANINOMIYA<<MASATO<<<<<<<<<<<<<<<<<<<<<<<<
FP356051<4BRA4811170M2603014<<<<<<<<<<<<<<06

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Autenticação Digital
Do acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V do art. 41 e 62 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 11.331/2002 autorizo a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O teor do ato é verídico. Dou fé
Cód. Autenticação: 8969270619141732017 7-1; Data: 27/08/2019 14:18:36
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJA57876-DJIU;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Valber Azevêdo de Nimnoi Cavalcanti
Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

00000029

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*[1] ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes[3].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: ***Selo Digital: ABC12345-X1X2***) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **27/08/2019 14:33:48 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1333897

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **27/08/2020 14:18:36 (hora local).**

[1]**Código de Autenticação Digital:** 89892708191417320177-1
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b4532b3a4ffd07bd6adccd98f8c2c7cba48a90b12ff9d3cef93e7cfbe4480d5c7b66dc44cd9882859d84670604ae2
76e65966fd13180943f3c5de6f4e486dfd65

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

JUCESP

ESP
- ACIA

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CIRURGICA PARMA LTDA - ME

/. 2019

22/03/19

Conferido por:
OLDAIR APARECIDO DE AZEVEDO
G: 18.346.999-6 SSP/SP

)COLO

MARCOS MOISES PAULO VIEIRA, brasileiro, solteiro, nascido em 29/09/1977,portador do RG. 6412709-8/SESP-PR expedido em 04-03-2000 e do CPF 023.932.849-31, residente e domiciliado a rua Bertolina Kendrik de Oliveira, n° 666, Vila Santa Terezinha, CEP 83501-150, Almirante Tamandaré, Estado do Paraná e VEREDIANA ELIAS, brasileira, solteira, comerciante, nascida em 13/08/1977, comerciante, portadora do RG. 8383568-0 SESP-PR expedido em 07/05/1998 e do CPF. 041.585.359-13, residente e domiciliada a rua Dos Ônix, n° 175, Residencial Esmeralda Park, Assis/SP, CEP. 19.808-056;

Únicos sócio componente da sociedade limitada denominada CIRURGICA PARMA LTDA - ME, com sede na General Glicerio, n° 286, Vila Central, CEP. 19806-240, Assis, Estado de São Paulo, registrada na JUCESP sob. n° 35222107048 em 02/09/2008, e alterações posteriores, inscrita no CNPJ de n° 10.368.534/0001-29, e filial com NIRE provisório 41999212234, situada na rua Professor Luiz Carlos Pereira da Silva, n° 171, CEP. 80210-134, Jardim Botânico, Curitiba - Estado do Paraná, podendo também abrir outras filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo as disposições vigentes, resolve alterar o contrato social conforme as seguintes cláusulas e condições:

3) A sociedade resolve abrir uma filial que se localizará na rua Bernardino Monteiro, n° 183, bairro Tingui, CEP. 78105-003, Curitiba - Estado do Paraná.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

- MARCOS MOISES PAULO VIEIRA, brasileiro, solteiro, nascido em 29/09/1977,portador do RG. 6412709-8/SESP-PR expedido em 04-03-2000 e do CPF 023.932.849-31, residente e domiciliado a rua Bertolina Kendrik de Oliveira, n° 666, Vila Santa Terezinha, CEP 83501-150, Almirante Tamandaré, Estado do Paraná e VEREDIANA ELIAS, brasileira, solteira, comerciante, nascida em 13/08/1977, comerciante, portadora do RG. 8383568-0 SESP-PR expedido em 07/05/1998 e do CPF. 041.585.359-13, residente e domiciliada a rua Dos Ônix, n° 175, Residencial Esmeralda Park, Assis/SP, CEP. 19.808-056, Únicos sócios componentes da sociedade limitada denominada: CIRURGICA PARMA LTDA - ME, com sede na General Glicerio, n° 286, Vila Central, CEP. 19806-240, Assis, Estado de São Paulo, registrada na JUCESP sob. n° 35222107048 em 02/09/2008, e alterações posteriores, inscrita no CNPJ de n° 10.368.534/0001-29, e filiais situadas; na rua Marechal Hermes, n° 678, Conjunto 32, bairro Juvevê, CEP. 8530-230, Curitiba, Estado do Paraná e na rua rua Bernardino Monteiro, n° 183, bairro Tingui, CEP. 78105-003, Curitiba, Estado do Paraná, podendo também abrir outras filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo as disposições vigentes.

1ª . CLÁUSULA - O objeto da sociedade é de explorar o ramo de atividade de REPRESENTANTE DO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS, PRODUTOS, MATERIAIS DE CONSUMO E LUBRIFICANTES NAS AREAS MEDICA HOSPITALAR, ODONTOLOGICA, VETERINARIA E QUIMICA

2ª O capital social é de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), dividido em 20.000 (Vinte mil) quotas de capital no valor nominal de R$1,00 (um real), cada uma subscritas e integralizadas neste ato e em moeda corrente do país, pelos sócios:

MARCOS MOISES PAULO VIEIRA	19.800 - QUOTAS	R$	19.800,00
VEREDIANA ELIAS	200 - QUOTAS	R$	200,00
TOTALIZANDO	20.000 - QUOTAS	R$	20.000,00

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 621625032015002000040-1; Data: 25/03/2020 15:01:52
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJX03144-VX4T;
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

JUCESP

Conferido por:
ALDAIR APARECIDO DE AZEVEDO
RG: 18.346.996 SSP/SP

3ª CLAUSULA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social. (art. 1052, CC/2002).

4ª CLÁUSULA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preços, o direito de preferência para sua aquisição.

5°. CLÁUSULA - A sociedade teve iniciadas as suas atividades em 02/09/2008 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

6°. CLÁUSULA - A sociedade é administrada pelo sócio MARCOS MOISES PAULO VIEIRA, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, facultada retirada mensal, cujo valor não ultrapasse o limite fixado pela legislação do imposto de renda e a socia VEREDIANA ELIAS, terá participação na sociedade apenas como quotista, sem retirada de pró-labores, sem participação nos lucros e prejuízos e sem participação ativa e passiva nas operações bancarias e financeiras da empresa.

7°. CLÁUSULA O sócio MARCOS MOISES PAULO VIEIRA, terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, em valor a ser fixado a cada mês de acordo com os interesses dos sócios, mas

sempre dentro da legislação do Imposto de Renda e ser levado a uma conta de DESPESAS ADMINISTRATIVA.

8°. CLÁUSULA - Todo dia 31 de cada ano no mês de dezembro será procedido um balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital.

Parágrafo único:- A critério dos sócios e no atendimento de interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderá ser destinados à formação de Reservas de Lucros, conforme estabelecido pela Lei 6404/76, ou, então, permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.

9°. CLÁUSULA - Todas as quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento dos sócios que irão adquiri-la no caso de algum quotista pretender ceder as que possuem.

10°. CLÁUSULA - No caso de falecimento de quaisquer dos sócios a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial nesta data e se convier aos herdeiros do Pré-morto, será lavrado um novo contrato com a inclusão destes com os direitos legais ou então os herdeiros receberão todos seus haveres apurados até o balanço especial, em 10 (dez) prestações iguais e sucessivamente vencendo-se a primeira após 120 (cento e vinte) dias da data do Balanço Especial ou de acordo com o que se combinar na ocasião do evento.

11°. CLÁUSULA - A sócia administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de

condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 621625032015002000040-2; Data: 25/03/2020 15:01:5
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJX03143-X40M;
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

00.000295

JUCESP

Conferido por:
OLDAIR APARECIDO DE AZEVEDO
RG: 18.346.9[illegible] SSP/SP

Fica eleito o foro desta comarca de Assis, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste Instrumento de Contrato Social, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor na presença de 02 (duas) testemunhas de ambas as partes conhecidas e posteriormente para a validade ser registrado e arquivadas na JUCESP.

Assis, 24 de junho de 2.019.

Reconhecimento de firma(s) por Semelhança Verdadeiro

MARCOS MOISES PAULO VIEIRA

Reconhecimento de firma(s) por Semelhança Verdadeiro

VEREDIANA ELIAS

TESTEMUNHAS:

Tiago Oliveira dos Santos
RG: 46.149.839-x SSP/SP

Marcelo Paes
RG: 40.388.542-5 SSP/SP

JUCESP
22 NOV. 2019
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
GISELE SINTIA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
490.746/19-6
JUCESP

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Cabo Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58035-003 - www.azevedobastos.com.br - Tel.: (83) 3246-3434 - Fax: (83) 3246-3444

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 62162503201500200040-3; Data: 25/03/2020 15:01:5[illegible]

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJX03142-TC1F;
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

00000296

Via Rápida Empresa - VRE

CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO

JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Prefeitura do Município de Assis

Governo do Estado de São Paulo

É importante saber que:

1. Todos os dados e declarações constantes deste documento são de responsabilidade do proprietário do estabelecimento.

2. Somente as atividades econômicas contidas neste comprovante tem o funcionamento autorizado.

3. Quaisquer alterações de dados e/ou de condições que determinem a inscrição nos órgãos e expedição deste documento implica a perda de sua validade e regularidade perante os órgãos, e obriga o empresário e/ou empresa jurídica a revalidar as informações e renovar sua solicitação.

4. Os órgãos envolvidos poderão a qualquer momento fiscalizar ou notificar o interessado a comprovar as restrições e/ou condições supramencionadas no documento, de forma que se não atendidas as notificações, poderá ter início procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

5. As taxas devidas de cada órgão deverão ser recolhidas diretamente com os envolvidos e mantidas válidas durante todo o período de vigência do estabelecimento, de acordo com as regras definidas e especificadas pelo órgão.

6. Este documento reflete a situação do licenciamento integrado na data de sua emissão. Para confirmar sua validade consulte o site: https://www.jucesp.sp.gov.br/VRE/Home.aspx

DADOS DA SOLICITAÇÃO, EMISSÃO E VALIDADE DESTE DOCUMENTO:			
PROTOCOLO/NÚMERO	**DATA DA SOLICITAÇÃO**	**DATA DE EMISSÃO**	**DATA DE VALIDADE**
SPM2030557917	24/06/2020	24/06/2020	24/06/2021

DADOS DA EMPRESA	
NOME EMPRESARIAL	**CNPJ**
CIRURGICA PARMA LTDA	10.368.534/0001-29
NATUREZA JURÍDICA	
Sociedade Empresária Limitada	
ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO	
RUA GENERAL GLICERIO, 286	
VILA CENTRAL, Assis - SP CEP: 19806240	
ÁREA DO ESTABELECIMENTO	
ÁREA DO IMÓVEL	

ATIVIDADES AUXILIARES LICENCIADAS
Sede

ANÁLISE DE VIABILIDADE

PARECER DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASSIS	
VÁLIDO PARA A INSCRIÇÃO MUNICIPAL DO IMÓVEL	**DATA DE EMISSÃO:** 24/06/2020
TIPO DO IMÓVEL: Número IPTU: 2.144.041.001	
RESTRIÇÕES AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NO LOCAL INDICADO:	
» O endereço informado deve ser utilizado exclusivamente para exercício das atividade econômica no local e ponto de recebimento de correspondências.	
» O endereço informado deve ser utilizado exclusivamente para atividade econômica e armazenamento de produtos exclusivos da atividade econômica no local.	

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/621603072033601526O8

00000297

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 62160307203360152608-1
Data: 03/07/2020 09:25:17
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD79465-NQC9;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

PARECER DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASSIS
» O endereço informado deve ser utilizado exclusivamente para exercício das atividade econômica no local e ponto de recebimento de correspondências. » O endereço informado deve ser utilizado exclusivamente para atividade econômica e armazenamento de produtos exclusivos da atividade econômica no local.

LICENCIAMENTO INTEGRADO

Secretaria de Estado da Saúde / Vigilância Sanitária

Atividade licenciada pelo órgão de vigilância sanitária municipal.

Secretaria de Estado da Segurança Pública / Corpo de Bombeiros

DATA EMISSÃO	PROTOCOLO DE LICENÇA	VALIDADE
24/06/2020	2030557917	24/06/2023

FORAM PRESTADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

» Declaro que o estabelecimento (local onde a atividade economica é exercida) esta situado situado nointerior de um imovel (edificação) com area construida até 700 m2, com até 03 (tres) pavimentos, de acordo com o decreto estadual nº 56.819/2011 e instrução tecnica (IT) nº 42/2014, item 5.1.2

» Declaro estar ciente de que estou sujeito à fiscalização do Corpo de Bombeiros e que, além da cassação da Licença, o registro de informações inverídicas pode acarretar ao declarante o crime de falsidade ideológica, tipificado no Artigo 299 do Código Penal, com previsão de pena de um a cinco anos de reclusão e multa, sem prejuízo das providências administrativas e cíveis cabíveis.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente / CETESB

TIPO DE DOCUMENTO	NÚMERO DE LICENÇA	DATA EMISSÃO	VALIDADE
ISENTO	INEXISTENTE	24/06/2020	INEXISTENTE

FORAM PRESTADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

» Declaro que a atividade não será instalada e/ou realizada em APM (Área de Proteção aos Mananciais) / APRM (Área de Proteção e Recuperação de Mananciais).

» Declaro que, para o exercício da atividade, não ocorrerá, sem manifestação específica da CETESB: 1.Corte de árvores nativas isoladas; 2. Supressão de vegetação nativa; 3. Intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP); 4. Movimentação de terra acima de 100 m³ (cem metros cúbicos); 5. Intervenção em Áreas de Várzea para fins agrícolas.

Secretaria da Agricultura / Coordenadoria de Defesa Agropecuária

DATA EMISSÃO	PROTOCOLO ISENTO	CNAE
24/06/2020		Atividade auxiliar

FORAM PRESTADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

» Declaro que as atividades que realizo para este protocolo não são de âmbito de gestão no sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDAVE) pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA).

Prefeitura de Assis

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DATA EMISSÃO	NUMERO DA LICENÇA	VALIDADE

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/621603072033601526O8

CO..0000298

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 6216030720336015260 8-2
Data: 03/07/2020 09:25:18
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD79466-SR4B;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo da Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

Prefeitura de Assis		
VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
DATA EMISSÃO 24/06/2020	NUMERO DA LICENÇA 2030557917	VALIDADE 24/06/2021

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/62160307203360152608

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 62160307203360152608-3
Data: 03/07/2020 09:25:18
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD79467-AH8W;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **03/07/2020 10:38:37 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 62160307203360152608-1 62160307203360152608-3
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b7f54819c2d40222c29c361629fced49d89d28e2925de2a4cd193a66d6b6a3bde25530be7fc11b30499c2f9573a850533619427579e7b067421f6aa89d4a8990c

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

00000000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.368.534/0001-29 MATRIZ		02/09/2008

NOME EMPRESARIAL
CIRURGICA PARMA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CIRURGICA PARMA	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R GENERAL GLICERIO	286	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
19.806-240	VILA CENTRAL	ASSIS	SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SETAASSESSORIAC@GMAIL.COM	(18) 3022-2668

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	02/09/2008

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/06/2019** às **16:45:19** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

00000391

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CIRURGICA PARMA LTDA
CNPJ: 10.368.534/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:01:00 do dia 22/04/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/10/2020.
Código de controle da certidão: **A458.D6E0.B151.C6AB**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

00.000302

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 10.368.534

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 26205452 Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 20/07/2020 09:18:20 (hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

00000303

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 10.368.534/0001-29

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	20040012986-66
Data e hora da emissão	02/04/2020 13:26:28
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

00000304

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Av. Rui Barbosa, Nº 926 - CENTRO

CNPJ: 46179941000135

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS

INTERESSADO(A): CIRURGICA PARMA LTDA

Cadastro:	000000000037778	Inscrição Municipal:	37778
Contribuinte:	CIRURGICA PARMA LTDA	CPF/CNPJ:	10368534000129
Nome Fantasia:			
Endereço:	RUA GENERAL GLICERIO, 286	Complem:	
Bairro:	VILA CENTRAL	CEP:	19806240
Cidade:	ASSIS - SP		
Inscrição Est.:	ISENTO	Data de Abertura: 26/11/2008	Data de Encerramento: 0
Atividade:	COM ATAC DE INSTRUMENTOS E MET DE USO MEDICO CIRURGICO HOSPITALAR E LABORATORIOS		

Certificamos conforme requerimento de pessoa interessada, que dos assentamentos constantes em fichas, livros e microfilmes próprios desta Prefeitura, consta que a firma citada acima, está inscrita nesta repartição no cadastro mobiliário desde o início de suas atividades em 26/11/2008 até a presente data, tendo recolhido regularmente seus tributos, estando quites com a Fazenda Municipal até a presente data. Ressaltamos, no entanto, o direito da Fazenda Municipal de cobrar qualquer débito que venha a ser apurado posteriormente a esta CERTIDÃO.

Ressaltamos ainda, que a referida firma não tem débitos IMOBILIÁRIOS inscritos nesta repartição. Nada mais. Era o que se tinha a certificar pedido feito. O REFERIDO É VERDADE E DÁ FÉ.

Eu *Clara L. A. Nunes* Clara Lidiane Aparecida Nunes, matrícula nº 151327, conferi e subscrevi.

Matrícula 151327

Data de Validade de Certidão: 20/10/2020

Funcionário Responsável: CLARA LIDIANE APARECIDA NUNES

[illegible] Reis da Mota
RG 34.261.606-4
Matrícula 9725

Assis, 22 julho 2020

Av. Rui Barbosa, 926 - Centro- Assis - SP - CEP: 19814-900 - PABX: (18) 3302-3300
Ramais 3311, 3338 e 3339 - Fax: Ramal 3339

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ..... Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/62162707203179264608

00000035

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 62162707203179264608-1
Data: 27/07/2020 17:04:24
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKG42550-PO2R;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **31/07/2020 15:26:39 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração.*

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 62162707203179264608-1
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6176d807e0e678be7c4dfc9278e768f4eafb0f32422080dd009b3e8b43195aac437215f3984d9cd9ba0cf3b00eaa42a3619427579e7b067421f6aa89d4a8990c

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.368.534/0001-29
Razão Social: CIRURGICA PARMA LTDA
Endereço: R GENERAL GLICERIO 286 / VILA CENTRAL / ASSIS / SP / 19806-240

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/07/2020 a 22/08/2020

Certificação Número: 2020072401570015278517

Informação obtida em 31/07/2020 09:43:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

00000037

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CIRURGICA PARMA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.368.534/0001-29
Certidão nº: 9773900/2020
Expedição: 24/04/2020, às 12:35:25
Validade: 20/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CIRURGICA PARMA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.368.534/0001-29, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

00000038

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2220726 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 19/07/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

CIRURGICA PARMA LTDA, CNPJ: 10.368.534/0001-29, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 20 de julho de 2020.

PEDIDO Nº: 0940795

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

00000031

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/62162007201560132408

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[2].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **20/07/2020 14:53:50 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração.*

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 62162007201560132408-1
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

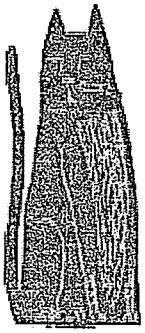
O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bbfaa0808d7ea15909a756fe5c8321c6268d7479c8638c15d912471950cf666b2271666954ef65325784aa93fc51c0f7f619427579e7b067421f6aa89d4a8990c

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil



Cirúrgica Parma Ltda- ME

Materiais Médicos e Ortopédicos
CNPJ: 10.368.534/0001-29 INSC: 189.177.607-116
Rua General Glicerio.286. Vila Central CEP: 19.806.240
Tel. (43) 3344-5020. e-mail: cirurgicaparma@gmail.com
CEP: 19.806-240 - ASSIS SP

À
PREFEITURA MUNICIPAL
SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES
REFERENTE PREGAO ELETRONICO

DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Cirúrgica Parma Ltda- ME, inscrita no CNPJ nº 10.368.534/0001-29, sediada a Rua General Glicerio.286. Vila Central CEP: 19.806.240 Assis - SP, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) Marcos Moises Paulo Vieira, portador(a) da Carteira de Identidade nº 6412709-8/SESP-PR e do CPF nº 023.932.849-31, DECLARA, ciente das consequências legais acerca da veracidade de minha informação, QUE:

- INEXISTE qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes;

- possui todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, DECLARANDO, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará aplicação de penalidade à declarante.

- ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

- É MICROEMPRESA, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n. 123/06 e Lei Complementar n. 147/14, cujos termos conhece na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de participação no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico, realizado pela Prefeitura Municipal, NÃO TENDO NENHUM IMPEDIMENTO NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 3º.

- tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

- não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, não possui, entre os proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;

- NÃO tenho cônjuge ou grau de parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, da mesma pessoa jurídica a que estou vinculado, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, assim como outros associados da empresa.

Declara ainda, está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

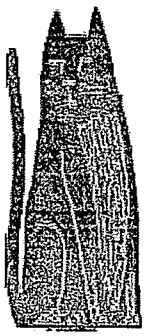
DATA: 25/06/2020

Marcos Moises P Vieira

Marcos Moises Paulo Vieira
Sócio – Gerente
RG: 6412709-8/SESP-PR
CPF: 023.932.849-31

10.368.534/0001-29
CIRURGICA PARMA LTDA
Rua General Glicerio, 286
Vila Central - CEP 19.806-240
ASSIS - SP

00.000311



Cirúrgica Parma Ltda- ME

Materiais Médicos e Ortopédicos
CNPJ: 10.368.534/0001-29 INSC: 189.177.607-116
Rua General Glicerio.286. Vila Central CEP: 19.806.240
Tel. (43) 3344-5020. e-mail: cirurgicaparma@gmail.com
CEP: 19.806-240 - ASSIS SP

À
PREFEITURA MUNICIPAL
SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES
REFERENTE PREGAO ELETRONICO

DECLARAÇÕES CONJUNTAS COMPLEMENTARES E INDEPENDENTEMENTE DE PROPOSTA

Cirúrgica Parma Ltda- ME, inscrita no CNPJ nº 10.368.534/0001-29, sediada a Rua General Glicerio.286. Vila Central CEP: 19.806.240 Assis - SP, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) Marcos Moises Paulo Vieira, portador(a) da Carteira de Identidade nº 6412709-8/SESP-PR e do CPF nº 023.932.849-31, DECLARA, que:

- apresentará a qualquer tempo, documentos necessários à instrução do processo licitatório, decorrente de diligência do Pregoeiro;
- não está suspensa de participar de licitação realizada em quaisquer esferas da Administração Pública Direta e/ou Indireta ou impedida de contratar com os referidos órgãos, desta Prefeitura Municipal;
- não possui qualquer dos impedimentos previstos no §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.
- não lhe recai a sanção de declaração de inidoneidade, através de pesquisas nos sites do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (www.tcesp.gov.br) e do Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br)
- observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.
- não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;
- não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera;
- examinou todos os documentos apresentados, bem como as especificações técnicas, tendo tomado conhecimento do grau de dificuldade e complexidade do objeto, bem como está ciente de que não poderá alegar desconhecimento para alteração do valor proposto ou para o cumprimento do objeto desta licitação.
- a proposta apresentada para participar da licitação em tela foi elaborada de maneira independente por nossa empresa e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em tela, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação em tela não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em tela, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em tela quanto a participar ou não da referida licitação;
- o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação em tela não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em tela antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação em tela não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;
- está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- notadamente o Decreto Estadual nº 6.252/2006, atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

DATA: 25/06/2020

Marcos Moises P Vieira
Marcos Moises Paulo Vieira
Sócio - Gerente
RG: 6412709-8/SESP-PR
CPF: 023.932.849-31

10.368.534/0001-29
CIRURGICA PARMA LTDA
Rua General Glicerio, 286
Vila Central - CEP 19.806-240
ASSIS - SP

00.000032

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR
MANDAGUAÇU-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020
Processo Administrativo Nº 163/2020
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR
Data de Publicação: 24/07/2020 09:48:20

LOTE 1

Val. Ref.: 238.000,00

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN

Descrição: Raio x 500 Ma FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior. Potência do gerador de 50kW ou maior. Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros. Potência focal de 35/55kW ou maior.TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior.Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou superior. Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior. olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior. Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm. Travas eletromagnéticas para todos os movimentos. Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem. Gravador e leitor de CD-R/DVD-R. Sistema d armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saídaethernet. Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF. Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware. Teclado ou labels totalmente em português.CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacient com 170Kg ou superior. Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2. Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente. Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 de largura ou superior. Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior. Deslocamento lateral de 24 cm. Bucky m com deslocamento vertical mínimo de 150 cm. Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínim 15mA até 600mA ou maior. Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV. Aju de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior. Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção. Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou supe Capacidade de armazenamento de

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 006	lotus / HF630M DIGITAL C/ DR CSI **Inf. detal.:** Conjunto radiológico MODELO HF630M , de 150KV/ 50KW/630mA Alta frequencia Alimentação 220/380VAC , TRIFÁSICO AC / 60Hz, kV de 40KV A 150KV, mA de 10 a 630mA, mAs de 0,250 A 630 mAs , exposição de 0,002 a 6,30s; Tubo de raios x com anodo giratório, Foco 0.6 / 1.2 mm;300 KHU; Indicação e ajustes de parâmetros KV/mAs/mA. MESA Dimensões do tampo 91x 227,5 cm; longitudinal ±68cm; transversal ±24,5cm; Freios ELETROMAGNÉTICO ; Peso suportado mesa 300kg. ESTATIVA PORTA TUBO Chão deslocamento vertical de 158,6 cm; Deslocamento transversal de 30 cm; Freio eletromagnético; Deslocamento longitudinal 296,1cm; Rotação da coluna ±180 graus; Giro do tubo ±180°; ESTATIVA BUCKY MURAL com freios eletromagnéticos Detector DR tipo Flat Panel, portátil, com transmissão com fio, 140µm, 16 BIT. Com cintilador cSi (iodeto de césio). Software e estação de trabalho compatível com a aplicação. Nobreak compatível. registrado na ANVISA sob n.º 80123860005	238.000,00
PARTICIPANTE 020	PRÓPRIA / APOLO D **Inf. detal.:** APARELHO DE RAIOS X / MARCA/FABRICANTE: PRÓPRIA / MODELO: APOLO D / PROCEDÊNCIA: NACIONAL / REGISTRO ANVISA: 81583780001 / VALIDADE PROPOSTA: 60 DIAS / ENTREGA: 30 DIAS / GARANTIA: 2 ANOS.DADOS RADIOLÓGICOSPotência do gerador: 64 kW.Alimentação trifásica 380 Vac – 50/60 Hz.Faixa de Variação de kV's: 40 a 150 com incrementos de 1kV.Faixa de corrente radiográfica de 15 a 800 mA. Foco Fino: 15/50/100/160/220 mA.Foco Grosso: 280/400/500/630/800 mA.ESTATIVA PORTA-TUBO Chão-TetoMESA BUCKY Tampo FlutuanteMURAL BUCKY (MB)CONJUNTO EMISSOR DE RAIOS-X Tubo de Raios-X: 150kV COLIMADOR LUMINOSOPAINEL DE CAPTURA DE IMAGENS DIGITAIS Sem Fio 35 x 43 cmESTAÇÃO DE AQUISIÇÃO E TRATAMENTO DE IMAGENS DIGITAISDemais especificações de acordo com proposta a ser apresentada. Declaramos que no preço ofertado estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.	400.000,00
PARTICIPANTE 097	SHR / SHR500	238.000,00

00000034

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR
MANDAGUAÇU-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020
Processo Administrativo Nº 163/2020
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR
Data de Publicação: 24/07/2020 09:48:20

			TOTAL DO PROCESSO:	**237.899,00**
CIRURGICA PARMA LTDA			**10.368.534/0001-29**	**237.899,00**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 097	237.899,00	**Total: 237.899,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: SHR	Modelo: SHR500	

Descrição: Raio x 500 Ma FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior. Potência do gerador de 50kW ou maior. Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros. Potência focal de 35/55kW ou maior.TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior.Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou superior. Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior. olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior. Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm. Travas eletromagnéticas para todos os movimentos. Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem. Gravador e leitor de CD-R/DVD-R. Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saídaethernet. Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF. Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware. Teclado ou labels totalmente em português.CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacientes com 170Kg ou superior. Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2. Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente. Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior. Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior. Deslocamento lateral de 24 cm. Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 150 cm. Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior. grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior. Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV. Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior. Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção. Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior. Capacidade de armazenamento de

Quantidade: 1 **Valor Unit.: 237.899,00** Total Item: 237.899,00

PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR

00000035

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020
Processo Administrativo Nº 163/2020
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR
Data de Publicação: 24/07/2020 09:48:20

MOVIMENTOS DO PROCESSO

04/08/2020 14:21:50 ESCLARECIMENTO REQUERIDO KONIMAGEM COMERCIAL LTDA (58.598.368/0001-83)

Prezados, Boa tarde Nós da Konimagem temos interesse em participar deste Pregão Eletrônico, entretanto consta no Termo de Referência anexo I, ITEM 01, do edital, a exigência "Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior" condição esta que direciona para somete um fornecedor. Desse modo, gostariamos de questionar se poderemos participar do certame oferecendo Tamanho da Mesa com dimensões de 218 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior?Tendo em vista que não modificará os exames, o qual será realizado, e, ainda, manterá a funcionalidade e garantirá a competitividade nesta licitação.Por fim, pedimos esclarecimentos a este D. Edital, pela viabilidade de participação de empresas com fornecimento de produtos similares e com a mesma função, evitando-se qualquer favorecimento e garantindo-se a ampla concorrência nos termos Artigo 3º, §1º inciso I da Lei 8.666/93.Diante do exposto, caso seja aceito este pedido de esclarecimento, a subscrevente ficará grata e garante que será entregue um equipamento de qualidade e com um preço acessível, se formos vencedores do certame. Desde já agradecemos a atenção.Cordialmente.KONIMAGEM COMERCIAL LTDA

05/08/2020 11:28:18 RESPOSTA DE ESCLARECIMENTO PREGOEIRO

Bom dia. Resposta encaminhada pelo departamento solicitante da licitanção: "As dimensões do descritivo são Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior. Caso a empresa tenha dimensões superiores poderá participar, dimensão inferior não será possível. Foi certificado pelo departamento que instaurou referido procedimento, que há ofertas no mercado, de aparelhos do qual atendem as especificações, oportunizando de forma ampla aos interessados na participação do certame. De modo que além do aparelho com mesa de dimensão 220 x 80 cm, foi apresentado no processo orçamento de aparelho com mesa nas dimensões 91 x 240 cm, fato é que existem outros fornecedores que poderão atender o descritivo e não apenas um. Att. Jenifer Juliana Lopes Ribeiro"

11/08/2020 14:39:22 REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO VMI TECNOLOGIAS LTDA (02.659.246/0001-03)

Boa tarde, prezados. Segue anexo peça de impugnação. Obrigada e estamos ao dispor.

12/08/2020 13:56:57 CADASTRO DE PROPOSTA VMI TECNOLOGIAS LTDA

12/08/2020 16:39:09 REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚNTRIA DE

Prezados, Boa tarde! Segue em em anexo impugnação referente a esse certameDEsde já agradeço

13/08/2020 08:26:03 RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO PREGOEIRO

Bom dia. Segue anexo parecer jurídico.

14/08/2020 09:58:53 RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO PREGOEIRO

Bom dia. Segue anexo parecer jurídico.

16/08/2020 14:06:48 CADASTRO DE PROPOSTA CIRURGICA PARMA LTDA

16/08/2020 14:16:49 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA CIRURGICA PARMA LTDA

17/08/2020 07:37:48 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA VMI TECNOLOGIAS LTDA

17/08/2020 08:30:54 CADASTRO DE PROPOSTA LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

17/08/2020 08:56:41 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

17/08/2020 09:00:59 MENSAGEM PREGOEIRO

Bom dia Srs. está aberta a sessao do Pregao 55

17/08/2020 09:01:36 MENSAGEM PREGOEIRO

estamos abastecendo a plataforma com suas propostas de preço e as 09:15 hrs, iniciaremos a fase de lances

17/08/2020 09:15:04 MENSAGEM PREGOEIRO

esta aberta a fase de lances.

LOTE 1 - HABILITAÇÃO

Lote: 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

00.000316

Item: 1 Unidade: UN Marca: SHR Modelo: SHR500

Descrição: Raio x 500 Ma FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior. Potência do gerador de 50kW ou maior. Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros. Potência focal de 35/55kW ou maior.TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior.Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou superior. Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior. olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior. Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm. Travas eletromagnéticas para todos os movimentos. Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem. Gravador e leitor de CD-R/DVD-R. Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saídaethernet. Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF. Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware. Teclado ou labels totalmente em português.CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacientes com 170Kg ou superior. Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2. Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente. Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior. Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior. Deslocamento lateral de 24 cm. Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 150 cm. Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior. grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior. Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV. Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior. Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção. Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior. Capacidade de armazenamento de

Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 237.899,00 **Valor Total:** 237.899,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1	CIRURGICA PARMA LTDA	097	10.368.534/0001-29	238.000,00	237.899,00	Sim
2	LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	006	02.799.882/0001-22	238.000,00	237.900,00	Não
3	VMI TECNOLOGIAS LTDA	020	02.659.246/0001-03	400.000,00	320.000,00	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

24/07/2020 09:48:20	**PUBLICADO**		
25/07/2020 08:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
17/08/2020 09:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
17/08/2020 09:16:34	**DISPUTA**		
17/08/2020 09:16:34	**LANCE** VMI TECNOLOGIAS LTDA		**400.000,00**
17/08/2020 09:16:34	**LANCE** CIRURGICA PARMA LTDA		**238.000,00**
17/08/2020 09:16:34	**LANCE** LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		**238.000,00**
17/08/2020 09:17:41	**LANCE** LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		**237.900,00**
17/08/2020 09:21:04	**LANCE** VMI TECNOLOGIAS LTDA		**320.000,00**
17/08/2020 09:26:34	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA		
PARTICIPANTE 097 possui direito de desempate conforme Lei Complementar nº 123/2006.			
17/08/2020 09:26:34	**DESEMPATE**		
17/08/2020 09:27:27	**MENSAGEM** PREGOEIRO		
Srs. por favor poderiam me conceder mais descontos			
17/08/2020 09:30:06	**LANCE** CIRURGICA PARMA LTDA		**237.899,00**
17/08/2020 09:31:34	**HABILITAÇÃO**		
17/08/2020 09:31:34	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA		
O detentor da melhor oferta é CIRURGICA PARMA LTDA			

00000037

PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR
MANDAGUAÇU-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020
Processo Administrativo Nº 163/2020
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR
Data de Publicação: 24/07/2020 09:48:20

			TOTAL DO PROCESSO:	**237.899,00**
CIRURGICA PARMA LTDA			**10.368.534/0001-29**	**237.899,00**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 097	237.899,00	**Total: 237.899,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: SHR	Modelo: SHR500	

Descrição: Raio x 500 Ma FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior. Potência do gerador de 50kW ou maior. Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros. Potência focal de 35/55kW ou maior.TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior.Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou superior. Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior. olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior. Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm. Travas eletromagnéticas para todos os movimentos. Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem. Gravador e leitor de CD-R/DVD-R. Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saídaethernet. Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF. Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware. Teclado ou labels totalmente em português.CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacientes com 170Kg ou superior. Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2. Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente. Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior. Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior. Deslocamento lateral de 24 cm. Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 150 cm. Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior. grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior. Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV. Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior. Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção. Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior. Capacidade de armazenamento de

Quantidade: 1 **Valor Unit.: 237.899,00** Total Item: 237.899,00

PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR

00000319

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 55/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 163/2020

Keethy Midauar
OAB/PR 73086

EMENTA: ANÁLISE JURÍDICA DA LEGALIDADE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO. RAIO X. MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU. POSSIBILIDADE. LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 C/C 10.520/2002 E CORRELATAS.

1 Para exame e parecer desta Procuradoria Jurídica em 25/08/2020, a Comissão de Licitações encaminhou, o processo administrativo em epígrafe na modalidade Pregão, forma eletrônica. cujo objeto em síntese visa a aquisição de aparelho de raio x para o departamento de saúde, nos termos do Edital e anexos.

2 A consulente requer manifestação jurídica acerca da regularidade do procedimento licitatório, com vistas, notadamente, à homologação do certame.

3 A Administração Pública possui verdadeiro juízo de oportunidade e conveniência para proceder a seus atos. O que deve sempre observar é o cumprimento da Lei e o interesse público.

4 A instauração do procedimento, foi devidamente autorizado pela autoridade competente. em obediência ao contido no art. 38 caput da Lei Federal n.º 8.666/93.

5 O valor máximo fixado no edital para a aquisição/contratação, é de R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais). do qual após abertura da sessão, análise das propostas e atos correlatos. foram declarados vencedores do processo:

PREGÃO ELETRONICO N. 55/2020 – RAIO X P/ DEPARTAMENTO DE SAÚDE			
ITENS/ LOTES	EMPRESAS VENCEDORAS	CNPJ n.	VALOR TOTAL POR EMPRESA
1	CIRURGICA PARMA LTDA	10.368.534.0001.29	R$ 237.899,00
			R$ 237.899,00
	VALOR MÁXIMO TOTAL LICITADO	R$ 238.000,00	
	VALOR TOTAL AUFERIDO	R$ 237.899,00	

00000320

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08

6 Quanto ao **pedido de desclassificação** apresentado pela empresa depois de ter sido declarada vencedora, **CIRURGICA PARMA LTDA**, durante a realização da sessão, **indeferida de forma louvável pelo pregoeiro, compartilhamos de igual entendimento,** já que a participação na licitação implica na expressa e automática concordância com os termos do Edital, não podendo alegar posteriormente, desconhecimento das regras estabelecidas, sob pena de responsabilidade.

7 Vislumbra-se, que os procedimentos deverão observar o disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, mormente pela elaboração da minuta editalícia nos termos do art. 40, manifestação jurídica (art. 38, VI), autorização da autoridade competente (art. 38, caput), publicação do extrato do edital (art. 38, II), exame, julgamento e habilitação conforme critérios pré-estabelecidos no Edital, em cumprimento aos princípios regentes do certame, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º).

8 Por todo o exposto, em conformidade com o art. 43, inciso VI, da Lei Federal n.º 8.666/93, o presente protocolado, sob o aspecto jurídico, encontra-se em condições de ser encaminhado à alçada do Chefe do Poder Executivo Municipal, a quem compete a decisão final sobre o pleito.

9 É o parecer, salvo entendimento diverso.

Mandaguaçu-PR, 01 de setembro de 2020.

Keetby Therese Midauar Seghesi
Procuradora-Geral

00000321

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020
Processo Administrativo Nº 163/2020
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR
Data de Publicação: 24/07/2020 09:48:20

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 25/08/2020 09:04:46
Lote: 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: SHR Modelo: SHR500

Descrição: Raio x 500 Ma FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior. Potência do gerador de 50kW ou maior. Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros. Potência focal de 35/55kW ou maior.TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior.Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou superior. Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior. olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior. Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm. Travas eletromagnéticas para todos os movimentos. Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem. Gravador e leitor de CD-R/DVD-R. Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saídaethernet. Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF. Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware. Teclado ou labels totalmente em português.CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacientes com 170Kg ou superior. Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2. Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente. Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior. Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior. Deslocamento lateral de 24 cm. Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 150 cm. Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior. grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior. Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV. Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior. Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção. Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior. Capacidade de armazenamento de

Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 237.899,00 **Valor Total:** 237.899,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1	CIRURGICA PARMA LTDA	097	10.368.534/0001-29	238.000,00	237.899,00	Sim
2	LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	006	02.799.882/0001-22	238.000,00	237.900,00	Não
3	VMI TECNOLOGIAS LTDA	020	02.659.246/0001-03	400.000,00	320.000,00	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

AUTORIDADE: MAURICIO APARECIDO DA SILVA

Gerado em: 25/08/2020 09:04:46

00000032

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL • CMAS
Av. Ipiranga, 315, centro • Fone (44) 3257 1213
CEP 86780-000 • Flórida • Paraná

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2020 - CMAS

Aprova a prestação de conta do repasse Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I referente ao 2º semestre de 2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 562 de 12 de dezembro de 2017 e a deliberação ocorrida em 09 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de conta do repasse Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I referente ao 2º semestre de 2019.

Art. 2º - Em razão da análise apresentada, esse conselho decide pela aprovação total e é de parecer favorável ao que esta prestação de contas se refere.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 09 de setembro de 2020.

LUZIMARA REGINA CASTELLANI
PRESIDENTE CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL • CMAS
Av. Ipiranga, 315, centro • Fone (44) 3257 1213
CEP 86780-000 • Flórida • Paraná

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 006/2020 - CMAS

Aprova a prestação de conta do repasse Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I referente ao 1º semestre de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 562 de 12 de dezembro de 2017 e a deliberação ocorrida em 09 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de conta do repasse Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I referente ao 1º semestre de 2020

Art. 2º - Em razão da análise apresentada, esse conselho decide pela aprovação total e é de parecer favorável ao que esta prestação de contas se refere

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 09 de setembro de 2020.

LUZIMARA REGINA CASTELLANI
PRESIDENTE CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL • CMAS
Av. Ipiranga, 315, centro • Fone (44) 3257 1213
CEP 86780-000 • Flórida • Paraná

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 007/2020 - CMAS

Aprova a prestação de contas final da Deliberação Nº 066/2017 - CEAS/PR referente ao Incentivo Adesão Espontânea do Programa Família Paranaense - 2º semestre de 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 562 de 12 de dezembro de 2017 e a deliberação ocorrida em 09 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de conta final da Deliberação Nº 066/2017 - CEAS/PR referente ao Incentivo Adesão Espontânea do Programa Família Paranaense - 2º semestre de 2019.

Art. 2º - Em razão da análise apresentada, esse conselho decide pela aprovação total e é de parecer favorável ao que esta prestação de contas se refere.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Flórida, 09 de setembro de 2020.

LUZIMARA REGINA CASTELLANI
PRESIDENTE CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL • CMAS
Av. Ipiranga, 315, centro • Fone (44) 3257 1213
CEP 86780-000 • Flórida • Paraná

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 008/2020 - CMAS

Aprova a prestação de contas parcial da Deliberação Nº 066/2019 - CEAS/PR referente ao Incentivo Adesão Espontânea II do Programa Família Paranaense - do pagamento até 30 de junho de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 562 de 12 de dezembro de 2017 e a deliberação ocorrida em 09 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas parcial da Deliberação Nº 066/2019 - CEAS/PR referente ao Incentivo Adesão Espontânea II do Programa Família Paranaense - do pagamento até 30 de junho de 2020.

Art. 2º - Em razão da análise apresentada, esse conselho decide pela aprovação total e é de parecer favorável ao que esta prestação de contas se refere

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 09 de setembro de 2020.

LUZIMARA REGINA CASTELLANI
PRESIDENTE CMAS

MUNICÍPIO DE **FLÓRIDA** ESTADO DO PARANÁ
RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86 780-000
CNPJ: 75.772.400/0001-11
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2020
Processo Administrativo nº 109/2020

Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de promover a contratação do objeto abaixo referido, considerando que nos termos do(s) inciso(s) XII do §1º do art. 3º do Decreto Federal nº 10.282/20, verifica-se que o objeto se enquadra na definição de serviços e atividades essenciais para os fins de aplicação da Lei Federal nº 13.979/20, considerando que nos termos do art. 4º-B da Lei Federal nº 13.979/20, ficam presumidamente atendidas as condições de "ocorrência de situação de emergência, necessidade de pronto atendimento da situação de emergência, existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência", necessárias para a formalização da dispensa, e considerando a cotação de preços realizada, devidamente constante em certidão, DISPENSO A LICITAÇÃO, com fundamento no art. 4º, caput da Lei Federal nº 13.979/20, no valor total de R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), em favor da empresa GORGON & ROSA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.164.728/0001-60, com endereço na Rua Professor Laerte Munhoz, nº 401, Centro, no Município de Nova Esperança, Estado de Paraná, para a aquisição do seguinte objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de execução de exames de sorologia para COVID-19 a serem efetuados nos profissionais da Saúde.

Quanto ao pagamento, será feito da seguinte forma: Em até 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta dispensa, fica indicada a seguinte dotação orçamentária:

07004103050006204033903900000-01494
07004103050006210033903900000-03497

Fica a dispensa devidamente RATIFICADA e APROVADA em todos os seus termos e atos.

Publique-se o presente ato de dispensa.

Flórida, 09 de setembro de 2020.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.731.000/0001 – 60

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2020
Processo nº 102/2020

O Pregoeiro do Município de Floraí, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 01/2020, de 03/01/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que a referida licitação encontra-se SUSPENSA, conforme determinação do procedimento interno, expresso nos autos, sendo nova data para abertura republicada pelos mesmos meios de comunicação.

Objeto da Licitação: Aquisição de Pilar e Tubos de concreto para esta municipalidade.

Floraí, 09 de setembro de 2020.

Ronaldo José Ferreira de Souza
Pregoeiro

DECRETO Nº 000145/20

Abre crédito adicional suplementar [illegible] Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORAÍ no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FLORAÍ e autorização contida na Lei Municipal nº 001519/19 de 20 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - [illegible]

[illegible]

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 9 de Setembro de 2020

FAUSTO EDUARDO HERRADON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 146/20

ESTABELECE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020

O SR. FAUSTO EDUARDO HERRADON, PREFEITO MUNICIPAL DE FLORAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, EM ESPECIAL A LEI MUNICIPAL Nº [illegible]:

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecida a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, no orçamento do exercício corrente destinado a reforçar as seguintes dotações:

[illegible]

Art. 2º Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior deverá ser utilizado o previsto no art. 43 da Lei 4320/64, [illegible]

Art. 3º [illegible]

Art. 4º Fica alterada a PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [illegible]

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 9 de Setembro de 2020

FAUSTO EDUARDO HERRADON
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº. 190/2020

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE

CONCEDER ao Servidor "ALEX SANDRO APARECIDO FIM", portador da cédula de identidade RG. nº. 10.432.008-2/PR, matrícula nº. 29984 lotado no Departamento de Saúde, no cargo em comissão Agente de Supervisor da Saúde, 29 (vinte e nove) dias consecutivos de férias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018 a partir do dia 10/09/2020 até 08/10/2020, devendo retornar dia 09/10/2020.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações devidas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 09 (nove) dias do mês de 09 (setembro) do ano de 2020 (dois mil e vinte).

»ALAN ROGERIO PETENAZZI«
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 189/2020

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município, e considerando o deferimento da medida liminar relativa ao Processo nº 0002140-8.2020.8.16.0119 em tramite na Vara da Fazenda Pública de Nova Esperança.

RESOLVE

Art. 1º AFASTAR, sem prejuízo dos vencimentos, a Servidora "MARIA EDNEIDE SANTOS", portadora da cédula de identidade RG. nº. 475.440/PR e CPF nº. 280.059.055-63, matrícula nº. 313 lotado no Departamento de Saúde, no cargo em efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do exercício de suas funções no Hospital Municipal de Uniflor por encontrar-se no grupo de risco do COVID-19.

Art. 2º O afastamento mencionado no Art. 1º se dará até o termino da pandemia do COVID-19 ou estado de calamidade da saúde.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações devidas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 08 (oito) dias do mês de 09 (setembro) do ano de 2020 (dois mil e vinte).

»ALAN ROGERIO PETENAZZI«
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
CNPJ Nº 78.092.293/0001-71
CEP 86 660-000 – SANTA INÊS – PR

Decreto nº 33/2020 de 08/09/2020

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Inês, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentaria nº [illegible] de 08/11/2019

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

Suplementação

08.000 00.000.0000.0.000	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
08.001 00.000.0000.0.000	GERENTE DE MANUT. DE PRÉDIOS PUBLICOS	
08.001 15.452.0018.2.047	Manutenção dos serviços de engenharia	
667 - 4.4.90.51.00.00	31710 OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
09.000 00.000.0000.0.000	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
09.001 00.000.0000.0.000	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
09.001 08.243.0026.2.051	Manut. de programas assistenciais - programa FNAS	
675 - 3.3.90.30.00.00	1021 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
	Total Suplementação:	120.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação,

Receita 1.7.1.8.99.11.99.03.00.00	Fonte 1021	20.000,00
Receita 2.4.2.8.99.11.04.00.00.00	Fonte 31710	100.000,00
	Total da Receita:	120.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrario

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA INÊS, Paraná, em 08 de setembro de 2020

BRUNO VIEIRA LUVISOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020
Processo Administrativo Nº 153/2020
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR
Data de Publicação: 24/07/2020 09:48:20

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 25/08/2020 09:54:48
Lote: 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

[illegible]

Quantidade: 1 — Valor Unit.: 237.846,00 — Valor Total: 237.846,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 CIRURGICA PARMA LTDA	007	13.368.834/0001-29	238.000,00	237.846,00	Sim
2 LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	008	[illegible]	238.000,00	237.900,00	Não
3 VMI TECNOLOGIAS LTDA	020	[illegible]	400.000,00	320.000,00	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

AUTORIDADE: [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE SESSÃO - ADJUDICAÇÃO - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020
Processo Administrativo Nº 153/2020
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR
Data de Publicação: 24/07/2020 09:48:20

MOVIMENTOS DO PROCESSO

[illegible]

LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote: 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

[illegible]

CLASSIFICAÇÃO

[illegible]

MOVIMENTOS DO LOTE

[illegible]

PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR

00000323

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE SESSÃO - ADJUDICAÇÃO - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020
Processo Administrativo Nº 163/2020
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR
Data de Publicação: 24/07/2020 09:48:20

MOVIMENTOS DO PROCESSO

04/08/2020 14:21:50 ESCLARECIMENTO REQUERIDO KONIMAGEM COMERCIAL LTDA (58.598.368/0001-83)

Prezados, Boa tarde Nós da Konimagem temos interesse em participar deste Pregão Eletrônico, entretanto consta no Termo de Referência anexo I, ITEM 01, do edital, a exigência "Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior" condição esta que direciona para somete um fornecedor. Desse modo, gostariamos de questionar se poderemos participar do certame oferecendo Tamanho da Mesa com dimensões de 218 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior?Tendo em vista que não modificará os exames, o qual será realizado, e, ainda, manterá a funcionalidade e garantirá a competitividade nesta licitação.Por fim, pedimos esclarecimentos a este D. Edital, pela viabilidade de participação de empresas com fornecimento de produtos similares e com a mesma função, evitando-se qualquer favorecimento e garantindo-se a ampla concorrência nos termos Artigo 3º, §1º inciso I da Lei 8.666/93.Diante do exposto, caso seja aceito este pedido de esclarecimento, a subscrevente ficará grata e garante que será entregue um equipamento de qualidade e com um preço acessível, se formos vencedores do certame. Desde já agradecemos a atenção.Cordialmente.KONIMAGEM COMERCIAL LTDA

05/08/2020 11:28:18 RESPOSTA DE ESCLARECIMENTO PREGOEIRO

Bom dia. Resposta encaminhada pelo departamento solicitante da licitanção: "As dimensões do descritivo são Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior. Caso a empresa tenha dimensões superiores poderá participar, dimensão inferior não será possível. Foi certificado pelo departamento que instaurou referido procedimento, que há ofertas no mercado, de aparelhos do qual atendem as especificações, oportunizando de forma ampla aos interessados na participação do certame. De modo que além do aparelho com mesa de dimensão 220 x 80 cm, foi apresentado no processo orçamento de aparelho com mesa nas dimensões 91 x 240 cm, fato é que existem outros fornecedores que poderão atender o descritivo e não apenas um. Att. Jenifer Juliana Lopes Ribeiro"

11/08/2020 14:39:22 REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO VMI TECNOLOGIAS LTDA (02.659.246/0001-03)

Boa tarde, prezados. Segue anexo peça de impugnação. Obrigada e estamos ao dispor.

12/08/2020 13:56:57 CADASTRO DE PROPOSTA VMI TECNOLOGIAS LTDA

12/08/2020 16:39:09 REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚNTRIA DE

Prezados, Boa tarde! Segue em em anexo impugnação referente a esse certameDEsde já agradeço

13/08/2020 08:26:03 RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO PREGOEIRO

Bom dia. Segue anexo parecer jurídico.

14/08/2020 09:58:53 RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO PREGOEIRO

Bom dia. Segue anexo parecer jurídico.

16/08/2020 14:06:48 CADASTRO DE PROPOSTA CIRURGICA PARMA LTDA

16/08/2020 14:16:49 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA CIRURGICA PARMA LTDA

17/08/2020 07:37:48 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA VMI TECNOLOGIAS LTDA

17/08/2020 08:30:54 CADASTRO DE PROPOSTA LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

17/08/2020 08:56:41 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

17/08/2020 09:00:59 MENSAGEM PREGOEIRO

Bom dia Srs. está aberta a sessao do Pregao 55

17/08/2020 09:01:36 MENSAGEM PREGOEIRO

estamos abastecendo a plataforma com suas propostas de preço e as 09:15 hrs, iniciaremos a fase de lances

17/08/2020 09:15:04 MENSAGEM PREGOEIRO

esta aberta a fase de lances.

17/08/2020 09:37:37 MENSAGEM PREGOEIRO

estamos analisando a documentação de habilitação da licitante melhor classificada e em instantes iremos proferir a decisão

17/08/2020 09:46:46 MENSAGEM PREGOEIRO

analisando a documentação de habilitação da empresa detentora da proposta mais vantajosa para o municipio a mesma foi declarada habilitada

17/08/2020 09:47:25 MENSAGEM PREGOEIRO

fica aberto o prazo de meia hora para manifestação/intenção de recursos, retornaremos as 10:20 hrs

17/08/2020 10:23:05 MENSAGEM PREGOEIRO

diante do recurso impetrado fica aberto o prazo para a empresa interpor o recurso.

00000324

17/08/2020 10:23:26 MENSAGEM PREGOEIRO
o recurso devera estar inserido na plataforma bll

17/08/2020 10:25:15 MENSAGEM PREGOEIRO
o prazo será de 3 dias para o recurso

17/08/2020 10:26:20 MENSAGEM PREGOEIRO
retornaremos no dia 25/08, as 09:00 horas pra proferirmos nossa decisao, Obrigado pela participação

25/08/2020 09:01:02 MENSAGEM PREGOEIRO
Bom dia Srs licitantes, após transcorrido o prazo para interposição de recurso e como nao houve recurso o processo será encaminhado par ao parecer do Departamento Juridico e em conforme, para homologação.

LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote: 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: SHR Modelo: SHR500

Descrição: Raio x 500 Ma FINALIDADE: para realização de exames / aquisições de radiografias digitais (DR) em pacientes adultos, pediátricos ou mesmo neonatal, em casos de emergência e entre outras. HARDWARE devem possuir: Gerador de alta tensão e alta frequência de 30KHz ou maior. Potência do gerador de 50kW ou maior. Painel / console com Display digital para exibição de kV, mA, tempo/mas, dose de radiação e ensagens de erros. Potência focal de 35/55kW ou maior.TUBO DE RAIO X devem possuir: Anodo giratório de 8000 rpm ou superior.Capacidade térmica do conjunto de 1500 kHU ou superior. Capacidade térmica do anodo de 180 kHU ou superior. olimador manual com iluminação por LED e temporizador para desligamento automático da luz em 30 s ou superior. Estativa porta tubo com braço do tipo telescópico de deslocamento mínimo de 20 cm. Travas eletromagnéticas para todos os movimentos. Software com ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), radiografia panorâmica com junção de 2 ou mais imagens, medidas de distância e ângulo, rotação e inversão da imagem. Gravador e leitor de CD-R/DVD-R. Sistema de armazenamento de envio dados e imagens no padrão DICOM print, storage, media storage com viewer e worklist, via saídaethernet. Entrada e Saída USB, com possibilidade de gravação de imagens em BMP ou JPG ou PDF. Software com interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware. Teclado ou labels totalmente em português.CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Capacidade carga de pacientes com 170Kg ou superior. Tubo de Raio-x com duplo foco sendo foco fino de no mínimo 0,6 mm, e foco grosso de no mínimo 1,2. Mesa de exames com tampo flutuante Radiotransparente. Dimensões de 220 cm de comprimento x 80 cm de largura ou superior. Deslocamento longitudinal de ± 50 cm ou superior. Deslocamento lateral de 24 cm. Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 150 cm. Distância do centro do bucky ao piso de 40 a 180 cm ou faixa maior. grade antidifusora removível. PARÂMETROS E FUNÇÕES devem possuir: Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA até 600mA ou maior. Ajuste de tensão de: 40kV a 150kV com incrementos / resolução de 1KV ou 0,5KV. Ajuste de corrente do tubo de no mínimo 15mA, até 600mA ou superior. Ajuste de mAs de no mínimo 0,5 a 600mAs ou superior, com no mínimo 32 níveis de seleção. Ajuste do tempo de exposição de no mínimo 0,01 s até 6 s ou superior. Capacidade de armazenamento de

Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 237.899,00 **Valor Total:** 237.899,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 CIRURGICA PARMA LTDA	097	10.368.534/0001-29	238.000,00	237.899,00	Sim
2 LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	006	02.799.882/0001-22	238.000,00	237.900,00	Não
3 VMI TECNOLOGIAS LTDA	020	02.659.246/0001-03	400.000,00	320.000,00	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

24/07/2020 09:48:20	**PUBLICADO**	
25/07/2020 08:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**	
17/08/2020 09:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**	
17/08/2020 09:16:34	**DISPUTA**	
17/08/2020 09:16:34	**LANCE** VMI TECNOLOGIAS LTDA	**400.000,00**

17/08/2020 09:16:34	**LANCE**	CIRURGICA PARMA LTDA	**238.000,00**
17/08/2020 09:16:34	**LANCE**	LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	**238.000,00**
17/08/2020 09:17:41	**LANCE**	LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	**237.900,00**
17/08/2020 09:21:04	**LANCE**	VMI TECNOLOGIAS LTDA	**320.000,00**
17/08/2020 09:26:34	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	

PARTICIPANTE 097 possui direito de desempate conforme Lei Complementar nº 123/2006.

17/08/2020 09:26:34	**DESEMPATE**		
17/08/2020 09:27:27	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	

Srs. por favor poderiam me conceder mais descontos

17/08/2020 09:30:06	**LANCE**	CIRURGICA PARMA LTDA	**237.899,00**
17/08/2020 09:31:34	**HABILITAÇÃO**		
17/08/2020 09:31:34	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	

O detentor da melhor oferta é CIRURGICA PARMA LTDA

17/08/2020 09:47:42	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
17/08/2020 09:55:50	**RECURSO MANIFESTADO**	VMI TECNOLOGIAS LTDA

Manifestamos intenção de recursos, pois a empresa declarada vencedora não atendo integralmente ao solicitado no edital, o qual discorremos na peça recursal. Obrigada.

17/08/2020 09:57:05	**RECURSO MANIFESTADO**	CIRURGICA PARMA LTDA

Sr. Pregoeiro, solicitamos desclassificação de nossa proposta, valores lançados não contemplam a entrega com (DR), nossa proposta está inexequível. Pedimos em tempo desculpas pelo equívoco! Obrigado!

17/08/2020 10:17:43	**DEFERIMENTO DE RECURSOS**	
17/08/2020 10:21:27	**MANIFESTAÇÃO DEFERIDA**	PREGOEIRO
17/08/2020 10:30:04	**MANIFESTAÇÃO INDEFERIDA**	PREGOEIRO

o edital esta claro no que diz respeito a entrega e o que contempla os serviços e neste momento não cobe alegar desconhecimento do edital, alem do que sua empresa apresentou declaração de que cumpre os requisitos.

17/08/2020 10:30:35	**INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**	
20/08/2020 10:30:36	**EM ADJUDICAÇÃO**	
25/08/2020 09:01:33	**ADJUDICADO**	

PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR

00000326

CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL • CMAS
Av. Iporanga, 315, centro • Fone (44) 3257 1013
CEP 86780-000 • Flórida • Paraná

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2020 - CMAS

Aprova a prestação de conta do repasse Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I referente ao 2º semestre de 2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 562 de 12 de dezembro de 2017 e a deliberação ocorrida em 09 de setembro de 2020

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de conta do repasse Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I referente ao 2º semestre de 2019.

Art. 2º - Em razão da análise apresentada, esse conselho decide pela aprovação total e é de parecer favorável ao que essa prestação de contas se refere.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 09 de setembro de 2020.

LUZIMARA REGINA CASTELLANI
PRESIDENTE CMAS

CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL • CMAS
Av. Iporanga, 315, centro • Fone (44) 3257 1013
CEP 86780-000 • Flórida • Paraná

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 006/2020 - CMAS

Aprova a prestação de conta do repasse Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I referente ao 1º semestre de 2020

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 562 de 12 de dezembro de 2017 e a deliberação ocorrida em 09 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de conta do repasse Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I referente ao 1º semestre de 2020.

Art. 2º - Em razão da análise apresentada, esse conselho decide pela aprovação total e é de parecer favorável ao que essa prestação de contas se refere.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 09 de setembro de 2020.

LUZIMARA REGINA CASTELLANI
PRESIDENTE CMAS

CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL • CMAS
Av. Iporanga, 315, centro • Fone (44) 3257 1013
CEP 86780-000 • Flórida • Paraná

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 007/2020 - CMAS

Aprova a prestação de contas final da Deliberação Nº 066/2017 - CEAS/PR referente ao Incentivo Adesão Espontânea do Programa Família Paranaense - 2º semestre de 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 562 de 12 de dezembro de 2017 e a deliberação ocorrida em 09 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de conta final da Deliberação Nº 066/2017 - CEAS/PR referente ao Incentivo Adesão Espontânea do Programa Família Paranaense - 2º semestre de 2019

Art. 2º - Em razão da análise apresentada, esse conselho decide pela aprovação total e é de parecer favorável ao que essa prestação de contas se refere.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Flórida, 09 de setembro de 2020

LUZIMARA REGINA CASTELLANI
PRESIDENTE CMAS

CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL • CMAS
Av. Iporanga, 315, centro • Fone (44) 3257 1013
CEP 86780-000 • Flórida • Paraná

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 008/2020 - CMAS

Aprova a prestação de contas parcial da Deliberação Nº 066/2019 - CEAS/PR referente ao Incentivo Adesão Espontânea II do Programa Família Paranaense - do pagamento até 30 de junho de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 562 de 12 de dezembro de 2017 e a deliberação ocorrida em 09 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas parcial da Deliberação Nº 066/2019 - CEAS/PR referente ao Incentivo Adesão Espontânea II do Programa Família Paranaense - do pagamento até 30 de junho de 2020.

Art. 2º - Em razão da análise apresentada, esse conselho decide pela aprovação total e é de parecer favorável ao que essa prestação de contas se refere

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 09 de setembro de 2020

LUZIMARA REGINA CASTELLANI
PRESIDENTE CMAS

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
ESTADO DO PARANÁ

RUA SÃO PEDRO, Nº 442, CENTRO, CEP 86.780-000
CNPJ: 75.772.400/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2020
Processo Administrativo nº 109/2020

Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de promover a contratação do objeto abaixo referido, considerando que nos termos do(s) inciso(s) XII do §1º do art. 3º do Decreto Federal nº 10.282/20, verifica-se que o objeto se enquadra na definição de serviços e atividades essenciais para os fins de aplicação da Lei Federal nº 13.979/20, considerando que nos termos do art. 4º-B da Lei Federal nº 13.979/20, ficam presumidamente atendidas as condições de "ocorrência de situação de emergência, necessidade de pronto atendimento da situação de emergência, existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência", necessárias para a formalização da dispensa, e considerando a cotação de preços realizada, devidamente constante em certidão, DISPENSO A LICITAÇÃO, com fundamento no art. 4º, caput da Lei Federal nº 13.979/20, no valor total de R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), em favor da empresa GORGON & ROSA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.164.728/0001-60, com endereço na Rua Professor Laerte Munhoz, nº 401, Centro, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, para a aquisição do seguinte objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de execução de exames de sorologia para COVID-19 a serem efetuados nos profissionais da Saúde.

Quanto ao pagamento, será feito da seguinte forma: Em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta dispensa, fica indicada a seguinte dotação orçamentária:

07004103050006204033903900000-01494
07004103050006210033903900000-03497

Fica a dispensa devidamente RATIFICADA e APROVADA em todos os seus termos e atos.

Publique-se o presente ato de dispensa.

Flórida, 09 de setembro de 2020.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.731.000/0001 – 60

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2020
Processo nº 102/2020

O Pregoeiro do Município de Floraí, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 01/2020, de 03/01/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que a referida licitação encontra-se SUSPENSA, conforme determinação do procedimento interno, expresso nos autos, sendo nova data para abertura republicada pelos mesmos meios de comunicação.

Objeto da Licitação: Aquisição de Pilar e Tubos de concreto para esta municipalidade.

Floraí, 09 de setembro de 2020.

Ronaldo José Ferreira de Souza
Pregoeiro

DECRETO Nº 000145/20

Abre crédito adicional - suplementar - orçamento de orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORAÍ no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FLORAÍ e autorização contida na Lei Municipal nº 001513/19 de 20 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - [illegible]

01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
01.01 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
[illegible] - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E [illegible]
08 - DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
[illegible]
[illegible] - MATERIAL [illegible]
[illegible] - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA [illegible]

Art. 2º - [illegible]

[illegible] - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
[illegible] - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL [illegible]
08 - DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
08.01 - DIVISÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
[illegible] - SUBVENÇÕES SOCIAIS 1.272,00
12 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
12.01 - COORDENAÇÃO TEC. EM MEIO AMBIENTE E LIC. AMBIENTAL
[illegible] - MATERIAL DE CONSUMO [illegible]
[illegible] - OBRAS E INSTALAÇÕES [illegible]
[illegible] - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE [illegible]

Art. 3º - [illegible] DECRETO.

Art. 4º - [illegible]

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 9 de Setembro de 2020

FAUSTO EDUARDO HERRADON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 146/20

ESTABELECE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020

O SR. FAUSTO EDUARDO HERRADON, PREFEITO MUNICIPAL DE FLORAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, EM ESPECIAL A LEI MUNICIPAL Nº [illegible]:

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecida a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, no orçamento do exercício corrente destinado a reforçar as seguintes dotações:

01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
01.01 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
[illegible] - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
[illegible] - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA [illegible]
07 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE
07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
[illegible] - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
[illegible] - MATERIAL DE CONSUMO [illegible]
[illegible] - MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE
[illegible] - MATERIAL DE CONSUMO [illegible]
[illegible] - PESSOA JURÍDICA
[illegible] - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA [illegible]
09 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
[illegible]

Art. 2º [illegible]

Art. 3º [illegible]
Art. 4º Fica alterada a PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [illegible]
Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 9 de Setembro de 2020

FAUSTO EDUARDO HERRADON
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº. 190/2020

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE

CONCEDER ao Servidor "ALEX SANDRO APARECIDO FIM", portador da cédula de identidade RG. nº. 10.432.008-2/PR, matrícula nº. 29984 lotado no Departamento de Saúde, no cargo em comissão Agente de Supervisor de Saúde, 29 (vinte e nove) dias consecutivos de férias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018 a partir do dia 10/09/2020 até 08/10/2020, devendo retornar dia 09/10/2020.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações devidas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 09 (nove) dias do mês de 09 (setembro) do ano de 2020 (dois mil e vinte).

=ALAN ROGÉRIO PETENAZZI=
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 189/2020

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município, e considerando o deferimento da medida liminar relativa ao Processo nº 0002140-8.2020.8.16.0119 em tramite na Vara da Fazenda Pública de Nova Esperança.

RESOLVE

Art. 1º AFASTAR, sem prejuízo dos vencimentos, a Servidora "MARIA EDNEIDE SANTOS", portadora da cédula de identidade RG. nº. 475.440/PR e CPF nº. 260.059.055-63, matrícula nº. 313 lotado no Departamento de Saúde, no cargo em efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do exercício de suas funções no Hospital Municipal de Uniflor por encontrar-se no grupo de risco do COVID-19.

Art. 2º O afastamento mencionado no Art. 1º se dará até o termino da pandemia do COVID-19 ou estado de calamidade da saúde.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações devidas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 08 (oito) dias do mês de 09 (setembro) do ano de 2020 (dois mil e vinte).

=ALAN ROGÉRIO PETENAZZI=
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
CNPJ Nº 78.092.293/0001-71
[illegible]
CEP 86 660-000 – SANTA INÊS – PR

Decreto nº 33/2020 de 08/09/2020

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Inês, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 494/2019 de 08/11/2019

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

Suplementação

[illegible]		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
[illegible]		GERENTE DE MANUT. DE PRÉDIOS PÚBLICOS	
[illegible]		Manutenção dos serviços de engenharia	
[illegible]	31739	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
[illegible]		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
[illegible]		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
[illegible]		Manut. de programas [illegible] - programa PNAS	
[illegible]	1021	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
		Total Suplementação	120.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do que trata pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação.

Receita [illegible]	Fonte 1021		20.000,00
Receita [illegible]	Fonte 31739		100.000,00
		Total da Receita	120.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA INÊS, Paraná, em 08 de setembro de 2020

BRUNO VIEIRA LOVISOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2020
Processo Administrativo Nº 163/2020
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR
Data de Publicação: 24/07/2020 09:48:20

LOTE 1 - HOMOLOGADO - [illegible]
Lote: 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

[illegible]

Quantidade: 1 — Valor Unit.: 237.500,00 — Valor Total: 237.500,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Item	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 CIRURGICA PARMA LTDA	007	[illegible]	238.000,00	237.500,00	Sim
2 LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	004	[illegible]	238.000,00	237.500,00	Não
3 VMI TECNOLOGIAS LTDA	005	[illegible]	400.000,00	320.000,00	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Item	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

INABILITADOS

Razão Social	Item	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

AUTORIDADE: [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE SESSÃO - ADJUDICAÇÃO - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2020
Processo Administrativo Nº 163/2020
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR
Data de Publicação: 24/07/2020 09:48:20

MOVIMENTOS DO PROCESSO

[illegible]

LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote: 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

[illegible]

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Item	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 CIRURGICA PARMA LTDA	007	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	004	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
3 VMI TECNOLOGIAS LTDA	005	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

DESCLASSIFICADOS

INABILITADOS

MOVIMENTOS DO LOTE

[illegible]

PREGOEIRO: ALZIR BOCHI JUNIOR

00000037